



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE HUMANIDADES**  
**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**  
**MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL**

**FRANCISCO THIAGO DE SOUZA MOTA**

**A LITERATURA INFANTIL ENTRE A PEDAGOGIA E A ARTE – TENSÕES E  
CONCEITUAÇÃO DA PRODUÇÃO LITERÁRIA PARA CRIANÇAS NOS ANOS 1930  
E 1940**

**FORTALEZA**

**2014**

**FRANCISCO THIAGO DE SOUZA MOTA**

**A LITERATURA INFANTIL ENTRE A PEDAGOGIA E A ARTE – TENSÕES E  
CONCEITUAÇÃO DA PRODUÇÃO LITERÁRIA PARA CRIANÇAS NOS ANOS 1930  
E 1940**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, da Faculdade de História da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em História.

**Orientador:** Prof. Dra. Ana Amélia Cavalcante

**FORTALEZA**

**2014**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca de Ciências Humanas

- 
- M8711 Mota, Francisco Thiago de Souza.  
A literatura infantil entre a pedagogia e a arte – tensões e conceituação da produção literária para crianças nos anos 1930 e 1940/ Francisco Thiago de Souza Mota. – 2014.  
210 f. : il., enc. ; 30 cm.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza, 2014.  
Área de Concentração: História social.  
Orientação: Profa. Dra. Ana Amélia de Moura Cavalcante de Melo.
- 1.Livros para crianças – Brasil. 2.Literatura infantojuvenil brasileira. 3.Infância. 4.Anos 1930.  
5.Anos 1940. I. Título.

---

CDD 808.899282

FRANCISCO THIAGO DE SOUZA MOTA

**A LITERATURA INFANTIL ENTRE A PEDAGOGIA E A ARTE – TENSÕES E  
CONCEITUAÇÃO DA PRODUÇÃO LITERÁRIA PARA CRIANÇAS NOS ANOS 1930  
E 1940**

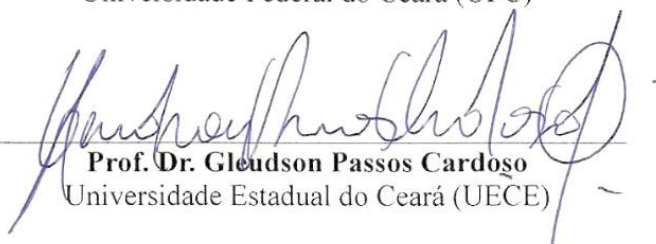
Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em História Social, da Universidade Federal do Ceará, como requisito necessário para a obtenção do título de Mestre em História Social.

Aprovada em: 22/08/2014

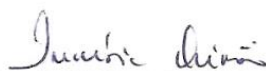
**BANCA EXAMINADORA:**



**Profa. Dra. Ana Amélia de Moura Cavalcante de Melo** (orientadora)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)



**Prof. Dr. Gléudson Passos Cardoso**  
Universidade Estadual do Ceará (UECE)



**Profa. Dra. Irenisia Torres de Oliveira**  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

**Profa. Dra. Ivone Cordeiro Barbosa**  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

A minha mãe, Jocileide

A minha irmã, Karla

Ao meu irmão, Alexandre

A minha irmã, Lara Vitória (uma eterna  
criança)

A professora e orientadora Ana Amélia  
Cavalcante

A todos os amigos que me apoiaram e  
auxiliaram para que continuasse e para  
que esse objetivo fosse alcançado

A todos aqueles que um dia, como eu,  
quando pequenos, desejaram poder ler  
um livro e liam sem saber, mesmo que  
por gravuras...

## AGRADECIMENTOS

Muito tortuosos, de difícil acesso e resolução foram os percursos para o iniciante na pesquisa histórica que aqui se encontra. Completar essa etapa não teria sido possível não fosse a presença e auxílio de familiares e amigos. Destes últimos, falo tanto dos companheiros de profissão, aqueles que conheço de longa data e aqueles cuja presença me foi anunciada no início desta pesquisa, amigos estimados, quanto os que, mesmo não podendo compartilhar dúvidas e ansiedades estritamente “acadêmicas”, estiveram ao meu lado compartilhando momentos bons e ruins.

Agradeço à CAPES pela bolsa de pesquisa concedida.

Agradeço ao CPDOC pela disponibilização da documentação do Ministério da Educação e Saúde, sem a qual esta pesquisa seria impraticável.

Agradeço à Azilde Andreotti e ao Acervo Histórico do Livro Escolar (AHLE) pela disponibilização para pesquisa das primeiras edições de parte dos livros infantis contemplados neste trabalho.

Um agradecimento especial à Ana Amélia de Moura Cavalcante de Melo, professora do Departamento de História da UFC, minha orientadora, que acompanha minha trajetória desde a criação do projeto, ainda na graduação, sempre pronta a me ajudar a encontrar a saída quando me encontrava perdido em uma infinidade de documentos e possibilidades de análise.

Agradeço à Ivone Cordeiro, professora do Departamento de História da UFC, cujo impacto na escolha do tema e os primeiros direcionamentos dessa pesquisa foram essenciais.

Agradeço também à Irenísia Torres de Oliveira, professora do Departamento de Literatura da UFC, pelo auxílio com dicas importantes para o andamento desta pesquisa, e ao Grupo de Estudos História Social, Cultura e Linguagens, onde, mesmo em grande parte ausente, pude participar de algumas discussões que engrandeceram esta pesquisa e as reflexões acerca das relações entre história e literatura.

Agradeço à professora Meize Lucas que, na disciplina de Tópicos Especiais em Cultura e Poder, mostrou um novo leque de possibilidades para as quais até o momento não havia atentado, relacionando texto e imagem e a importância de analisar esta última em suas especificidades.

Agradeço ao professor Antônio Luis que, na disciplina de Cultura e Cidade, trouxe valiosos conhecimentos relativos à questão espacial, tanto no âmbito da cidade quanto da relação entre o corpo e o espaço em que este se insere.

Agradeço ao professor Almir Leal de Oliveira pelos seus questionamentos e colaborações sem os quais não teria visto problemas importantes e de difícil solução na pesquisa que aqui se encontra.

Agradeço à minha amiga Juliana Talia que me auxiliou bastante na construção do texto dessa dissertação com suas valiosas observações e que tem sido uma amiga que valor inestimável desde que nos conhecemos no início deste percurso que foi o Mestrado em História Social do Departamento de História da UFC.

Agradeço aos amigos Israel Carvalho, Vicente Moreira, Pedro Batista, João Paulo Brilhante e Renato Mesquita que me acompanham – e os quais acompanho – desde a graduação e se tornaram, mais do que “pares” na profissão, companheiros e amigos na vida.

Agradeço à Luciana Santos Serafim pela sua amizade e pelas conversas meio literárias, meio despretensiosas que me animam e acompanham há vários anos.

Agradeço, principalmente, à Jocileide, minha mãe, e à Karla, Alexandre e Lara, meus irmãos por estarem sempre presentes em todas as adversidades.

Por fim, agradeço aos que me compreenderam em minhas ausências e silêncios. Aqueles que me conhecem sabem ser este que vos fala alguém geralmente calado. Os que me conhecem mais sabem que posso ser inimaginavelmente falante, embora oscilante entre tais períodos e certa incomunicabilidade. Aqueles que me conhecem de forma ainda mais profunda, sabem que o silêncio não significa que não os tenho sempre em mente e na mais alta estima. A esses meus mais profundos agradecimentos.

Quem é? O que é? Tento dizer o que me falta e o que (não) digo falta me faz. Mal as palavras sobem-me à garganta engasgam, saem mortas ou, se (sobre)vivem, perdem-se. Sim! perdem-se de mim e eu me perco delas. Logo "perdem-se" elas novamente em encontros futuros... Não sou dono de minhas próprias palavras! Queria poder dizer, mas não há palavras. É preciso criá-las, é preciso um meio; um meio de dizer sem "palavras". O silêncio me é amigo. O silêncio me é companheiro. Tão importante quanto sentir, tão importante quanto o não dito, tão importante quanto a nota perdida, a nota encontrada, o acorde consonante e dissonante. Sou? Não sou (?). É preciso dizer com o silêncio. Não há palavras, é preciso dizer com literatura. O que sou? Quem sou? Um enigma...  
(Autor desconhecido)



## RESUMO:

Como um processo que se inicia nos primeiros anos do século XX e que obtém força e contornos mais definidos a partir da década de 1930, os livros escritos para crianças passam a ganhar a atenção de intelectuais e autoridades governamentais brasileiras. Assim, essa mesma literatura, entre o caráter pedagógico ou recreativo que possa conter, entra em um momento de definição de suas características e funções. Criadora de significados e parte da sociedade, a literatura infantil se configura em projeto para a formação do futuro cidadão e, ao mesmo tempo, guarda uma ou mais noções sobre o público ao qual ela é destinada: a infância. Esta pesquisa tem como objetivos identificar o processo de conceituação, formação e consolidação de uma literatura infantil brasileira nas décadas de 1930 e 1940, bem como as temáticas e questões presentes nessa literatura e destinadas a um imaginado leitor infantil. Para tal, foram analisadas as discussões do campo intelectual do momento estudado acerca da produção literária para crianças, principalmente, em periódicos cariocas e na documentação do INEP - Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – e da CNLI – Comissão Nacional de Literatura Infantil – do Ministério da Educação e Saúde que permaneceu ativa entre os anos de 1936 e 1939, além de parte das obras literárias destinadas às crianças dos escritores Graciliano Ramos, Érico Veríssimo, Cecília Meireles e Viriato Corrêa. Tem se chegado à conclusão da década de 1930 como um momento crucial de crescimento da produção de livros infantis e de tensão entre a existência ou não de uma literatura infantil brasileira, o que essa literatura é e o que deve ser, para que serve e os caminhos a seguir em meio a diferentes formas de manifestação dessa produção. Mais do que isso, há uma íntima relação entre o que é delineado como literatura infantil e o entendido como infância. Sendo este, assim, parte de um processo maior de modificações sobre o entendimento do que é criança e infância.

**Palavras-Chave:** Literatura; Infância; Visualidade; Intelectualidade.

**ABSTRACT:**

As a process that begins in the early years of the twentieth century and who gains strength and more defined contours from the 1930s, the books written for children are gaining the attention of intellectuals and Brazilian government authorities. Thus, this same literature, between the educational or recreational character which may contain, enters a defining moment of their features and functions. As the creator of meanings and part of society in which it operates, children's literature is configured in the project for the formation of future citizens and at the same time, keep one or more notions about the audience it is intended: childhood. This research aims to identify the process of conceptualization, formation and consolidation of a Brazilian children's literature in the 1930s and 1940s, as well as the themes and issues present in this literature and aimed at an imagined child reader. To achieve this purpose, were analyzed the discussions of the intellectual field of the studied time on the literary production for children, especially in periodic documentation at Rio de Janeiro and at the documentation of INEP - National Institute of Pedagogical Studies - and CNLI - National Commission for Children's Literature - from the Ministry of Education and Health, commission which remained active between the years 1936 and 1939, as well part of literary works for children of the writers Graciliano Ramos, Erico Verissimo, Cecília Meireles and Viriato Corrêa. Has come to the conclusion of the 1930s as a crucial moment of production growth of children's books and tension between the existence or not of a Brazilian children's literature, what this literature is and what should be, what it is for and the paths to following among the different forms of manifestation of this production. More than that, there is a close relationship between what is designed as children's literature and understood as childhood. This being so, part of a larger process modifications on the understanding of what children and childhood.

**Keywords:** Literature; childhood; Visuality; Intelligentsia.

**SUMÁRIO**

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>12</b>
<b>CAPÍTULO 1 – A INFÂNCIA E A CRIANÇA EM DEBATE</b>	<b>25</b>
<b>1.1 - Os intelectuais, a infância e o Estado Novo.</b>	<b>26</b>
<b>1.2 - A literatura infantil e a criança.</b>	<b>39</b>
<b>1.3 - A Comissão Nacional de Literatura Infantil</b>	<b>52</b>
<b>CAPÍTULO 2 – LITERATURA INFANTIL ENTRE ARTE E PEDAGOGIA</b>	<b>79</b>
<b>2.1 – “História verdadeira de um menino de escola”</b>	<b>80</b>
<b>2.2 – A Literatura Infantil e a nação.</b>	<b>95</b>
<b>2.3 – A pedagogia do corpo em A Festa das Letras</b>	<b>115</b>
<b>CAPÍTULO 3 – OS LIVROS, OS “GIBIS” E A “SUBLITERATURA INFANTIL”</b>	<b>130</b>
<b>3.1 - O Livro como objeto material</b>	<b>131</b>
<b>3.2 – Cruzada contra a subliteratura infantil</b>	<b>142</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>166</b>
<b>FONTES</b>	<b>171</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>184</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>190</b>

## INTRODUÇÃO

Por que literatura? Por que literatura infantil? É bem certo que algumas escolhas remontam não só às qualidades e potencialidades relativas a determinado objeto de estudo como também ao que há de subjetivo, de escolha em cada pesquisador. Querendo ou não – e muitas vezes de formas que nem percebemos – tudo o que fazemos dá pistas de algo a mais do que a própria coisa feita, a ação tomada.

Quando iniciado foi esse “esforço historiográfico”, escolhas tiveram que ser feitas. Era preciso decidir quais rumos tomar e essas decisões, por mais que pudessem concorrer para o alcance do objetivo, não poderiam, não deveriam ser aleatórias. Tudo começou com um pedido. Sim! Um pedido! A lembrança é clara! O curso de uma disciplina de metodologia e pesquisa histórica onde se deveria criar um projeto de pesquisa quando veio o ultimato. Entre um universo nada homogêneo e mais variado do que deixa supor o nome que (inutilmente?) tenta encerrar essa imensa gama de experiências e relações sociais – a saber, intelectualidade – e o infinito da abordagem “particular” a qual utilizaria para a aproximação desse objeto, para o bem ou para o mal, teve que ser feita uma escolha da própria escolha.

O que dizia naquele tempo sobre o que já não é? Falava também sobre a constante marca do presente no estudo do passado. A pergunta recaía sem resposta completamente satisfatória, como agora, a respeito das próprias escolhas. A indagação era: o que fazer quando se vai de encontro ao aparentemente impossível? Era necessária a permissão para iniciar tudo com essa pergunta um tanto obscura e destoante do contexto geral por ter a mesma, na verdade, uma ligação importante com o tema a ser trabalhado. Pois bem, encontrava-me, há poucos dias, (se é que, de certa forma, não me encontro ainda) diante dessa pergunta. E tudo é, no fim, uma questão de método.

Antes mesmo do contato propriamente dito com a fonte de pesquisa, quando ainda nos encontramos na escolha do nosso objeto, já existe, neste momento, uma “interpretação anterior” ao objeto. Interpretação essa em muito relacionada a interesses de ordens diversas, “conscientes” e “inconscientes”, internos e externos. A pretensão, aqui, não é um debate sobre estas questões, contudo é preciso tê-las em mente. A produção de uma determinada obra está ligada a um “lugar social” no qual importam pressões sociais que influenciam na produção, em determinada medida. Como nos lembra muito bem Certeau existe um “nós” pertinente a cada obra que está ligado não necessariamente ao autor e o futuro público consumidor da produção,

mas sim a um grupo o qual detém um *status* que determina os padrões das produções e ao qual aquele que (co)produz a obra tenta se inserir (CERTEAU, 1982: 57-69).

Foi-me pedido um momento de contrição. Uma escolha dentre muitas das quais poderiam ser feitas. Essa escolha, aparentemente impossível, no final, já estava feita e não era uma escolha exatamente por dois motivos: por já ter sido feita e por ser impossível de ser feita. Se não há o que escolher, escolha não há. Escolha esta que levou a um determinado objeto de estudo.

Método, método... felizmente, nem tudo é questão de método. Pelo menos as coisas não se encaixam em suas teorizações como uma chave na fechadura (e pronto!). Abrimos a porta e encontramos algo, o que queríamos ou não. O “método” guarda – ou ao menos deveríamos estar abertos a essa possibilidade – a capacidade de não só ter uma constituição *a priori* como também ser uma “experiência”, algo que se constrói no fazer. Não é a “realidade” que se conforma à teoria, mas a teoria que “se modifica” segundo o que se estuda, já dizia Thompson<sup>1</sup>, não exatamente com essas palavras.

Mas que escolha?! Por que literatura? Por que literatura infantil? A própria matéria examinada definiu. Por isso não houve escolha na escolha. A pretensão é dupla, mas não se encerra nem em um lado nem em outro. A indefinição é que a define. Infância, assim como intelectual, é um termo chave! Todavia essa não é uma história especificamente nem daquele que lê, nem daquele que escreve. Ambos não são nem pontos de partida nem de chegada, tão somente ou unicamente, mas são duas das peças fundamentais do quebra-cabeça. A “entrada” se dá por outras vias, mais pelo produzido do que pelo produtor. O objeto, a obra, o livro, o livro infantil, em seu suporte material, intenções, significações, como criatura e criador de significados nos dá a direção para percebermos, mais do que uma relação entre “classes” ou grupos sociais, um variado conjunto de percepções em interação.

Uma boa definição parcial seria esta, então: é a percepção em um determinado momento histórico que se tem do que são criança e infância, mas, principalmente a partir de um “objeto cultural” produzido “especialmente” para elas, a literatura infantil. Logo, é, ao mesmo tempo, entender como a literatura infantil pode se configurar como um local de construção de uma ideia de infância (ou até mais de um, simultaneamente), como algo intencional, um proje-

---

<sup>1</sup> Ver o capítulo *As peculiaridades dos ingleses* em: THOMPSON, E. P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. ed. 2. Campinas, São Paulo: Editora Unicamp, 2012, pp. 75-179.

to de criança e de futuro adulto, e como ela guarda em seu processo de criação uma espécie de “referencial”, uma representação do que é essa criança e essa infância.

Só que a forma como a própria literatura infantil é compreendida (não da mesma maneira, mas como a própria pesquisa em seu decorrer) muda. Sua existência e conceituação são históricas. E essa historicidade acompanha intrinsecamente a historicidade da conceituação de criança e infância. Assim, os dois processos carecem de serem estudados juntos, não se pode esquecer de um dos dois ângulos, embora possamos dar mais ênfase a um do que ao outro.

Lembrando Chartier (1995: 179) quando o mesmo fala sobre a relação entre cultura popular e cultura erudita, poderíamos começar com a proposição de que “a infância é uma categoria adulta”. Com isso tentamos dizer que a existência dessa divisão entre períodos da vida é construída socialmente, e mais, é construída prioritariamente por aqueles que se encontram em um desses períodos. Isso não inibe a possibilidade de ação, de ultrapassagem de definições, de formação de identificação etc., daqueles que “são definidos”. Ter isso em mente para esta pesquisa, significa, primeiramente, considerar o(s) processo(s) de formação dessas definições. Isso porque o objeto aqui estudado é diretamente destinado a uma dessas definições: a infância.

A infância ganha notoriedade durante as primeiras décadas do século XX passando a ser alvo de todo um conjunto de debates de importância “social, política, econômica e científica” aos quais a mesma passa a estar ligada e a literatura infantil se configura como um desses espaços de contato da infância com essas questões. Um aspecto passível de ser abordado dentro do tema da literatura infantil está relacionado ao que seria uma “História da Leitura”. É o que faz Patrícia Raffaini (2008) ao estudar as cartas enviadas por crianças e jovens, além das escritas por adultos e artistas e escritores, a Monteiro Lobato entre as primeiras décadas do século XX, até sua mudança para Buenos Aires em 1946, quando ele encarrega Marina Andrada e Edgar Cavalheiro de preservarem parte de sua documentação. Essas cartas, o diálogo estabelecido entre Monteiro Lobato e seus leitores, é o ponto de partida para o trabalho com uma “recepção da literatura infantil” onde a autora examina além dessa documentação epistolar, um periódico chamado *A Voz da Infância*, produzido por crianças que frequentavam a Biblioteca infanto-juvenil na cidade de São Paulo, as conversas sobre obras de literatura infanto-juvenil, as questões políticas que aparecem nas cartas, dentre outros temas. Dessa forma, a pesquisa se coloca no sentido de analisar como as crianças liam, o que liam, quem eram essas crianças leitoras, as apropriações que faziam, os sentidos que davam a essas leituras, “como as crianças articulavam uma escrita sobre aquilo que liam”, como trabalhar

com uma documentação produzida por crianças e como as crianças “percebiam sua própria infância”.

Ao falarmos sobre uma produção literária para crianças e leitura um fator que se torna de grande importância é a questão espacial dentro desse processo. Nessa temática sobre o espaço, são também colocados os problemas que em parte se relacionam tanto com o processo de produção das obras de literatura infantil, quanto os processos de circulação e de apropriação. Pensando, de forma mais específica, na produção e na circulação, Gabriela Pellegrino (2002) aborda a construção do espaço de produção da literatura infantil a partir da comparação entre os mercados editoriais argentino e brasileiro. Mais do que isso, e de forma mais específica para o caso brasileiro, a autora estuda as possíveis ligações entre literatura infantil e projetos pedagógicos, a figura de Lourenço Filho como sendo bastante presente nesse contexto, tanto como alguém da área da Pedagogia, nome importante da chamada *Escola Nova*, como sendo alguém atuante junto ao mercado editorial, como no caso de sua presença junto à Editora Melhoramentos.

Sob essa perspectiva, a autora percorre o caminho da análise dos papéis atribuídos à literatura infanto-juvenil durante o período, além de pensar o crescimento do mercado editorial e o aparecimento de uma figura como a de Monteiro Lobato no cenário nacional em detrimento da grande massa de produções estrangeiras que despontavam como maioria da produção, principalmente, segundo a autora, no caso argentino.

Ainda sobre a questão espacial, outra abordagem possível, dentre muitas relacionadas ao tema, aproxima-se de uma “História da Pedagogia”, não no sentido de uma sistematização ou análise das ideias pedagógicas, mas sim voltada ao âmbito das práticas pedagógicas ou a forma como as crianças estão inseridas nesse espaço. Yuma Ferreira (2009) analisa essa questão na cidade de Natal entre fins do século XIX e início do século XX. Para ela, a ideia de modernidade e as ações no âmbito pedagógico, como as reformas da cidade, a criação de escolas, o aumento da quantidade de crianças que frequenta o espaço escolar e o conjunto de práticas inerentes a essas modificações, podem criar – percebendo-se que as associações entre as intenções e projetos e as formas como elas se concretizam não são estáticas, impossibilitadas de modulações, resistências, conflitos – espaços de sociabilidade e ação para as crianças. No lugar de visões cristalizadas dessa infância, inclusive também ligadas ao discurso médico e higienista que pretende disciplinar o corpo e promover o desenvolvimento desse corpo, para a autora, esses fatores também possibilitaram certa autonomia reflexiva.

Tâmara Abreu (2009) segue no sentido de fazer uma “História do Livro”, partindo de um estudo de literatura comparada entre dois autores: Monteiro Lobato e Paul Faucher, percebendo, dentro do processo de produção literária, o contato entre os livros para crianças e um “movimento de renovação educacional” e, nesses dois autores, o que seria um projeto pedagógico atrelado ao processo de produção de livros para crianças. Em outras palavras, analisar as aproximações dos dois escritores com as ideias da Escola Nova, o processo de produção, circulação e recepção dessa literatura, nos dois países – Brasil e França – entre as décadas de 1920 e 1930, não desconsiderando a conjuntura do período, chamada de entre-guerras, e as crises subjacentes ao momento histórico, apontando para semelhanças, nas visões de infância e funcionamento do sistema literário, embora haja certa discrepância referente às realizações de projetos editoriais.

Há ainda um ponto que não pode deixar de ser contemplado nesta pesquisa, cujo recorte temporal escolhido guarda estreita aproximação: o Estado Novo. Para esta discussão, o principal diálogo estabelecido é com Ângela de Castro Gomes<sup>2</sup>, onde a percepção do que a autora chama de “política cultural”, de forma abrangente, é um conceito importante para a compreensão da ligação entre as diversas instâncias e ações políticas do governo, tentando criar um “senso de unificação”. É com essa visão que podemos perceber, dentre outras coisas, a importância dada à educação e a literatura surgindo como um fator importante nessa política. Entretanto, é preciso se inquirir também o a aproximação dos produtores dessa literatura e a sociedade, como se dão e em que sentido se dão os contatos, conflitos afastamentos e aproximação entre esses mesmos intelectuais e as políticas públicas.

Partindo do questionamento a respeito do crescimento editorial e da produção de livros para crianças nas primeiras décadas do século XX e das políticas governamentais em ação durante as décadas de 1930 e 1940, de forma mais específica no período chamado de Estado Novo, as problematizações propostas são sobre as relações entre essa produção, a ação dos intelectuais e a política estatal, quais seriam as tensões e diferentes projetos pedagógicos, nacionais, de modernização, os diferentes discursos que vão estar presentes ou se utilizar da literatura infantil, quais são as representações de infância referentes a esse conjunto de obras analisadas, quais as relações entre todo esse conjunto de espaços que estão discutindo a infância do qual a literatura faz parte.

---

<sup>2</sup> Para a pesquisa em questão ver, principalmente: **As Aventuras de Tibicuera: literatura infantil, História do Brasil e política cultural na Era Vargas**. In: REVISTA USP, São Paulo, n.59, p. 116-133, setembro/novembro 2003 e **História e Historiadores** – 2 ed. – Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.



Falta ainda a definição própria desta pesquisa, as intenções propostas, objetos, fontes e métodos. A presente pesquisa tem por objetivo analisar parte da produção literária voltada especificamente para crianças nos anos de 1930 e 1940, no Brasil, concentrando-se, principalmente entre 1937 e 1945, período da política brasileira que ficou conhecido como Estado Novo. Essa análise se dá por, pelo menos, duas vias: a literatura infantil produzida no período, especialmente em parte das obras infantis de quatro autores – Graciliano Ramos, Viriato Corrêa, Érico Veríssimo e Cecília Meireles – e os debates acerca dessa literatura. Além disso, entendendo a literatura ao mesmo tempo como “parte de uma realidade e construtora de sentidos para essa mesma realidade”, não sendo apenas um reflexo, mas também um agente, no qual é preciso se levar em conta todo o processo em que a mesma está inserida, desde sua produção às variadas apropriações as quais a mesma pode ter, pretende-se também, nessa análise da literatura produzida para a infância, não perder de vista como essas obras guardam determinadas imagens de seu esperado leitor.

A escolha do recorte temporal e espacial para o tema proposto – a literatura infantil – se dá, em primeiro lugar, na medida em que se pretende observar as relações existentes entre políticas públicas e intelectualidade e como a literatura infantil surge nessa discussão tendo um importante papel de “possível agente pedagógico”, como esta se configura, também, como criadora de sentidos para infância, bem como o questionamento de que talvez seja este um dos momentos cruciais onde a relação institucional começa a se tornar mais presente diante dessa produção.

Certa “maleabilidade” se fez necessária quanto ao tempo e ao espaço da pesquisa. De forma geral, a pesquisa tem como espaço o Brasil. Contudo, o contato com as fontes revela que em larga medida a discussão aqui proposta se concentra, no período estudado, nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul, com aspectos mais gerais, não necessariamente a literatura infantil, surgindo de forma pontual em outras regiões e Estados, como no caso do Ceará que também é contemplado neste trabalho. Além disso, pode-se pensar em nível nacional quando tratamos de políticas de abrangência nacional, ou que pretendiam ter tal alcance, como é o caso do concurso nacional de literatura infantil promovido pelo Ministério da Educação e Saúde em 1937.

Há dois recortes temporais. Um mais restrito, que se localiza entre os anos de 1937 e 1945, período conhecido como Estado Novo, por entender ser esse um dos momentos centrais na consolidação da produção de livros literários para crianças e jovens e por demonstrar de forma mais nítida os contornos que essa consolidação e definição da literatura infanto-juvenil tomam na medida em que o Estado, em sua relação ambígua com os produtores dessa

literatura, a intelectualidade nacional, toma em parte para si a tarefa de definição dos limites dessa literatura enquanto produção nacional. A segunda temporalidade mencionada diz respeito a um período mais longo que, por motivos práticos em uma pesquisa de limitada envergadura, se concentra nas décadas de 1930 e 1940, adentrando, entretanto, rapidamente em momentos anteriores e posteriores, por volta dos anos 1900 aos anos 1950. Essa dilatação do recorte temporal fez-se oportuna a partir da compreensão de que o processo histórico estudado, embora com suas mudanças e variações, antecede e mesmo ultrapassa o período do Estado Novo. Dessa maneira, o período entre meados dos anos 1930 e 1940 se configura como o centro da discussão aqui proposta, não ficando, porém, a pesquisa, completamente circunscrita a esse momento.

Sob o ponto de vista metodológico e de estruturação do trabalho, essa pesquisa pode ser dividida em três grandes “movimentos”, tanto pelo conjunto de fontes utilizado quanto pelas problemáticas abordadas. No primeiro caso, os três grupos documentais utilizados para este estudo são: fontes periódicas, jornais e revistas em um recorte amplo que ultrapassa em parte o “recorte temporal estrito” estabelecido; a documentação produzida pela Comissão Nacional de Literatura Infantil do Ministério da Educação e Saúde, bem como parte da documentação do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, do qual a Comissão supracitada passou a fazer parte por volta de 1937; e, por fim, obras de literatura infantil escolhidas para compor parte da análise no tocante a temáticas e “tensões” que constituem essa literatura e

O primeiro capítulo deste trabalho divide o foco entre os periódicos e a documentação da Comissão de Literatura Infantil, detendo-se mais nessa última. O segundo capítulo é dedicado à literatura infantil. Quatro autores são contemplados: Cecília Meireles, Érico Veríssimo, Graciliano Ramos e Viriato Corrêa. O terceiro capítulo outra vez divide o cerne da análise entre a documentação governamental e os periódicos. Desta vez, os relatórios produzidos pelo INEP entre 1939 e 1943 somam-se à discussão na imprensa brasileira iniciada em 1946, onde surge o tema das histórias em quadrinhos e da chamada “subliteratura infantil”. Dizer isso, entretanto, não limita cada capítulo a um grupo específico de fontes, a pesquisa, como um todo, perpassa constantemente os três grupos de fontes aqui citados.

Segundo, Tânia Regina de Luca (2005), algo que se deve levar em conta ao se trabalhar com fontes periódicas é a materialidade do documento impresso: perceber vários fatores que estão ligados às possibilidades técnicas de um determinado período bem como de algumas escolhas feitas pela equipe que produziu o periódico. Deve-se levar em consideração a distribuição entre as matérias dentro do periódico, o fato dela ter sido escolhida para estar na publicação e em que local da publicação ela aparece – se em “setores” como “política”, “economia”, “página policial”, “anúncios”. O que vemos é aquilo que foi eleito como digno de

chegar até o público. É preciso que se conheça também o grupo editorial, quais os colaboradores, os possíveis “patrocinadores” e “parceiros”, as ligações do periódico com diferentes poderes políticos e financeiros, entre outros. Para isso, faz-se necessário, também, recorrer a outras fontes para analisar o processo de “organização, o lançamento e a manutenção do periódico”.

Nesta pesquisa optou-se por não ter como parte central da análise a constituição da literatura infantil e das páginas, seções e suplementos destinados a crianças e jovens em sua especialização dentro de mídias periódicas. Ainda assim, uma breve contemplação de tal aspecto revelou certa disparidade entre localidades e mídias. A *Página do Guri*, por exemplo, que existiu no jornal cearense *Correio do Ceará* a partir de fins dos anos 1930, aparentava ter uma periodicidade um tanto irregular. Na capital nacional, todavia, já há algum tempo apontavam nos jornais páginas destinadas às crianças, seja de forma “lúdica”, seja com intuítos “científicos”, como nos casos das páginas de “puericultura”. É conhecido, também, o caso da revista *O Tico-Tico*, presente no país desde o ano de 1905, além da empreitada de Adolfo Aizen, com o *Suplemento Juvenil*, em 1934. Exceto pelo terceiro capítulo, onde é debatido o suposto “perigo” da literatura infantil em periódicos, o esforço, ao menos inicial, foi o de identificar o direcionamento das discussões em torno das obras literárias produzidas da infância. Assim, em um recorte temporal que se situa nos primeiros cinquenta anos do século XX, procurou-se reconhecer as tônicas e possíveis oscilações nesses discursos<sup>3</sup>, se há e em que medida se dá o processo de transformação da literatura infantil. Essa é, porém, uma atividade em aberto. Completar um exercício de tamanha envergadura demandaria mais tempo do que o disponível para esta pesquisa. Algumas colocações, entretanto, podem ser feitas e são reveladoras. É possível se observar, a partir dessa amostra de matérias de jornais, ao menos duas coisas: um crescimento nas discussões sobre a literatura infantil, quais as temáticas dessas discussões, onde elas se concentram e a mudança de uma clara identificação entre literatura infantil e literatura didática para, cada vez mais, a literatura infantil como literatura. Esses temas serão abordados no primeiro capítulo e parte do terceiro.

A tônica de cada capítulo está também em determinadas problemáticas. O primeiro capítulo versa sobre dois assuntos principais: a relação entre intelectualidade e Estado, especificamente na Era Vargas e a literatura infantil enquanto em processo de consolidação, tendo na criação da Comissão de Literatura Infantil, em 1936, um de seus momentos mais marcantes. O conhecimento e compreensão da variada gama de experiências, adesões, afastamentos – ou “cooptação”, para uns, e “negociação”, para outros – entre Estado Novo e intelectuais ajudam a perceber parte das motivações de ambos os setores e em que medida isso

---

<sup>3</sup> Para ter acesso à lista de periódicos estudados ver Anexo 5.

ajudou a propiciar um espaço para o crescimento e a discussão dos usos, funções, e limites da literatura infantil.

Foram escolhidas para a parte central desta pesquisa cinco obras de literatura infantil de autores diversos. Não obstante a escolha de um único escritor de livros para a infância pudesse, a seu modo, mostrar-se frutífera a opção de trabalhar com quatro autores – Érico Veríssimo, Cecília Meireles, Graciliano Ramos e Viriato Corrêa – atendeu, na medida do possível a alguns requisitos vistos como necessários para o tipo de abordagem pretendida. Primeiramente, buscou-se o afastamento da fórmula “autor e obra”, em especial, como suficiente para se falar dos aspectos analisados na literatura infantil do momento estudado. Segundo Darnton:

O contato popular com a palavra inclui as mães que cantam versinhos, crianças que recitam versos de pular corda, adolescentes que contam piadas sujas e negros que trocam insultos rituais (“xingar os pais”). Os historiadores podem preferir deixar essas pessoas para os antropólogos. Mas, mesmo que restrinjam a literatura à comunicação por meio da palavra impressa, eles poderiam ampliar sua concepção, de modo a incluir algumas figuras pouco familiares – trapeiros, fabricantes de papel, tipógrafos, carroceiros, livreiros, e até leitores. A literatura livresca faz parte de um sistema que produz e distribui livros. Mas a maioria das pessoas que fizeram funcionar esse sistema desapareceu da história literária. Os grandes homens expeliram os homens médios, os intermediários. Vista da perspectiva dos transmissores da obra, a história literária poderia surgir a uma nova luz. (Darnton, 2010, p. 150)

O trecho anterior dá ênfase aos intermediários no processo de produção e circulação da obra literária. O pretendido aqui não é uma “história do mercado editorial”, entretanto, Darnton chama a atenção para a pluralidade e a riqueza de agentes nesse processo. Dessa forma, pretende-se não ficar preso ao autor como fonte única da criação literária. Participando de um “nós” que em parte define os caminhos e escolhas de um “escritor” cuja obra guardará sempre relação com o mundo em que vive, e vendo a obra como um processo onde o material “final” passa por variados estágios de modificação em relação ao texto inicial, inclusive a necessidade de se imaginar o “apropriador” antes da “apropriação”, acredita-se que o trabalho com a obra literária “finalizada”, editada, traz aspectos importantes para se verificar como todo um conjunto de mecanismos envolvidos na produção dessa literatura – de escritores a pedagogos, médicos, psicólogos, editores etc. – está relacionado a determinadas questões que podem ou não dizer respeito a projetos, intensões e mesmo noções de infância e ajuda a determina-la.

O formato escolhido para esta pesquisa foi, primordialmente, o do texto impresso, mais precisamente, o livro. Ainda assim, outras manifestações também consideradas literatura infantil, como as histórias em quadrinhos, são de certa forma contempladas, não como material a ser analisado, mas encontrando-se presentes na documentação geral referente aos debates sobre as obras literárias para a infância e a juventude. No entanto, como tem se

argumentado, o texto não é o único aspecto abordado nessas obras. As discussões sobre literatura infantil giram também em torno de sua apresentação material, tanto quanto o conteúdo escrito, e às vezes até mais. Aliando esse ponto ao contato com o livro em si, tendo sob reflexão não somente o texto, mas as imagens e mesmo a formatação dos livros, pretende-se observar que criança está sendo imaginada e a qual infância é destinada esses livros.

Tentou-se, dessa maneira, uma interpelação ampla, que contemplasse, ainda que minimamente, faces diferentes da questão. Muitos autores que não tinham ou fizeram necessariamente carreira na literatura infantil experimentaram o gênero nas primeiras décadas do século XX. Graciliano Ramos, um dos autores escolhidos, é um desses casos, com três obras para a infância datadas de fins dos anos 1930 e início dos anos 1940, além de uma obra de memórias – não voltada para o público infantil, cujo nome é *Infância* – onde esse período de sua própria vida é contemplado. A obra escolhida desse autor para análise é *Pequena História da República*, em relativa comparação a uma obra de Érico Veríssimo, tendo o nacionalismo como tópico principal.

Outros autores fizeram fama no gênero, tendo reconhecimento similar ao da figura de Monteiro Lobato entre as crianças. Viriato Corrêa, conta com uma extensa quantidade de obras para a infância, em sua grande maioria, aliando pedagogia – no ensino de história do Brasil – à ludicidade. A obra *Cazuza* foi escolhida tanto por se tratar de um grande sucesso do escritor como por seu momento de produção e não ser classificada exatamente como uma obra didática.

Érico Veríssimo surge como um grande escritor de histórias para a infância ainda em seus primeiros anos de carreira. A aproximação desse autor com o universo infantil se dá por várias vias. Em parte escritor, em parte coordenador de programa de rádio para o público infantil, em parte próximo às novas tendências – os desenhos animados, especialmente as “fitas” de Walt Disney, e as histórias em quadrinhos –, em parte produtor de obras com caráter eminentemente didático, enquanto outras guardam tom mais recreativo, embora certa pedagogia não deixe de ser executada<sup>4</sup>, é um autor cujos livros nos trazem várias questões a serem estudadas. Utilizamos aqui, principalmente, *As Aventuras de Tibicuera*, criação de 1937 e um dos ganhadores do concurso literário da CLI.

Cecília Meireles, como pedagoga e escritora – para crianças e adultos –, teve uma importância grande como pensadora da literatura infantil. Participou da Comissão Nacional de Literatura Infantil nos primeiros meses de sua existência e participou ativamente das discussões sobre literatura infantil no período. *A Festa das Letras* é escrito em parceria com o

---

<sup>4</sup> Ver: MARCHI, Diana Maria. Érico Veríssimo: profissão, escritor. In: **Ciências e Letras**. Porto Alegre, n. 38, jul/dez 2005, pp. 147-162. Disponível em: <<http://www.fapa.com.br/cienciaseletras/publicacao.htm>> Acesso em: jan/2013.

médico Josué de Castro e trata de aspectos de manutenção da saúde e da criação de bons hábitos para a infância.

Embora essas escolhas aparentem completa ausência de conexão, o fator primordial de coesão se encontra na Comissão de Literatura Infantil. Entendida como uma espécie de microcosmo dos embates em torno da literatura infantil e, conseqüentemente, da infância nos anos 1930 e 1940 e encarregada de definir o gênero, os quatro autores escolhidos. O primeiro como um escritor dos mais recomendados para infância<sup>5</sup>, os dois seguintes como participantes e ganhadores do concurso daquela instituição e o último como um (breve) integrante da mesma.

Sobre a análise das obras, propõe-se uma mescla de análise textual e da estrutura material, sendo no primeiro caso, observado como os personagens infantis são construídos na narrativa, as questões as quais os mesmos são confrontados, as temáticas e tensões num diálogo entre “texto” e leitor (as propostas do texto para o leitor). O tratamento da literatura infantil nesta pesquisa se assemelha à forma com que Maria do Rosário (1997) aborda o tema da literatura infantil. Em seu trabalho a autora procura estudar o que chama de “literatura infantil de resistência” entre as décadas de 1970 e 1990, no Brasil. Para tanto, parte de uma reflexão que perpassa a visão da criança, da infância, como algo historicamente construído, atrelado a diversos mecanismos que estão constantemente criando significados para esses termos, encontrando no período analisado algo que ela vai identificar como sendo uma mudança de perspectivas quanto às representações de infância e aproximando essa mudança de perspectiva a uma “matriz lobatiana”, ao menos, no sentido de estar sendo criada uma literatura infantil que toma a criança como tendo certa autonomia e capacidade de reflexão, abrindo a possibilidade do diálogo – sobre variados temas e, no caso do período pesquisado pela autora, temas vinculados à questão da liberdade, liberdade de expressão, autoritarismo – e, se está sendo tomada o mundo infantil como uma esfera que não é exatamente a mesma do mundo adulto, ao menos, a distância não é tão grande e a criança não é vista como inferior. Esse movimento acontece, para a autora, seguindo em direção ao confronto entre as possibilidades lúdicas e pedagógicas da literatura infantil, em meio a literatura dominante até a década de 1970 que “tem como pressuposto uma concepção de infância como sendo o lugar do não-saber, da fraqueza, da dependência e, paradoxalmente, da inocência a ser preservada e de maus instintos a serem erradicados” (ROSARIO, 1997: 66).

---

<sup>5</sup> Em pesquisa desenvolvida pela Comissão de literatura infantil para saber o gosto infantil, Viriato Corrêa aparece como um dos mais lidos e apreciados pelas crianças, ao lado de outros nomes que se dedicaram de forma mais intensa ou não à produção para o público infantil, como o de Monteiro Lobato, Marques Rebello, Olavo Bilac, dentre outros. Ver:

Para Maria do Rosário, a literatura infantil, neste caso, é mais um desses espaços de criação de significados para a infância, ao lado de instituições como a escola, a família, as religiões, o Estado, a medicina, a psicologia, a mídia. Importa investigar dentro dessa relação “quem é essa criança que está sendo chamada ao debate”. Em outras palavras, a relação existente entre essa literatura e o público leitor ao qual ela se destina. Dessa maneira, a pesquisa da autora segue no sentido de analisar a presença de espaços variados na literatura infantil, como o espaço da rua, e a presença dos variados grupos sociais que circulam nesse espaço.

A escolha de obras e autores variados se deu a partir da percepção da infância na literatura infantil do período como não sendo “homogênea”. É possível analisar os diferentes discursos que estão presentes nessa literatura e como eles estão ligados a imagens e projetos diferenciados de infância. É possível também perceber aproximações em determinados momentos. Em outras palavras, há aqui a pretensão de observar as tensões variadas presentes nos livros para crianças.

Assim, a proposta para o segundo capítulo é tentar perceber, através dos exemplos analisados, algumas questões centrais que estão presentes nos livros infantis, como a formação da identidade nacional, a instrução e a educação (moral, espiritual, mental, alimentar, corporal etc.), dentre outros temas, tendo em mente em que medida essas questões concorrem para finalidades específicas em relação a um público leitor esperado.

O terceiro capítulo adentra na discussão sobre a materialidade da obra literária para a infância e termina com o estudo de um caso específico que começa a ganhar corpo nos anos 1930, explode em fins dos anos 1940 e se arrasta até os anos 1960 e 1970, sem uma completa definição: o problema das histórias em quadrinhos.

A divisão dos capítulos pretende dar uma movimentação ao tema que deixe explícita antes da análise propriamente dita das obras de literatura infantil o que tenho compreendido como um processo de constituição de conceituações e possibilidades de ação para a literatura infantil. Para tanto, trabalhamos com as discussões da crítica literária sobre as obras infantis num período que vai dos primeiros anos do século XX até por volta de 1945, a partir da análise de periódicos variados pelo país<sup>6</sup> identificando como se dá o debate sobre essa produção e suas modificações e pontos de tensão. Este é o tema central do primeiro capítulo, junto a uma breve discussão sobre a relação entre intelectualidade, Estado e literatura infantil e a infância. Este capítulo se encerra com uma análise sobre a Comissão de Literatura Infantil

---

<sup>6</sup> Essa abordagem foi também possível graças à disponibilização pela Biblioteca Nacional de seu acervo de periódicos digitalizados online, onde a pesquisa por temáticas, localização e período, facilitam a identificação das fontes desejadas. Ver o site: <http://hemerotecadigital.bn.br/>

do Ministério da Educação (CLI), identificada como uma via institucional de demarcação do território e das possibilidades de ação da literatura infantil e daqueles que circulam nesse território. Em seguida partimos para a análise das obras observando, pelo menos, quatro aspectos importantes das discussões às quais a literatura infantil estava ligada: a questão da nacionalidade e da modernidade, a tensão entre as possibilidades lúdicas e pedagógicas na literatura infantil e os direcionamentos pedagógicos e científicos que, em grande parte, estão sendo utilizados para se pensar a infância e a criança.



**CAPÍTULO 1:**  
**A INFÂNCIA E A CRIANÇA EM DEBATE**

## 1.1 - Os intelectuais, a Infância e o Estado

Gostaria de iniciar estas reflexões com duas citações:

Aos onze anos experimentei grave desarranjo. Atravessando uma porta, choquei no batente, senti dor aguda. Examinei-me, supus que tinha no peito dois tumores. Nasceram-me pelos, emagreci – e nos banhos coletivos do Parnaíba envergonhei-me da nudez. Era como se meu corpo se tivesse tornado impuro e feio de repente. Percebi nele vagas exigências, alarmei-me, pela primeira vez me comparei aos homens que se lavavam no rio (RAMOS, 1980: 253).

No dia que virou homem, um sentimento novo se apossou dele. Porque Geraldo Viramundo virou homem de repente, num dia em que, às quatro horas da tarde, olhou para o mundo e surpreendeu um de seus mistérios. [...] O momento assim surpreendido parecia conter um significado qualquer que lhe escapava, e a tudo se subordinava, como as notas de uma música. Geraldo Viramundo se sentiu mais só do que quando mergulhava no rio, mas era uma solidão feita de desamparo e de saudade da infância - quando, minutos mais tarde, se ergueu e caminhou em direção à casa, percebeu que não era menino mais.” (SABINO, 1983: 28)

Há, espacial e temporalmente (e do ponto de vista literário e da metodologia da história), algumas discrepâncias entre esses dois textos. O primeiro diz respeito às memórias de infância do escritor Graciliano Ramos entre fins do século XIX e início do século XX, no estado de Alagoas. Data de 1945 a publicação da primeira edição, pela editora José Olympio, de *Infância*<sup>7</sup>. O trecho escolhido é parte inicial do capítulo final da obra, chamado *Laura*, onde são narradas pelo autor as aflições passadas em meio às mudanças provocadas pela chegada à “puberdade”. A segunda citação faz parte de um romance escrito por Fernando Sabino – *O Grande Mentecapto* – iniciado ainda nos anos 1940 e publicado pela primeira vez em 1979 pela editora Record. Assim como em *Infância*, temos um momento de “transformação”, de passagem do que seria um estágio da vida para outro.

Nesses dois casos, temporalidades e espacialidades entre escritores e personagens, o caráter das obras, têm suas variações. Então que sentido faria, qual o motivo para que o texto seja iniciado com esses dois autores? A ideia é, mesmo que de forma rápida, mais do que analisá-las, compará-las, usar as comparações para, a partir de pontos em comum, levantar os primeiros questionamentos sobre o tema de estudo.

Se observarmos, há pontos de aproximação que, mesmo com todas as possíveis ressalvas e mesmo impossibilidades de análise, nos permitem, ao menos, iniciar nossa reflexão. Pode-se, logo de início, observar que se trata de dois escritores brasileiros, tomando-se o

---

<sup>7</sup> A qual, ainda que inserida no recorte temporal proposto, não está totalmente adequada para as delimitações da pesquisa, embora, como veremos, retornaremos a ela por conter alguns aspectos importantes para serem ao menos levemente analisados.

devido cuidado com os momentos distintos da escrita de ambos. Já nesse ponto, abre-se o debate sobre o “lugar social<sup>8</sup>” de onde escrevem, para quem escrevem, em que grupos estão inseridos etc. Logo chegamos, em consequência da primeira reflexão, às perguntas sobre “suporte material e produção, circulação e consumo<sup>9</sup>”, *redes de sociabilidade*<sup>10</sup>, geração<sup>11</sup>, mercado editorial, quem sabe, possíveis aproximações entre ambos, mesmo que escrevendo em momentos “diferentes”, embora não tão distantes.

Ambos falam da infância, ou melhor: do fim da infância, da passagem para uma “etapa” diferente. Aqui podemos adentrar na trilha de outro questionamento: o que esses autores entendem por infância? Ou ainda, o que lhes dá, ou não, poder de falar sobre, falar a infância ou falar à infância?

Concentremo-nos neste ponto: ao falarmos de mudança, transformação, passagem da infância para outro estágio podemos indagar como é imaginada a relação entre esses momentos diferentes da vida ou, ainda, sob que aspectos a existência desses estágios, a relação entre eles e a forma como se dá a passagem de um para o outro são fundamentadas. Se atentarmos uma vez mais para o que ambos falam percebemos que, num caso a passagem é vista sob a perspectiva do funcionamento corporal, sob um ponto de vista “biológico”. No outro caso, essa transformação se dá de forma mais sutil, subjetiva, passando como que por uma percepção, uma consciência da mudança.

Nota-se que se esboçam alguns direcionamentos. Se pensarmos em termos de palavras-chave para defini-los, teremos algo como infância, literatura e intelectuais – uma definição mais geral para o(s) grupo(s) de que temos falado até agora. Poderemos avançar mais se dissermos que nessa associação entre infância e literatura temos uma parcela dessa produção que é destinada quase que exclusivamente para o “pequeno” público leitor e que é essa parcela que nos interessa. Podemos dizer também que, mais do que essa literatura em si, interessa-nos a forma como é representado o público ao qual ela é endereçada. Unido a isso, faz-se necessário não perder de vista as discussões, conflitos, projetos aos quais essa literatura está ligada.

Dito de outra maneira (e definindo recortes espaciais e temporais), a pesquisa aqui

---

<sup>8</sup> Penso aqui na forma como Michel de Certeau utiliza essa expressão para falar das pressões e conflitos inerentes a um espaço, produção e como quando, por exemplo, ao se produzir um determinado conhecimento, estamos nos dirigindo a um “nós” específico que diz respeito, mais do que ao “grande público” que a tal criação possa atingir, aos seus “pares”. Sobre esse assunto, ver: CERTEAU, Michel de. A Operação Historiográfica, In: **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitaria, 1982, pp. 56-119.

<sup>9</sup> Ver Chartier ao falar do processo de produção das obras literárias e a discrepância entre texto inicial e produto final – a obra literária. Outro exemplo encontramos em Ulpiano Bezerra de Menezes, ao falar sobre história da imagem e a necessidade de se levar em conta esses três aspectos.

<sup>10</sup> Ver: GOMES, Ângela de Castro. **Essa gente do Rio: modernismo e nacionalismo**, Rio de Janeiro: FGV, 1999.

<sup>11</sup> Ver: SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

proposta tem por objetivo estudar a literatura infantil em seu processo de consolidação como um espaço importante de criação de sentidos para a infância durante as décadas de 1930 e 1940, mais especificamente entre 1936 e 1945, período que engloba dois aspectos importantes da nossa reflexão: a Comissão de Literatura Infantil, existente entre os anos de 1936 e 1938, criada pelo Ministério da Educação e Saúde, e o Estado Novo. Cabe-nos neste momento a tarefa de falar um pouco mais sobre essa relação entre intelectuais e Estado e como a infância se insere nessa questão.

Trabalhar com uma definição como “intelectual” ao mesmo tempo em que se mostra um campo fértil para a pesquisa em história guarda, ou pode guardar, certas complicações e desafios. Sirinelli (1996) fala sobre a atenção à história dos intelectuais na França como um dado recente. Um primeiro fator a apontar para essa ocorrência encontra-se na associação feita entre História dos Intelectuais e História Política e o descrédito pelo qual esta última passou em décadas passadas.

Essa observação está ligada, dentre outros fatores à predileção em um determinado momento por temporalidades específicas, mais “dilatadas” e a opção por grupos sociais diferentes – o “entusiasmo pelas massas” (SIRINELLI, 1996: 235) –, em certa medida, à própria dificuldade de definição do termo “intelectual” – o que para o autor se configura como outro dos problemas que devem ser enfrentados. Os intelectuais são, de certa forma, um grupo ao mesmo tempo reduzido, um “grupo social de contornos vagos, que durante muito tempo foi pouco significativo em termos de tamanho” (SIRINELLI, 1996: 234) e de difícil definição. Poderia existir – e, em caso de resposta positiva, qual seria – um critério de definição “universal” para esse grupo? Seria possível uma definição a partir do “nível de instrução”? Ou seria mais “cabível” precisa-los por seu engajamento e atuação?

Além disso, outro fator a ser considerado se encontra na delimitação temporal e no alcance da atuação de um determinado grupo de intelectuais. Mais ainda, esse fator coloca em palco outra questão que não pode ser deixada de lado: a ambiguidade e diversidade do “grupo” se pensamos em adesões às políticas governamentais em determinados momentos ou a crítica em outros.

A questão, então, passa a ser (ou deve ser) encarada de uma maneira que não escamoteie a intelectualidade como um meio “polimorfo e polifônico”. Em outras palavras, trata-se de problemas de compreensão e extensão do tema onde o melhor caminho talvez seja a busca de definições variáveis, ainda que através de elementos invariantes. Podemos aplicar uma abordagem mais “extensiva” e ao mesmo tempo outra em escala menor, levando em consideração uma parcela grande e variada da sociedade enquanto não se foge da questão da atuação e do engajamento. As duas modalidades não são excludentes, já que ambas dizem

respeito a aspectos do social. Na verdade, separá-las talvez seja um falso problema. Para o autor, deve-se partir do amplo e depois ir “fechando” a abordagem dependendo de cada caso (SIRINELLI, 1996: 243).

É pertinente falarmos em três noções revisitadas por Jean-François Sirinelli: itinerário, geração e sociabilidade. É o caso, por exemplo de trabalhos que analisam a trajetória intelectual de um indivíduo ou grupo, o que pode conter perigos mesmo quando trabalhamos com trajetórias advindas de matrizes comuns. O autor aponta como um dos caminhos fugir das generalizações – impossíveis levando-se em conta o cruzamento de trajetórias individuais – e procurar os “campos magnéticos” que atuam em determinado grupo.

O que nos leva às estruturas e *redes de sociabilidade* e solidariedade. Falamos aqui tanto de estruturas às quais indivíduos se unem, aproximam ou se agregam – como uma revista ou um conselho editorial – como de redes formadas por matrizes comuns tanto de estudos ou inclinações teóricas como de proximidades espaciais e temporais, proximidades variadas, mesmo afetivas, formando o que seria o fenômeno chamado de geração. Ainda assim, esses fenômenos estariam mais ligados à gestação e aos primeiros anos de um grupo criando uma espécie de “memória coletiva” (SIRINELLI, 1996: 254).

Para ele, há a necessidade de desmontar minuciosamente essas redes (SIRINELLI, 1996: 254). Um dos problemas do emprego dessa noção de geração está em que é “inábil buscar nisso uma chave-mestra para o estudo da sociedade intelectual” (SIRINELLI, 1996: 254). Para o autor, “mais do que à direção da paisagem ideológica, é a uma observação da localização dos intelectuais – e eventualmente seu deslocamento – no interior dessa paisagem que o historiador deve particularmente se dedicar” (SIRINELLI, 1996: 257-258). Seria, portanto, interessante praticar uma abordagem que perpassasse os níveis das ideologias, da cultura política, “apenas em parte elaborada pelo meio intelectual – com o qual apenas raras vezes ela está de acordo” (SIRINELLI, 1996: 237) – e das “mentalidades coletivas”.

Muito embora a pretensão deste trabalho não seja a de focar os esforços em um estudo da intelectualidade brasileira nas décadas anteriormente citadas, faz-se necessário ter essas reflexões em mente, em especial nesse período e para esse objeto, na medida em que estamos, no fim das contas, falando principalmente da intelectualidade quando falamos de um dos setores mais atuantes em relação às iniciativas ligadas à infância neste período, bem como é ela, também, a “produtora” de literatura infantil.

Em pesquisa sobre os intelectuais e a educação no Estado Novo, Adonia Antunes Prado tenta identificar as formas pelas quais “o governo do Estado Novo tematizou a questão educacional” (PRADO, 2000: 1). Concentra-se na questão da formação do professor primário rural e analisa as relações entre a realização do Oitavo Congresso Brasileiro de

Educação, em Goiânia, no ano de 1942, e a campanha governamental da “marcha para o oeste” na convocação de intelectuais para auxiliarem o governo.

A autora destaca, como fatores importantes para a compreensão da atuação intelectual, a importância das transformações ocorridas no cenário brasileiro a partir dos anos 1920 e, citando Miceli, destaca as transformações nos âmbitos cultural, como o crescimento editorial e o surgimento de novas instituições culturais; econômico, com o aumento da intervenção estatal aliada ao crescimento industrial e urbano em detrimento do setor rural e agropecuário; social, com a “consolidação da classe operária e dos empresários industriais”; e político, com o surgimento de novos grupos e o desgaste das “oligarquias tradicionais” (MICELI, 1979 apud PRADO: 1). Dentre esses fatores, para a autora, um dos que merece mais destaque é a de formação de instituições – que permanecem até os dias atuais, o que mostraria o impacto da Era Vargas no espaço nacional. Esta, em seu período mais fechado – o Estado Novo (1937-1945) – é entendida por Adonia Prado como um mecanismo triplo de funcionamento que alia supressão de “prerrogativas democráticas, implantação de um modelo de modernização conservador” e o uso de propaganda e da “divulgação ideológica” como forma de autolegitimação” (PRADO, 2000: 1). Assim, para a autora, o Estado Novo teria inaugurado uma nova forma de política ao inserir nesse contexto o plano educacional e o plano cultural.

Dentro desse contexto, para Prado, a intelectualidade brasileira é vista nesse período como tornando-se uma espécie de grupo intermediário, mediador entre Estado e população, “um grupo que produz e transmite ideias, visões de mundo, ensinamentos, etc. e os divulga, utilizando-se de recursos propiciados pelas redes de comunicação existentes em nível da educação, da cultura, da comunicação de massa, dentre outros” (PRADO, 2000: 2). Assim, em meio à impossibilidade de escapar à cooptação, os intelectuais encontraram em alguns setores específicos maior possibilidade de ação, ainda que sob a tutela estatal, destacando o serviço público, o mercado do livro em ascensão, instituições culturais e políticas ou ideológicas de cunho mais conservador, como a igreja católica (PRADO, 2000: 2). Exemplo importante dessa política estadonovista pode ser encontrado em seu símbolo máximo de censura, o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), que era o mesmo que atuava tanto no cerceamento da “liberdade de expressão” quanto o que “abria caminhos” a partir da criação e publicação de revistas especializadas, estudos, contribuição na constituição de concursos, dentre outros<sup>12</sup>

---

<sup>12</sup> Um exemplo que pode ser dado é o de um concurso de literatura infantil da Revista *Diretrizes* ocorrido entre fins de 1939 e início de 1940 cujo tema era a República. Nele, um fator interessante que não passa despercebido é a presença de Lourival Fontes (1889-1967), um dos nomes mais importantes no âmbito da propaganda governamental, estando à frente do Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPCD) – que futuramente foi renomeado para Departamento Nacional de Propaganda (DNP) e, em seguida, Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) – entre 1934 e 1942, como um dos organizadores do concurso em um periódico que teve vários conflitos com o Estado Novo. Sobre o concurso ver: Novo e sensacional empreendimento de diretrizes - concurso nacional republicano. *Diretrizes*, ed. 18, Rio de Janeiro, 09/1939, pp. 83-85.

Klinger (2004) tenta focalizar suas preocupações nas relações entre Estado e cultura, especialmente na relação entre intelectuais e Estado na ocorrência de governos conhecidos como populistas. Tendo como espaço Brasil e Argentina da primeira metade do século XX, a análise recai sobre as experiências do Peronismo e do Estado Novo. Para a autora, fator importante da análise é o da discrepância nessa relação Estado-intelectuais ao se comparar o caso dos dois países sul-americanos. Não obstante as relativas semelhanças apontadas nos dois governos, como a via autoritária para alcançar uma dita “modernidade” e a aproximação com os setores operários em crescente desenvolvimento, a aproximação entre Estado e intelectuais no caso brasileiro e a mútua repulsa desses dois setores no caso argentino, para a autora, pode ser explicada a partir de um terceiro fator: as “massas”.

Parte interessante da análise de Klinger se encontra no impacto citado pela autora de determinados eventos, sendo tão grande suas influências políticas e culturais que mesmo acontecimentos anteriores são pensados em relação à eles. O peronismo, para Klinger, é um desses casos, onde os anos 1930 passam a ser analisados por uma grande parte dos estudos voltados para o assunto como um período antecedente como que de preparação para o que viria a seguir. Embora os anos 1930 pudessem ser vistos por muitos como tempos obscuros, conta a autora que há crescimento em áreas como a do mercado editorial e “a formação de um novo jornalismo e uma nova literatura e da constituição de uma variante moderna do escritor profissional” (KLINGER, 2004: 104).

Sob o aspecto editorial, literário e intelectual, Brasil e Argentina guardam aspectos comuns, contudo, para a autora, em meio a eventos marcantes como a segunda grande guerra, a guerra civil espanhola, a ascensão do nazi-fascismo, a Revolução de 1917, dentre outros, que propiciaram o clima de escolhas extremas por parte da intelectualidade, o posicionamento dos intelectuais nos dois países parece ter sido relativamente oposto.

Klinger, citando Lucia Lippi Oliveira, assinala as massas como a questão essencial para se compreender a década de 1930. “Elas se apresentam como o desafio para todos que, à direita e à esquerda, supunham saber como organizá-las e comandá-las” (OLIVEIRA, 2001: 41 apud KLINGER, 2004: 105). No caso brasileiro, em meio a uma classe trabalhadora entre a exclusão do cenário político e a visão como ameaça às classes dominantes, a aproximação estatal se dá com o auxílio dos intelectuais. Para Klinger, não se trata de “cooptação”, que sugere algo forçado, mas uma espécie de “aliança” entre governo e esse setor da sociedade, destacando, pelo menos, duas questões – uma “econômica” e uma “missionária”:

Como assinala Milton Lahuerta (1997), a exigüidade do mercado e as dificuldades de profissionalização nos anos 30 levaram uma parcela dos intelectuais a aproximar-se dos organismos culturais do Estado Novo. Eles se diferenciam daqueles que aderiram

ao projeto estatal certos de que, por meio dele, estariam realizando uma missão com caráter público: a modernização como uma forma de criar a Nação. (KLINGER, 2004: 105)

Para Klinger, o caso argentino teria se deparado com um distanciamento duplo. De um lado, um governo conhecido como “anti-intelectual”, do outro, um efeito paradoxal de adesão e repulsa. Casos como o de Borges ou o de Victoria Ocampo e, do grupo em torno da revista *Sur* são citados como exemplos de afastamento em relação ao governo peronista. Arturo Jauretche, por outro lado é citado como exemplo de aproximação e, mais do que isso, fazendo parte daqueles que, “trabalhando no projeto peronista, se recusaram a se considerar ‘intelectuais’” (KLINGER, 2004: 106).

Esse posicionamento contra Perón, no entanto, seria evidência de algo mais profundo. Mais do que repulsa ao governo peronista seria uma forma de se entender a cultura e o papel do intelectual que estava distanciado da ideia de social e de política. Para Klinger:

Essa posição que assumem Victoria Ocampo e Borges, e que é representativa da atitude da elite social e cultural argentina, responde a um conceito de cultura como valor universal, que o intelectual cultiva à margem dos interesses políticos. É curioso, no entanto, que também os intelectuais brasileiros, que participaram no governo de Vargas sustentem esse mesmo conceito a-histórico da cultura. Quer dizer: de pontos de vista completamente diferentes, tanto os intelectuais argentinos quanto os brasileiros se consideraram a si mesmos em relação com o conceito de *clerc* de Julien Benda (KLINGER, 2004: 108)

Seria a posição tomada, por exemplo, por Mário de Andrade, cuja relação com o Estado Novo foi, de certa forma indireta, rejeitando atribuições, como no caso do cargo de Diretor de Teatro. Essa relação “indireta”, para Klinger, surgiu como uma tática que localizava Mário de Andrade em um meio termo entre o *clerc* e a ação política. Uma espécie de traição necessária. Uma ideia ambígua de missão do intelectual que “‘traí’ nos momentos ‘anormais’ a posição afastada do *clerc*: o prazer deve subordinar-se às obrigações, à moderação e ao sacrifício, portanto, não é raro que os tempos de vanguarda lhe resultem ‘imoderados’, entregues ao ‘puro prazer’, em uma palavra, ‘inúteis’” (KLINGER, 2004: 109).

Isso não significou que a “adesão” dos intelectuais brasileiros não teve conflitos, tensões e rejeições. Um dos casos mais simbólicos, e aparentemente estranhos, foi, talvez, a presença de Carlos Drummond de Andrade no Ministério da Educação e Saúde do Estado Novo, de forma que, para Klinger, uma das questões que devem ser levadas em consideração para que se analise a relativa “adesão” desse grupo às políticas estatais se encontra em algo exterior às simples relações políticas, como as redes de amizade (p. 109). De qualquer modo, a aproximação ou não em relação aos grupos populares, é, para a autora um fator marcante de diferenciação da intelectualidade nos dois países.

Bomeny (2001) traz alguns aspectos importantes para a discussão do papel dos intelectuais brasileiros e sua vinculação às políticas estatais. Um dos enfoques que a autora dá



é na noção de *geração* para que se possa compreender melhor como se deu essa proximidade.

Ângela de Castro Gomes (1996), ao analisar a produção entendida como historiográfica no suplemento literário *Autores e livros*, do jornal *A Manhã*, parte da política cultural do Estado Novo, faz uso de especificidades nas noções de intelectual e de geração. No primeiro caso, intelectualidade é entendida a partir da “especialização na produção de bens culturais”, ou, como diz a autora, “uma concepção mais restrita de intelectual, que privilegiasse a ideia do produtor de bens simbólicos envolvido direta ou indiretamente na arena política” (GOMES, 1996: 38-39).

Para o segundo caso Gomes faz algumas ressalvas quanto a utilização da noção de *geração*. Ao mesmo tempo em que assinala as críticas “contundentes” feitas a uma noção “moderna” do termo que teria surgido no século XIX associada à ideia de progresso e sucedendo-se umas às outras de forma sistemática, que tem como base pensar em um grupo da mesma “‘classe de idade’, o que os leva a compartilhar um certo sistema de gostos e valores: uma visão de mundo” (GOMES, 1996: 39), afasta-se desse sentido dado à *geração* sem, entretanto, abandonar completamente a noção. Apoiando-se nas sugestões de Claudine Attias-Donfut, evidenciando tanto temporalidades externas, relacionadas a “conjunturas”, quanto temporalidades internas, que dizem respeito à vivência, à experiência do grupo sobre determinados acontecimentos e conjunturas. Além disso, a ideia de *geração* proposta pela autora passa por, ao menos, dois aspectos: um diacrônico e um sincrônico. Ou seja, pensar nas relações do grupo e entre o mesmo e grupos diferentes. Dizendo de outra maneira: abandonar uma visão de *geração* que pense nela de forma completamente isolada espacial e temporalmente para dar a perceber as formas como ela entra em contato com outras “gerações”, o que passaria pela formação de uma identidade (geracional) através desse contato e distinção entre diferentes grupos (gerações).

Dessa forma, Gomes finaliza apontando que, junto à noção de geração, trabalha com outras três ideias que, de certa forma a complementam: a de *sociabilidade*, a de *campo* e a de *tradição intelectual*. A primeira traz à tona as questões da formação de redes de interação, de sociabilidade – espaços como escolas, associações, revistas – e a “afetividade”, um “sentido simbólico” que fica oculto dentro dessas redes de sociabilidade. Para Gomes, “se o espaço de sociabilidade é ‘geográfico’, ele é também ‘afetivo’, demarcando vínculos de amizade e de hostilidade e, principalmente, criando uma certa sensibilidade e visão de mundo” (GOMES, 1996: 42).

A segunda se subdivide em outras duas, em uma, segundo a autora, “utilização livre do conceito de *campo* de Bourdieu” (GOMES, 1996: 42). Primeiramente, “campo” que evidencia um “sistema de relações” e as particularidades individuais e do grupo formado por esses

indivíduos, sempre dinâmicos e carregados de conflitos, e, em segundo lugar, “campo intelectual”, onde trabalha com a questão da “autonomização” do grupo em relação à especialização e aumento de status dos produtores de bens simbólicos (GOMES, 1996: 42), o que, segundo Gomes, é exatamente o que acontece no período.

Por fim, o conceito de *tradição intelectual* que ajuda a pensar elementos como a “filiação” ou “ruptura” em relação a determinadas orientações intelectuais, além de, como fala a autora, marcarem “o perfil de gerações, que nelas e por elas procuram se demarcar” (GOMES, 1996: 43).

De uma forma ou de outra, a interação entre Estado e intelectuais, ainda que nem sempre sob a forma de adesão ou cooptação<sup>13</sup>. Aproximando-se de discussões caras aos debates de grupos políticos e intelectuais já presentes desde a década anterior, tais como a questão da nacionalidade, o Estado Novo, ainda que repressivo, surgiu como uma possibilidade válida de participação, de forma mais direta, da vida política nacional (PRADO, 2000: 4). A questão da formação da identidade nacional, de fato, mostrou-se nesse momento, de extrema importância para uma suposta nação “incompleta” e a obra que a completaria “passava pela questão étnica, pela integração territorial, pela centralização do poder político, dentre outros aspectos, e o governo contava com os intelectuais nessa obra” (CAPELATO, 1998 apud PRADO, 2000: 4).

Quanto às políticas estatais, Ângela de Castro Gomes fala sobre a forma como no período do Estado Novo se configura um projeto governamental mais amplo que a autora chama de “política cultural”, onde o objetivo seria o de “produção de um apoio de massas para o nacionalismo estatal”, ancorado na difusão cultural a partir de diversas entidades, como as midiáticas, educacionais, artísticas, entre outras (GOMES, 1999b: 20) Dentro dessa perspectiva, ela pensa cultura como:

uma trama de significados compartilháveis e, por isso, comunicáveis entre os membros de grupos maiores ou menores. Contudo, esse conjunto de significados simbólicos, intrínseco à ação humana, não foi tomada como um todo homogêneo e sistemático que guarda, como a priori, “um” sentido estrutural passível de ser apreendido pelo pesquisador. A política cultural do Estado Novo será tratada como um conjunto que guarda significados, mas que possui pluralidades de pontos de vista, “funcionando” de uma forma contraditória e aberta e podendo ser apreendida de múltiplas maneiras (GOMES, 1999b: 21).

Uma das principais fontes analisadas pela autora para pensar nessa questão cultural é a revista “Cultura Política”, publicação do Departamento de Imprensa e Propaganda. Nela é analisada a seção “Brasil social, intelectual e artístico”, observando como é vista a questão do “espírito da nacionalidade”. Ou seja, como é pensada a questão da “identidade

---

<sup>13</sup> Ver, por exemplo a “presença” de Graciliano Ramos junto ao Estado varguista em sua participação no concurso de literatura infantil, em 1937, pouco tempo após sua prisão, em 1936, e na revista Cultura Política.

nacional”, sendo vista não como um “sentimento espontâneo transcendente, desde sempre existente e pronto a revelar-se aos brasileiros” (GOMES, 2007: 52), mas como algo que deveria ser “encontrado/criado”, construído, a partir de uma aproximação positiva com o passado, quebrando com a forma de aproximação anterior que via sempre o passado de uma forma “condenada”. É uma tentativa de alcançar o “real” a partir do seu passado.

Essa aproximação com o passado se deu em todos os âmbitos e se configurou nas políticas culturais implementadas pelo Estado Novo. É nesse sentido que podemos perceber como a questão educacional – com a reforma educacional de 1936 promovida pelo ministro Capanema, a produção de literatura infantil e a infância se tornam setores contemplados pelas políticas estatais. A criança, como futuro do país, se transformou em fator importante e de disputas de projetos variados e divergentes nesse momento.

Nos últimos anos do século XIX e primeiros anos do século XX a infância passou a ser matéria corrente e centro de atenção de diversos setores sociais brasileiros. A educação se tornou um local onde são depositadas as esperanças por ser compreendida como contendo poderes para moldar a sociedade brasileira. Durante a década de 1930, diversos setores da sociedade passaram a disputar seu espaço de atuação dentro do âmbito educacional. A criança e a infância, de forma geral, passaram a serem vistas como o futuro da nação e, dessa maneira, ganhou interesse peculiar, mesmo que de forma diversificada, dentro das políticas estatais, ações de grupos de intelectuais, setores religiosos<sup>14</sup>.

Para Freitas e Kuhlmann há um movimento de constituição do campo de ciências da infância, matéria de perplexidade àqueles que se ocupam dos estudos da história da criança (FREITAS e KUHLMANN, 2002: 7) que pode ser observado, logo de início, na distinção feita entre as duas noções: criança e infância. Não foram poucas as tentativas de identificação das diferenças entre essas noções onde, para ambos os autores, e a intelectualidade, longe de ser a única parcela da sociedade a falar, tentar delimitar ou gerar projetos para crianças e infância, aparece como um conjunto significativo que constituiu como um dos seus trabalhos estudar a criança e a infância, em outras palavras, a criança é transformada em “objeto de ciência” (FREITAS e KUHLMANN, 2002: 8). De difícil precisão, infância é identificada como um período no qual vive um sujeito social (FREITAS e KUHLMANN, 2002: 7). É um período de vida. Já o termo “criança” refere-se ao sujeito social que vive esse período. Entretanto, sistematizar essas diferenças e/ou construir significados não é exatamente a tarefa do historiador. Mais importante é tentar identificar como se dão os processos nos quais essas noções tomam forma e ganham sentidos variados.

---

<sup>14</sup> Ver capítulo 2 de: SCHWARTZMAN, Simon. **Tempos de Capanema**. – Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1984, pp. 51-78.

Dessa forma, podemos analisar a infância contemplada pelo campo jurídico (DOS SANTOS, 2010; PASSETI 2010), no caso da chamada “infância abandonada”, ou os projetos pedagógicos em confronto como no caso da Escola Nova e das demais teorias pedagógicas vigentes (CARVALHO, 2002), ou nas iniciativas da igreja de restituição do ensino religioso obrigatório, dentre outros.

A Igreja Católica na década de 1930 se tornou um dos setores que disputou um lugar no regime. Fazendo um trabalho de autocrítica em relação ao seu posicionamento a propósito de questões inerentes à própria natureza da “fé católica”, entre uma “hipertrofia da afetividade em detrimento da razão”, busca inserir seu discurso em meio à argumentação criada “a favor da razão, da ciência e do ‘materialismo’ como critérios únicos para a ação social e política” (SCHWARTZMAN, 1984: 55-56) como forma de se encontrar seu espaço no novo regime.

Como um dos setores inicialmente mais críticos em relação aos rumos que o país havia tomado, é em personagens como Francisco Campos que se intenta uma reaproximação entre religião e Estado. Durante a década anterior acontece o movimento de renovação da Igreja Católica, “dramatizado pela atuação de Jackson de Figueiredo no Centro D. Vital e continuado por Alceu Amoroso Lima” (SCHWARTZMAN, 1984: 54) que, dentre outras conquistas, consegue angariar personagens importantes para a sua causa. Durante o período Vargas a Igreja vai estar atuante, em especial no que diz respeito à educação, entrando em conflito com intelectuais e direcionamentos os quais ela identifica como promovedores da degeneração do país. Essa questão toca diretamente a literatura infantil nos casos das chamadas “leituras perniciosas” e nos diz muito acerca da importância que os livros infantis ganham seja como tendo intenção educativa e instrutiva seja como recreação. Além disso, essa disputa em torno da literatura infantil e, no fim, em torno da infância é formada por uma mescla de fatores que se sobrepõem. Para a Igreja, as leituras perniciosas eram identificadas com a inserção de elementos do comunismo nos livros infantis. Comunismo, entretanto, parece não ser algumas vezes bem precisado e parece estar relacionado em muitos momentos a tudo que de alguma forma está fora da esfera espiritual. Mas leituras “inadequadas” podem dizer respeito a livros mal escritos, livros recreativos num momento, literatura infantil com caráter didático fortemente acentuado, em outros momentos, ou leituras “inadequadas” as “aspirações do país”<sup>15</sup>.

Em matéria do periódico *O Nordeste* de 24 de janeiro de 1938<sup>16</sup>, temos algumas questões que se tornam bastante reveladoras para o nosso objeto de investigação. É uma

---

<sup>15</sup> Veja o exemplo do livro **Geografia de Dona Benta**, de Monteiro Lobato, que é acusado por Carlos Maul de ser nocivo ao país e “separatista” na crônica: **Veneno às creanças**. *Correio da Manhã*, 19 de março de 1936, p.4.

<sup>16</sup> A literatura infantil e a educação cristã. **O Nordeste**. Ceará, 24 jan.1938, p. 1 e 4.

matéria de capa intitulada “*A literatura infantil e a educação cristã*” onde os problemas relacionados à infância e à literatura infantil são expostos:

Grande tem sido ultimamente a actividade dos Governos Federaes e Estaduaes no sentido de impedir a infiltração comunista nas escolas. Commissions e commissões têm sido nomeadas para a censura e o expurgo de livros didacticos e literarios destinados ás creanças. Esta é, de facto, a mais perfeita, duradoura e completa defesa contra a acceitação das idéas communistas. Prender um comunista grande é tratar a dor com entorpecente. A cura do mal só se verifica atacando a causa e fortificando o organismo para repellir a doença. Evitar que as crianças se contaminem e cuidar da formação espiritual dos pequeninos é o remédio que dará o necessário vigor ao corpo social para a completa repulsa a essa gangrena vermelha. Não haverá mocidade comunista si se ministrará a instrução christã ás crianças.

As atividades citadas no início da matéria dizem respeito aos empreendimentos do governo federal contra possíveis publicações indesejadas e que são citadas em fins de 1937 e início de 1938 n’*O Nordeste*: uma pequena série de matérias que parecem falar de uma espécie de caçada a essas leituras perniciosas e ataques a intelectuais<sup>17</sup>, principalmente à figura de Anísio Teixeira, até pouco tempo Secretário da Educação do Rio de Janeiro, agora sofrendo considerável “ostracismo” com as perseguições do regime político. Mais adiante é dito:

O inimigo, porém, perdendo sempre, resolveu voltar suas vistas para a infância e a juventude. Foi pouco a pouco se introduzindo entre o professorado e fazendo adoptar nas escolas livros com suas idéias. Também completando a tática de combate, enveredaram-se pelo campo da literatura infantil, por meio de livros bem illustrados e attraentes. A criança, desprevenida e abandonada, foi assimilando as lições dos falsos mestres e devorando.

Atentando para a imagem da matéria<sup>18</sup>, uma mãe abraçando o filho e a legenda da imagem – “Meu filho, a tua mamãe é a tua melhor escola. De que serve ires para esse collegio, onde te arriskas a perder o que aprendes comigo?” – e analisando o que foi dito até o momento e o posicionamento do periódico, identificamos que se dá um movimento de não separação entre Estado e Religião, o primeiro cuidando da questão material, o segundo da espiritual e a identificação da família como a base da sociedade.

Outro dado que merece comentário é a alusão à criação de comissões. É provável que, neste caso, trata-se, também ao menos, da Comissão Nacional de Literatura Infantil, criada em 1936 pelo Ministério da Educação e anexada ao Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos a partir do ano seguinte. Em matéria do periódico carioca *Correio da Manhã*, de 14 de maio de 1936<sup>19</sup>, Carlos Maul tece comentários sobre os integrantes da Comissão de Literatura Infantil, que começara suas atividades 16 dias antes:

<sup>17</sup> Ver: Literatura perversora e Bolchevizante. *O Nordeste*, Ceará, 16 out. 1937, p. 1; A profilaxia das bibliotecas bolchevizadas. *O Nordeste*, Ceará, 21 out. 1937, p. 1; Expurgo Literário. *O Nordeste*, Ceará, 21 out. 1937, p. 1; Literatura Marxista. *O Nordeste*, Ceará, 15 dez. 1937, p. 1.

<sup>18</sup> Ver Anexo 1, imagem 18.

<sup>19</sup> MAUL, Carlos. O Rei está nú... *Correio da manhã*. Ceará, Rio de Janeiro, 14 mai. 1936, p. 4.

A notícia da escolha de uma comissão para o exame da nossa literatura infantil didáctica e recreativa, e traçar normas destinadas a oppor um dique ao enxurro comunista que ameaçava as creanças das escolas, foi recebido com júbilo pelos que ainda acreditam no effeito das providências officiaes em casos dessa natureza. De facto, muito se escreveu contra as actividades desnacionalizadoras e dissolventes de certos autores que através as suas obras vinham distilando no espírito brasileiro, na phase mais delicada da sua formação, a descrença, o desânimo, o desapego ás coisas do paiz, enfraquecendo-lhe as resistencias Moraes ao assalto das doutrinas exóticas. La veio porém um dia em que acontecimentos mais graves mostraram o perigo em sua plenitude e suggeriram medidas de policia intelectual enérgicas e drásticas. Esse contentamento, entretanto teve duração quase meteórica. Provados os bons intuitos do acto, a elles não correspondeu o critério seleccionador dos valores que deveria exercer a pesquisa no que já se escreveu e projectar o itinerário a seguir de futuro na composição dos volumes próprios á leitura dos pequenos. É que do grupo de sete aos quaes se entregou essa responsabilidade só um nome idôneo se salvava e parecia mettido ali como verbo de encher, para ser esmagado pelos outros, todos vinhos da mesma pipa, catados a dedo por algum gênio diabólico entre a fina flor do derrotismo indígena, disposto a uma terefa de puro sarcasmo (**Correio da Manhã**, 14/05/1936: 4)

O autor cita que em parte foram as denúncias do periódico que incentivaram o ministro Capanema a adotar a medida de criar uma Comissão para investigar a literatura infantil no país. Percebe-se na fala do escritor, dentre vários aspectos (que serão abordados posteriormente) literatura infantil e literatura didática são correlatas, em seu discurso. A questão do comunismo se insere dentro da questão nacional, inclusive como questão de defesa e a Comissão guarda aspectos contraditórios internos aos seus participantes e contraditória em relação aos anseios de parte daqueles que estão no debate sobre a infância e sobre a literatura infantil.

Essa aparente “digressão” com uma passagem pela questão religiosa e pela Comissão de Literatura Infantil (assunto abordado com mais propriedade posteriormente) pode parecer descabida, contudo, faz-se necessária se tentamos compreender os conjuntos de forças em combate, direto ou indireto, em meio aos quais a literatura infantil e, em última análise, a infância tornam-se palco para as disputas.

Esta primeira parte dedicou-se a estabelecer algumas balizas e escolhas de direção em relação à pesquisa que aqui se encontra. Até então vimos que a reflexão segue o caminho de identificar um processo que contém cruzamentos, repulsões e choques entre diferentes projetos e “interpretações” da infância, até onde se conseguiu identificar em aproximação com os discursos modernizantes, nacionalista e científico.

## 1.2 – A literatura infantil e a criança.

No periódico sul rio-grandense *A Federação*, de 19 de janeiro de 1937<sup>20</sup>, numa pequena matéria intitulada “*O livro nacional*”, tem-se comentários sobre tempos novos para a situação do mercado de livros no país:

Já se lê regularmente no Brasil. As ultimas estatísticas sobre edições e vendas de livros, afirmam a existência de uma curiosidade intelectual crescente nas diversas camadas do povo brasileiro. [...] Si ainda hoje é verdade que o escritor profissional, não pode viver largamente entre nós – e isso, afinal, encontrará muitas exceções – não é menos verdade que já ninguém morre de fome sabendo escrever bons livros, bons artigos, boas paginas de literatura, em qualquer dos grandes centros do país. Entre todos os generos literarios de sucesso, parece mesmo que a literatura infantil gosa entre nós de maior prestígio. Isso sem dúvida porque a creança brasileira, que representa uma transição entre gerações, que será o Brasil de amanhã, tem outras exigências, já vai revelando o mundo diverso do nosso, que ha de ser o seu clima.

Quando se fala da obra literária, convém que se tenha em vista alguns aspectos que são de extrema influência se pensarmos na esfera da “recepção”, ou melhor, do(s) contato(s) do leitor com a obra. Muito embora nossa proposta analítica não dê conta do que seria uma “história da leitura”, alguns aspectos sobre as formas de apropriação da obra – e neste caso o texto literário – talvez nos ajudem a iniciar um questionamento sobre a matéria citada anteriormente. Chartier (1998), ao analisar as variadas formas de leitura em momentos distintos no ocidente nos fala, por exemplo, de uma mudança entre uma leitura “em voz alta” para uma “leitura silenciosa”, que estaria ligada, dentre outros fatores, às estruturas textuais. A disposição de palavras, letras, fonemas pode modificar toda uma percepção a partir dessa “mudança comunicacional”<sup>21</sup>, ou mesmo a leitura de um livro pode se dar por uma via indireta – como, por exemplo, ocorrendo uma leitura em voz alta para um público. Dito de outra maneira, são variadas as formas de leitura e apropriação do texto e dizem respeito a práticas sociais relacionadas a percepções diversas, trazem em si aspectos socioculturais importantes de uma determinada sociedade<sup>22</sup>.

Sobre o mercado de livros e, mais especificamente, sobre a situação do livro infantil no Brasil nas décadas de 1930 e 1940, Gabriela Pelegrino fala de um quadro um tanto quanto diverso do enunciado na matéria anterior. Fazendo um estudo sobre a formação de centros de

<sup>20</sup> O livro nacional. *A Federação*. Porto Alegre, 19 jan. 1937, p. 3.

<sup>21</sup> Ver HAVELOCK, Eric A. *A revolução da escrita na Grécia e suas conseqüências culturais*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

<sup>22</sup> Sobre as Práticas de leitura, ver também CHARTIER, Roger. As práticas da escrita. In: *História da Vida Privada*. Da Renascença ao Século das Luzes. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, v. 3., 1991 e CHARTIER, Roger. Do Livro à Leitura. In: CHARTIER, Roger (org.). *As Práticas da Leitura*. 5ª ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2011.

leitura com as bibliotecas infantis municipais e escolares e o acesso aos livros, a autora nos fala sobre as práticas de empréstimo de livros e de frequência de espaços de leitura que se formou no período, dentre outros motivos pelos preços dos livros:

Mais do que o ‘aluguel’ de livros, os empréstimos informais constituíam uma alternativa corriqueira para a prática da leitura, especialmente entre pessoas de renda limitada. Em artigo de 1940, Jorge Amado estipulava que uma tiragem, por exemplo, de 5 mil exemplares de um romance ‘para moças’, alcançava em verdade 50.000 leitores, pois destes, 45.000 tomam o livro emprestado. O escritor atribuía ao alto preço do livro o ‘crescimento do hábito do empréstimo’ entre nós. (PELLEGRINO, 2002: 48).

À parte o grande otimismo do autor da matéria, há três elementos importantes a serem destacados: a literatura infantil, a infância e a “tônica do discurso”. Percebe-se que a matéria gira em torno da afirmação do crescimento do interesse pela leitura, da “curiosidade intelectual” e atribui como um dos principais fatores para esse acontecimento, o sucesso que a literatura infantil passa a ter. E mais, essa importância da literatura infantil refere-se, em última análise, à infância e às suas características no momento dessa produção. Convém então tentarmos analisar essas possíveis relações entre esse gênero literário e o seu público-alvo.

Até o presente momento, foram identificados alguns pontos que devemos considerar em nossa reflexão: As relações entre Estado, Intelectuais e grupos sociais variados num movimento que toma a criança como um fator de extrema importância e a coloca no centro do debate entrecortado por discursos como o da modernidade, da nação e tem como uma das bases – ela mesma não tão homogênea – na construção da imagem dessa criança o discurso científico.

Em seguida começa-se a notar como a literatura infantil aparece em meio a esses conflitos. De fato, o tema central é a literatura infantil em um processo de consolidação de traços específicos e ligados às outras discussões em torno da infância durante as décadas de 1930 e 1940. Mais do que isso (e sem deixar de lado que o objetivo final do historiador é atingir o social), é, partindo da ideia de que os livros infantis trazem uma ou mais imagens de seu público leitor, identificar as representações da suposta criança leitora presente nessa literatura.

Esse percurso toma como referência a noção de que a infância é algo socialmente construído<sup>23</sup>. Inicialmente, torna-se necessária a identificação desses locais de construção de

---

<sup>23</sup> Ver ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.



imagens da infância. Como se pode ver, a presente pesquisa identifica a literatura infantil como sendo um dos locais dessa construção. Segundo Maria do Rosário:

Se a criança e a infância são socialmente construídas, numerosos são os artífices dessa construção e bastante diferenciados entre si: pais, mestres psicólogos, pedagogos, publicitários, estilistas, industriais, comerciantes, escritores, editores. Determinam onde, quando, como e em quais circunstâncias as crianças devem viver: comer, estudar, aprender, brincar, comprar, vestir, ler, etc. Igualmente variados são os espaços nos quais essa produção ocorre: escolas, família, consultórios, lojas, playgrounds, editoras, bibliotecas, livrarias, etc. (PEIXOTO, 1998: 36).

Assim, observando a produção de livros infantis durante as primeiras décadas do século XX, foi identificado um processo que seria o de consolidação desse gênero literário que encontra um dos seus pontos fortes de inflexão durante a década de 1930. Para a observação desse processo, a análise das discussões promovidas pela crítica literária nos periódicos do país tem se mostrado bastante profícua. Há, entretanto, que se explicarem algumas restrições quanto a essa análise.

Seria, talvez, mais “seguro” metodologicamente analisar esse processo a partir de uma quantidade menor de periódicos, restringindo-se a apenas um. Isso poderia facilitar a tomada do periódico como uma fonte em suas especificidades. Em outras palavras, considerar as relações políticas, econômicas e os direcionamentos do corpo editorial, as *redes de sociabilidade* às quais se está ligado, o formato, a diagramação, as localizações das matérias, quem as escreve, os processos de “produção, circulação e consumo” (MENESES, 2003. Todos os aspectos que necessitam de análise na fonte em questão.

Processo um tanto demorado (e ainda em execução) levando-se em consideração quatro décadas e cerca de 25 periódicos em 9 estados diferentes, acredito ser possível a partir dessa escolha de pesquisa ver outras características do tema que de outra forma talvez não aparecessem. Torna-se possível enxergar o movimento da discussão sobre os livros infantis na primeira metade do século XX a partir das próprias discussões sobre as obras para criança, bem como a utilização do termo “literatura infantil”, tanto de forma “quantitativa” quanto em suas diferentes acepções, no geral, aproximando-se ou afastando-se da literatura didática.

É possível, ainda, apreender como essa discussão se dá com algumas divergências e aproximações em locais diferentes do país. Então, outro tópico digno de apreciação é o dos elementos comuns ou não tanto de forma sincrônica (em espaços diversos) como diacrônica. Podemos, dessa maneira, analisar o processo já citado de consolidação desse gênero literário.

Quanto a esse aspecto, pode-se identificar uma discrepância na forma como se deram esses debates no país. A literatura infantil nos primeiros anos do século XX, embora já contando com editoras voltadas para o ramo<sup>24</sup> e revistas especializadas<sup>25</sup> foi um tema pouco discutido pela crítica literária do período e, quando isso ocorreu, foi em meio a lançamentos de alguma obra, no formato de comentários breves, pequenos.

Na edição do jornal carioca *Correio da Manhã* de 25 de junho de 1903<sup>26</sup>, na seção bibliográfica, onde são listados lançamentos de livros e comentários sobre os mesmos, encontra-se, aliado aos informes da publicação do livro *Ambições*, de Anna de Castro Osório e, junto à mesma, pequeno comentário sobre a situação dos livros infantis no Brasil: “É queixa geral e é bem fundada de que ainda não temos uma literatura infantil, e é certo que não temos. Contudo, estes livrinhos nos parecem excelentes e dignos de aceitação que já mereceram pelas inúmeras edições que contam”.

A autora em questão era uma conhecida escritora portuguesa de livros infantis. Ao que aparenta, figura conhecida no meio literário brasileiro, grande parte de seu reconhecimento no país se deu tanto no âmbito literário infantil quanto no adulto. Comentário posterior sobre Anna Osório pode ser encontrado na seção de livros novos do periódico *O Paiz*, em 29 de maio de 1908<sup>27</sup>, agora sobre a obra *Quattro Novelas*. Neste, como no outro periódico, a ligação com a literatura infantil é novamente levantada:

De todos os gêneros literários nenhum nos parece mais difícil pela desigualdade entre o espírito que produz e o que tem de assimilar, que o gênero didático. A literatura infantil, a que cabe hoje o grande encargo e portanto as tremendas responsabilidades de orientar a índole das crianças, afeiçoar-lhes a alma aos sentimentos nobres e cultivar-lhes a inteligência, tem em suas mãos a massa, a argila em que há de modelar a humanidade do futuro. A essas dificuldades da sua tarefa moral, juntam-se as não menores de execução. Escrever para crianças tem sido o sonho de muitos escriptores de nomeado valor; e delles quasi todos viram com pesar quebrarem-se de encontro a esse escolho as suas ardentes aspirações. D. Anna de Castro Ozorio, alliando a clareza e a ductileza de seu estylo sereno à delicadeza de sua alma de senhora, e de senhora portuguesa, conseguiu da maneira mais completa, a felicidade (que tal se pode chamar) de triumphar na literatura infantil e educativa. A sua contribuição a essa grande obra da educação e instrução em

---

<sup>24</sup> Segundo Marisa Laolo e Regina Zilberman, a literatura infantil brasileira começa a tomar fôlego somente em fins do século XIX e início do XX, embora possamos perceber esse tipo de produção ao longo desse século. É com os projetos da Biblioteca Infantil (1894) e da Editora Melhoramentos (1915) que temos o início de um processo de tradução de histórias e contos “infantis” para o Brasil, embora a situação do mercado em fins do século XIX ainda não fosse muito favorável a esse tipo de produção. Não somente a produção ainda era relativamente pequena como os locais de destino dessa produção – livrarias, bibliotecas – também não eram muitos. Ver: LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **Literatura infantil brasileira: Histórias & histórias**. 5 ed. São Paulo: Ática, 1991.

<sup>25</sup> Data de 11 de abril de 1905 a primeira edição da revista *O Tico-tico*.

<sup>26</sup> Anna Osorio – *Ambições* – Romance – Bibliographia. **Correio da manhã**. Rio de Janeiro, 25 jun. 1903, p. 3.

<sup>27</sup> *Quattro Novelas* – Livros Novos. **O Paiz**. Rio de Janeiro, 29 mai. 1908, p. 3.

Portugal é, além de copiosa, preciosíssima na mais completa significação do superlativo.

Analisando de forma mais profunda, podem-se destacar dois pontos importante para a abordagem: a situação da literatura infantil no Brasil e as dificuldades expostas em eu processo de criação. Como podemos perceber, a primeira matéria fala de inexistência de livros para crianças no país. A autora comentada em ambos os textos é de Portugal – jornalista, pedagoga e escritora de livros infantis e romances. Sobre a situação precária do gênero em fins do século XIX e início do XX, Graciliano Ramos tece comentário em suas memórias de criança na obra *Infância*:

Apareceu uma dificuldade, insolúvel durante meses. Como adquirir livros? No fim da história do lenhador, dos fugitivos e dos lobos havia um pequeno catálogo. Cinco, seis tostões o volume. Tencionei comprar alguns, mas José Batista me afirmou que aquilo era preço de Lisboa, em moeda forte. E Lisboa ficava longe. (RAMOS, 1980: 220)

Além disso, é em casa de Jerônimo Barreto (RAMOS, 1980: 220-226) que o jovem Graciliano Ramos encontra a possibilidade de leitura. Pellegrino comenta ser essa outra forma de contato com o texto literário – as bibliotecas e acervos pessoais – que, no fim das contas, configura-se como uma forma de empréstimo (PELLEGRINO, 2002: 47).

É preciso dizer um pouco mais sobre as séries de matérias utilizadas. Entre 1900 e 1909 foram encontradas tão somente 17 matérias em periódicos cujo tema era a literatura infantil, as quais foram divididas em quatro categorias devidamente separadas pela localização geográfica de cada jornal: lançamentos de livros, crítica sobre a literatura infantil, matérias e artigos nos quais ela não foi assunto principal (podendo ser o termo usado apenas como comparação) e literatura infantil no periódico (no caso de aparecimento de textos, poemas, histórias em quadrinhos ou o que for considerado como leitura para a criança). Após essa primeira “triagem”, passou-se à análise dos textos em que debatem a literatura infantil.

Nesse sentido que, no *Correio Paulistano* de 5 de outubro de 1903<sup>28</sup>, encontra-se também na parte dedicada às novas publicações comentários tecidos sobre a obra *Juca e Chico*, de W. Busch, pela Laemmert & Cia. Na matéria mais uma vez o diagnóstico da condição lastimável da literatura infantil no país, “uma pobreza franciscana ao passo que na Inglaterra, na Alemanha e na França há inumeras publicações, livros, jornaes e revistas especialmente dedicados ás crianças”, e a iniciativa desses editores de, não obstante as dificuldades passadas, contornar essa situação.

---

<sup>28</sup> **Juca e Chico** – Publicações. *Correio Paulistano*. São Paulo, 5 de outubro de 1903, p. 3

Caso semelhante também foi encontrado na edição 14618, de 25 de abril de 1904, sobre o livro *Apologos*, de Coelho Netto<sup>29</sup>. Para o autor da matéria, entretanto, embora seja mais uma vez citada a precariedade da literatura infantil brasileira, essa situação deveria ser contornada com os esforços e iniciativa de Olavo Bilac e Coelho Netto, dois ícones de literatura brasileira. Em parte da matéria:

A nossa literatura infantil até aqui era pobre, vergonhosamente pobre de bons trabalhos. Felizmente, surgiram os dois distintos escriptores, Coelho Netto e Olavo Bilac, fornecendo ás nossas escolas livros como os que acabam de publicar – “Poesias infantis” e os contos de que tratamos agora. Sob a forma de historietas o trabalho de Coelho Netto encerra fecundas lições destinadas a incutir no cérebro infantil, além do mais, todo um belo exemplo de veneração pela pátria e pelos velhos (CORREIO PAULISTANO, 25 abr. 1904: 1).

Interessante destacar desde agora aspecto importante para o redator da matéria que é o da intenção presentes na obra de auxiliar na formação de “sentimentos patrióticos”. Além disso, Destaca-se que a obra foi escrita para ser fornecida e utilizada nas escolas. É o caso dos livros de literatura infantil publicados especialmente entre as décadas de 1890 e 1920 estudados por Patricia Hansen (2007). São obras dedicadas ao ensino moral e cívico, contendo uma função “cívico-pedagógica”, tônica que começa a sofrer uma modificação durante a década de 1920 tendo em Monteiro Lobato seu grande expoente. Se o tema “nacional” deixava de ter esse caráter estritamente pedagógico, não o foi de todo perdido, e, mesmo que em tom de crítica, a questão da identidade nacional ou o Brasil em si, continua a ser um tema recorrente na literatura infantil, o que mudou foram as formas de se manejar o tema, de acordo com as formas variadas de tratar a criança (por meio da literatura infantil) e os novos discursos acerca da nação e da identidade nacional.

É preciso não perder de vista algo que permaneceu nos discursos sobre os livros infantis e que só será questionado com mais veemência, procurando-se novas definições, apenas em fins da década de 1930. Essa questão se esconde nos variados sentidos que expressões como livros infantis, livros para crianças, pequena literatura e mesmo literatura infantil guardam.

Em julho de 1907, no *Correio Paulistano* – existente desde meados do século XIX, órgão do Partido Republicano Paulista, posterior local de crítica ao governo Vargas – Álvaro Guerra escreve duas crônicas sobre o assunto de nosso interesse: a literatura infantil. Resumidamente, na primeira crônica, de 5 de julho de 1907<sup>30</sup>, intitulada simplesmente de *Literatura Infantil*, nosso escritor, jornalista e educador discorre sobre a atenção que se deve

<sup>29</sup> *Apologos* – Publicações. Correio Paulistano. São Paulo, 25 de abril de 1904, pp. 1-2.

<sup>30</sup> GUERRA, Álvaro. *Literatura Infantil*. Correio Paulistano. São Paulo, 5 de julho de 1907, p. 1.

dar a respeito da adequação das obras para a infância em matéria de linguagem e não de “estilo”. Essa separação para ele parece significar uma divisória entre o papel do educador, do pedagogo, da ciência no trato com a infância e do papel do escritor. É preciso que haja uma adequação ao cérebro da criança ainda em evolução psicológica. Seguindo esse raciocínio, promove uma ligação entre a ideia de trabalhar a mente da criança a partir de preceitos similares aos da “hygiene” ao tratar da saúde do corpo: “Dir-se-ia, até, que na alimentação intelectual deverá ser observada (e quiçá com mais rigor) uma hygiene, si não prophylaxia, igual a que se observa na alimentação physica da criança” (CORREIO PAULISTANO, 5 jul. 1907:1)

Dessa forma, para Guerra, “estilo” se refere às técnicas de escrita próprias daqueles que tem por “profissão” escrever. Porém, utilizar esse fator em demasia seria prejudicial para a criança, pois o escritor nem sempre tem domínio das técnicas pedagógicas necessárias para se falar adequadamente ao universo infantil. Contudo, o oposto também se revela problemático, logo concluindo que, ao falar na relação entre o ser pedagogo e o ser escritor, na escrita de livros para crianças deve existir uma (perfeita) harmonia entre ambos para que possa ser feita uma literatura infantil de qualidade.

Na segunda crônica, *Ainda a Literatura Infantil*, de 26 de julho de 1907, Álvaro Guerra disserta agora sobre as mudanças de abordagem na literatura infantil as quais o autor não aprova. Primeiro, fala de uma movimentação para se tirar o elemento da fantasia, do maravilhoso, dos livros infantis por acreditar serem esses elementos nocivos, baseado por uma corrente que, apoiando-se em Rousseau, acreditava que usar elementos fantasiosos na literatura para as crianças é como “falsear a realidade”. À criança, então, deveria corresponder uma abordagem que privilegie o real.

Dessa maneira, sobravam apenas os elementos “morais” e “científicos” como úteis para a educação da criança e para a criação de uma literatura que lhe seja saudável. Entretanto, mesmo os elementos morais e científicos teriam sido retirados da literatura restando, tão somente, para essa nova corrente das obras infantis o privilégio dos elementos recreativos. Existindo, por fim, uma literatura voltada para o divertimento que, segundo o autor, é, além de em larga medida mal feita, uma regressão se comparada aos estágios anteriores.

Pergunta Álvaro Guerra qual seria o fim educativo, nem mesmo instrutivo<sup>31</sup> pois seria o termo errado, de tal literatura para concluir que – enquanto alguns diriam que o fim dessa seria apenas o de ganhar dinheiro, outros o de divertir – mudou-se de uma literatura que

---

<sup>31</sup> Há uma diferenciação entre educar e instruir para este autor e para outros. Trazer elementos como da biologia ou da geografia nos livros infantis é uma coisa, trazer preceitos morais, cívicos é outra e ambas as possibilidades para a literatura infantil são – ou ao menos eram – almeçadas no caso do momento analisado até agora.

faz a criança pensar ou sentir para uma que faz a criança “rir”. Nesse caso, Álvaro Guerra ataca principalmente a literatura infantil que vem sendo veiculada em jornais, suplementos e revistas, em especial a revista *O Tico-Tico*. Já aqui em fins da primeira década do século XX, iniciaram-se as discussões em torno da validade e/ou serventia dessa literatura e mesmo se ela pode ser classificada como tal, como literatura infantil. Esse tema ganhou ainda mais importância com o passar dos anos até se tornar matéria de “estudo oficial” pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos entre 1939 e 1943 e de outros estudiosos da literatura infantil, como Cecília Meireles durante a década de 1940 e 1950<sup>32</sup>

É possível estudar, a partir dos aspectos materiais e visuais da obra literária para a infância (sem esquecer suas relações com os aspectos textuais) como essa percepção do visual de uma forma geral em uma sociedade pode estar atrelada em certa medida à forma como a infância é compreendida por aqueles que estudam esse período da vida e/ou produzem – seja literatura infantil ou outra manifestação artística – para a criança. Esse é, todavia, tema para outro momento desta reflexão, como veremos adiante.

Voltemos então ao que dizíamos sobre a crônica de Álvaro Guerra. Visualizando uma questão citada indiretamente há pouco, podemos dizer que para esse momento, se observarmos o conjunto das discussões sobre os livros infantis, o discurso dominante se concentrava nas possibilidades didáticas da literatura para crianças. Mais do que isso, podemos perceber como os dois termos, em diversos momentos, se confundiram. Não deixar que esses detalhes saiam do nosso campo de visão torna-se importante na medida em que eles nos ajudarão a compreender como os discursos e embates em torno da literatura infantil vão se transformando e como essas questões estão diretamente ligadas a representações feitas desse mundo infantil.

Dando continuidade ao percurso cronológico, quase que ano a ano (na verdade década a década), pode-se ver que pouca mudança há nos anos seguintes em relação ao que foi dito até o momento. Vale salientar que a opção feita por essa digressão de mais de três décadas se justifica como parte de uma tentativa de apreender o processo, o movimento de mudança. O pequeno crescimento do interesse pelo gênero literário infantil é acompanhado do crescimento também visível, porém não tão substancial das discussões em torno do tema. Em crônica escrita para o *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, da data de 6 de janeiro de 1917<sup>33</sup>, assinada por Carlos Eduardo, sobre livros escolares, o autor comenta que a preocupação de escrever para as crianças vem se generalizando por entre os escritores brasileiros. Livros dos

---

<sup>32</sup> Ver MEIRELES, Cecília. **Problemas da Literatura Infantil**. São Paulo: Summus, 1979.

<sup>33</sup> Carlos Eduardo. Livros Escolares. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, 6 jan. 1917, p. 2.

mais variados tipos – desde gramáticas, livros de “aritmética”, manuais de educação cívica ou livros de leitura, como *Árvore* (livro que é o assunto tema dessa crônica), de D. Julia Lopes de Almeida, publicado em colaboração com o poeta Affonso Lopes de Almeida – têm surgido no cenário nacional.

Para o autor, tudo estaria bem, não fosse os livros serem escritos “apressadamente”, “sem critério pedagógico” e “sem qualidade de relevo”. No texto, de forma jocosa, Carlos Eduardo cita trechos da referida obra e mostra a falta de método na escrita, com passagens por vezes confusas, complexas ou mesmo sem sentido para a criança, tornando-se, para ele, uma leitura enfadonha para qualquer criança.

Assim, sentencia a obra como inadequada para o intelecto infantil, embora, como ele diz, a sorte já esteja lançada pelo fato dela ter sido “adotada oficialmente”, possibilidade que ele identifica como um grande negócio para os autores de livros e que tem promovido o crescimento, embora sem a qualidade necessária e desejada. Escrever

um magnífico livro de verso ou um excelente romance é correr o risco de vê-lo envelhecer nas prateleiras do livreiro. Os livros escolares, esses não! Seja uma obra prima ou um par de botas, com algum empenho consegue-se sua adoção pelo Director de Instrução do Districto Federal e dos Estados. Mais nada! As edições sucedem-se e os direitos autorais são de encher o olho... (**Gazeta de Notícias**, 06/01/1917: 2)

A década de 1920 é um momento de incertezas quanto à situação dos livros infantis. Por um lado, contiuraram as críticas às obras não adequadas à infância, a inexistência de uma literatura infantil brasileira, por outro temos as primeiras obras de Monteiro Lobato e as exaltações, especialmente dos periódicos paulistas, das obras infantis desse autor, como temos também críticas quanto a forma que o mesmo escreve – ainda não condizente com o intelecto infantil. Aspecto interessante é que nas décadas de 1920 e 1930 houve um deslocamento do sentido de “inexistência” da literatura infantil em um sentido mais amplo, antes em meio à literatura infantil trazida, em larga medida, de Portugal ou traduzida, para a “inexistência” de uma literatura infantil nacional – nacional esse, porém, em termos diferentes.

A partir da década de 1930 temos uma modificação nesse quadro que se evidencia logo na quantidade de matérias discutindo a literatura infantil. De praticamente inexistente a uma pequena quantidade de matérias nas três primeiras décadas, passamos a um número significativo de artigos cuja literatura infantil faz parte como tema principal ou não. Essas matérias dividem-se principalmente em: lançamento de livros, entrevista ou biografias de autores, debates sobre a produção no país.

Houve também uma modificação no que era entendido por literatura infantil, com

o caráter didático passando a não ser mais (necessariamente) predominante. Os posteriores trabalhos da Comissão de Literatura Infantil do Ministério da Educação e do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, tendo, as duas instituições, Lourenço Filho como seu diretor, evidenciam a literatura para crianças sendo entendida também, acima de tudo, como literatura. Em outras palavras, como arte. Assim, o caráter “recreativo” dessa produção ganhou notoriedade, ainda que não fosse descartada a possibilidade dela concorrer para a educação da criança.

Grande parte desses debates se dá em termos de criação e produção de uma literatura infantil brasileira, o que indica a ligação entre essa literatura e a formação da identidade nacional. Contudo, o centro da discussão para esta pesquisa não se encontra em problematizar a formação de uma identidade nacional, encontra-se, sim, nas formas como a criança vai ser representada nessa literatura, em como essa representação acompanha os debates acerca da infância, a formação desse espaço no campo literário e, no caso da identidade nacional, como essa questão vai estar ligada à construção dessa imagem de infância.

Portanto, como podemos esboçar a partir desse percurso analítico brevemente feito nos jornais, identificamos um processo de modificação na forma como era pensada a literatura infantil onde os aspectos fantásticos e recreativos passaram a ter não só predominância, mas também certa validade científica a partir das relações entre grande parte dos produtores de obras infantis e os direcionamentos pedagógicos baseados nos estudos sobre desenvolvimento cognitivo. Isso não significa o detrimento da importância das obras didáticas, mas tão somente o da localização da literatura infantil tendo um lugar específico, seu, como literatura, como arte.

Essa questão está ligada à própria existência do termo “literatura infantil”. Para Lajolo e Zilberman (1991) a existência do “infantil” acaba por gerar um corte que separa literatura de verdade e esse gênero menor. Essa visão teve repercussão, segundo as autoras, inclusive nas pesquisas envolvendo o tema até por volta de fins dos anos 1970. Além disso, esse infantil promove uma separação não apenas no âmbito da arte literária, mas também no público específico ao qual ela se destina: a infância. Como não pensar haver relação entre esse público-alvo e as obras a ele destinadas? Isso levanta o questionamento de até que ponto as definições da literatura infantil e da infância estão relacionadas.

Em meados da década de 1930 o movimento não foi apenas de forte crescimento da produção e da discussão sobre a literatura infantil. Foi o momento também em que as tentativas de definição de seu espaço de atuação, atribuições, estão num ponto crucial, embora



não possamos chamar de definitivo<sup>34</sup>. É a definição do próprio sentido para “literatura infantil”, seu espaço de atuação e as regras para o pertencimento a esse espaço que estavam em jogo. Talvez, nesse sentido, seja possível pensar numa afinidade com a ideia de campo literário infantil. Contudo, trabalhar com essa noção reservaria alguns problemas teóricos de difícil, se não impossível, transposição. Talvez a noção fique mais clara a partir de outro exemplo.

Moura (2008), no trabalho *A crônica: entre o campo literário e o campo jornalístico* traz a proposta de estabelecer um conceito de *campo jornalístico* para a relação entre a literatura e o jornalismo no Brasil na primeira metade do século XX, tendo a crônica como objeto de estudo. A opção por esse gênero literário se dá por ser um gênero de componentes híbridos por se tratar de uma produção continente de elementos de dois campos distintos: o campo literário e o campo jornalístico. Ela, a crônica, é produzida por escritores nos jornais – o cronista – que se insere no campo literário via jornalístico (MOURA, 2008: 2).

Citando Maingueneau, Moura diz que precisando melhor o que seria o “contexto da obra literária”, de forma diferente da “sociologia do romance” que relaciona obra e ideologia, sendo a primeira um reflexo da segunda, o contexto da obra literária seria o da própria instituição literária (MAINGUENEAU, 1995 apud MOURA 2008: 3-4). Em outras palavras, há um campo próprio da criação do escritor, com estratégias, negociações, de aceitação, inserções, pertencimento e as posições ocupadas dentro do campo definidas. Desse espaço, segundo o autor, surge um “paratopos” que é o das maneiras que o escritor tem que se relacionar com as “condições de exercício da literatura em sua época”. Essas condições de exercício são as que, por exemplo, fariam com que o escritor tivesse que “transitar” entre aspectos e espaços diversos inerentes à própria constituição do espaço literário. Talvez possamos compreender, dessa maneira, a existência “híbrida” do escritor-jornalista e da crônica.

Existiria, entretanto, um campo jornalístico? Uma diferença em relação a campos, como o científico, o religioso, o literário e o suposto campo jornalístico é que esses primeiros são formados pelo que o autor chama de “discursos constituintes”: têm uma característica de

---

<sup>34</sup> Basta pensarmos em como as mudanças no suporte material, nas temáticas e nas discussões as quais ela está ligada se modificam com o tempo. A pesquisa citada anteriormente de Maria do Rosário (1998) sobre uma literatura infantil de resistência no período da Ditadura Militar é um bom exemplo. Se pensarmos também na constituição material, ainda na década de 1930, embora existissem as discussões sobre a utilização de imagens em detrimento do textual. Não se discutia, ao menos pela Comissão de Literatura Infantil e, conseqüentemente, de boa parte dos intelectuais, escritores ligados aos estudos sobre a infância, a existência das histórias em quadrinhos como não sendo literatura infantil. A questão era mais de identificar temáticas que poderiam mostrar-se perigosas e capazes de influenciar ou não no desenvolvimento da criança.

canonicidade, de poder de sobreposição em relação a discursos concorrentes. Dessa forma, para ele, o discurso jornalístico se apresenta como sendo de outra ordem discursiva pautada na “documentação da realidade” a qual não pode ser garantida pela linguagem (MOURA, 2008: 5). Assim, ele se valida através de outros discursos, de discursos constituintes, o que explicaria, por exemplo, a existência de um jornalismo ao mesmo tempo científico e literário nas primeiras décadas do século XX.

Como campo literário, ele faz correspondência à teoria de Bourdieu de tensão surgida entre a produção artística e a lógica capitalista burguesa – o conflito existente entre viver a arte e viver da arte – no século XIX onde há um descompasso entre “produtores artístico-culturais” e grupos economicamente dominantes, de uma forma diversa dos períodos anteriores. Assim, em parte, a literatura é inclusive “absorvida” por setores como o jornalístico – a crônica como sendo o exemplo dessa relação.

A literatura infantil, talvez, de forma similar à crônica, encontre-se num território que não é propriamente só o da literatura. Ela se encontra constantemente entre duas possibilidades: as lúdicas e as pedagógicas. Sendo a diferença de ênfase em uma ou em outra característica uma das questões que sempre têm adentrado as discussões sobre esse gênero literário.

A própria conceituação “genérica” é demasiada complexa. Jean-Marie Schaeffer (1989) comenta que, os gêneros são utilizados em âmbitos diversificados. Logo, esse não é um problema que concerne, embora pareça somente aos estudos literários. Na música, nas artes plásticas, no cinema, como na literatura, utilizamos definições genéricas, de forma que “não se torna mais difícil (ou mais fácil) a distinção entre um soneto e uma epopeia do que a identificação de uma promessa e distingui-la de uma ameaça” (SCHAEFFER, 1989: 8). Contudo, o centro da questão do gênero não está na diferenciação entre gêneros em artes distintas: de forma diferente de outras artes, como a música ou as artes plásticas, o fator problemático da literatura está sempre na tensão da definição de seus próprios limites (em relação a outras manifestações escritas?), o que transforma a definição em gêneros mais complexa do que se pode supor.

Não se propõe aqui o questionamento da literatura infantil como gênero literário, como uma subclassificação, ou, ainda, inserida dentro de uma classificação genérica maior. Mais importante que isso é perceber como sua definição é histórica e sofre variações no tempo e espaço. Não é a intenção também fazer uma história do gênero. Quanto a esse aspecto, fica a crítica de Jauss (1994) às pretensas abordagens indecisas que intentam caminhar pela esfera

dos estudos literários e históricos acabando por não fazer ambos. Pretende-se aqui visualizar como esse “gênero” literário se configura como um espaço de, como literatura – criatura e criadora do real –, criação de significados para a infância. Campo para Bourdieu se aproxima de algo como “estruturas de relações objetivas” (BOURDIEU, 1989: 66) com especificidades e “mecanismos e conceitos” mais gerais (BOURDIEU, 1989: 69). A literatura infantil, seja no papel de “renegada” pela literatura como maculada pelo aspecto didático, seja como adaptação ou simplificação literária, guarda, no mínimo, especificidades de abrangência, conceituação e atuação dentro do campo literário e extrapolando o mesmo. Assim, ter essa noção em vista permite-nos pensar nessas especificidades no momento estudado e como ela se relaciona aos conflitos em torno da infância e da criança através de – outro aspecto importante do processo – um âmbito institucionalizado que tenta promover essas delimitações: a Comissão de Literatura Infantil do Ministério da Educação e Saúde.

### 1.3 – A Comissão Nacional de Literatura Infantil

*“O que ofereciam, porém, à nossa curiosidade infantil eram conceitos idiotas: ‘Fala pouco e bem: ter-te-ão por alguém.’ Ter-te-ão! Esse Terteão para mim era um homem, e nunca pude compreender o que ele fazia na última página do odioso folheto. Éramos realmente uns pirralhos bastante desgraçados.”<sup>35</sup>*

A década de 1930 teve algumas especificidades no processo de crescimento da produção da literatura infantil no Brasil. Não apenas o teor do discurso muda quanto à produção em si como, também, em relação aos possíveis usos dessa literatura e mesmo alguns elementos aos quais ela está ligada passam por modificações. No ano de 1936 foi criada pelo Ministério da Educação e Saúde, dentre outras instituições e setores fazendo parte de um conjunto de medidas com intenção reformadora, uma Comissão com a proposta de estudar a situação da literatura infantil no país. Em março de 1936 os primeiros contatos do então ministro Gustavo Capanema foram feitos durante evento comemorativo da morte de Edmundo de Amicis, escritor italiano da obra *Cuore*<sup>36</sup>. Em crônica escrita por Maria Eugênia Celso para o Correio da Manhã, em 17 de abril do mesmo ano, comentou-se sobre o episódio:

Commemorando, ha cerca de mez e meio, o anniversario da morte de Edmundo de Amicis, teve o ministro Gustavo Capanema a feliz lembrança de o fazer da mais original, da mais proveitosa das maneiras. Não encomendou a literatos e críticos profissionais o clássico estudo da vida e obra do autor de “Coração”, nem sequer exigiu que das suas paginas famosas se fornecesse ao publico nenhum erudito e substancioso comentario. Aproveitando apenas o alto ensinamento que, para gerações e gerações de creanças, tem sido este grande livro, convidou um grupo de homens de letras e professores a em singela e expressiva homenagem a quem tão nobres lições de civismo soube dar aos meninos de sua terra, cuidar do empolgante problema da literatura infantil. A sessão realizou-se no salão nobre da Escola Nacional de Bellas Artes e, pela excelência das opiniões expendidas e a oportunidade das idéas sugeridas redundou numa tarde verdadeiramente educacional, o que quer dizer, prodiga de conceitos eficazes, e geradora, por certo, de uteis iniciativas. Motivos de saúde me impediram de fazer parte, na ocasião, dos oradores desta festa de inteligencia para a qual tão honrosamente me mandara convidar s. ex. O problema, porem, pela importância e a complexidade dos seus aspectos se offerece sempre tão momentoso e tão digno de interesse que não me pareceu fóra de tempo vir-lhe trazer hoje, aqui, o meu pequeno concurso de publicidade, se não de autorizada cooperação technica. (**Correio da Manhã**. 17/04/1936: 2)

<sup>35</sup> Graciliano Ramos, abril de 1938. In: RAMOS, 2005: 249.

<sup>36</sup> Edmundo de Amicis faleceu em 11 de março de 1908. Sua obra, *Coração*, tem sua primeira publicação datada de 1886 e é uma narração de um ano escolar do menino Enrico.

Ao menos três elementos são verificados nesse trecho: a cerimônia, os convidados e a que se chegou com a mesma. Os dois primeiros estão interligados. Tratando-se de uma comemoração, promovida pelo Ministro da Educação e Saúde da morte do escritor de um livro sobre a vida escolar de uma criança e tendo em seus convidados – presentes e ausentes - “um grupo de homens de letras e professores”, o ato toma forma de reunião para debate sobre os problemas da literatura infantil e da educação no país, em última instância. Manuel Bandeira, Lourenço Filho, Alceu Amoroso Lima (Tristão de Athayde), Roquette Pinto, Heitor de Farias, Elvira Nizinska da Silva, Maria Junqueira Schmidt, Raimundo Peregrino Júnior, Cornélio Penna, Dom Hélder Câmara são alguns dos nomes que participaram da reunião. Essa configuração nos permite observar o citado anteriormente por Maria Eugênia Celso. Desses, grande parte formada por escritores e tendo algum envolvimento com a educação. A Igreja fez-se representada na figura de Hélder Câmara e, em parte, Alceu Amoroso Lima, figura importante nas “negociações” entre Igreja e Estado.

Alguns dos presentes e, posteriormente, a própria Maria Eugênia Celso iriam compor a futura CNLI (Comissão Nacional de Literatura Infantil)<sup>37</sup>. No primeiro dia de maio, os jornais cariocas noticiaram a formação da comissão a qual sua Portaria definia como função:

**Portaria**

O ministro de Estado de Educação e Saúde Pública, em nome do Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil,

Resolve designar as Sras. Maria Junqueira Schmidt, Cecillia Meirelles e Elvira Nizinska e os Srs. Jorge de Lima, Murillo Mendes, José Lins do Rêgo e Manuel Bandeira para constituírem uma comissão com o seguinte encargo:

- I. Organizar uma relação, com apreciação crítica das obras de literatura infantil existentes em língua portuguesa, originaes e traduzidas.
- II. Escolher, dentre as obras de literatura infantil existentes em língua estrangeiras, aquellas cuja tradução seja conveniente fazer.
- III. Indicar as idades a que cada obra literária examinada possa convir.
- IV. Indicar ao governo as providências que devem ser tomadas para a eliminação das obras de literatura infantil perniciosas ou sem valor
- V. Indicar ao governo as providências tendentes a promover, em todo o paiz, o desenvolvimento da bôa literatura infantil, bem como a instituição de bibliotecas para crianças.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 1936. – Gustavo Capanema. (Diário Oficial da União, 04 mai. 1936: 9277)

---

<sup>37</sup>A forma como é identificada a Comissão de Literatura Infantil tem algumas variantes. O termo “Nacional” poucas vezes aparece nos documentos, embora “Comissão Nacional de Literatura Infantil”, seja possível e “CNLI” seja a sigla utilizada por Ângela de Castro Gomes para se referir à mesma. Em Diário Oficial da União de 3 de junho de 1937 (página 8, Seção 1) onde são determinadas as siglas oficiais a serem usadas pelos órgãos e instituições do Ministério da Educação e Saúde, aparece oficialmente “Lite.” para designar essa comissão. “Comitê de Literatura Infantil” é também recorrente nos periódicos e, em Ante-Projeto de Decreto-Lei de 1942 que deveria dispor sobre as publicações em revistas, jornais e suplementos infanto-juvenis (Arquivo Gustavo Capanema: microfilme, rolo 42, fotograma 1051- CPDOC), depois do encerramento das atividades da Comissão, “C.N.L.I.”, é referente ao “Conselho Nacional de Literatura Infantil”, e, por não se tratar da mesma instituição e para não causar quaisquer transtornos na identificação de qual órgão está se falando, optarei por usar a sigla “CLI” e “Comissão de Literatura Infantil” na maioria dos casos.

A Portaria dispõe de assuntos predominantemente administrativos, neste caso, trazendo as diretrizes competentes ao funcionamento da CNLI. É interessante perceber, a partir desse documento, o campo de atuação ao qual a comissão foi designada. Nota-se pela Portaria da comissão – e nos pareceres emitidos pela mesma – a CLI segue no caminho principal de definição do que seria literatura infantil e as possíveis ações para o crescimento desse tipo de literatura em solo brasileiro.

Aspecto importante é o da própria constituição da comissão e os seus membros. Podemos perceber que grande parte da comissão é constituída por membros que faziam parte da produção literária do país, estavam alinhados aos estudos pedagógicos ou percorriam ambos os caminhos. É nos anos de 1930, especialmente, a partir da segunda metade da década, que temos uma maior movimentação no que seria uma tentativa de definição do “campo” da literatura infantil e a CLI foi a via institucional pela qual começou a se dar esse processo que ocorre em, pelo menos, três sentidos: organização das publicações já existentes, aumento da produção, definição conceitual, qualitativa e funcional da literatura infantil.

Em outras palavras, não era apenas escrever, era escrever “bem” para crianças, definir quem, onde e como essa produção deveria ocorrer. Tanto a organização das produções existentes quanto as ações para promover o aumento da produção passavam por um filtro de delimitação do que deveria ser a literatura infantil – e, principalmente, literatura infantil brasileira. Dizer isso significa tocar numa questão que estará sendo constantemente debatida ao lado da literatura infantil em todos os espaços onde a mesma surge no debate: a formação – e defesa – de uma “identidade nacional”.

Pouco tempo depois, no D.O.U. (Diário Oficial da União de 10 de julho de 1936<sup>38</sup> nova portaria revogando a anterior foi publicada. Com poucas diferenças em relação aos itens anteriores, essa nova portaria adiciona uma nova seção que trata do funcionamento das reuniões da CLI. Agora como um “órgão de caráter permanente”, as primeiras duas alterações foram um aumento de atribuições:

f) estudar os meios que devem ser postos em pratica, para o aprimoramento das horas infantis das estações radiodifusoras e para o aperfeiçoamento dos jornaes e revistas infantis e das secções infantis dos jornais e revistas de leitura comum;

[...]

h) realizar quaisquer outras indagações ou pesquisas relativas ao problema da literatura infantil.

---

<sup>38</sup> Portaria – Ministério da Educação e Saúde Pública. Diário Oficial da União, 10 de julho de 1936, p. 8.

Agora, além de cuidar das leituras para crianças cujo suporte era o livro, tornou-se da alçada do comitê reunido pelo ministro Capanema dar conta das publicações para crianças em revistas, periódicos e no rádio. Neste último caso, já em 15 de julho<sup>39</sup> se deu o primeiro contato com a Confederação Brasileira de Radiodifusão por meio de ofício ao presidente dessa instituição. As comunicações entre os dois órgãos continuaram durante o ano de 1936 resultando em um acordo onde membros da CLI teriam um programa emitido pela PRA-2<sup>40</sup> com assuntos destinados às crianças.

Os programas de rádio foram ao ar durante os anos em que a Comissão de Literatura Infantil funcionou. Contando com a participação da maior parte de seus membros, especialmente Jorge de Lima, Manuel Bandeira, José Lins do Rego e Maria Eugênia Celso, as irradiações foram ao ar quinzenalmente, durante quinze minutos, num horário um pouco variável – algo entre as 19:45h e 20:30h –, entre fins de 1936 até 1938, num programa chamado “Quarto de Hora da Comissão de Literatura Infantil do Ministério da Educação”<sup>41</sup>.

Como mais um aditivo, foi estipulado de forma mais concreta o funcionamento das discussões e reuniões, como pode ser visto na terceira parte da portaria. As oito resoluções que se seguem estabeleceram reuniões semanais no Gabinete do ministro da Educação, onde seriam debatidos temas divididos em “ordens do dia” e que não poderiam ser substituídas até a exaustão dos assuntos e fossem tomadas as possíveis decisões. Composta por sete membros, um deles ficaria encarregado da presidência das reuniões, com exceção das reuniões em que o ministro Gustavo Capanema estivesse presente, nesse caso, ele seria o presidente da reunião. Ao presidente caberia encaminhar as discussões e votações dos itens propostos na ordem do dia. Haveria também um secretário, escolhido dentre os membros da CLI, o qual ficava encarregado de lavrar a ata das reuniões e os outros encargos concernentes a esse ofício.

---

<sup>39</sup> MENDES, Murilo (secretário). **Ofício enviado à Confederação Brasileira de Radiodifusão** – Arquivo Lourenço Filho – rolo I; foto 194 – 15 de julho de 1936. CPDOC-RJ.

<sup>40</sup> Em 1923 é “fundada a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, por Edgard Roquette-Pinto, Henrique Morize e um grupo de cientistas da Academia Brasileira de Ciências”, rádio que se tornaria a PRA-2 em 1937, após doação de Roquette-Pinto ao Ministério da Educação em 1936, cuja finalidade era a de difusão de programas culturais e educativos. Visto na cronologia da “Radio MEC” em: < [http://radiomec.com.br/70anos/70anos\\_crono.asp](http://radiomec.com.br/70anos/70anos_crono.asp)> Acesso em: junho de 2013. Vale ressaltar que o programa da Comissão de Literatura Infantil não era o único com teor “educacional” via rádio, existindo mesmo programas diários como o “Quarto de Hora da Comissão Radio Educativa da CBR” - Confederação Brasileira de Radiodifusão (Sobre esse assunto ver: GUIMARÃES, Débora Carla Pereira. **Música Urbana em Salvador**: o papel educativo das orquestras que se apresentavam no rádio nas décadas de 1940 e 1950. Dissertação de Mestrado em Educação. UNEB: Salvador, 2010, p. 34.

<sup>41</sup> Em contato com o setor de acervo da atual Rádio Mec, infelizmente, não pude localizar esses programas que seriam de grande auxílio na pesquisa. Num primeiro contato, ainda em 2012, fui informado que o setor de arquivos estaria passando por uma reestruturação e não poderia ser atendido, mas que em breve entrariam em contato. Nas tentativas seguintes, já em 2013, apenas a informação de recebimento da indagação sobre a guarda dos arquivos desses programas. Ainda aguardo resposta.

As reuniões giravam em torno da discussão dos temas propostos onde um dos membros ficava encarregado de produzir trabalho escrito sobre o assunto e apresentá-lo no encontro. O trabalho deveria ser composto, além da apresentação da problemática, de conclusões as quais passariam ao debate e votação, sendo, no final de cada mês, reportado ao Ministro da Educação pareceres e relatórios contendo as conclusões a que foram chegadas a partir dos trabalhos desenvolvidos.

Dessa forma, foi decidido um itinerário de trabalho que teve como início uma busca pela definição do que seria literatura infantil. Seguido a essa busca pela substância essencial que definiria toda a tendência do exercício desenvolvido, os esforços foram distribuídos em múltiplos espaços. Por um lado, outros meios que poderiam exercer certa influência na infância, ou concorrer para a educação da mesma se tornaram alvos, não obstante não se tratar de uma intervenção direta, dos estudos da CLI, esses setores passaram a estabelecer certa comunicação com o comitê reunido por Gustavo Capanema para tratar dos livros para crianças.

Segundo Ângela de Castro Gomes (2003), em artigo no qual a autora fala sobre o livro *As Aventuras de Tibicuera*, de Érico Veríssimo, a Comissão de Literatura Infantil, ao definir o que seria literatura infantil, por se tratar de matéria de difícil resolução, optou pela via contrária: a decisão foi começar pelo que não era literatura infantil. Dessa maneira, para a autora, a deliberação a que se chegou, de forma até mesmo consensual, foi a de que:

Não é literatura infantil todo um conjunto de textos com explícitos objetivos didáticos e programáticos, além daqueles de caráter técnico e científico, não importando a faixa etária a que se destinavam. Isso significava que a comissão definia (desejava e projetava) como literatura infantil aquela que, por excelência, investia na imaginação infanto-juvenil e, nesses termos, contribuía para educar. A “fantasia”, como se dizia, deveria presidir o texto, que teria que ser “recreativo”, para, dessa maneira, ser “instrutivo”. Ou seja, a forma literária, e não o conteúdo programático, conformava o campo que a CNLI queria delimitar e promover (GOMES, 2003: 118).

Podemos observar pelos pareceres emitidos pelos integrantes da CLI que houve um movimento de definição da literatura infantil que tendeu a afastá-la do caráter didático que ela podia vir a conter. A encarregada da comunicação desta tarefa foi Elvira Nizinska da Silva, pedagoga especialista em literatura infanto-juvenil, ocupante da cadeira de Linguagens do Instituto de Educação do Distrito Federal, ministrou entre os anos de 1934 e 1937 uma disciplina sobre o trabalho em sala de aula com a literatura infanto-juvenil (COSTA, 2011: 129), a qual apresenta pareceres relativos à “delimitação da literatura infantil”, a literatura infantil e o nacionalismo, projeto para a criação de bibliotecas escolares e três listas: de tipos de literatura infantil e suas respectivas idades adequadas, de livros considerados aprovados e



recomendados, na qual constam 68 livros; e um catálogo preliminar com 338 obras de literatura infantil, divididas por editoras e autoria.

A propósito da delimitação da literatura infantil nas discussões da Comissão de Literatura infantil, em 7 de maio de 1936, Elvira Nizinska diz, que:

É difícil fixar os limites da literatura infantil. Eles dependem da finalidade que emprestamos à literatura, na vida infantil. Desde que consideremos a literatura infantil no sentido de atender exclusivamente ao gosto e interesses naturais da criança, mais será fácil defini-la, porque são grandes as variações de gosto e interesse e essas variações estão ligadas [ilegível] a um número infinito de fatores. Todos aqueles que se ocupam da educação estão convencidos de que as crianças têm necessidades e interesses que precisam ser respeitados; entretanto não é possível deixar a criança crescer no gozo completo desta liberdade, seguindo inteiramente seus interesses instintivos originais, porque ela não é um membro de uma sociedade primitiva. Ela vive e vai viver em uma sociedade complexa a qual [ilegível] precisa ajustar-se e adaptar-se. Para delimitar pois o campo da literatura infantil é necessário:

- Conhecer o gosto natural e os interesses instintivos das crianças, nas diferentes idades;
- observar e determinar em que sentido tal gosto natural e tais interesses instintivos podem ser cultivados e dirigidos;
- despertar interesses novos, sociais, que tenham por fundamento tais interesses instintivos.

Encarada deste modo a questão, a literatura terá como caráter essencial o recreativo e irá preencher, de modo agradável, as horas de lazer e fornecer, à criança, elementos úteis de derivação e compensação. Entretanto, não deve ser essa apenas a finalidade da literatura infantil. Ela pode enriquecer e alargar a experiência da criança (experiência no seu sentido mais [ilegível]), pode despertar e aperfeiçoar qualidades morais e artísticas: pode influir para convenientes atitudes em relação aos problemas sociais, históricos e científicos<sup>42</sup> [grifo do autor].

Percebe-se que houve uma modificação no que era entendido por literatura infantil, sendo esta mais afastada do caráter didático que poderia conter. O mais importante é, talvez, a compreensão da literatura como “arte”. Dessa forma, outra delimitação desse tipo de literatura passa pela conceituação de arte para o período e a inserção do autor dentro desse circuito como contendo, ou não, a capacidade criadora necessária para ser escritor de livros infantis<sup>43</sup>. Dessa maneira, a literatura infantil é relacionada a um caráter essencialmente recreativo, embora não seja descartada pela autora a possibilidade da literatura infantil concorrer para o crescimento de qualidades “morais e artísticas”.

Ainda assim, a definição passa pelo que a autora chama de “gosto natural e interesses instintivos das crianças”. Esses gosto e interesses passam pelo que vai ser identificado como a percepção de mundo da criança, com uma forte presença do fantástico. Maria Eugênia Celso,

<sup>42</sup> **Literatura infantil – sua delimitação** – Parecer emitido pela Comissão de Literatura Infantil. Arquivo GC 42 – fot. 817 – Elvira Nizinska da Silva – RJ, 7 de maio de 1936.

<sup>43</sup> Em “Problemas da Literatura Infantil”, lançado em 1951, como um compêndio de três conferências apresentadas por Cecília Meireles sobre Literatura Infantil na década de 1940, a autora coloca a questão da definição como um dado “a posteriori”. Seriam as escolhas da criança a medida final de definição, fazendo, assim, uma separação entre “livros para crianças” e “literatura infantil” propriamente dita. Ver: MEIRELES, Cecília. **Problemas da Literatura Infantil**. São Paulo: Summus, 1979.

na crônica publicada no jornal *Correio da Manhã*<sup>44</sup>, anteriormente citada, no início deste tópico, entrou nessa questão combatendo o que a autora identificava como algumas correntes pedagógicas que pretendiam diminuir, ou mesmo retirar, os “elementos fantásticos” da literatura infantil por estes serem considerados como más influências à construção de uma percepção da realidade por parte da criança. Para a autora, qualquer das alternativas em que prevaleçam uma das duas orientações – realidade em detrimento da fantasia ou o inverso – são perniciosas ao desenvolvimento da criança. Ainda para Maria Eugênia Celso, a fantasia não gera problema para a razão, ao contrário, ela “amplia a projeção do raciocínio”.

Podemos observar, então, que há certa compreensão do que seria um “universo infantil” mediado por determinadas capacidades cognitivas com características próprias num provável processo de desenvolvimento que acontece no meio e para o meio. A princípio, pareceu se tratar de uma orientação intelectual contendo alguma relação com os estudos de psicologia do desenvolvimento, em uma vertente próxima a Vygotsky<sup>45</sup> ao pensar o desenvolvimento atrelado à relação social e não excluindo o fator lúdico nesse processo de aprendizagem. Contudo, não foram encontrados dados que suportem a hipótese de que os integrantes da comissão de literatura infantil se baseavam nos estudos desse autor.

Para Jorge de Lima<sup>46</sup>, de forma semelhante às considerações postas por Elvira Nizinska, sem negar a possibilidade de que ensine algo, a literatura que não fosse didática seria a reconhecida como literatura infantil. Dessa forma, “poesias, romances, lendas, narrações, teatro, contos e até jornalismo – jornalismo feito para crianças e por crianças” – poderiam ser enquadradas, para o autor, como literatura infantil. Porém, biografias, histórias e antologias e outras obras, com certo “teor científico”, como o folclore, eram livros didáticos passíveis de serem interpretados como literatura infantil, enquanto eram excluídos livros intencionalmente escritos para obediência a programas de ensino, didáticos, técnicos etc.

Em grande medida, era um debate sobre o que seria uma literatura infantil brasileira, que estava crescendo e se formando. Nesse sentido, podemos perceber como se deu, também, a relação entre literatura infantil e a formação de uma identidade nacional. É interessante pensar como essa questão do nacionalismo está sendo debatida ao se falar em literatura

---

<sup>44</sup> CELSO, Maria Eugênia. **Palavras de quem tem uma criança**. *Correio da Manhã*, 10 de maio de 1936, sem página.

<sup>45</sup> Faz parte do processo metodológico que tenho desenvolvido na pesquisa identificar as referências teóricas e os diversos discursos que permeiam a produção de literatura infantil. Sobre essas questões ver: VYGOTSKY, L. S.. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984; VYGOTSKY, L. S.. **O desenvolvimento psicológico na infância**. São Paulo: Martins Fontes, 2003; PALANGANA, Isilda Campaner. **Desenvolvimento e aprendizagem em Piaget e Vygotsky**: a relevância do social. 5. ed. São Paulo, SP: Summus, 2001.

<sup>46</sup> LIMA, Jorge de. **Literatura Infantil**. 5 de maio de 1936. Arquivo Gustavo Capanema – rolo 42, fot. 815.

infantil. Em parecer enviado à Comissão em 5 de agosto de 1936<sup>47</sup>, Elvira Nizinska da Silva comenta que, embora a finalidade da literatura infantil fosse recrear, unida a outros elementos que “constituem a base da vida infantil – família e escola –”, a mesma deveria promover um “crescente conhecimento da realidade”. Nesse sentido, o nacionalismo na literatura infantil promoveria esse papel fazendo a criança criar laços com o espaço em que vive e concorria “para o bem comum”.

Porém, isso não significa que se deva dar acento muito grande a esse nacionalismo:

Há a considerar que o alcance educativo, em qualquer sentido, só é real quando a preocupação educativa não chega a ser percebida pela criança. Para fazer um livro de literatura infantil há necessidade de uma dose de talento; em alguns casos, mesmo um certo jeito pode bastar [grifo do autor].

Para Elvira Nizinska, existem obras nacionalistas de tal alcance que causam efeito similar mesmo em crianças de nacionalidade diferentes. Contudo, obras sem real alcance poderiam ter efeito negativo. Comenta:

Entretanto, se não conseguimos muitos “Corações” como o de Amicis para as crianças brasileiras, podemos, sem perigos sérios, incentivar obras que, sem cunho nacionalista de fundo político, exaltam as nossas tradições, nossos costumes, nossos heróis e artistas; dam (dão) a conhecer aspectos característicos de nossa terra e de nosso povo. Por que não usar nas histórias de aventuras, o gaúcho com toda a sua altanaria, seu arrojo seu amor à vida ao ar livre? Por que não exaltar o heroísmo do sertanejo, na sua rude luta com os elementos, escrevendo-os pela sua persistência e tenacidade? Por que não descrever a vida dos seringueiros? A vida aventureira dos tropeiros? Por que não explorar, com arte, a vida do (sertanejo?) , cheio de saídas inteligentes e um pitoresco sem igual? Todos esses tinos são capazes de inspirar histórias e aventuras que os farão viver nos seus lances mais dramáticos, e, fecundos serão os resultados, pois farão nascer no espírito infantil a simpatia por eles.

E, em seguida:

A nossa natureza pode e deve ser o fundo, o cenário para nossas histórias: haverá, sem dúvida, alcance nacionalista no seu verdadeiro sentido desde que ela não seja divinizada”. É preciso dar-lhe o justo valor, fazendo sobressair que nada é, nem será, sem a atividade, a perseverança, a coragem, a inteligência, a grandeza moral e a cultura do homem que o habita. O mais é uma questão de polícia, polícia de literatura infantil, afastando livros perniciosos que possam perverter o natural e justo desenvolvimento do sentimento nacionalista [grifo do autor].

Como podemos perceber, a autora faz uma separação entre possibilidades da utilização do “nacionalismo” como material para a literatura infantil. Essa utilização tem uma significação positiva na medida em que pode contribuir para a criação de laços “afetivos” entre a criança e o meio, na medida em que concorre para sua inserção no meio social em que vive. Dentre outros aspectos, a criança, ainda que possa ser vista como um ser guardando ou não certa distância, intelectual e física, numa relação de desigualdade ou não, com o mundo

---

<sup>47</sup> SILVA, Elvira Nizinska da. **Nacionalismo e Literatura Infantil**. 5 de agosto de 1936. Arquivo Lourenço Filho – rolo 7 – fot. 91-92.

adulto, é, ao mesmo tempo encarada com os olhos voltados para o futuro, aquela que ainda será um adulto e ocupará um local específico na sociedade.

Para Murilo Mendes a questão do nacionalismo na literatura infantil toma um caráter de “equilíbrio”<sup>48</sup>. Ele, embora não sendo contra os conceitos de pátria e sua importância no desenvolvimento das sociedades, coloca em questão a existência de livros infantis onde há a presença de “ideias diversificadas” – ideias comunistas, totalitárias, extremistas etc. – e repudia a presença desses temas, de forma clara ou apenas insinuada, na literatura infantil. Assim, a literatura infantil deveria seguir um caminho que não se desloque nem muito para um caminho, nem muito para o outro. Nesse sentido, o que é extremado é visto como perigoso, pelo escritor.

No caso da literatura para a infância em jornais e revistas, as ações tomadas foram a de produção de relatórios, pareceres, debates entre os membros. Os principais encarregados dessa tarefa foram os escritores Jorge de Lima e José Lins do Rego. Antes da modificação da portaria da Comissão, Jorge de Lima em duas comunicações apresentadas nas reuniões durante o mês de maio toca no assunto da possibilidade de criação de uma espécie de “revista infantil” organizada pela CLI:

A comissão de intelectuaes escolhida para dar parecer e se ocupar de literatura infantil no Brasil poderia muito bem se quise(sse) publicar uma revista ou jornal para creança, recebendo com muita honra e colaboração das proprias creanças e até a de professores ou de outros entendidos. Para isso dispõe a dita comissão de technicos escolhidos com sábio critério pelo senhor Ministro da Educação e do bom gosto literário capaz de influir para sempre, até a velhice, de poetas e escriptores que compõem a mencionada comissão, excluindo o nome do signatário, já se vê. Por sem duvida sairia publicação melhor do que as já existentes no Brasil. Ouviriamos os interessados no assumpto (, as creanças), assumptando-lhes o gosto para dirigilo depois ou exaltá-lo talvez, com essa possibilidade de reverter á alma da creança do que só os poetas dispõem. (...) Essa revista traduziria o esforço da comissão, o desejo de servir, contaria a nossa boa vontade de ~~servir~~ (estar com) a creança brasileira, aceitaria sugestões, falas, lembretes dos meninos mais distantes do Brasil, de Pirapora, do sertão de Matta-Grande, da escolas do Acre, da fronteira do Rio Grande, das cidades do litoral, da Capital Federal. Seria um vehiculo para levar mas também para recolher. Para isso seria gratuita, variada, infantil, puramente infantil ~~alguma~~ uma bôa parte, e adulta, consciente e criteriosamente adulta alguma outra parte<sup>49</sup>.

Com o Ministério da Educação como patrocinador e a presença dos intelectuais renomados, pedagogos, educadores e escritores, possuindo a Comissão, nas palavras de Jorge

<sup>48</sup> Ver: MENDES, Murilo. 29 de julho de 1936. Arquivo Lourenço Filho – rolo 7, fot. 89-90. Aline Santos (2011) trabalha com a noção de uma busca de equilíbrio por parte da CNLI entre os diversos fatores e funções atribuídos à literatura infantil.

<sup>49</sup> LIMA, Jorge de. **Considerações a margem do assumpto:** revista infantil. 14 de maio de 1936. Arquivo Gustavo Capanema: rolo 42, fot. 823.

de Lima, “três grandes nomes da nossa poesia: Manoel Bandeira, Murillo Mendes e Cecília Meirelles”, haveria a possibilidade de criação de um dispositivo de grande auxílio aos encargos dessa delegação. Esse auxílio se daria, sobretudo, pela possibilidade de contato com as crianças e seus gostos e interesses. Não apenas as crianças, professores e outros profissionais poderiam colaborar com o que se tornaria, mais do que uma revista, um mecanismo de pesquisa. Mais do que isso, a revista, em sintonia com as intenções da CLI de promoção de uma literatura infantil de teor “nacional”, daria suporte para a interação e conhecimento da situação das obras para crianças por todo o país. O que não podemos deixar de lado nessa comunicação é exatamente essas duas perspectivas: a da formação de uma literatura infantil brasileira e a abertura do espaço do diálogo com as crianças. Essa última dimensão, mormente, traz um dado novo não presente (ou não tão presente) que é o da criança aparecendo, ainda que minimamente, com relativa autonomia.

Fator distinto também é a alusão que o autor faz a seus companheiros literatos e sua importância para o trabalho que estão realizando. Para Jorge de Lima, havia nessa capacidade artística da qual dispõem Murilo Mendes, Manuel Bandeira, José Lins do Rego e Cecília Meireles, nesse “poder de abstração – de conseguir a emersão da meninice sem o desnaturamento da inteligência adulta, de sem ridículo, a repor quase íntegras no tempo e no espaço” – a chance de, ao conhecer o gosto infantil, dirigi-lo ou, por que não, quem sabe exaltá-lo.

Na comunicação seguinte<sup>50</sup>, em continuidade à apresentação do mesmo tema, Jorge de Lima dava mais detalhes sobre o funcionamento da revista e suas intenções. Essa aproximação aludida no texto anterior em relação à infância a partir das revistas, torna-se mais clara, ganha contornos de pesquisa científica. Para ele, existiria um grande desconhecimento das características biológicas, fisiológicas e psicológicas das crianças brasileiras. Todo o conhecimento que se tem sobre a infância seria oriundo de estudos e obras estrangeiras. A criação dessa revista teria como um de seus objetivos mitigar esse estado de coisas.

Recebidas do ministro Gustavo Capanema e analisadas, Jorge de Lima identifica, em algumas publicações estrangeiras – *Benjamin*, *Rin*, *Enfantas de France* e *Cadet* – alguns aspectos interessantes que poderiam ser usados como modelo para a ideia da revista infanto-juvenil do Ministério da Educação e Saúde. Todavia, Jorge de Lima conta que as revistas entregues a ele para análise, no geral, são mais ou menos destinadas a um setor mais específico da idade infantil. Esse primeiro “porém” vai de encontro à ideia inicial de produzir

---

<sup>50</sup> LIMA, Jorge de. **Notas á margem do assumpto**: Revistas para creanças. 21 de maio de 1936. Arquivo Gustavo Capanema – rolo 42 – fot. 826/2-827

um volume que fosse destinado a todas as crianças, de todas as idades, pelo país todo e, se possível fosse, de graça.

Continuando com sua apreciação sobre as “revues”, Jorge de Lima argumentava que *Enfants de France* era uma revista destinada principalmente ao público adolescente, enquanto *Cadet-Revue* tinha “boa dose de humor para adultos.” Tendo sido “testados” pelo escritor com algumas crianças, *Rin* foi uma publicação que não agradou os pequenos leitores e, embora *Benjamin* tenha sido a que mais agradou ao seu público-alvo, seria uma publicação “impraticável e dispendiosíssima no momento atual brasileiro”, ainda mais se levarmos em conta a proposta de uma revista gratuita para as crianças de todo o país, sob as despesas do Ministério da Educação e Saúde, baseada num hebdomadário de alta qualidade técnica. Segundo os relatos, o interesse pelo conteúdo do periódico teria surgido da curiosidade de saber mais sobre os artigos e textos que acompanhavam as imagens. A ideia, portanto, não seria a de imitar, mas de, se possível, usar alguns elementos podendo, em suas palavras, “fazer coisa mais agradável e útil aos meninos”.

Um último aspecto merecedor de atenção é a forma como o escritor Jorge de Lima compreendia a infância. Em seus pareceres, a presença de autores como Piaget, Stratz, Chantemesse et Mosny, Variot e Chaumet indicam a aproximação do autor com alguns estudos de áreas como a da psicologia, da medicina higienista, estudos de antropometria, crescimento e desenvolvimento fisiológico da criança, com diferenças de raças e sexos, dentre outros fatores. Entretanto, ele deixava claro, quando o material de estudo é a criança, não se pode ter completa certeza dos resultados atingidos. Citando Piaget, Jorge de Lima afirma que não se atinge o “pensamento espontâneo” de uma criança num determinado inquérito pelo próprio fator “interrogatório” agir como sistematizador da resposta infantil. Citando Piaget, fala da localização do pensamento infantil entre o “pensamento autístico” e o “pensamento lógico”. No primeiro, o “trabalho intelectual se faz por meio de imagens e esquemas motores”; no segundo os “instrumentos primitivos” são suplantados por “palavras e conceitos”. Dessa maneira, definia o pensamento infantil como “egocêntrico”, “não-social”, e aqui se encontra mais um dado importante para compreendermos da defesa da criação da revista pelo escritor:

Como adjutorio à socialização está o brinquedo colectivo (le jeu) com os seus fatores de imitação, de sympathia, da socialização de gestos. O livro bom e a revista boa, a boa doutrinação oral para as multidões infantis (o radio veiu solucionar um impasse dos antigos educadores) estão destinados nos tempos modernos à socialização do pensamento.

Como podemos observar a partir do trecho acima, é adicionado à revista um aspecto “educacional” como promotora do desenvolvimento cognitivo da criança. É uma tripla

intenção: recriar, educar e obter dados. Dados sobre uma imagem de criança que tem como base a ciência – medicina, biologia, psicologia – como o “local de poder”, de poder dizer e definir o que seria essa etapa da vida, em relação a outras etapas, dividida em estágios, separada do mundo adulto, a um passo de alcançar esse mundo, poderia ou necessitaria ter, ao menos seria mais conveniente, a sua interferência, ainda que ela passasse a ser vista como não totalmente dependente.

Há, talvez, uma quarta finalidade, de cunho “nacionalista”, que é a de ter um alcance amplo, pensando no país como um todo e trazendo com a revista a possibilidade de interação entre os diferentes espaços do país. Não há dados nos arquivos da Comissão de Literatura Infantil sobre a criação dessa revista. O que se seguiu foi a preocupação e o estudo da literatura infantil dentro dos periódicos.

José Lins do Rego, em suas atividades iniciais dentro da CLI, se concentrou em pesquisar as produções para as crianças e jovens existentes nesses periódicos<sup>51</sup>. A primeira conclusão a que chegou foi a de que todas aparentemente teriam uma matriz comum: pareciam ser do mesmo periódico. Em conversa com um editor de um desses suplementos foi informado de que a maior parte do público leitor era composta de meninos. As temáticas, por sua vez, concentravam-se em “narrativas com caráter policial, em série, prendendo por esta forma seus fregueses.” Quanto às tiragens, mais de trinta mil exemplares eram distribuídos por todo o país, embora a maior parte das vendas continuasse no Rio de Janeiro.

A segunda parte de seu trabalho consistiu em uma espécie de pesquisa de campo a qual ele concluiu ser “mais reportagem do que pesquisa”. Nela escolheu uma rua do bairro de Botafogo, no Rio de Janeiro. De construção recente, era possível perceber pelas casas do local que apenas famílias abastadas residiam na região. O inquérito feito ao jornaleiro dessa rua chegou a resultados similares aos anteriores. As “histórias de policiais”, de “bandidos”, de “policiais que perseguem os bandidos”, de “bandidos que se disfarçam”, fogem, estavam entre as preferidas pelas crianças do sexo masculino entre quatro e quatorze anos de idade; a parte esportiva também interessava a esse grupo. As reportagens sobre o cinema nas edições de domingo também eram um atrativo, sobretudo para as meninas, que faziam “coleção de artistas” e, mesmo os que não sabiam ler se interessavam pelas publicações e pediam para os outros que lessem para eles.

Exceto pelas histórias policiais havia algumas lições, inclusive de história e, segundo José Lins do Rego, Cristóvão Colombo era um personagem famoso entre os

---

<sup>51</sup> REGO, José Lins do. **Suplementos Infantis**. s/d. Arquivo Gustavo Capanema – rolo 42, fot, 821.

pequenos. No mais, as produções para a infância nesses suportes se diferenciam do livro infantil. Os contos de fadas, por exemplo, não eram matérias recorrentes nos periódicos.

De estrutura diversa e optando por uma preponderância da imagem sobre o texto, para Maria Eugênia Celso, possuindo uma possível relação com o cinema<sup>52</sup>, mas, ainda assim, considerados como literatura infantil, as revistas jornais e suplementos infantis ganharam cada vez mais adeptos entre o público pequeno e se tornaram tema de discussão e preocupação entre pais, educadores, setores religiosos, os intelectuais e mesmo o Estado, na figura dos mecanismos criados para estudar essa mídia.

Essa abordagem não se encerra aqui. Na verdade, continua mesmo com o fim da Comissão de Literatura Infantil. Agora como uma pesquisa direta do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP)<sup>53</sup>, criado poucos anos depois da Comissão e do qual ela passou a fazer parte, presidido nesse momento por Lourenço Filho, ex-presidente da CLI, pedagogo de renome, ícone da Escola Nova e figura constante na Editora Melhoramentos<sup>54</sup>, a tônica passou a ser a de descobrir quais as influências que esse tipo de literatura infantil exerce sobre as crianças e jovens, em relação aos estudos, à violência e à delinquência infanto-juvenil.

Outro fator para o qual devemos atentar e que ainda não se mostra presente na criação da Comissão, é a sua ligação ao INEP (Instituto Nacional de Pedagogia, posteriormente, Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos) no ano de 1937<sup>55</sup>. Ter em mente essa ligação é importante no sentido de perceber os direcionamentos que a CLI terá futuramente, ligada a esse órgão. Entretanto, pode-se compreender sua existência entre os anos de 1936 e 1938 como tendo relativa “autonomia” no exame das obras de literatura infantil.

Tal autonomia não implicava em um real “poder de ação”. Dentro de suas incumbências a CLI abstinha-se de dar conta de livros de teor didático. Caso documentado é o da *Cartilha do ABC de João e Maria*, do escritor Marques Rebello em parceria com o ilustrador Santa Rosa. Em carta endereçada ao Ministério da Educação em 19 de maio de

---

<sup>52</sup> CELSO, Maria Eugênia. Influências perniciosas. **Correio da Manhã**. 2 de setembro de 1938, p.4.

<sup>53</sup> FILHO, Lourenço. **Como Aperfeiçoar a Literatura Infantil**. Agosto de 1943. Arquivo Lourenço Filho – rolo 7, fot. 96 a 106.

<sup>54</sup> Ver: SOARES, Gabriela Pellegrino. Bastidores da edição literária para crianças no Brasil entre os anos 1920 e 1960: a atuação de Lourenço Filho junto à Companhia Melhoramentos. In: DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves (orgs.). **Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política no Brasil, Europa e Américas nos Séculos XVIII-XX** – São Paulo: Annablume, 2006. pp. 513-531 e SOARES, Gabriela Pellegrino. **A Semear Horizontes: leituras literárias na formação da infância, Argentina e Brasil (1915-1954)**. Tese apresentada ao programa de Pós-graduação em História Social da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.

<sup>55</sup> Como fica esclarecido no artigo 39 do decreto lei nº 378 de 13 de janeiro de 1937.



1937<sup>56</sup> é enviada cartilha produzida por ambos junto ao pedido de apreciação da mesma por parte dos intelectuais que compunham a Comissão de Literatura Infantil. Pedia-se, também, que, caso ela, formulada “sob os moldes das modernas doutrinas pedagógicas”, fosse aceita, passasse pela avaliação dos profissionais daquele órgão – que há pouco tempo tinham julgado a primeira categoria de um concurso de literatura infantil do MES, onde Santa Rosa ficou em primeiro lugar com a obra, *O Circo* – ela pudesse ter em sua capa marca de aprovação com os dizeres “Aprovada pela Comissão de Literatura Infantil do Ministério da Educação” e fosse enviada uma ata de aprovação.

Em resposta, o Secretário Murilo Mendes afirma a viabilidade de, mesmo não sendo da competência daquele órgão, visto que se trata de um trabalho estritamente pedagógico, poder-se, “entretanto, com o maior prazer declarar que o *ABC de João e Maria* é um trabalho de grande valor, tendo sido executado com os modernos ensinamentos pedagógicos pelo que os membros desta comissão felicitam os seus autores”.

Além da delimitação do campo de ação o poder da entidade era restrito praticamente ao estudo e à indicação, dando, assim, aos possíveis órgãos competentes, embasamento para que fossem tomadas as devidas providências. Isso fica evidenciado em ofício assinado por Murilo Mendes destinado a Gustavo Capanema pedindo mais poderes de ação à Comissão para que a mesma possa censurar obras e, como incentivo, premiar obras também. O secretário conta ainda fator relevante que é o da grande procura pela CLI para que ela tome as medidas necessárias, principalmente, em relação aos suplementos infantis, revistas e jornais e que, quando tenta intervir, se vê limitada pelos seus “poderes”<sup>57</sup>.

Embora não recaia apenas nos periódicos, a censura e apreensão quanto à qualidade das obras infantis nesses meios é, sem dúvida, matéria de preocupação constante por parte de educadores e autoridades. É nesse sentido que, como citado anteriormente, a CLI foi incumbida de estudar essa produção e apontar as melhores soluções a serem tomadas. Esse debate continuou mesmo após o fim da Comissão, sendo, então, papel do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos executar esses estudos.

Fator interessante que nos dão as matérias de jornais sobre a CLI é o contraponto das ações da mesma em relação a todo o debate sobre os livros para crianças acontecendo no “país”. Vale lembrar que, como já foi dito, essa discussão, ao que tudo indica, estava mais centrada nas regiões Sul e Sudeste do país, especialmente na capital federal. Contudo,

---

<sup>56</sup>REBELLO, Marques. 19 de maio de 1937 – Arquivo Lourenço Filho: rolo I, fot. 198.

<sup>57</sup> Murilo Mendes. **Ofício** – 23 de fevereiro de 1938. Arquivo Gustavo Capanema: rolo 42, fot. 893.

podemos ver como essa discussão é mais diversificada e conflituosa do que parece à primeira vista. Isso nos chama a atenção, também, a um ponto de caráter mais teórico que diz respeito às políticas públicas, ainda mais se tratando de uma Comissão cujo poder era limitado praticamente a estudar sobre e incentivar “da melhor maneira possível” o crescimento dessa literatura. O problema se encontra em como lidar com a relação entre as ações governamentais e como se deu a prática de uma determinada política. O que não devemos perder de vista é o que de revelador há sobre as percepções de mundo de uma determinada sociedade mesmo que apenas na intenção de uma ação ainda que não tenha surtido o efeito desejado. No fim, estamos falando de conflitos, apropriações, mais “modulação do que modelização”. (BODY-GENDROT, 2009: 542).

De qualquer forma, a CLI se configurou quase como um microcosmo das discussões do período sobre literatura infanto-juvenil. Mais do que isso, ela foi parte desse processo, contribuiu com o mesmo. É um momento importante porque, ainda que discutir os livros infantis estivesse em alta há algum tempo – pouco tempo, na verdade – instituições e grupos de intelectuais estivessem envolvidos, a Comissão de Literatura Infantil significava uma via institucionalizada de encarar a questão. Agora havia um meio “oficial” para tratar desse assunto.

É visível que para a imprensa carioca a operação mais aclamada e de maior fôlego executada pela Comissão de Literatura Infantil foi o concurso de livros infantis que ocorreu entre fins de 1936 e meados de 1937. Passando por algumas modificações antes de ser aprovado pelo ministro Capanema, data de 27 de novembro de 1936 a publicação no Diário Oficial da União do edital do concurso<sup>58</sup>. Contou também com uma ampla divulgação na imprensa do Distrito Federal e era, de fato, um concurso com três categorias ou mesmo “três concursos em um só”: um concurso de livros para crianças de até sete anos de idade; um concurso de livros para crianças entre 8 e 10 anos de idade; um concurso para crianças acima de dez anos de idade.

Essa medida inicial, além de um caráter meramente organizador, trouxe em si uma das ocupações dadas à Comissão, que seria, além de indicar os livros favoráveis à boa leitura na infância, dividi-los por faixas etárias, indicar a que idades cada tipo de livro infantil era mais adequado, o que condizia com uma interpretação da infância marcada por fases específicas de desenvolvimento. No parecer de Elvira Nizinska da Silva sobre os tipos de literatura infantil<sup>59</sup>,

---

<sup>58</sup> **Edital do Concurso de Livros Infantis do Ministério da Educação.** Diário Oficial da União de 27 de novembro de 1936, p. 60, seção 1.

<sup>59</sup> SILVA, Elvira Nizinska. Tipos de Literatura Infantil. 7 mai. 1936. Arquivo Gustavo Capanema – rolo 42 – fot.

a educadora define a que idades correspondem gêneros literários específicos<sup>60</sup>. De fato, fica mais clara essa intenção se atentarmos para as características específicas exigidas para as obras inscritas em cada uma dessas categorias. Suas atribuições eram:

- I. O livro para crianças até sete anos de idade, deverá constituir um “álbum” de estampas, acompanhadas de texto breve, que poderá ser em prosa ou em verso; as estampas deverão estar ligadas pelo mesmo assumpto, formando uma só história, a exemplo do livro francez “Histoire de Baba, le petit éléphant”, de Jean Brunoff.
- II. O livro para crianças de oito a dez anos e de mais de dez anos de idade, poderá consistir em uma narrativa única, a exemplo de “A Ilha do Tesouro”, de Robert Louis Stevenson, ou em uma série de contos.
- III. Cada trabalho, apresentado em tres vias dactylographadas será assignado com pseudonymo, e será acompanhado de um envelope fechado e lacrado, contendo o pseudonymo, o nome e a residencia do autor.
- IV. Os originais deverão ser entregues no Ministério da Educação, até 28 de fevereiro de 1937.
- V. Só se aceitarão obras originaes, inéditas e escriptas no idioma nacional.
- VI. Só poderão concorrer brasileiros natos ou naturalizados.
- VII. Aos concursos não serão admitidos membros da Comissão de Literatura Infantil
- VIII. A Comissão de Literatura Infantil, julgadora dos concursos, poderá deixar de classificar os trabalhos apresentados, se os não julgar merecedores de premios.
- IX. Serão conferidos os seguintes premios para cada um dos concursos:  
Um premio de 3:000\$000, ao livro classificado em primeiro logar;  
Um premio de 2:000\$000, ao livro classificado em segundo logar;  
Um premio de 1:000\$000, ao livro classificado em terceiro logar.
- X. Os prêmios não serão desdobrados.
- XI. A primeira edição de cada trabalho premiado, não excedente de 2.000 exemplares, será tirada pelo Ministério da Educação, ao qual pertencerá a propriedade da massa.  
Rio de Janeiro, 25 de novembro de 1936. – Lourenço Filho. – Manoel Bandeira. – Maria Eugênia Celso. – José Lins do Rego. – Elvira Nizinska da Silva. – Jorge de Lima. – Murillo Mendes.

A evidente divisão feita entre as obras para a categoria até sete anos de idade e as outras duas se fez na “apresentação total da obra”. Não apenas o texto deve ser mais claro, sucinto, como deve até mesmo ocupar o menor espaço na produção em relação às “estampas”. Álbum, no caso, é “uma espécie de livro cujas folhas servem como moldura” ou “certos livros ou cadernos com gravuras” e as estampas são as imagens componentes da obra. Essa configuração demonstra, a partir da intenção da primazia da imagem nesse tipo de livro infantil, uma preocupação que deve passar por dois caminhos: as imagens nos livros infantis em alguns momentos foram até mesmo criticadas ou “desprezadas” em especial quando se fala sobre algo ainda incerto para o olhar dos estudiosos da literatura infantil nos anos 1930<sup>61</sup>, que são as histórias em quadrinhos publicadas em revistas, como *O Gibi*, jornais e suplementos infantis. Como um fenômeno ainda relativamente recente, o grande sucesso das histórias em

<sup>60</sup> Para ter acesso à tabela com os gêneros e idades correspondentes, ver Anexo 4.

<sup>61</sup> Ver, por exemplo: MEIRELES, 1979.

quadrinhos e do cinema, principalmente este último, era visto por parte da sociedade em um misto de deslumbre e receio. Entretanto, como vimos anteriormente, a apresentação material da obra tem importância destacada na obra pensada em sua totalidade. Ao menos é esse veredito que parece ter chegado a Comissão de Literatura Infantil.

Contudo, o aspecto gráfico dos livros implica ainda em outro fator atrelado às possibilidades lúdicas e pedagógicas da literatura infantil. São as gravuras, por um lado, surgindo quase que como “amenizadoras do peso dos livros infantis”. Ao se chegar à conclusão da necessidade de recrear como algo inerente à literatura infantil, mais do que isso, fator primordial, mesmo que elementos educativos apareçam – sendo estes então, mais “diluídos”, bem trabalhados para que não se sobressaiam ou impliquem em aspecto carregado ou “forçado” que afaste o leitor –, as estampas surgem como tendo parte dessa tarefa, ainda que seja apenas minimizando o teor didático de uma obra. Há ainda mais: as imagens, para as crianças mais novas, têm um caráter mesmo pedagógico relacionado ao estágio cognitivo no qual ela se encontra. As imagens “ocupam” o lugar do texto como desenvolvedoras da narrativa, ao mesmo tempo, divertindo, prendendo a atenção e, em alguns, casos, educando<sup>62</sup>.

Outras duas dimensões que não devemos deixar de tentar apreender contidas no edital do concurso são a do esforço de incentivo de uma literatura infantil brasileira e, a posição do Ministério da Educação e Saúde como encarregado da primeira edição das obras vencedoras do concurso de livros infantis. Em um de seus pareceres, ainda no início das atividades da Comissão de Literatura Infantil, Manuel Bandeira produziu uma comunicação acerca de “sugestões e medidas” para incentivar o crescimento da literatura infantil no país<sup>63</sup>. São três as medidas sugeridas pelo intelectual: encomendar obras de literatura infantil a “escritores de nome feito”; premiar anualmente as melhores obras publicadas; abrir concursos de livros infantis. A terceira medida apontada pelo escritor é indicada como uma das mais interessantes por promover também o surgimento de novos talentos. Além disso, essa medida poderia conter, dentro de si, indiretamente, as duas sugestões anteriores.

Nos pontos cinco e seis do edital encontramos de forma mais incisiva esse incentivo de uma “literatura infantil nacional”. Ao não permitir a participação de estrangeiros não naturalizados e idioma diferente do português entrava-se novamente na já citada problemática da defesa e formação da identidade nacional. Esse era um tema deveras recorrente na literatura

---

<sup>62</sup> Não pretendo dizer, todavia, nessa explicação a respeito da questão visual nos livros infantis que texto e imagem são “a mesma coisa”. Há o entendimento de tratarmos de duas percepções diferenciadas, contendo suas especificidades, muito embora possam guardar aproximações, pontos “comuns” e, como temos visto aparecerem associadas.

<sup>63</sup> Manuel Bandeira. **Sugestões e medidas para incentivar a literatura infantil**. 14 de maio de 1936. Arquivo Gustavo Capanema: Rolo 42, fot. 822.

infantil de fins do século XIX e início do século XX no Brasil, nos periódicos, na Comissão de Literatura Infantil, em outros meios intelectuais, nos próprios livros.

Embora no edital estivesse estipulado o prazo final para a entrega dos livros concorrentes até 28 de fevereiro de 1937, essa data foi alterada para 2 de março do mesmo ano “por tratar-se de um domingo. Foram cerca de 80 inscritos no total”. Em notícia no *Jornal do Brasil*, de 5 de março de 1937<sup>64</sup>, são listadas todas as obras inscritas. Entretanto, a utilização de pseudônimos, impossibilita o reconhecimento da grande maioria dos escritores que participaram do concurso. Esse dado poderia ser útil para identificarmos, dentro dessa amostra, os perfis de boa parte dos escritores de livros infantis, especialmente, muitos dos que não ganharam tanta visibilidade dentro do mercado de livros para a infância ou iniciantes no ramo, ainda que fossem escritores consagrados para outros públicos. Identificá-los nos ajudaria a entender melhor o lugar dessa produção entre áreas tão diversas – médicos, professores, pedagogos, literatos, intelectuais no geral, envolvidos nas questões sobre a infância e a criança –, ainda mais se analisássemos essa amostra com a lista de obras infantis publicadas no Brasil e estudados por essa comissão.

Ainda assim, restam-nos os nove vencedores do concurso e alguns poucos que ainda que não tenham sido selecionados receberam o “aval” e a intervenção dos componentes julgadores do concurso junto ao Ministério da Educação para que também fossem dignos de publicação. Os títulos vencedores foram: na categoria até sete anos, de álbum de estampas, *O Circo*, de Santa Rosa Jr., em primeiro lugar, *O Tatu e o Macaco*, de Luís Jardim, em segundo e, no terceiro lugar, *Lenda da Carnaubeira*, de Margarida Estrela Bandeira Duarte e Paulo Werneck. Já na segunda categoria, para crianças entre oito e dez anos, os vencedores foram, respectivamente: *A Fada Menina*, de Lúcia Miguel Pereira, *A Casa das Três Rolinhas*, de Marques Rebello e Arnaldo Tabayá, e *A Terra dos Meninos Pelados*, de Graciliano Ramos. Por fim, na categoria para as crianças acima de dez anos de idade, os vencedores foram: *O Boi Aruá*, de Luís Jardim, *A grande Aventura de Luiz e Eduardo*, por Esther da Costa Lima, e *As Aventuras de Tibicuera*, de Érico Veríssimo.

Com o julgamento das obras em curso durante o mês de março de 1937, já no início de abril tornam-se públicos os nomes dos três ganhadores dos livros de estampas. Alguns meses depois, em fins de junho e início de julho, foram indicados os vencedores nas outras duas classes e seus nomes, junto aos seus respectivos livros amplamente divulgados na imprensa. Seguiu-se menção honrosa às obras que, mesmo não vencendo, recebem indicação e

---

<sup>64</sup> **Concurso de literatura infantil** - oitenta trabalhos enviados ao ministério da educação. *Jornal do Brasil*, 5 de março 1937, p 13. Ver Anexo 2.

aprovação da CLI. Em matéria do jornal *Gazeta de Notícias*, de 25 de junho de 1937, foi dada a lista de obras junto a uma breve explicação do modo como se deu o julgamento:

O serviço de Publicidade do Ministerio da Educação acaba de divulgar o resultado do concurso de literatura infantil, cujo julgamento foi feito pela comissão de Literatura Infantil daquele Ministério.

Anteriormente, tinham sido julgados os livros de contos para crianças de menos de oito annos de idade, sendo desta vez classificados aquelles destinados ás crianças de oito a dez annos, assim como de dez annos em diante. Além dos livros premiados, julga dignos de serem editados, declarando-os convenientes aos interesses infantis: O milho de ouro, de Nina Salvi; Historias de Lagoa Grande, de João Silva; Historias do compadre macaco e da comadre onça, de Assis Machado; A grande aventura, de Zé de Pinta; Minhas memórias de tio Macario, de Lia; Escoteiros em férias, de Tuchaua; Os olhos brilhando no escuro, de Gisa Godiva; Gupila, por Iracema; Aventuras do Coelho e outros bichos, de K. Britto; A Brasileirinha de Clara de Assis; Marco Polo, de Aleixo Garcia; Contos da Terra dos Pharaós, de Til e Amós; Memoria da Casa de Vovô, de Anna Brites; O mysterio da serra doirada, de Ayres da Serra, Uma aventura musical, de Bartyra; Contos da Terra Paulista, de Raposo; Os naufragos da Antartida, de Helio Jaguaribe de Mattos (visto tratar-se de livro escripto por um menino de 13 annos); Os expedicionários, de Zolio. Na ennumeração acima foram dados os pseudonymos dos autores dos respectivos livros. No que se refere ao critério da escolha dos livros premiados, declara a comissão que “Foram preferidos os livros que apresentavam maior equilibrio entre fundo e forma, interesse recreativo e educativo, e amor á pátria brasileira<sup>65</sup>.”

Como se pode perceber, os principais elementos que foram estudados pela CLI nas obras participantes foram três: “equilíbrio entre fundo e forma, interesse recreativo e educativo, e amor à pátria brasileira”. O primeiro dá conta da relação entre o tipo de texto – se é um livro de contos, se é uma narrativa única, qual tipo de narrativa, etc. –, a faixa etária para a qual foi escrito, a linguagem utilizada; o segundo é referente à intenção primordial da obra, lembrando sempre que, pela conceituação dada à literatura infantil por esse órgão, as obras de teor estritamente didáticos foram desconsideradas do conjunto; e o terceiro toca no tema do “nacional”, que é, como temos argumentado, assunto recorrente dentro da Comissão de Literatura Infantil.

Uma análise mais detalhada sobre uma dessas obras – a saber, *As Aventuras de Tbicuera* – estará presente nos capítulos seguintes. Por hora, devemos nos concentrar em duas últimas dimensões do problema que são, também, merecedores de uma apreciação mais acurada, sendo essas a recepção e, principalmente, os desdobramentos do concurso e a situação dos debates sobre livros para crianças num cenário pós Comissão Nacional de Literatura Infantil.

---

<sup>65</sup> Literatura Infantil – O resultado do julgamento da comissão do Ministério da Educação. **Gazeta de Notícias**, 25 jun. 1937, p. 2.

O Concurso em si parece ter recebido ampla aceitação do meio intelectual, contudo, poucos meses e mesmo anos depois de seu fim encontramos nos discursos de integrantes da CLI e outros intelectuais comentários assaz reveladores que nos ajudam a ponderar melhor o ambiente no qual se encontrava a literatura infantil brasileira.

As críticas em relação ao concurso se deram principalmente na forma como o Ministério da Educação encaminhou o assunto após o encerramento da competição. Em pequena nota de 31 de julho de 1938 no jornal *Diário Carioca*<sup>66</sup>, foram dadas algumas informações sobre a publicação de uma das obras vencedoras do concurso:

Os jornaes de hontem estamparam a seguinte noticia: “No Ministério da Educação e Saúde vem funcionando a Commissão de Literatura Infantil, instituída pelo ministro Gustavo Capanema, para estudar os problemas referentes a esse importante assumpto. No inicio das suas actividades a Comissão promoveu um concurso em que premiou diversas obras cuidadosamente elaboradas de accordo com o crescimento mental das crianças de varias edades. A Casa Desclée de Bronwer [Brouwer], de Paris já está imprimindo o livro “O Circo” de Santa Rosa Junior, premiado em 1º lugar no concurso organizado pela referida Commissão. Esse Livro se destina ás crianças pre-escolares. As primeiras provas em cores já foram enviadas ao agente no Brasil daqulla importante casa editora”. É de estranhar que a Commissão acima citada tivesse tomado a iniciativa de entregar a uma casa estrangeira a impressão desses livros de leitura infantil, Estranhável porque todos nós sabemos que a indústria typographica no Brasil está numa phase de notável progresso technco. Possuimos revistas em rotogravura e polychromia que rivalizam com as mais perfeitas do mundo. Qualquer dessas empresas poderia se encarregar do serviço que a Commissão resolveu, sem justificativas, entregar a uma firma franceza.

Na primeira parte da notícia foi dada a informação da publicação de *O Circo*, de Santa Rosa, ganhador do primeiro lugar no concurso na categoria até sete anos, por uma editora francesa e a mesma informação sendo veiculada pelos periódicos da cidade. Em seguida a tônica mudou para crítica da escolha de uma casa estrangeira em detrimento de uma no país. A crítica é justificada pelo desenvolvimento técnico das editoras no país. Já aqui temos três elementos a serem contemplados: mais uma vez o nacionalismo surgindo como um fator importante para esse momento histórico, a questão da qualidade dos livros e impressos no Brasil e, quem sabe, a própria questão do porquê de existirem traduções e adaptações de obras de um lugar para o outro e a relação entre as discussões sobre literatura infantil no Brasil e no mundo.

Antes de avançarmos nas considerações anteriores, atentemos para um dado que pode passar quase despercebido: um dos primeiros livros ganhadores do concurso a ser publicado, *O Circo*, além de ter sido levado a uma editora estrangeira, recebe essa oportunidade cerca de um ano depois do término do concurso realizado pelo Ministério da Educação e Saúde. Essa

---

<sup>66</sup> Estranhável! *Diário Carioca*, 31 jul. 1938, p. 6.

“relação” com editoras de outros países não se deu apenas com essa obra. No *Diário de Notícias*, de 16 de novembro de 1941<sup>67</sup>, é informada a publicação em inglês de duas das obras ganhadoras, nos Estados Unidos pela editora Coward MacCann Inc. e com tradução pela escritora norte-americana Maria Cimini. Foram elas *O Tatu e o Macaco* e *O Boi Aruá*, de Luís Jardim. Contudo, nos anos anteriores essas mesmas obras já haviam encontrado publicação em território nacional. *O Tatu e o Macaco*, “teve esgotada rapidamente sua primeira edição em litografia”<sup>68</sup>, no serviço gráfico do Ministério da Educação e Saúde, que funcionava no prédio da Biblioteca Nacional e onde fora impresso também *Lenda da Carnaubeira*, de Paulo Werneck e Margarida Estrela Bandeira Duarte.

A questão principal acerca dessas publicações repousa, talvez, no sentido de incentivo e, em outras palavras, criação de uma literatura infantil brasileira, nacional. Sobre esses “detalhes” a respeito do concurso, reveladores são também outras notícias e artigos nos jornais cariocas. Osório Borba, jornalista opositor ao governo Vargas e escritor para boa parte dos jornais do Rio de Janeiro e Pernambuco, em artigo publicado pelo *Diário de Notícias*, em 13 de novembro de 1938<sup>69</sup>, engrossa a quantidade de críticas disparadas contra a Comissão de Literatura Infantil, em especial, sobre o concurso ocorrido nos anos anteriores. Para ele era estranho que um concurso tão bem planejado e executado, contando com uma comissão julgadora de qualidade indiscutível, assim como os ganhadores, em sua grande maioria, nomes já consagrados na literatura nacional, tenha terminado há tanto tempo sem que se tivesse ainda encontrado publicação para as obras vencedoras.

Borba estranhava que obras dessa qualidade não chamem a atenção das editoras espalhadas pelo país. Até o momento da escrita do artigo, segundo Osório de Borba, apenas *As Aventuras de Tibicuera*, de Érico Veríssimo, encontraram edição na Editora Globo e *O Circo*, de Santa Rosa uma edição em francês<sup>70</sup>.

Mesmo com o desprezo das editoras nacionais, para Borba, o Ministério da Educação tinha equipamentos e capital suficiente para publicar e com qualidade as obras vencedoras do concurso de literatura infantil. A questão, por fim, para Borba, girava em torno da preferência das editoras em ganhar dinheiro com publicações de baixo custo e baixa qualidade vindas de fora, no lugar de apostar nas produções nacionais.

---

<sup>67</sup> Letras e Artes. **Diário de Notícias**, 16 nov. 1941, p. 18.

<sup>68</sup> Idem.

<sup>69</sup> BORBA, Osorio de. **Mathias e o Ministério**. *Diário de Notícias - Suplemento*, 13 de novembro de 1938, pp. 1, 2 e 4.

<sup>70</sup> Vale ressaltar, no entanto que, como anteriormente comentado, *O Tatu e o Macaco*, de Luis Jardim, havia sido publicada pelo Ministério da Educação. Além disso, *A Lenda da Carnaubeira*, como fica explicitado na própria capa da obra, também foi editada pelo Ministério. Ver Anexo 1 – imagem 12.



Resumidamente, as principais críticas que vieram à tona sobre a CLI durante os anos em que ela existiu, foram três: os integrantes escolhidos, a demora no processo de estudo da literatura infantil no país e o relativo “desprezo” que parece ter tomado conta do Ministério da Educação em relação aos ganhadores do concurso.

O jornal carioca *Correio da Manhã*, como um dos “bastiões” de guerra contra o “comunismo” e a sua infiltração no país, quando do movimento que ficou conhecido como “Intentona Comunista”, recrudescer suas críticas ao governo federal em sua fraqueza e inabilidade de sustar a entrada de ideias dissidentes pela via da literatura e da literatura infantil. Vide, por exemplo, artigo escrito por Carlos Maul, em 19 de março de 1936<sup>71</sup>, poucos dias depois da reunião em que foram acertados os primeiros trâmites para a criação da CLI. Nesse artigo, além de comentar sobre a situação da literatura infantil no país, ele tratava dos perigos que podem existir nesse tipo de literatura, principalmente por ser um espaço onde muitos escreveriam apenas com o intuito lucrativo. O ataque, contudo, é focado na obra *Geografia de Dona Benta*, de Monteiro Lobato, que aos olhos de Carlos Maul era um:

livro de derrotismo, em que se diminui o Brasil, em que se exalta o estrangeiro, em que se fazem afirmações absurdas, em que se instigam rivalidades regionalistas, e em que se chega a inspirar aos pequenos sympathia pelo bolchevismo! Livro de antinacionalismo, livro dissolvente, em que se nega tudo: o valor humano, a probidade das classes dirigentes, enfim, quasi a existencia do Brasil como nacionalidade. Haverá algumas verdades em algumas asserções do sr. Monteiro Lobato. Essas verdades, porém, são monstruosas quando desviadas da atmosphaera própria, e postas diante da infância que necessita de estímulos, de optimismo, de uma preparação espiritual equilibrada que a robusteça para o futuro.

Não apenas o livro de Lobato, como outras publicações, brasileiras ou não, passaram a ser alvo de críticas semelhantes e, como um dos principais locais de onde essas “denúncias” saiam, o periódico tentou angariar para si o mérito de que suas críticas teriam sido o passo inicial para a criação da Comissão de Literatura Infantil. Contudo, dias depois da criação da Comissão, o mesmo jornal passou a criticar a escolha de seus membros, identificando-os como aquilo a que ele, o periódico, queria se opor, afinal, para o periódico, os membros da Comissão estavam à frente daquilo criado para servir de oposição a eles mesmos<sup>72</sup>.

As opiniões são diversas quanto a esse assunto. Da saudação pela escolha de ícones das letras e grandes nomes da educação no país à pior escolha possível, um relato interessante

<sup>71</sup> MAUL, Carlos. Veneno ás creanças. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 19 mar. 1936, p. 4.

<sup>72</sup> Assim que Maul, em outro artigo agora de 14 de maio de 1936, em um forte tom de crítica quanto à escolha dos membros da CLI, o jornalista e escritor passa a descrever os membros desse comitê recém-criado. Ver novamente: MAUL, Carlos. O rei está nu. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 19 mai. 1936, p. 4.

é o de como Padre Lobato, em artigo para a *Gazeta de Notícias* em 20 de agosto de 1936, vê a escolha do Ministro Capanema:

Mas onde a razão da escolha?

Eu a tenho como certa. O ministro é um homem prático, político mineiro e conhecedor de manhas.

As mundanas quando se regeneram são excellentes mães de família, vigiam as filhas como cães de fila. O **simile** pôde ser applicado aqui. Só tem autoridade para seleccionar os livros para crianças, tornando-os uteis, simples, agradáveis e principalmente **limpos**, aquelles que escrevem o inverso.

Para separar o trigo é necessario conhecer o joio. Foi sem dúvida, por isso que, contraria à maioria, não vejo ninguém melhor para a referida Comissão que os autores de “Suor”, “Moleque Ricardo” e “Calunga”. Cumprimentos ao ministro pelo acerto da escolha. (*Gazeta de Notícias*, 20/08/1936: 3)

O discurso do pároco oscila entre duas vertentes. Por um lado, há certo tom de ironia pela suposta incompatibilidade na escolha de Capanema. Por outro, a escolha era acertada na medida em que poderia significar uma “regeneração” daqueles que compunham a Comissão de Literatura Infantil. Não há, como ele insinua em parte de seu texto, a presença do escritor de *Suor*, Jorge Amado, entre os integrantes da CLI, não se encontraram indícios de tal fato no decorrer da pesquisa. Todavia mais importante é perceber como a Comissão estava inserida dentro de um contexto de debates sobre literatura infantil e infância no qual ela foi mais um fator, onde muitas foram as tendências e nada ficava definido e estático, nem mesmo por vias institucionais.

Em matéria do jornal *Diário de Notícias* de 6 de junho de 1945<sup>73</sup>, sobre a greve dos estudantes em 1945 a propósito da portaria 204-A, relacionada ao “aumento salarial dos professores” e a cobrança de taxas adicionais às mensalidades, conflito entre esferas do poder público e privado onde o Estado surge como um “mediador” (DIAS, 2011: 195) e é criada uma comissão para estudar as possibilidades de resolução do conflito, um momento importante da matéria, para esta pesquisa, se encontra no trecho a seguir:

Oxalá se desincumbam a contento os seus componentes, porque a tradição das comissões designadas pelo sr. Capanema deixa muito a desejar. Há alguns aos funcionam varias cujos resultados se existentes, continuam ignorados do povo. Lembramos ao acaso: Comissão do Ensino Primário, com mais de 5 anos de existência; Comissão de Literatura Infantil, cujas coclusiones, diz-se, o senhor Capanema não divulga, receioso do revide das empresas mantenedoras de publicações desse gênero.

À parte as críticas às outras comissões e à, já fadada ao fracasso pela mídia, Comissão Especial, encontramos mais um fator importante que nos dá pistas sobre o já citado poder de ação dessa comissão e a relação entre seus pareceres e a situação da produção de literatura infantil no país. Como foi dito antes, a CLI não possuía poder de censura, interdição ou algo

<sup>73</sup> Revogação imediata da portaria ou greve geral. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 6 jun. 1945, p. 7.

similar. Com o estudo do tema, literatura infantil, ela pode criar conhecimento suficiente para que o Ministério da Educação, e quem sabe outras instâncias do poder estatal, agisse da forma mais apropriada. O que vemos, porém, é que apesar dos esforços empreendidos para a definição de um “estatuto” da literatura infantil, esse não necessariamente foi seguido à risca. O mais próximo a que chegou em termos de “orientação” talvez tenha sido a lista de obras analisadas durante os três anos em que a CLI existiu.

Maria Eugênia Celso em artigos publicados no *Jornal do Brasil* em 2 de julho de 1940<sup>74</sup> e 4 de maio de 1948<sup>75</sup>, trouxe mais detalhes sobre a situação da literatura infantil no país e sobre o funcionamento da comissão da qual fez parte e do concurso de literatura infantil promovido por esse órgão. Segundo a escritora, embora o assunto das leituras infantis tenha sido exaustivamente debatido, isso não significava que ele tivesse sido satisfatoriamente solucionado. Há poucos anos o Ministério da Educação, na figura de Gustavo Capanema, havia criado uma Comissão cujo dever era, segundo a autora: “não só para controlar toda publicação destinada à infância, como para eliminar, se possível, instituindo uma espécie de index, todo livro, toda revista, todo jornal que fosse julgado nocivo aos interesses educacionais da criança”. Entretanto, a grande maioria das iniciativas da Comissão permaneceu “intramuros”. Nem as pesquisas relativas aos jornais, nem os fichamentos dos livros chegaram a ser de acesso do público em geral, muito menos puderam servir de forma efetiva para execução por parte do Ministério da Educação.

Um dos maiores empecilhos, segundo Maria Eugênia Celso, para as atividades da Comissão foi o “trust prepotente dos Gibis”. Mesmo com toda a autoridade disposta para a Comissão na figura do Ministério da Educação e da Comissão de Eficiência encabeçada por Carlos Drumond de Andrade, nada pôde ser feito sobre a questão dos jornais, revistas e suplementos infantis.

Dos vencedores do concurso, quatro ou cinco conseguiram edição. Segundo o próprio edital do concurso, todos os vencedores deveriam ter sua primeira edição feita na imprensa do Ministério da Educação. Segundo ela, caso isso não tenha acontecido, o problema alegado foi o mesmo de sempre: falta de verbas. Porém, nenhuma solenidade na premiação. Nada além de notas em jornais citando os nomes vencedores. Após o concurso, para essa escritora, houve falta de incentivo para que os livros vencedores fossem publicados e, tanto tempo depois do fim da CLI, a situação da literatura infantil nacional, que poderia estar resolvida, continuava

---

<sup>74</sup> CELSO, Maria Eugênia. Literatura Infantil. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 2 jul. 1940, p. 5.

<sup>75</sup> CELSO, Maria Eugênia. Leituras Infantis. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 9 mai. 1948, p. 5.

em estado “lastimável”, com maior parte de seu contingente formado por obras estrangeiras traduzidas.

Apesar das dificuldades e conflitos mostrados até aqui em relação ao concurso, o encerramento<sup>76</sup> das atividades da Comissão de Literatura Infantil não significou o fim das discussões acerca dessa literatura, assim como também não significou o fim da intervenção estatal nesse setor. Sob a direção do INEP, duas novas pesquisas tomaram curso: uma primeira voltada aos periódicos, que contava com a análise minuciosa de uma dezena de revistas e suplementos infantis, junto a uma pesquisa realizada a partir de questionários respondidos por professores, alunos e mães de alunos; e uma segunda pesquisa bastante similar aos encargos da antiga Comissão de Literatura Infantil, da qual o resultado final foi um relatório assinado por Lourenço Filho e entregue ao Ministro Capanema em agosto de 1943.

Esse relatório, intitulado “Como Aperfeiçoar a Literatura Infantil” conta com sete divisões agrupadas em torno de três temáticas diferentes: história, conceituação e aperfeiçoamento da literatura infantil. O relatório tem nos dois tópicos iniciais um breve histórico da literatura infantil, primeiramente, em âmbito mundial, para, em seguida traçar uma cronologia da literatura infantil no Brasil, observações essas que permitiriam concluir pela existência de uma literatura infantil “perfeitamente desenvolvida, em todo o mundo, e em rápido crescimento no Brasil”.

Nos dois tópicos seguintes ele discorre sobre a conceituação e as funções da literatura infantil. De forma similar às conclusões chegadas anteriormente pela Comissão de Literatura Infantil, o “impasse” entre recrear e educar continua. Não obstante, mais uma vez chega-se ao veredito que se deve tomar a característica não-didática como fator primordial da literatura infantil. Assim:

O fim da “literatura”, para crianças, ou adultos, somente poderá ser o da arte, ou seja, o de exprimir o belo. A “literatura infantil” propriamente dita, será, pois, antes de tudo, expressão de arte ou já não será literatura. É evidente que a “literatura” pode e deve ser também uma disciplina, e que, sob a forma didática, ofereça manancial para exercícios escolares. Mas a obra de literatura infantil não pode visar a esse objetivo, de modo primacial ou direto. Ao que visa, enquanto expressão literária e, assim, expressão de arte, é comunicar a noção estética, necessariamente desinteressada. Não quererá isto dizer que, na literatura, como nas demais artes, o objeto em que haja arte não possa ter algum fim prático. Na essência, porém, aquele caráter distintivo há de permanecer, e permanecer imutado, por si mesmo sensível, e, antes de tudo, sensível. A aceitação deste princípio parece decisiva, para a perfeita conceituação da literatura infantil. O que não importa obscurecer a sua mesma peculiaridade. Pelo contrário.

---

<sup>76</sup> Em nota enviada ao Ministro Gustavo Capanema em 28 de novembro de 1938, Murilo Mendes acusa o recebimento de carta comunicando a decisão do Tribunal de Contas de paralisar as atividades da Comissão de Literatura Infantil. Ofício sobre o encerramento da Comissão de Literatura Infantil. MENDES, Murilo. 28 de novembro de 1938. Arquivo Gustavo Capanema – rolo 42, fot. 894.

Aceita-lo, em toda sua inteireza, será facilitar a compreensão de sua essência [grifo do autor].

Com a utilização do termo “propriamente dita” em relação à literatura infantil, o autor faz uma separação entre dois “tipos” de livros para crianças, ou melhor, dois sentidos. Para ele, literatura infantil tanto podia ser entendida como o conjunto de “todo o material de letras produzido para o uso das crianças”, a rigor, portanto, abarcando os livros didáticos infantis, como as obras para crianças cuja finalidade primordial não é o ensino. Contudo, seria necessário que não se deixasse de lado essa que deveria ser a essência da literatura infantil. Ela, como literatura, deveria ser arte. Isso não significa que ela não pudesse concorrer para fins educativos, ou fins “práticos”. Dessa maneira, não se pode descartar também a visão da literatura como parte integrante de uma determinada sociedade. Assim, ao mesmo tempo, a literatura infantil, ainda que aspirando ao “belo”, guardaria em si aspectos que poderiam concorrer para o crescimento pessoal da criança e, mais do que isso, como parte da sociedade, ela só existiria por que havia consumidores para a mesma, ou seja, ela possuía um público ao qual se destinava, o que não podia ser ignorado por aqueles que escrevem para as crianças. Segundo Loureço Filho:

Há uma literatura específica para as crianças, justamente porque estas a consomem; porquanto se torna possível levar-lhes a emoção estética, através das letras, nas condições naturais de seu gradativo desenvolvimento mental, emocional e cultural. Não admiti-lo, seria negar a própria substância da coisa. E, admiti-lo, como parece necessário, será aceitar também a compreensão desses níveis gradativos da evolução infantil, para que possa haver, no caso, a desejada comunicabilidade do belo. A compreensão artística da literatura infantil demanda, portanto, a aceitação de uma estética “evolutiva”, ou genética, a ser estudada ou, ao menos, sentida pelos que escrevem para crianças. É como, também necessariamente, esse desenvolvimento estético se relaciona com a [ilegível] evolução psicológica da criança, e, em particular, com a de sua formação ética – tomado aqui o termo, no mais largo sentido, de ajustamento e integração da personalidade – segue-se que o livro para crianças, embora aspire, por si mesmo, apenas ao belo, mas o belo das idades infantis, torna-as, queiramos ou não, em instrumento de profunda ação educativa.

Compreender a existência da literatura infantil intimamente ligada à criança, para Loureço Filho, significava compreender quem é essa criança para que se pudesse escrever para ela. Nesse sentido, a criança era identificada como tendo níveis gradativos de evolução psicológica, à qual devem ser condizentes esteticamente as obras escritas para ela.

A citação no início do tópico é de Graciliano Ramos, é uma parte de uma crônica escrita por ele, em 1938, falando sobre o *ABC de João e Maria* (RAMOS, 2005: 248-250), de Marques Rebello, com ilustrações de Santa Rosa. Nessa crônica, temos ao menos três elementos a considerar: a forma da escrita para crianças, a literatura didática em contraposição à literatura infantil e a situação dessa produção no momento da escrita dessa crônica.

Em outra crônica, intitulada *Prêmios* (RAMOS, 2005: 283-286), de 1938, Graciliano Ramos comenta ser esse “um tempo de concursos literários”. Contudo, para o escritor, isso não significava que as coisas estavam boas para os escritores, nem que os concursos signifiquem reais oportunidades para os mesmos. Deixa, na verdade, transparecer certo desapontamento com o descaso em relação à literatura. “Dão-se dois contos de réis como prêmio por um concurso e acham que isso é muito...” é, na verdade uma matemática traiçoeira: uma pessoa sofria um ano para escrever uma obra para o concurso, cem pessoas se inscrevem, um ganha. “Muito pouco. Cem anos de trabalho por dois contos de réis.”

Voltando à primeira crônica, esses dois que fizeram a nova “cartilha do *ABC*” foram os mesmos que ganharam o concurso de literatura infantil do Ministério da Educação. “Onde andam esses livros? Premiados e inéditos, exatamente como se não tivessem sido premiados”, explica Graciliano Ramos. De caráter mais complexo do que aparenta à primeira vista, a construção desse “espaço” da literatura infantil em âmbito nacional, mesmo que “mancando” dava seus primeiros passos, adquiria contornos importantes. A CLI era apenas uma parte – parte importante – desse processo. Começamos com literatura, encerramos com literatura...

**CAPÍTULO 2:**  
**LITERATURA INFANTIL ENTRE ARTE E PEDAGOGIA**

## 2.1 – História verdadeira de um menino de escola

Todos estavam à procura de um novo “Coração de Amicis”. A afirmação da frase anterior é imprecisa, pois, muito provavelmente, não se direciona realmente a todos aqueles preocupados com o conteúdo textual oferecido à infância na primeira metade do século XX. Parece, entretanto, inegável o impacto em solo brasileiro dessa obra italiana. Vez ou outra despontam no horizonte aqueles prestes a serem aclamados como, se não exatamente os escritores de um “novo” “*Cuore*”, ao menos, escritores de um *Coração* brasileiro.

Não são raras as alusões ao livro de Amicis. Como visto, foi em comemoração ao aniversário da morte do autor que foram tomados os primeiros passos para a consolidação da ideia de criação da Comissão Nacional de Literatura Infantil<sup>77</sup>. Em matéria publicada no *Jornal do Brasil*, de 4 de julho de 1937, o padre Helder Câmara, um dos integrantes da reunião anteriormente citada, acreditava ter encontrado tal substituto. Para ele, Plínio Salgado, na obra *Nosso Brasil*, de 1937, pela editora Coelho Branco, atingira essa meta:

O Brasil precisava de leituras saturadas de nacionalismo inteligente e sadio. Urgia combater o derrotismo [ilegível] dos que pretendem amar a humanidade sem primeiro amar a família e o país natal. Era possível deixar de pairar apenas nas arrancadas líricas sobre nossas belezas naturais. Havia aspectos humanos dignos de registro. Mesmo nas nossas folhas seria possível descobrir lições de coragem e de estímulo. Não se justificava o [ilegível] excessivo de falar em sangue e de falar em guerra, dado que há pacifismos traidores, com carnificinas sangrentas no bojo mau... Faltava o homem e faltava o livro. Livro e homem surgiram – o Sr. Plínio Salgado sagrou-se o Edmundo de Amicis brasileiro escrevendo *Nosso Brasil*.

Carente estava a literatura nacional, na visão de Helder Câmara, de algo que patrioticamente considerasse o material humano. Logo, dotado o livro de Plínio Salgado, *Nosso Brasil*, de alusões a grandes nomes – Santos Dumont, Gonçalves Dias, Castro Alves e Bilac, dentre outros –, personagens considerados importantes na história brasileira, como os jesuítas, e mesmo “feitos guerreiros” que, embora apareçam, foram tratados “com a nota humana e cristã” necessária, encontra, para o pároco, os elementos necessários para suprir essa falta<sup>78</sup>.

*Cazuza*, de Viriato Corrêa, talvez não seja, necessariamente, uma “tentativa direta”

<sup>77</sup> CELSO, Maria Eugênia. **Palavras de quem tem uma creança**. – Rio de Janeiro: Correio da manhã, 17/04/1936, p. 2. Ver também: **A literatura infantil** – uma iniciativa do Ministério da Educação para comemorar a morte do autor de coração. Diário da Noite, 09/03/1936, p. 15.

<sup>78</sup> O livro infantil italiano, tem como uma das principais tarefas criar e fazer florescer o amor pátrio – como fica evidente em passagens como *O Tamborzinho* e *Por que amo minha pátria* (DE AMICIS, s.d.: 83-92) – e levar às crianças lições morais – como nos capítulos *Vaidade*, *Gratidão*, *Inveja* e *Soberba*. É dividido em cerca de 100 capítulos e conta, em tom de diário escrito o ano letivo de um estudante. Além de passagens especificamente apontadas como de educação moral, cerca de nove capítulos são “contos mensais” onde a questão nacionalista é abordada.



de um *Coração* de Amicis. Porém, não se furta a certa influência e a tocar em assuntos como patriotismo e mesmo “material humano”. José Oriá Fernandes cita carta de Viriato endereçada a seu “amigo e editor Ribeiro Couto” revelando as intenções da publicação de um novo livro infantil:

Estou a trabalhar num outro livro infantil. O título ainda não achei. É um livro, não digo nos moldes, mas nas intenções do *Coração*, de Amicis, mas um *Coração* verde e amarelo, bem brasileiro, bem nosso. Deverá estar concluído em abril, para sair lá pelo Natal. (CORRÊA, 1936<sup>79</sup>. Apud FERNANDES, 2009: 85)

Analisaremos três aspectos na construção de *Cazuza* como uma obra de literatura infantil. Dois deles estão diretamente relacionados ao teor educativo da obra: algo que se aproxima da educação moral e da educação cívica, tão presentes em textos para a infância nas duas primeiras décadas do século XX<sup>80</sup>. Em seguida, ainda relativo à educação, discutiremos como a escola é representada na obra, junto a certas críticas ao “ensino tradicional” na obra de Viriato Corrêa para, por fim, analisarmos a forma como o personagem Cazuza enquanto criança – e criança em desenvolvimento – é fabricado e cresce, modifica-se, de uma forma diretamente ligada à educação e ao espaço que o cerca.

A obra *Cazuza*<sup>81</sup>, de Viriato Corrêa, publicada em 1938, tem vários aspectos relacionados ao espaço que podem ser problematizados. Nela é narrada em forma de memórias de infância a história de um garoto, Cazuza, e a passagem que o mesmo faz até o “final” dessa infância e sua relação com as instituições de ensino. Na obra fica explicado que Cazuza é um apelido, o nome do autor das memórias é desconhecido. O nome inicial da obra era “*História Verdadeira de um Menino de Escola*”, a percepção que se tem na forma geral da obra é a de um movimento de progresso que confunde relação espacial com o desenvolvimento do próprio personagem. Enquanto Cazuza cresce até alcançar o momento final do livro em que ele passa pela transformação de “criança” a “homenzinho”, temos o deslocamento espacial do mesmo e a identificação desses novos espaços com as ideias de atraso ou modernidade.

Seguindo por esse caminho, o livro é dividido em três partes que podemos relacionar com os três espaços maiores onde a narrativa se desenrola. A história se passa no Maranhão e começa num “lugarejo” chamado Piparemas, depois ocorre a mudança para a vila de Coroatá e, por fim, o personagem principal vai morar e estudar em São Luís. Sobre esses locais suas impressões são bastante divergentes. A “mudança”, de certa forma, dá o tom da

---

<sup>79</sup> Carta de Viriato Corrêa a Ribeiro Couto, de 13.01.1936 – Arquivo Museu da Literatura Brasileira, Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro-RJ.

<sup>80</sup> Ver: HANSEN, Patrícia. 2007 *Op. Cit.*

<sup>81</sup> CORRÊA, Viriato. **Cazuza**. São Paulo: 36ª Ed. Companhia Editora Nacional, 1990.

obra: o livro, mais do que simples memórias de um estudante, é um recorte de acontecimentos que deixam transparecer, se vistos em conjunto, como narrativa, dois processos de transformação que se intercalam: o da mudança espacial e o da mudança física e psicológica de Cazuza. A obra passa por três espaços maiores e estes acabam por acompanhar o crescimento do personagem. Primeiro, tem-se o vilarejo onde nascera:

Piparemas, o povoado em que eu nasci, era um dos lugarejos mais pobres e mais humildes do mundo. Ficava à margem do Itapicuru, no Maranhão, no alto da ribanceira do rio.

Uma ruazinha apenas, com vinte ou trinta casas, algumas palhoças espalhadas pelos arredores e nada mais. Nem igreja, nem farmácia, nem vigário. De civilização – a escola, apenas.

A rua e os caminhos tinham mais bichos do que gente. Criava-se tudo à solta: as galinhas, os porcos, as cabras, os carneiros e os bois (CORRÊA, 1990: 16).

A vontade de frequentar a escola é, no início da narrativa, como que a força inicial que dá movimento à história. Mesmo nesse ponto, escola é relacionada indiretamente a crescimento. O motivo pelo qual ansiava começar os estudos morava nas “calças” que crianças mais velhas usavam. Por ser ainda muito jovem, Cazuza usava pequenos “vestidinhos de menina” (CORRÊA, 1990:13), os quais detestava e sua mãe prometera abolir assim que começasse a estudar.

Existia ainda outro fator que o incentivava a começar os estudos: a escola era vista por ele como local de festa. Lembra que presenciara um episódio marcante em sua vida conhecido como “festa da palmatória” onde, no final do ano letivo, com a escola toda arrumada e após o discurso final do professor antes de declarar fim das aulas naquele período, as crianças “marchavam” pelas ruas do vilarejo, primeiramente, de forma pesarosa devido à “morte da palmatória”, para, em seguida, continuarem a marcha cantando e dançando alegremente.

A notícia da entrada de Cazuza na escola causa grande agitação entre as crianças do vilarejo. Uns, animados, pensavam em também pedir a seus pais e aderir à nova ideia; outros ficaram desolados com a novidade. Isso porque escola, para eles, significava a ausência de tempo devido às aulas e deveres, em outras palavras: o fim das brincadeiras. Aqui, a imagem da escola está ligada, além da ideia de civilização, como bem vimos, à ideia de desenvolvimento, de crescimento. A educação é, de certa forma, um passo a mais para a vida adulta.

Fator marcante em *Cazuza* é a identificação da escola com a civilização. No lugarejo em que Cazuza nasce, esse é o único resquício de civilização. Contudo, a relação com o espaço escolar na obra vai um pouco além dessa identificação direta. Sobre a escola de Piparemas ele diz:

A escola ficava no fim da rua, num casebre de palha com biqueiras de telha caiada por fora. Dentro – unicamente um grande salão com as casas de marimbondos no teto, o chão batido, sem tijolo.

De mobiliário, apenas os bancos e as mesas estreitas dos alunos, a grande mesa do professor e o quadro-negro arrimado ao cavalete

[...]

E os meus olhinhos inquietos percorriam os cantos da sala, à procura de qualquer coisa que me consolasse. Nada. As paredes sem caiação, a mobília polida de preto – tudo grave, sombrio e feio, como se a intenção ali fosse entristecer a gente.

[...]

Procurei um rosto alegre naqueles rostos. Nenhum. Os meninos pareciam condenados: olhos baixos, voz assustada e dolorosa expressão de terror na fisionomia.

[...]

Escola realmente não podia ser aquilo. Escola não podia ser aquela coisa enfadonha, feia, triste, que metia medo às crianças. Não podia ter aquele aspecto de prisão, aquele rigor de cadeia.

Escola devia ser um lugar agradável, cheio de atrativos, de encantos, de beleza, de alegria, de tudo que recreasse e satisfizesse o espírito (CORRÊA, 1990: 28-29).

### Segundo Fernandes:

Ao lembrar os primeiros anos de estudo numa escola do interior do Maranhão, Viriato Corrêa denunciava e fazia críticas a esse modelo de ensino tradicional, que usava métodos pedagógicos ultrapassados e ameaçava os alunos com punições severas. Ao fazer isso, Viriato aproximava-se do ideário da Escola Nova, em voga no Brasil dos anos 1930 (FERNANDES, 2009: 89).

O espaço da escola é criticado e problematizado em alguns aspectos. Além da diferença que existe entre as escolas que Cazuzza frequenta nos três lugares em que o mesmo passa, a escola se mostra como lugar de aproximação com outras questões. A partir da escola de Coroatá, é colocada a questão da formação do profissional da educação. Lá as professoras têm “formação para ensinar crianças”. É interessante ver que isso é ressaltado como uma diferença em relação à escola anterior. A mudança espacial e a educação estão ligadas também ao saber científico. Nesse sentido, há no período uma relação forte entre saber científico – em especial o médico e higienista –, as modificações espaciais nos centros urbanos do país e outro fator importante, a educação, como fatores que concorrem para o desenvolvimento.

Ainda que a escola seja anunciada pelo narrador como único resquício de “civilização”, sua aparição, nesse primeiro momento deixa transparecer mais defeitos do que qualidades. Impelido por dificuldades financeiras, os pais de Cazuzza se mudam para a vila. Neste ambiente nosso protagonista entra em contato com um novo mundo:

Para quem já tivesse visto o mundo, a vila do Coroatá devia ser feia, atrasada e pobre. Mas, para mim, que tinha vindo da pequenice do povoado, foi um verdadeiro deslumbramento.

As quatro ou cinco ruas, com a maioria das casas de telha; os três ou quatro sobradinhos; as casas comerciais sempre cheias de mercadoria e de gente; as missas aos domingos; a banda de música de dez figuras; as procissões de raro em raro, eram novidades que me deixaram maravilhado (CORRÊA, 1990: 75).

A vila – em moldes de colonização portuguesa<sup>82</sup> –, ainda que pequena, aparece em todo seu contraste em relação ao vilarejo onde morava. Da rua de poucas casas onde a escola, por pior que fosse, representava o único resquício de civilização do local, às “casas de telha e três ou quatro sobradinhos”, uma diferença gritante se configurava em sua imaginação. Em meio a isso, a escola, uma vez mais, ganhava destaque:

O que mais me encantou foi a escola.

[...]

A escola funcionava num velho casarão de vastas salas, que devia ter mais de meio século.

Quando lá entrei, no primeiro dia, levado pela mão de meu pai, senti no peito o coração bater jubilosamente.

Dona Janoca, a diretora, recebeu-me com o carinho com que se recebe um filho. Os meninos e as meninas, que me viram chegar, olhavam-me risonhamente, como se já tivessem brincado comigo.

Eu, que vinha do duro rigor da escola do povoado, dos alunos tristes e do professor carrancudo, tive um imenso consolo na alma.

A escola da vila era diferente da escolinha da povoação como o dia é da noite. (CORRÊA, 1990: 75-76)

As mudanças na narrativa não são apenas espaciais, elas são sociais e biológicas. Aqui, o sentido de “ambiente”, o “ambiente escolar”, engloba o espaço materializado, transmutado em local específico para uma determinada atividade – estudar – e a forma como se vive, como se percebe o lugar e aquilo/aqueles que o compõem. Com sua ida à São Luís, tem-se o início do terceiro momento da narrativa. Os contrastes espaciais continuam a aumentar enquanto, aos poucos e sem perceber, o protagonista se desenvolve:

Foi num domingo de sol, pela manhã, que chegamos a São Luís. Titia Calu, irmã de meu pai, que nos ia hospedar, veio buscar-nos a bordo, com o marido e o filho.

Até hoje não pude fixar, com exatidão, a lembrança daquele dia. Parece que ainda estou atordoado.

O mundo, acreditem, mudou inteiramente.

O progresso tornou a vida tão veloz, que as crianças da atualidade não têm mais meninice. Aos seis anos já viram e já gozaram tudo, aos dez estão enfatiadas e velhas.

No meu tempo, qualquer coisa era novidade.

[...]

Eu vinha da roça, e quase nada tinha visto, estava com a alma preparada para todas as emoções.

São Luís, aos meus olhos, era o esplendor das cidades. (CORRÊA, 1990: 133)

São Luís para Cazuzza foi um espetáculo à parte. A imagem do progresso estava em toda parte, atordoante. Modificou a forma de compreensão do mundo. Até mesmo o tempo é visto de forma acelerada. Tudo acontece mais rápido. “O progresso tornou a vida tão veloz,

<sup>82</sup> Sobre o modelo de colonização português ver: JUCÁ NETO, Clovis Ramiro. Notas sobre os primórdios da organização do espaço territorial e da vila cearense. Fortaleza: UFC, s/d. (artigo não publicado utilizado na disciplina de Cultura e Cidade do Programa de Pós-Graduação em História Social da UFC). Em sua tese, Jucá argumenta que, de forma diferente do até então imaginado para a forma como se deu a colonização portuguesa, onde a relativa falta de interesse inicial na terra provocara uma ocupação “desleixada” do espaço, houve planejamento na constituição das vilas brasileiras que se evidencia na presença de elementos específicos, como a Igreja e a Casa de Câmara e Cadeia.

que as crianças da atualidade não têm mais meninice. Aos seis anos já viram e já gozaram tudo, aos dez estão enfasiadas e velhas” (CORRÊA, 1990: 133). A partir da descrição da “materialidade construída” e de como é interpretada essa materialidade pelo autor podemos compreender como está ligada a ideia progresso e espaço para o mesmo. Existe também uma relação de comparação entre campo e cidade, sendo o primeiro identificado com o atraso e o segundo com o desenvolvimento. A cada novo espaço que Cazuzza é apresentado os respectivos símbolos de progresso, se comparados ao espaço anterior, ficam evidentes.

*As Aventuras de Tibicuera*, de Érico Veríssimo (1978), segue caminho similar. Esse livro não tem exatamente como protagonista uma criança ou um adulto contando suas memórias de infância. A história é contada como livro de memórias, as memórias de Tibicuera, que consegue “vencer o tempo” e percorrer toda a “história do Brasil”. De fato, a vida do índio se mistura com a vida da nação. Dessa maneira, o indígena é inserido na nacionalidade, passa a fazer parte da nação, contudo, perde sua identidade, porque ao se confundir com a história do país, confunde-se também com a ideia de progresso. No final da obra podemos encontrar um Tibicuera diferente, civilizado, morando em um apartamento de frente para o mar. Aqui há também a relação de uma ideia de modernidade e de um o ambiente urbano.

O trecho final de *Cazuza* é bastante emblemático. Em um capítulo intitulado *Homenzinho* o protagonista se dá conta de que deixou de ser criança. Findo o ano letivo, Cazuzza, contente por receber uma medalha de prata na competição anda pelas ruas orgulhoso. Em casa: festa em homenagem ao jovem que acabara de receber “um dos mais belos prêmios do colégio em que se educa!” (CORREIA, 1990: 186). À noite sai com seu primo, Julinho se despedir da cidade. Agora que estava de férias, passaria cerca de três meses distante da agitação da capital. Pensava, no entanto, somente em como seria recebido em sua casa, no vilarejo onde sua família e amigos o esperavam:

Naquele momento íamos entrando no Largo do Carmo.  
 O Julinho parou.  
 - Onde vamos agora?  
 - À farmácia, respondi.  
 - Fazer o quê?  
 - Ver as bolas de luz.  
 Uma censura relampejou-lhe nos olhos.  
 - Que idéia! Não sei como você não quer uma mamadeira! Você não é mais criança. Terminou hoje o curso primário. Já é, portanto, um homenzinho. Então um homem se abala de casa para ver globos luminosos de farmácia?  
 E com um tom de voz que era uma vaia:  
 - Ora, seu Cazuzza!  
 Caí em mim. Num segundo tudo se transformou dentro do meu ser  
 Empinei o peito. Tomei um ar de quem estava cheio de vento. Meti os dois dedos nas covas do coletinho e fui andando para frente, a passos firmes.  
 Ninguém me olhava, ninguém fazia caso de minha figurinha.

Mas eu estava convencido de que toda aquela gente me apontava, dizendo:  
– Este é o Cazuzza! Ele não é mais criança. Agora é um homenzinho.

Símbolo da modernidade do local e um dos lugares mais apreciados pelo personagem, ansiava por ver a farmácia e seus globos de luz mais uma vez quando as exortações do primo fizeram com que percebesse a suposta transformação. Cazuzza não era mais criança: era um “homenzinho”. A transformação do personagem, seu crescimento, desenvolvimento acompanha e é diretamente acompanhado pela transformação do espaço que o cerca. Mais ainda, papel preponderante nesse processo é desempenhado pelo único sinal de civilização de Piparemas, sua terra natal: a escola. Ao mesmo tempo em que muda de escola, sempre para uma maior, mais “desenvolvida”, é o final de um estágio escolar, um momento de sua vida como educando que marca a passagem de Cazuzza de um estágio para outro de seu desenvolvimento.

A primeira impressão da nova escola, entretanto, parece não ter sido das mais animadoras: perdido entre tantas novidades nos primeiros dias de sua chegada à São Luís, sua verdadeira condição, de aluno interno, passara despercebida até o momento em que é deixado pela tia aos cuidados do diretor da instituição, no dia seguinte à partida de seu pai. Verdade é que não percebera nem mesmo os motivos que levavam sua mãe a sofrer tanto com a sua futura despedida. Pensava apenas na viagem, nas novidades, no que iria ver, viver, e assim o foi, pelo menos durante os primeiros quinze dias. Agora, encontrava-se só, ainda que numa escola tão grande, em meio a tantos professores e alunos, numa cidade ainda maior, motivo de seu deslumbramento de outrora. Mesmo a forma paternal com a qual o diretor lhe recebera não era suficiente. Acabrunhado, triste, Cazuzza se afasta dos outros, fecha-se.

À noite, a saudade da mãe não lhe deixa dormir e ele passa a chorar copiosamente. Seu companheiro de quarto, um garoto cujo apelido era “Bicho Brabo”, nada mais nada menos do que aquele que o encontrara sozinho no intervalo das atividades e fez questão de lhe importunar, pergunta o motivo do choro e, ao explicar o motivo, a saudade de casa, da mãe, o outro lhe confessa não poder dialogar sobre tal assunto por jamais ter conhecido sua mãe. Cazuzza, nesse momento, percebe, então duas coisas importantes: que bons atos podem vir de onde menos se espera e a possibilidade de existência de situações piores do que a sua.

De forma similar, há outros momentos em que as situações vivenciadas por Cazuzza tomam ares de ensinamentos ou de lições morais. Introduzidos de forma indireta na narrativa, como momentos em que o protagonista assiste ou vivencia alguma cena, aprende pelo exemplo externo ou por experiência própria, vivida, ao ter de lidar com as consequências de seus próprios atos, o leitor de *Cazuzza* é apresentado a variados preceitos morais e noções que devem compor sua vida enquanto crianças e enquanto futuros adultos – como a

obediência aos pais, a humildade, a noção de liberdade, de poder, dentre outros.

Muitos são os capítulos cuja intenção é, em certa medida, moralizante. Entretanto, em sua maioria, os capítulos que detém primordialmente essa ocupação se encontram, especialmente, na segunda parte da obra. *Aprisionando passarinho*, *O rico e o pobre*, *O sapato ferrado e a sandália de veludo*, *O vendedor de chinelas*, *Os que vivem nas alturas*, *Fortes e fracos* são alguns dos capítulos cuja temática é a educação moral da criança.

*Aprisionando Passarinhos* (CORRÊA, 1990: 37-40) é um dos capítulos mais emblemáticos cuja essência é os ensinamentos que deixa para o leitor. Ao menos três aspectos importantes são tratados nesse capítulo: ensinamentos recebidos de sua mãe sobre obediência, religião e liberdade.

Cazuza aprende a fazer armadilhas para aprisionar pássaros e tem duas de suas tentativas bem sucedidas. Capturou primeiro uma pomba pequena, depois um corupião. Sua mãe lhe explica na primeira vez que não se deve tirar animais de seus ninhos, pois eles sentem como os humanos e sua mãe deveria estar a procurar o filhote desesperadamente, assim como a mãe de Cazuza faria. Na segunda vez, Cazuza tenta argumentar que se trata de um animal adulto. Sua mãe tenta lhe explicar que a liberdade de cada um deve ser respeitada. Mesmo que o pássaro seja cuidado e alimentado, não será livre. Para tanto, diz que vai trancar o filho no quarto por dias, semanas, meses. Ele recusa dizendo que, dessa forma, não poderá brincar, se divertir, fazer o que quer fazer. Assim, explica-lhe que o pássaro deveria ser visto da mesma forma: sua liberdade deveria ser respeitada.

Todavia, Cazuza ainda não havia aprendido a lição e “cai em tentação” uma vez mais. Na tentativa de capturar mais um pássaro, é atacado pela mãe de um jacamim que lhe deixa cheio de ferimentos. Salvo por um dos moradores do vilarejo que passava próximo ao local, é levado de volta para casa aos prantos onde sua mãe diz que ele fora “castigado por duas faltas. Uma, a maldade de querer tirar a liberdade alheia; outra a desobediência” aos conselhos maternos. Finaliza dizendo que “Deus não gosta de meninos maus de desobedientes” (CORRÊA, 1990: 40).

O respeito à liberdade do próximo aparece como mote para duas obediências diferentes: a obediência à autoridade materna e a obediência religiosa. “Honra a teu pai e a tua mãe”: embora as escrituras cristãs não sejam diretamente citadas, ouvir os conselhos maternos se confundem com preceito religioso e essa ligação fica visível no castigo (divino?) impingido a Cazuza. Primeiro, após ouvir os ensinamentos maternos, cai novamente em erro, desobedecendo-a, em segundo lugar, tenta extrair a liberdade de um terceiro. Por essas faltas é castigado por uma autoridade ainda maior: liberdade, direitos individuais e obediências familiar e religiosa são o tema do capítulo.

Quatro dos capítulos anteriormente citados têm ligação com noções de humildade e status social. *O rico e o pobre* e *O sapato ferrado e a sandália de veludo* fazem parte da mesma sequência de eventos. Dois alunos, Custódio e outro conhecido por “Sinhozinho” – por ser rico e prepotente – começam uma briga no intervalo após uma colisão em meio a uma brincadeira. O segundo passa a insultar o primeiro, demonstrando sua suposta superioridade advinda da capacidade monetária – o pai de Custódio trabalhava para o pai do “Sinhozinho”. A diretora intervém e lhes dá um sermão:

É pelas virtudes, unicamente pelas virtudes, que nós nos distinguimos. No mundo, o que dá valor às criaturas é a inteligência, a bondade, a prática de humanidade, o trabalho, a paciência, a dignidade. O aluno não vale pela roupa que veste, pelos haveres que os pais possuem. Vale pela aplicação aos estudos, pelo procedimento nas aulas. O aluno rico não é aquele que tem pais ricos, é o que consegue notas ótimas (CORRÊA, 1990: 84).

Falando sobre a dignidade do trabalho e do esforço, a diretora tenta explicar que as posses financeiras não devem servir de parâmetro que defina as pessoas. Mais do que isso, um dos padrões de definição que a mesma elenca é o esforço, a aplicação pela instrução, educação, pelos estudos.

O filho do prefeito, entretanto, parecia não haver “aprendido a lição e, na aula, Dona Neném, a professora – a qual, sempre que vê como necessário, faz o ditado de uma história cuja intenção é ensinar alguma lição à classe – conta um apólogo sobre o encontro de um “sapato ferrado” e uma “sandália de veludo” numa loja de sapatos. Neste, salienta outra vez a ilusão da importância do status social. Após comprados, ambos vivendo em mundos diferentes, o primeiro trabalhando de sol a sol, o segundo desfilando em festas, salões luxuosos, no fim, encontram-se uma vez mais, têm o mesmo fim: o lixo.

*Os que vivem nas alturas* (CORRÊA, 1990: 105-107) dá continuidade aos apólogos onde a relação entre status social e noções morais. Inicia com os estudantes vendo um conjunto de gravuras. Param encantados com a imagem de uma bela criança: era a imagem de um príncipe. Um dos estudantes afirma que, belo como era, só poderia ser alguém com um alto status, alguém que possuía tudo, enquanto eles, nada tinham. A professora, outra vez é acionada e narra mais um conto, desta vez sobre um beija-flor que invejava um urubu por este voar por toda a terra e viver nas alturas até descobrir de que o urubu se alimentava.

*Fortes e fracos* (CORRÊA, 1990: 126-128), como o próprio nome sugere, trata essencialmente de “relações de força”. Um incidente provoca briga entre dois estudantes, um, visivelmente mais apto fisicamente que o outro, o que incentiva a professora a fazer mais um apólogo, desta vez sobre uma aranha, um mosquito preso nas teias de aranha e um gavião. A aranha justifica a prisão do mosquito em suas teias como reparação pelo mesmo as ter desarranjado ao pousar nelas. Uma questão de “justiça” que daria o direito à aranha de se



alimentar do mosquito. Porém, um gavião passa e destrói as teias. O mosquito indaga por que a aranha não o prendeu e o transformou em (futuro) alimento assim como fez consigo. Enquanto a aranha, simplesmente, desvia do assunto dizendo não gostar de carne de gavião. A intenção da professora era falar sobre aqueles que atacam somente os “mais fracos”, concluindo que “os verdadeiros valentes são aqueles que se batem com os Gaviões, mas que sabem perdoar aos Mosquitos, às abelhas e aos besourinhos” (CORRÊA, 1990: 128).

*O vendedor de chinelas* (CORRÊA, 1990: 103-104) é uma apologia à instrução. Conta o caso de um pai, morador da vila, que não deixava seu filho estudar. No lugar, fazia com que o menino trabalhasse para ajudar nas despesas da casa. A diretora da escola, sempre que podia, tentava convencer o pai, irredutível. Ele alegando a ausência de necessidade de instrução maior do que a que o filho já tinha para desempenhar as tarefas às quais era designado, ela, que é impossível viver sem instrução, que aquele que não estuda é infeliz.

O resultado da contenda surge dias depois quando o pequeno, incumbido da tarefa de vender um lote de sandálias, comete um erro na negociação ao deixar que os fregueses saibam, logo de início, que, caso eles achem o preço abusivo, ele pode ser diminuído. A “moral da história” neste caso é a de que não se faz nada direito sem instrução.

Não foi essa, todavia, a primeira ou única vez em que a narrativa de *Cazuza* enaltece a importância da instrução. A presença da ciência através do conhecimento médico também faz uma breve aparição na obra. Elementos cotidianos e fantásticos, supersticiosos, que aparecem como fazendo parte do cotidiano infantil são algumas vezes misturados. Momentos banais como a necessidade de tomar determinado remédio e o medo de seres sobrenaturais andam lado a lado. Como na figura do “Velho Mirigido”, personagem que metia medo em todas as crianças do vilarejo e mesmo em adultos – quando o mesmo, depois de dado como morto, ressuscitava durante o velório (CORRÊA, 1990:47-49). Mirigido era sempre solicitado quando alguma criança ficava doente para que o medo a obrigasse a tomar o medicamento.

Um caso importante é o de *Evaristo*, conhecido como *Pata-choca*. Era conhecido por esse nome pela falta de ânimo para a vida e para os estudos. Por mais que apanhasse do pai, a criança não mudava. O próprio professor do vilarejo desistira do garoto. Certa vez, um médico passa pelo vilarejo e examina Evaristo, descobrindo que o mesmo estava enfermo. O que parecia, aos olhos de todos, desânimo unido à certa dose de rebeldia era nada mais do que um descompasso na saúde. Nesse trecho são contrapostos outra vez a ignorância, falta de conhecimento e a instrução. Dessa forma, aos poucos o autor introduz elementos que pretende trabalhar com seus leitores. “Marcas” na memória: *Cazuza* é repleto de ensinamentos no decorrer dos seus mais de sessenta capítulos. Esses, no entanto, não são tomados de forma

mecânica, como simples informação a ser transmitida, ensinada, absorvida por aqueles que leem. Inseridos na narrativa, o aspecto de “memória contada” dá (ou tenta dar) a esses preceitos morais certa aura de importância daquilo que merece ser lembrado, mais ainda, daquilo que fica marcado na memória, fatos importantes escolhidos dentre muitos para serem compartilhados e que participam da formação da criança e constituem o adulto que narra.

Se até o momento vemos em *Cazuza* a ênfase na educação moral da criança, a partir da terceira parte da narrativa aparece de forma mais clara no livro a educação cívica. Pelo menos três capítulos deixam explícitas as ideias do autor sobre pátria e a forma como o tema é inserido na obra. Próximo do final de seus relatos, os capítulos *Que é Pátria*, *Que é Brasil* e *A obra dos brasileiros* focam nesse aspecto já tão recorrente nos livros escritos por Viriato Corrêa para o público infantil.

Agora em São Luís e passados os primeiros dias que foram designados para descanso e para conhecer a cidade, Cazuza reinicia os estudos no colégio Timbira. Um personagem deste espaço ganha grande destaque nas memórias do protagonista: João Cânciao, um dos professores. Segundo Cazuza:

Havia-os de todos os feitios, os ásperos, os pacientes, os bons, os desleixados, os que gostavam de dar cascudos e os que não sabiam ensinar senão com berros. Deles todos o mais curioso era o João Cânciao. Tipo feio, magro, míope, compridão, esquisitão. Morava no próprio colégio num quatinho atulhado de livros. No primeiro momento causava impressão desagradável. O ar tristonho, o corpo esguio, o todo desajeitado, metiam medo. Mas, aos poucos, ia-se-lhe notando na fisionomia qualquer coisa de doçura e de bondade e, nos olhos, um ardente clarão de inteligência. Vivía à parte, silencioso, desprezado, sempre de livro na mão, absorvido na leitura. Passava por doido. Ninguém o consultava para nada; as opiniões que, uma ou outra vez deixava escapar, provocavam gargalhadas entre os professores.  
[...]  
João Cânciao era, no entanto, o melhor professor do colégio. (CORRÊA, 1990: 142)

Os professores de cada instituição de ensino pelas quais o personagem passou têm espaço marcante em suas memórias de um “menino de escola”. Do professor de métodos arcaicos e das professoras modernamente instruídas, Cazuza passa ao professor que, mesmo em seu jeito estranho, atrapalhado, será o responsável por inserir o tema da pátria em sua educação.

Interessante notar a forma como é construída a noção de pátria na obra. Em uma das aulas propostas por João Cânciao, surge o tema “A bandeira nacional” para a composição textual dos estudantes. Porém, decepcionado com o rendimento da turma que centralizou seus esforços em falar das belezas e riquezas naturais do país, o professor decide explicar, ele mesmo, o que entende por pátria. Diz:

– Ora, exaltar estas coisas é ter da pátria uma noção inteiramente errada. É ter da pátria a noção de coisa material, que tem corpo, que se toca e que se pega. Ora, pátria

não é isso.

[...]

– Pátria, explicou o professor, é qualquer coisa acima disso tudo, isto é, qualquer coisa de espiritual. Não existem pátrias físicas, ou melhor, pátrias não se medem por extensão territorial. Brilho de céus beleza de campos e mares, riquezas e tamanho da terra são obras da natureza para as quais o homem não concorreu com uma parcela do seu esforço. Pátria é, principalmente, o esforço digno de seus filhos.

E continuando:

– Pátria não é natureza, não é o território. É o homem. (CORRÊA, 1990: 154)

E, em seguida, em resposta à indagação de um dos estudantes, explica o que entende por Brasil:

E – Pergunta você que é o Brasil? É tudo que temos feito em prol do progresso, da moral, da cultura, da liberdade e da fraternidade. O Brasil não é o solo, o mar, o céu que tanto cantamos. É a história, de que não fazemos caso nenhum.

O Brasil é obra de seus construtores, ou melhor, daqueles que o tiraram do nada selvagem e o fizeram terra civilizada.

[...]

O Brasil é o esforço da sua gente para tirar da terra os bens que a terra dá a quem trabalha.

[...]

O Brasil são seus grandes vultos nas ciências, nas letras e nas artes.

[...]

Num país, a beleza da paisagem, o fulgor do céu, a extensão dos rios, as próprias minas de ouro, são quase nada ao lado da inteligência, da energia, do trabalho, das virtudes morais de seus filhos.

[...]

– É essa energia, esse trabalho, essa inteligência, essas virtudes morais, que a nossa bandeira representa. (CORRÊA, 1990: 155)

Viriato Corrêa claramente abandona o lado ufanista no tocante à exaltação da natureza e das riquezas naturais do país para se focar nos seres humanos. Ao menos aparentemente uma alusão à *Por que me ufano de meu país* (1900), de Afonso Celso, obra cujo texto se dedica a mostrar os motivos de superioridade brasileira tendo, em larga medida, questões naturais como embasamento – tais como grandeza territorial, a beleza do país, as suas riquezas naturais, a ausência de calamidades etc..

Mudando o foco da importância, Viriato Corrêa elege o trabalho, o esforço, os grandes nomes da história do país que o fizeram concorrer para chegar aonde chegou. Pátria, com seu “algo de espiritual”, e Brasil, assim, se tornam, são formados por esse conjunto de homens que concorrem para o crescimento nacional. Há certa dose de uma ideia de progresso na forma como o autor constrói sua ideia de pátria. Segundo Fernandes:

[...] a visão ufanista que Viriato Corrêa tem da história do País coaduna-se com os preceitos do Estado Novo (1937-1945), que pretendia difundir a ideia de que o Brasil estava no caminho certo rumo ao progresso. A ideologia do trabalho, presente em Cazuza (1938), serviu para sedimentar o sentimento de identidade nacional propagado pelo governo Vargas, através de suas instituições educacionais e culturais. (FERNANDES, 2009: 93)

Poucas referências a *Cazuza* foram encontradas nos jornais e revistas à época de sua publicação. Isso não significa que o mesmo não tenha sido ampla matéria de apreciação

por parte da crítica literária, muito menos que tenha sido pequeno seu sucesso mediante o público infantil. Pelo Contrário, Viriato Corrêa, ao que aparenta, contava com grande aceitação das crianças e jovens e, diferente de sua carreira no teatro – que embora fosse notável não gerava lucro suficiente em relação ao alto risco e altos custos da produção –, ainda no ano de 1946, vivia muito bem com a renda de obras como *Histórias do Brasil para Crianças*, que acabava de chegar à casa das centenas de milhar em número de exemplares vendidos, e *Cazuza* (NÓBREGA, 1946: 14), ambos lançados na segunda metade da década anterior, 1935 e 1938, respectivamente.

Não obstante o número escasso de apreciações da crítica literária encontradas, os poucos comentários que nos chegam dão visibilidade a algumas questões assaz interessantes. Reveladores, por exemplo, são os comentários de Everardo Backheuser, em pequeno artigo escrito para o *Jornal do Brasil*, em 6 de abril de 1939, cerca de um ano após o lançamento de *Cazuza*. Verdade é que a obra de Viriato Corrêa aparece de forma pontual no artigo. Trata-se não de uma análise apurada da “História Verdadeira de um Menino de Escola”, mas de uma breve crítica do recém-lançado livro de Ofélia e Narbal Fontes para crianças. Estes últimos, segundo o autor do artigo, grandes escritores de livros eminentemente didáticos, conhecidos por obras como *Cartilha do bebê*, *No país do Sol* e *Brasileirinho*, experimentam agora algo mais próximo do que era entendido por literatura infantil.

Everardo tece seus comentários a propósito da coincidência pela qual passou ao assistir uma palestra dada há pouco tempo por Lourenço Filho intitulada *A creança na literatura*, na Federação das Academias de Letras, e ter lido *Precisa-se de um rei*, de Ofélia e Narbal Fontes. O jornalista segue o raciocínio do ilustre pedagogo e vai além, sente falta de algo, um complemento que, para ele, se mostra, na verdade indispensável, ainda mais se produzido por Lourenço Filho: é necessário o estudo da “creança” na literatura infantil.

O motivo de tal necessidade se encontra, para Everardo, na função dos livros infantis. Mais do que recrear eles têm, por definição e por essência, fins educativos. Dessa maneira, de forma oposta ao que pode ser encontrado na literatura como um todo, as crianças devem ser “modelos”, exemplos para seus leitores, devem “manter o escopo de elevar, de *élèver*, seus leitorezinhos, descrevendo as creanças menos como elas são do que como devem ser”.

O *Coração*, de Amicis, é apontado pelo jornalista como exemplo que todos os escritores deveriam seguir. Para ele, obra repleta de “descrições de ações boas e ações más, mas mesmo na narrativa destas últimas o que há no livro é a preocupação de educar, isto é, de formar o espírito dos leitores levantando-o.” *Cazuza* aqui surge como o “quase” *Cuore* brasileiro, um daqueles que talvez mais se aproxime do propósito indicado na obra de Amicis.

Não ter alcançado tamanha conquista reside em pequenos deslizes que o autor do texto não aponta, mas diz existir, ligados à “fidelidade de certos fatos realmente ocorridos, esquecido de que nem todos têm caráter educativo”.

É possível ir um pouco mais a fundo se continuarmos nosso passeio pelas notas e críticas que a obra recebeu. Na edição de 5 de abril de 1938, do *Jornal do Brasil*, na área de bibliografia listada na coluna “Educação e Ensino”, *Cazuza* aparece ao lado de outra obra de Ofélia e Narbal Fontes (*Ilha do Sol* – livro de leitura para o 2º ano, 1937)<sup>83</sup>. Os comentários iniciais sobre o livro de Corrêa são a respeito da dificuldade do gênero literário:

A literatura infantil é muito mais difícil que se afigura a muita gente. Há que evitar o inacessível e o banal, o fantástico inverossímil, o que deprime a alma infantil e o que lhe dá uma ideia falsa ou uma visão pessimista da vida. Deve também ser dela proscrito o receituário fastidioso das regras de moral, a reiteração de máximas isoladas de experiências ligadas à participação da vida social peculiar ao indivíduo; essas apostilas “não terão mais importância sobre o caráter como diz John Dewei, do que o estudo das montanhas da Ásia.

Para o autor da crítica, Viriato Corrêa, “que põe mais uma vez em evidência seus magníficos predicados de excelente narrador”, exprimindo um “valor literário indiscutível”, conseguiu fugir tanto quanto é possível dessas armadilhas que se encontravam nos caminhos daqueles que arriscam o gênero. Acompanhando o personagem em três etapas da vida infantil que se confundem com o espaço em que vive – povoado, vila, cidade – e narrando com maestria episódios específicos da região, com “exatidão da psicologia dos indivíduos, de seus pendores e caráter”, comete, entretanto algumas faltas:

Temos, todavia, um reparo a fazer. O autor poderia ter suprimido algumas cenas tristes, desoladoras ou humilhantes, que, sem proporcionar nenhum ensinamento às crianças, as fazem sofrer, pelo espetáculo da injustiça ou da brutalidade, e depositam em seus espíritos desprovidos de senso crítico germes depressivos que se podem converter em complexos.

As crianças, aqui vistas como desprovidas de senso crítico, deveriam ser afastadas de qualquer elemento que possa, de alguma forma, prejudicar seu desenvolvimento. Cenas como a do professor usando a palmatória, ou o velho Mirigido assustando crianças ou do *Pata-choca* sendo agredido pelo pai, para o autor, eram desnecessárias e poderiam muito bem terem sido excluídas sem causar maiores perdas. São essas, provavelmente, algumas das mesmas falhas que Everardo Backheuser aponta como sendo decorrentes da escolha do autor por manter fatos reais, na medida do possível, inalterados.

Apesar de ser uma obra ficcional, *Cazuza* guarda muitas relações com acontecimentos reais da vida do próprio autor. Ao analisar a produção para o público infantil

---

<sup>83</sup> Bibliografia: Viriato Correia – *Cazuza*: memórias de um menino de escola. **Jornal do Brasil**. 05/04/1938, p. 10.

de Viriato Corrêa e sua inserção no círculo intelectual do qual fazia parte em inícios do século XX, em sua obra onde estuda a produção literária para crianças, a partir de uma perspectiva de uma história da leitura, Andréa Leão Borges comenta que:

Em meados do século XIX, os moradores de Piparemas, um povoado no interior do Maranhão, estimavam muito Manoel Viriato Correia Bayma. O Capitão Manoel Viriato era homem bondoso, rico, inteligente, embora pouco ilustrado. Sua casa foi centro vital de Piparemas, pouso de todos que se viam na obrigação de por lá passar (BORGES, 2012:82).

Não somente o pai de Cazuza fazia parte da inspiração da obra, como também o próprio Viriato Corrêa. Terceiro filho de um casamento onde as duas primeiras proles faleceram, o nome escolhido, igual ao do pai, tinha o intuito de dar sorte à jovem criança. Mais tarde, ainda outros dois filhos nasceriam. Enquanto isso, jovem Viriato Corrêa crescia e logo os ensinamentos do professor do povoado se tornaram insuficientes. Assim, foi estudar na capital, São Luís, no colégio do Cônego Osório Ataíde da Cruz. Anos depois, passaria a estudar Direito na faculdade de Recife antes de se mudar para o Rio de Janeiro e se transferir para a faculdade de Direito daquela cidade, em 1903, onde, algum tempo depois, começou a trabalhar na *Gazeta de Notícias*. Três meses depois, já estava consagrado no periódico. Substituiu Rafael Pinheiro na seção infantil chamada *Gazeta das Crianças* e se consagrou mais uma vez entre os “pequenos leitores” sob o pseudônimo de *Fafazinho*. Esse primeiro contato com o público infantil seria decisivo na carreira do escritor (BORGES, 2012: 82-87).

De fato, talvez possamos dizer que o livro de Viriato Corrêa se encontra num limiar entre literatura e memória. Com muitos de seus capítulos “inspirados” em fatos reais que, para alguns críticos, acabaram por causar problemas à narrativa – como uma obra para crianças – justamente por tentar preservar tais fatos no lugar de adaptá-los ao seu público, a obra, é apresentada ao leitor como um livro de memórias recebido de um “conhecido desconhecido”, o qual todos chamavam de Cazuza, que, na verdade é, ao menos em parte, o próprio Viriato Corrêa.

*Cazuza*, porém, foi um sucesso entre as crianças. Ainda hoje o livro, que conta com mais de 30 edições, é publicado, a última edição, ainda pela Editora Companhia Nacional, datando do ano de 2011. Como explicita Fernandes, o “romance autobiográfico ou *romance de formação*, onde o protagonista passa por ‘um processo de aprendizagem’” (FERNANDES, 2009: 85), foi, além de seu maior sucesso editorial, considerado pelo próprio Viriato Corrêa seu maior livro infanto-juvenil. Sem mais demoras, passemos agora a um exemplo ainda mais claro de obra infantil onde a questão da formação da identidade nacional ganhou força... passemos às *Aventuras de Tibicuera*.

## 2.2 – A Literatura Infantil e a nação

As tentativas de nacionalização da literatura infantil são mais antigas que os esforços postos na comissão de literatura infantil. Contam Lajolo e Zilberman (1987: 30-32) que a falta de material brasileiro, as queixas relativas às distâncias linguísticas se encontram presentes nas discussões aqueles que clamavam a “necessidade de uma literatura infantil brasileira”. Não obstante as tentativas de Jansen no século XIX, dois dos esforços mais emblemáticos nesse sentido foram a inauguração da *Biblioteca Infantil Quaresma*, por Figueiredo Pimentel, em 1894, com *Contos da Carochinha* e a Biblioteca Infantil da Editora Melhoramentos, em 1915. Essa última, numa retomada atualizada da Biblioteca Quaresma, conta com o educador Arnaldo de Oliveira Barreto em sua direção o que configura aproximação com uma instituição – a escola – que, além de trazer prestígio às histórias de fadas. Contém seu público leitor.

O modelo literário para crianças no Brasil ia muito além da simples utilização ou adaptação de obras europeias. Houve a “apropriação de um projeto pedagógico e ideológico que via no texto infantil e na escola (e, principalmente, em ambos superpostos) aliados imprescindíveis para a formação de cidadãos (*Ibidem*: 32). É assim que podemos verificar o sucesso e inspiração que obras como *Cuore* (1986), de Amicis, experimentaram com os escritores brasileiros.

Como víamos, *Cuore*, obra que conta em primeira pessoa, por meio da escrita em um diário, episódios das vidas cotidiana e escolar, concentrando-se nesta última, tem como principal objetivo formar em seus leitores o amor à pátria. Segundo Lajolo e Zilberman:

Tal como ocorre com o livro francês [Le tour de la France par deux garçons] a grande lição que os leitores devem apreender nas páginas de De Amicis é o patriotismo, o amor e respeito à família e aos mais velhos, a dedicação aos mestres e à escola, a piedade pelos pobres e fracos. Livro que cumpre importante função na consolidação da unificação italiana, o patriotismo sobreleva todas as demais lições do livro.

[...] Tanto a história francesa como a italiana têm crianças como personagens centrais, os quais, através de variadas situações e aventuras, vão desenvolvendo amor à pátria, sentimento de família, noções de obediência, prática de virtudes civis. São crianças modelares cuja presença nos livros parece cumprir a função de contagiar de iguais virtudes e sentimentos seus jovens leitores. (LAJOLO e ZILBERMAN, 1987: 33)

Em sua constante tensão entre o pedagógico e o lúdico, as obras infantis cujo tema é a nação, em grande parte estando ligados aos programas escolares de educação moral e cívica, permeiam boa parte do que se produziu nos primeiros anos da república. Termos como literatura infantil e livros didáticos, por sua vez, parecem ter seu sentido confundido se atentarmos para os debates sobre esse gênero literário em periódicos brasileiros nos primeiros anos do século XX. Talvez seja proveitoso fazermos uma incursão ainda maior, mais próxima da literatura “didática”. Cabe-nos, ainda uma rápida passagem sobre a relação entre “livro escolar” e “livro de literatura infantil”. É difícil precisar a diferença entre diversas

classificações que os livros destinados às crianças podem enquadrar (FERNANDES, 2009: 44). O exemplo de Viriato Corrêa (o qual abordamos brevemente em tópico anterior com *Cazuza*) é, ainda hoje sintomático. Escritor de livros que circulavam entre ensino de história para crianças e jovens e “literatura infantil propriamente dita”, mesmo nos dias atuais seus livros são classificados pela Companhia Editora Nacional como pertencentes ao gênero “literatura infanto-juvenil” (*Idem*).

Parte desse problema parece se encontrar ainda no início da produção de ambos os gêneros no país – literatura escolar e literatura infantil:

O estudo do desenvolvimento da educação entre nós mostra que somente com a fundação de escolas, formação de professores, advento de livros de texto, possibilitou-se o aparecimento de uma literatura, a escolar, intimamente ligada à literatura infantil propriamente dita. Ou melhor, aquela é a gênese desta na perspectiva de nosso processo e formação. (...) O desenvolvimento do ensino, a abertura de escolas, criaram condições no país para o aparecimento do livro especialmente dedicado à infância. Este cresceu nos bancos escolares vinculado ao sistema de educação, mas logo se tornou independente (ARROYO, 1968: 15 apud FERNANDES, 2009: 44)

Como exemplo dessa aproximação, Oriá Fernandes (2009: 44-45), em larga medida baseado em Arroyo, cita as primeiras experiências editoriais de Monteiro Lobato no universo literário infantil. A segunda edição de sua primeira obra para a infância, *A menina do nariz arrebitado*, tinha na capa “segundo livro de leitura para uso das escolas primárias”. Em uma grande e inesperada jogada editorial, distribuiu cerca de 500 exemplares entre as “escolas e grupos escolares do estado de São Paulo”. Com o sucesso do livro – que não fazia parte do “cronograma” oficial de leitura das escolas – chegando ao conhecimento do então presidente Washington Luís, *A menina do nariz arrebitado* passa a ser distribuído por todas as escolas do estado, tornando-se um “*best-seller* infantil”.

Algumas obras de Lobato têm, inclusive, caráter didático mais explícito: *História do mundo para crianças* (1933), *Emília no país da Gramática* (1934), *História das invenções* (1935), *Aritmética de Emília* (1935), *Geografia de Dona Benta* (1935), *O poço do Visconde* (1937), *Serões de Dona Benta* (1937) (FERNANDES, 2009: 46). José Oriá explica que, tendo como interlocutor o educador Anísio Teixeira, Lobato se aproxima das ideias escolanovistas, onde procura-se uma participação ativa da criança no processo de aprendizagem. Para tanto, em parte as mudanças propostas procuravam afetar os “conteúdos curriculares, tornando-os menos áridos e mais interessantes para a criança brasileira”. Caminho, segundo Fernandes, também escolhido por Viriato Corrêa (*Ibidem*: 47).

Partindo do pressuposto de que a formação do conhecimento histórico se dá por diversas vias, tais como o ambiente escolar, a mídia – jornais, rádio, tevê, livros, comemorações cívicas, o próprio “espaço”, a arquitetura do local, museus, dentre outros (FERNANDES, 2009: 52), José Oriá Fernandes identifica na década de 1930 o livro de leitura



como sendo um desses principais fatores:

Particularmente, a grande maioria desses livros de leitura veiculava conteúdos de história do Brasil, razão pela qual considero que a construção do saber histórico escolar dava-se por intermédio de outras obras, e não apenas através do livro didático dessa disciplina.

[...]

Assim, livros infantis com temática histórica vão se constituir numa modalidade de literatura escolar bastante utilizada pelo mercado editorial brasileiro, durante grande parte do período republicano (notadamente até os anos 1950), pois tinham público certo e garantido: alunos de ensino primário em fase de aprendizagem escolar da leitura e da escrita. (FERNANDES, 2009: 51)

O objetivo do livro de leitura seria o de ao mesmo tempo que instrui, ensina, auxiliar a criança no gosto pela leitura (BITTENCOURT, 1993, apud FERNANDES, 2009: 50-51). O livro infantil, que aqui se confunde com o livro de leitura, no entanto, pode se encaixar em modalidades diversas de acordo com os usos que lhe são atribuídos tanto dentro quanto fora da escola (*Idem*), sendo, na fase que ele identifica como nacionalista da literatura infantil, a questão nacional, o ensino moral e cívico, alguns dos temas mais recorrentes nas obras para a infância.

Lembremos também o posicionamento tomado pela CNLI quanto ao que é literatura infantil. A Comissão chegou a um resultado amplo que excluía, basicamente, os livros didáticos por excelência. A posição de Murilo Mendes traz mais um fator: mesmo livros considerados “para adultos”, em certas circunstâncias – entenda-se, principalmente, como adaptações, ou clássicos que acabaram por compor o panteão da literatura infantil – podem ser encaixados como pertencentes ao gênero<sup>84</sup>.

É assim que vemos diversas manifestações diferentes nos livros infantis cujo tema é a nação. Como temos argumentado até o momento. De uma forma ou de outra a “nação” é um termo que direta ou indiretamente está inserido nas produções infantis do período. Se, por um lado, vemos que o teor nacionalista já era recorrente na literatura infantil anterior à década de 1920, por outro, esse teor muda de aspecto nos anos que se seguem. Vale ressaltar, porém, que isso não significa a não existência de mais produções nos moldes anteriores. A forma como é tratado o assunto pela CLI mostra que, ainda que dentro de um aparelho estatal e num período de fechamento político, a intenção é a de afastamento claro de extremos no que tange os livros infantis. Isso não é diferente no caso do nacionalismo ou na possível adoção ou divulgação de doutrinas políticas – ainda que algumas sejam veementemente rechaçadas. Mais uma vez a noção “equilíbrio” parece vir a calhar.

---

<sup>84</sup> Sobre a CLI e a definição da literatura infantil Ver tópico 1.3 deste trabalho. Ver também: MEIRELES (1979); GOMES (2003); ZUGNO (2007) e SANTOS (2011).

Porém a tendência da busca por uma produção nacional de histórias infantis é, junto à escola, indubitavelmente atrelada à formação de um espírito, uma noção patriótica, à formação do futuro cidadão, à preparação da criança, futuro adulto, para a vida em sociedade. O caminho parece ser duplo: tanto o de nacionalização da literatura, quanto o da formação da identidade nacional daqueles aos quais ela é destinada.

Assim, muito embora pudesse haver resistência a um caráter predominantemente didático, o tema nação e sua utilização de forma “didática” – ou ainda “didático-recreativa” – agindo na constituição moral, não apenas era permitido, era desejado. Ainda que aos poucos e cada vez mais trazendo para si o status de arte, a literatura infantil, para aqueles que a faziam ou tentavam definir, não se afastava da possibilidade de ensinar. O problema em si não parecia ser o da pedagogia nos livros infantis, o da possibilidade de ensinar, instruir – ainda que ensinar, instruir recreando – e sim o dos possíveis erros e abusos, na falta ou no exagero entre o lúdico e o pedagógico.

O livro *As Aventuras de Tibicuera* se encaixa nessa discussão e vai além: noções históricas e temporais, nação brasileira, educação e progresso e diferentes fases da vida se mesclam nessa obra de Érico Veríssimo. Ainda que com forte teor didático, já que, no fim, se trata de uma obra cuja finalidade é narrar e ensinar a História do Brasil, é uma obra que nos dá elementos para examinarmos como se relacionam educação, formação de identidade nacional e visões de infância dentro da proposta “estadonovista”.

*As Aventuras de Tibicuera – que são também as do Brasil* foi escrito por Érico Veríssimo no ano de 1937 e concorreu ao prêmio do concurso de literatura infantil da Comissão Nacional de Literatura Infantil do Ministério da Educação e Saúde no mesmo ano, tendo sido um dos vencedores e ficado na terceira colocação na categoria acima de dez anos de idade. Conta a história de Tibicuera, índio Tupinambá que, graças a uma fórmula misteriosa para enganar o tempo que lhe fora concedida, consegue viver mais de quatrocentos anos, acompanhando – e participando – da história brasileira até o ano de 1942. Quando, agora um homem civilizado morando em um apartamento de frente para a praia, passa a escrever suas memórias, embora deixe os últimos anos relativamente inconclusos. Encerra a sua narrativa eximindo-se de opinar sobre fatos políticos recentes pelos mesmos serem ainda bastante conturbados.

Pode-se dizer que, do início ao fim, ainda que narrada em forma de memórias, a obra segue uma temporalidade “cronológica”. Mais do que isso, em alguns momentos do texto é possível perceber que ele é dotado de certo senso de evolução na medida em que o tempo pas-

sa na narrativa. Nosso primeiro indício se encontra já em suas primeiras páginas. Nos dois primeiros capítulos temos a narração do nascimento, infância e escolha do nome do nosso “co-protagonista”:

Nasci na taba duma tribo tupinambá. Sei que foi numa meia-noite clara, de lua cheia. Minha mãe viu que eu era magro e feio. Ficou triste e não disse nada. Meu pai resmungou:

– Filho fraco. Não serve para a guerra.

Tomou-me então em seus braços fortes e saiu caminhando comigo para as bandas do mar.

(...)

O mar apareceu à nossa frente: grande, misterioso... Suas ondas pareciam soltar um longo aï quando rebentavam na praia. Meu pai estacou. Olhou primeiro para mim, depois para o oceano... – não teve coragem. Voltou para a taba chorando. Minha mãe nos recebeu em silêncio. (VERÍSSIMO, 1978 p. 1)

E, no capítulo seguinte:

*Passaram-se luas. Uma tarde ia eu escanchado na cintura de minha mãe quando o pajé da nossa tribo nos fez parar na frente de sua oca. Olhou para mim, Viu que eu era magro, feio e tristonho. O pajé era um homem muito engraçado. Fazia troça de toda a gente e de todas as coisas. Examinou-me, da cabeça aos pés, sorriu e disse: “Tibicuera”.*

*O nome pegou. Toda a gente ficou me chamando de Tibicuera. Tibicuera na nossa língua queria dizer cemitério. O nome sentava bem. Eu era calado e triste. (VERÍSSIMO, 1978: 2)*

A escolha do nome, Tibicuera, está ligada a uma característica atribuída pela visão de Veríssimo da tribo a qual Tibicuera pertence e enfatiza essa mesma característica. É uma “predisposição guerreira” que permeia grande parte da obra e tem importância em sua gradual transformação.

Todavia, o significado do nome e os adjetivos que geraram sua escolha – filho fraco, calado, triste – guardam sentidos mais profundos. Escolhido pelo pajé da tribo o nome Tibicuera tinha relação com a aparência física frágil. Relacionado ao aspecto guerreiro da tribo indígena apontado por Veríssimo, o ser fraco e, de certa maneira, impotente, o enxergar-se fraco, dizia algo também de sua condição enquanto um ser ainda no início de seu desenvolvimento físico e psíquico. Seu nome, ao menos no início da obra, está relacionado ao ser criança.

Isso fica evidente ainda no princípio da narrativa quando, enquanto crescia “comendo terra”, “brincando com as formigas e as minhocas”, Tibicuera vai à sua primeira caçada e dá relatos de suas impressões sobre as guerras dos tupinambás:

Aos cinco anos fiz minha primeira caçada de tucanos. Mas não me meti fundo no mato, porque tinha medo de encontrar Anhangá, Curupira e outros espíritos maus.

(...)

Um dia os tupinambás foram para a guerra. Os tambores soaram com raiva. O eco respondeu longe. O pajé reuniu o conselho. Os guerreiros prepararam suas armas. Movimentaram-se os tacapes, os arcos, as flechas e as lanças. Depois os guerreiros entraram no mato. Só ficaram na taba os velhos, as mulheres e as crianças. Comecei a sentir vontade de ficar homem para ir também à guerra. Uma vontade que chegava a doer de tão forte (VERÍSSIMO, 1978: 3).

Como podemos perceber, o “status” de fraqueza que carrega no nome está ligado também a certa condição, estágio de desenvolvimento, ao seu “não ser adulto”. Porém, há certo efeito de distensão criado por Érico Veríssimo que nos faz observar como o desenvolvimento de Tibicuera se processa junto e de acordo com a história do Brasil contada pelo autor.

No quinto capítulo temos um primeiro salto. Muito tempo se passa e Tibicuera se torna “*coromiaçu* que quer dizer *adulto*” (p. 8). Chega o momento de participar de sua primeira guerra. A mudança é patente. “Não era mais o guri barrigudo de pernas de caniço. Era agora um homem forte, um guerreiro” (p.9).

Embora haja a escolha de um tempo cronológico para a narrativa, esse tempo é quebrado em certos momentos. Como memórias, a visão retrospectiva do narrador interfere no decorrer da obra e temos um Tibicuera presente em constante reflexão e julgamento de seus atos passados, contrastando-os com seus atos presentes de homem civilizado:

(Agora, sentado aqui numa boa poltrona, no estúdio de meu apartamento de Copacabana – onde escrevo esta história – eu sorrio ao me lembrar de meus pensamentos de selvagem.)

(...)

(No momento em que descrevo esta cena, estou no ano de 1942. Meu rádio noticia vôos estratosféricos, conta maravilhas da televisão. E a um anúncio de sabonete segue-se uma sinfonia de Beethoven. Olho para minha máquina de escrever portátil e para minhas mãos agora cuidadas e custa-me acreditar que estas mesmas mãos já empunharam armas brutais, já feriram, já derrubaram cabeças... Sinto algo estranho. Toco a campainha. Peço um chá ao meu criado e continuo a descrever a minha primeira guerra.) (VERÍSSIMO, 1978 p. 10-11).

É no décimo primeiro capítulo que se encontra a elucidação do mistério. *O segredo do pajé* é revelado e é compartilhada com o leitor a resposta de como é possível uma pessoa viver por tanto tempo e vivenciar todas essas aventuras. Nele, é perguntado a Tibicuera qual o maior bem da vida. Entre respostas impensadas, duvidosas e balbuciadas, interrupções e ensinamentos, o pajé lhe confessa ser o maior bem da vida a mocidade e explica que um dia Tibicuera envelhecerá e nada será como era antes. Contudo, o pajé lhe ensina um segredo para vencer o tempo:

– O remédio está aqui dentro, Tibicuera. Não há feitiçaria. O pajé gosta de ti. Ele te ensina. Escuta. O tempo passa, mas a gente finge que não vê. A velhice vem, mas a gente luta contra ela, como se ela fosse um guerreiro inimigo. Os homens envelhecem porque querem. Só muito tarde é que compreendi isso. Tibicuera pode vencer o

tempo. Tibicuera pode iludir a morte. O remédio está aqui. – Tornou a bater na testa. – Está no espírito. Um espírito alegre e são vence o tempo, vence a morte. Tibicuera morre? Os filhos de Tibicuera continuam. O espírito continua: a coragem de Tibicuera, o nome de Tibicuera, a alma de Tibicuera. O filho é a continuação do pai. E teu filho terá outro filho e teu neto também terá descendentes e o teu bisneto será bisavô dum homem que continuará o espírito de Tibicuera e que portanto ainda será Tibicuera. O corpo pode ser outro, mas o espírito é o mesmo. E eu te digo, rapaz, que isso só será possível se entre pai e filho existir uma amizade, um amor tão grande, tão fundo, tão cheio de compreensão, que no fim Tibicuera não sabe se ele e o filho são duas pessoas ou uma só (VERÍSSIMO, 1978 p. 22).

Ainda no capítulo 15, *Eu e meu filho*, Veríssimo retoma o tema:

Eu amava meu filho. Meu filho me amava. Ensinei-lhe a arte da vida e a arte da guerra. Contei-lhe meus segredos.

(...)

Às vezes passávamos horas e horas um ao lado do outro, conversando. Eu não me esquecia das palavras do pajé, que me dissera que o pai pode continuar no filho, o filho no neto, e assim por diante, de sorte que o tempo e a morte praticamente deixam de existir.

(...)

E o resultado de tudo isso é estar eu hoje aqui, depois de mais de quatrocentos anos, sem saber se durante todos esses quatro séculos eu fui apenas uma pessoa ou uma série de pessoas do mesmo sangue, com o mesmo espírito.

Não importa. De qualquer forma não importunarei mais vocês com essa história. Para facilidade da narrativa, vamos admitir que só existiu um Tibicuera: este que está agora contando as suas aventuras, que coincidem até certo ponto com as aventuras do Brasil (VERÍSSIMO, 1978 p. 31).

Dessa forma, Tibicuera “vence o tempo” e a narrativa prossegue. Desse ponto em diante, não são encontradas mais alusões a um Tibicuera “criança”, não num sentido biológico e não a vários Tibicueras. Agora temos apenas um. Guardando, tão somente o nome que lhe foi dado pelo pajé ainda em sua “primeira” infância, nosso personagem passa durante a trama por outro tipo de desenvolvimento. É uma “outra infância” que entra em cena. Acompanhando o surgimento e crescimento do país, ele passa por mais uma transformação que culminará no escritor dessas aventuras.

Há, no mínimo, mais três outros pontos os quais vale à pena abordarmos e que estão presentes nessa obra: a religião, a educação e a visão de história. Um olhar mais atento sobre esses três assuntos nos proporcionará uma visão melhor das mudanças sofridas no decorrer da trama.

São muitos os momentos em que o “guerreiro tupinambá” entra em contato com o cristianismo. Antes mesmo de conhecer Anchieta, há na narrativa insinuações do que veríamos a seguir. No décimo sexto capítulo (p. 32-34), Tibicuera dorme na mata e acorda assustado com o corpo coberto de vagalumes. Corre e acaba dentro de uma oca de tribo desconhecida. É amarrado no centro da tribo, as fogueiras são acesas e a água começava a ferver em grandes potes. Sente a morte se aproximar. Será morto, cozido e devorado pelos selvagens. Um

homem de aparência frágil que lhe trazia a mesma atmosfera da cruz erguida pelos portugueses ao rezar a primeira missa no que viria a ser o Brasil salva Tibicuera. Essa aparição, esse homem, era Anchieta.

Os dois tornam-se amigos. Tibicuera que, como guerreiro que não sorria para ninguém para não dar lugar à fraqueza, sorri logo de início para aquela figura “frágil” e “amistosa”. Começa então o processo de catequese. É explicada a dificuldade dos índios em compreender o que os jesuítas lhes tentavam ensinar e um dos artifícios usados para tal fim: peças de cunho religioso chamadas “autos” eram ensaiados, executadas e assistidas pelos indígenas como forma de evangelização.

Anchieta se torna uma espécie de mentor para o nosso protagonista, enquanto este tenta compreender a noção de “Deus único” e sua relação com outros deuses e seus poderes. As palavras do pajé, ditas há tanto tempo, ainda não lhe saíam da cabeça: não se podia com os espíritos da floresta. Tibicuera recebe uma cruz de Anchieta, que lhe explica que “Só existe um Deus, senhor do céu e da terra. Os que creem nele não podem temer aos gênios do mal”. E que, com a cruz que lhe fora dada, venceria os espíritos da floresta.

No mesmo dia Tibicuera vai à floresta e, com a cruz recebida do padre, desta vez, sem medo, chama repetidamente por Anhangá e Curupira sem, contudo, obter êxito. Por mais que repetisse o ato recebia somente o silêncio como resposta (ou ausência dela). “Os gênios do mal morreram” (VERÍSSIMO, 1978: 39), pensa o índio.

A transformação de Tibicuera continua:

Nos meses que se seguiram, aprendi a amar e respeitar o Deus único. Estudei gramática, catecismo e rudimentos de música.  
Fui batizado. Anchieta me quis dar um nome cristão. João, Tomé ou Pedro.  
Supliquei-lhe que conservasse o nome antigo. Eu me lembrava das palavras do pajé: “e o neto de Tibicuera será ainda Tibicuera” (VERÍSSIMO, 1978: 40).

O tempo passado com o padre não significou uma conversão total e imediata do personagem. Atravessando diversas reviravoltas, motins, guerras, aos poucos um processo acontecia junto ao da conversão religiosa (e já dava sinais no período de convivência entre Anchieta e Tibicuera). É o da transformação num homem “civilizado”, culto. Ambos processos, que, no fim, são apenas um – o de conversão religiosa e o de “aprendizado-transformação” cultural, intelectual, postural – têm seus altos e baixos na vida do protagonista. É, em longa medida, “à toa” (no sentido de “por acaso), mas não “à toa” que ele participa de eventos como as batalhas contra as invasões holandesas, a Guerra dos Farrapos, dentre outros conflitos.

Há aqui, se não certo paradoxo, ao menos certo erro de cálculo por parte do pajé da tribo. À chegada dos portugueses ele declara que eles “chegaram para diverti-los (VERÍSSIMO, 1978: 15). Verdade é que se deve levar em consideração duas coisas: o sentido

de diversão atribuído ao pajé da tribo guerreira por Veríssimo e o sentido proposto pelo próprio escritor. Todavia, o autor não esconde do público leitor que a história do país é marcada por acontecimentos bélicos, disputas das mais variadas. Ainda assim, há duas medidas diferentes que não podemos nos esquecer. Ao contrapor o Tibicuera atual, narrador e escritor de sua própria história, homem culto ao Tibicuera guerreiro Tupinambá, fica evidente que, na fala do narrador, há uma noção de mudança, mudança para melhor. É, de fato, uma marcha do progresso. Dos tempos conturbados do início da existência da colônia e, em seguida, do país, aos tempos conturbados os quais o autor prefere isentar-se de fazer comentários há progresso, há evolução. Junto com o país, Tibicuera muda, civiliza-se. O presente, embora não seja perfeito, talvez seja, ao menos, melhor do que o passado é Tibicuera é a prova viva da mudança.

É algumas décadas após o encontro com Anchieta, já por volta de 1612 que, em meio a um período “nebuloso” (e uma vez mais entre guerras – agora contra franceses no Maranhão) onde não sabe, não se lembra, muito bem o que fez e onde esteve que Tibicuera tem ideia clara da mudança que começou a sofrer:

Já então eu falava corretamente o português, tendo também outra ideia do mundo e da vida. Sabia manejar um arcabuz e disparar um canhão. Habituara-me por completo ao uso das roupas europeias. E aos poucos esquecia meus costumes de selvagem (VERÍSSIMO, 1978: 51)

É, porém, muito depois, no período das invasões e da presença holandesa em Pernambuco que, à sombra de Maurício de Nassau, Tibicuera começa a tomar paixão pelos livros, vontade de conhecer outros lugares... O mundo! “Mudar de vida e finalmente ser um cidadão de boas maneiras” (VERÍSSIMO, 1978: 63). Ainda assim, a qualquer leve indício de confronto, esquecia de tudo e se apresentava para o combate.

Ainda que por caminhos “tortos”, sua aventura continuava e, em suas próprias palavras:

Tibicuera continuava. O pajé tinha razão. O espírito pode vencer o tempo e a morte. O Brasil ia para diante. E eu, junto. Viam-se por todos os lados os sinais de progresso. Cidades florescendo. Engenhos. Algumas estradas. E essa coisa muito importante que é a consciência nacional (VERÍSSIMO, 1978: 66).

Não há, pelo menos não em todos os momentos, discrepância, reflexão profunda nas ações que Tibicuera toma. Muitas vezes em lados diversos da “história”, ora com os índios, ora com os holandeses, ora com portugueses, ora com africanos, ao que parece é o gosto da aventura que o guia. Uma reflexão de seu “eu posterior” chega a julgar seus atos passados, porém, ele não esconde o gosto que nutria por esses momentos.

Com a chegada da família real portuguesa no início do século XIX e, mais precisamente, após a independência e na companhia de D. Pedro I é que do gosto pelos livros passa à ação de fato; começa a estudar latim, francês, grego, gramática portuguesa, história,

geografia (p. 106). Cerca de sete anos após iniciar seus estudos, mete-se em novas aventuras como “farrapo”. Depois nas guerras da região do Rio da Prata contra a Argentina e na Guerra do Paraguai. Cada vez mais sente-se “cansado”, volta mais machucado dessas guerras. Mas é ao olhar de forma retrospectiva e ao comparar seus atos com o de pessoas “sábias” e seus inventos que a transformação se intensifica.

Enquanto suas ações no geral serviam mais para destruir do que para criar, ao contrário de grandes inventores e pensadores que concorriam para o bem de todos, percebe que o resultado lhe é, no fim, desfavorável. Esse último instante de consciência de si mesmo faz com que a transformação finalmente se complete. Em suas próprias palavras, “resolveu tomar juízo”.

Junto a um capítulo onde o autor traça uma linha de “grandes inventos” e as aventuras de Tibicuera – como a máquina a vapor, em 1762, por James Watt, enquanto “portugueses e espanhóis jogam peteca com a Colônia do Sacramento” e “Tibicuera não faz absolutamente nada que preste” ou com Thomas Edison, em 1878, e a invenção da lâmpada elétrica, enquanto “Tibicuera continua a frequentar comícios, ansioso por um motim. E em casa usa velas e lâmpadas de querosene” – e um com dados biográficos dos presidentes brasileiros até o momento, chegamos ao final de suas aventuras:

Relendo agora o que escrevi, até este capítulo, vejo que minhas aventuras foram uma sucessão de guerras, revoltas, cenas doidas, conspirações, correrias e brutalidade. Confesso que gostei de tudo isso e que sempre lutei com o maior prazer. Hoje sou um cidadão civilizado e sereno que detesta ver sangue, que não pratica a violência e ter boa vontade, tolerância e compreensão para com os outros homens. Enquanto eu andava dando tiros como um desesperado nos campos do Paraguai, nas coxilhas do Rio Grande ou nos arredores de Montevidéu – em outras partes do mundo homens silenciosos e sábios, metidos em seus laboratórios ou gabinetes, faziam maravilhosas excursões pelo país da Matemática, da Física, da Química, da Astronomia, da Biologia, da Mecânica... (VERÍSSIMO, 1978: 136-137)

Não sei se daqui para diante vocês vão achar algum interesse na minha vida. De 1894 em diante procurei ser um homem pacato, sensato, discreto no vestir e no falar, amigo do sossego. Nem sempre, confesso, pude manter essa linha. Mas consegui milagres. Porque, no fim de contas, eu era Tibicuera, índio tupinambá.

A verdade é que os tempos românticos tinham acabado. Não havia mais lugar para aquelas aventuras malucas do passado. Os corsários já não ousavam desembarcar nas nossas costas. Não havia questões sérias de limites. Os homens civilizavam-se. Estávamos prestes a entrar num novo século!

Minha vida corria sem incidentes dignos de nota. Eu era um homem igual aos outros. (VERÍSSIMO, 1978: 149)

Embora vença o “tempo” Tibicuera não “vence” seu próprio “tempo”. Matérias que lhe são caras no momento da escrita (lembramos que o autor ficcional das memórias as redige por volta de 1942) não passam despercebidas e se tornam constituintes dessa obra de Érico Veríssimo.



Além do aspecto cronológico e da visão retrospectiva, Érico Veríssimo, a partir de nosso narrador protagonista, reserva parte de seu livro de história do Brasil para tratar da própria história como ciência. Dá-nos duas definições de história: uma em que esta é “a narrativa do homem no universo e no tempo” (p. 23) e outra em que a história é comparada ao romance, tendo como personagem principal a humanidade. Das ações humanas no tempo e no espaço à proximidade entre história e literatura há, entretanto, escolha daquilo que deve ser dito, daquilo que deve ou não se tornar história.

Essa escolha acaba por deixar de lado, ao menos em parte, acontecimentos “comuns” para dar visibilidade a acontecimentos “maiores”. É assim que Veríssimo contrasta a chegada dos portugueses e a vida de Tibicuera. A história, para o narrador, é uma maravilha. Perguntando-se a qualquer um quem “descobriu o Brasil”, logo se escuta a resposta, ainda que mais de quatro séculos após o ocorrido. Contudo, Tibicuera, pelos anos de 1500, não saberia responder a essa pergunta, ainda que o “Brasil tivesse sido descoberto a poucos palmos de seu nariz”.

Durante as primeiras décadas após a chegada dos portugueses “a vida continuou a ser a mesma de antes” para Tibicuera. Essa discrepância entre acontecimentos cotidianos e aqueles elencados como relevantes para a história não impedem, no entanto, que ambos aconteçam – e sejam percebidos (posteriormente) pelo narrador de forma – simultânea e que o que escreve a história seja o mesmo que participou dela ativamente, o mesmo que viveu, tanto a vida comum quanto os “fatos históricos” narrados na obra.

De forma similar ao tempo, o espaço também se torna matéria de reflexão por parte do narrador. Para ele, há uma intrínseca relação entre o espaço e o desenvolvimento tecnológico de uma época. A forma como o espaço é medido no senso comum, para Tibicuera, está, na verdade ligada a uma noção de tempo. O espaço é medido pela quantidade de tempo que leva para ser percorrido e essa “noção espacial” muda com o próprio tempo, de acordo com o desenvolvimento dos meios de transporte. Uma distância que anteriormente poderia ser vista como longa, futuramente pode ser vista como curta, dependendo do tempo de deslocamento.

Essa noção espacial e temporal é explicada como introdução ao “problema de distância” no caso do comércio das especiarias orientais. A visão histórica é anunciada poucos capítulos depois da chegada das embarcações portuguesas. Elementos da história do Brasil pretendida pelo autor, dessa maneira, se confundem com a narrativa geral – e são aos poucos introduzidos até tomarem maior importância na obra. Esse efeito é intencional. Tibicuera não é apenas um expectador de “grandes acontecimentos”, participa deles. Assim, a figura indígena é inserida como parte integrante e, em certa medida, ativa na constituição da nação brasileira.

Um exemplo inesperado de literatura infantil onde o tema é a história do Brasil pode ser encontrado em Graciliano Ramos. Por volta dos anos 1930, mais especificamente em sua segunda metade, junto com o que temos mostrado como um momento de definição dos quadros nacionais da literatura para a infância e a juventude, muitos escritores que não tinham esse “gênero literário” como foco principal o experimentaram. Entre 1937 e 1945, pouco tempo após o cárcere, Graciliano Ramos escreve três obras para a infância, *Aventuras de Alexandre*, *A Terra dos Meninos Pelados* e *Pequena História da República*. Este último, segundo consta no catálogo de manuscritos do Arquivo Graciliano Ramos (1992), catalogado como historiografia e datado na última folha, 13 de janeiro de 1940, conta com cinquenta capítulos os quais versam sobre o período republicano no Brasil.

É na edição de número 18 de setembro de 1939 que na *Diretrizes*<sup>85</sup>, revista de “política, economia e cultura” como a mesma se intitula, de tendência esquerdista e onde se encontra a presença do escritor em questão (SANDES, 2011), surge o anúncio de um novo concurso literário. *Diretrizes* acabara de promover um concurso de teses sobre o Pan-americanismo e, em decorrência das comemorações do cinquentenário da República alguns concursos foram organizados e uma edição especial preparada para o mês de novembro.

O tema do concurso era a República – ou, como especifica o periódico, uma “Pequena História da República para Crianças” – e de 5:000\$000 (cinco contos de réis) o valor do prêmio para o primeiro lugar, além de rendas adicionais relativas à publicação da obra. O concurso de livros infantis fez parte de uma série de matérias e eventos organizados para a comemoração dos cinquenta anos de República. Com sua finalização prevista inicialmente para o mês de novembro de 1939, foi realocado para o dia 30 de janeiro de 1940, devido à grande participação.

Na edição 21, de janeiro de 1940, *Diretrizes* abre um novo concurso, desta vez voltado para os problemas da profissão médica no país. Tal iniciativa do periódico, embora não aparente ligação com a questão da literatura infantil, interessa-nos na medida em que podemos

---

<sup>85</sup> Segundo as informações que constam sobre o periódico na Biblioteca Nacional (<http://hemerotecadigital.bn.br/artigos/diretrizes>), criada em 1938 em pleno regime do Estado Novo, *Diretrizes*, inicialmente dirigida por Azevedo Amaral – o qual logo deixaria a direção e iniciaria outra empreitada, a “*Novas Diretrizes*”, rival e extremo oposto da revista em questão – e depois por Samuel Weiner, tinha uma orientação social democrática, mais voltada para o mundo acadêmico até que começa a se popularizar na década de 1940 ao mesmo tempo em que adota uma postura mais próxima da “centro-esquerda”. Seu formato variou bastante por volta dos 12 anos em que foi publicada. Tinha uma tiragem mensal estável até novembro de 1939, até passar por algumas dificuldades, voltando a se estabelecer como semanal em 1941 e um jornal vespertino em 1945, já com o fim do governo Vargas e a volta de seu diretor ao país. Símbolo de combate ao “nazi-fascismo e às restrições do Estado Novo”, muitos nomes famosos do jornalismo passaram por suas páginas, tais como Marques Rebelo, Jorge Amado, Rubem Braga, Graciliano Ramos, dentre outros. Ver Também: SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4. ed. atual. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. 501 p.

observar o que periódico deixa exposto como sendo, ao menos, parte de sua intenção, o que nos faz compreender melhor a existência de um concurso de literatura infantil no mesmo.

Para este, a linha traçada para o programa de *Diretrizes* é a de “instituir uma série de concursos por meio dos quais pretende focalizar os principais problemas nacionais, mantendo assim um contato direto com seus leitores e projetando a sua atenção para as questões fundamentais da nacionalidade”. Dessa maneira, em um período de cerca de dois anos de existência, a revista promoveu, além do Concurso Nacional Republicano, pelo menos mais três: o Concurso Pan-Americano, um concurso de oratória universitária, este também em comemoração aos 50 anos de República, e este último, com o intuito de “contribuir para uma vida melhor do médico no Brasil.

Mais do que a revista, claramente, nos conta, deixa-nos saber, devemos atentar para os detalhes aparentemente óbvios de seu discurso. A literatura para crianças e jovens, sendo inserida no conjunto de coisas que necessitam de uma atenção do periódico e da sociedade brasileira, é encarada como um desafio, como contendo problemas a serem sanados. O teor do discurso já nos diz muito, o que se busca é exercer o auxílio em “questões fundamentais da nacionalidade”. A infância surge, então, como parte importante nessa preocupação e sua inserção nessa nacionalidade faz-se necessária.

Para a revista, a comemoração que aconteceria no mês de novembro de 1939 é uma data cara ao povo brasileiro. Vista como uma “concretização dos sentimentos democráticos e progressistas” realizada ao mesmo tempo do “Povo e das Forças Armadas”, ela é:

Mal interpretada por uns, intencionalmente deformada por outros, falseada e caluniada pelos sebastianistas impenitentes, a obra da República, entretanto, deitou raízes profundas na consciência popular, e não só porque nela foi buscar a sua inspiração como porque é através dela que se tem processado o seu desenvolvimento sujeito às naturais vicissitudes de um país em plena formação e de uma época angustiosa da humanidade, mas nem por isso menos constante no seu ritmo ascensional ininterrupto. A República representa, juntamente com a obra de unidade e pacificação realizada por Caxias, o que há de melhor em nossa tradição histórica. (*Diretrizes*, ed. 18, set. 1939: 81)

Evocando ao lado da proclamação da república a ação importante do exército, ao mesmo tempo que atenta para os possíveis desvios, abusos e erros cometidos, *Diretrizes* aponta a importância republicana no desenvolvimento nacional, o progresso material, cultural – como na laicização e crescimento do ensino – e no crescimento científico, literário e artístico do país. Assim, para o periódico, o concurso literário infantil republicano surge como uma oportunidade única cuja importância não se faz necessária salientar sobre a difusão da cultura e do conhecimento da história da República no universo infantil.

Vale ressaltar que o concurso republicano de Diretrizes tinha a parceria do *Suplemento Infantil* de Adolfo Aizen, o qual seria ao final da disputa, detentor dos direitos de edição da obra e comprometido a publicar 5.000 exemplares, dos quais 50 caberiam ao autor e 150 à divulgação da obra. Além disso, 10% relativos ao lucro seriam remetidos ao autor. A comissão julgadora do concurso seria composta por Lourival Fontes – cabeça à frente do antigo DPDC, Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (1934-1937) posterior Departamento Nacional de Propaganda e Departamento de Imprensa e Propaganda, ficando na direção até 1942 – Carlos Drummond de Andrade, Érico Veríssimo, Aníbal Machado e Roberto Macedo. Entretanto, constam na avaliação final das obras na edição 26, de junho de 1940, os nomes de Arthur Ramos (substituto de Carlos Drummond de Andrade que requisitou sua saída da comissão julgadora por “motivos pessoais”), Álvaro Moreyra (representante de Érico Veríssimo) e R. Magalhães Júnior, este último, representante e Aníbal Machado, e Roberto Macedo.

O resultado apontado pela comissão julgadora pareceu, no entanto, um tanto quanto alarmante. Arthur Ramos sublinha que a obra escrita pelo Marquês de Maricá era a mais bem escrita, embora contasse com alguns erros – prolixidade e desproporção entre tratamento da monarquia (bem mais acentuado) e o da república (que decepcionava, deixava a desejar). Já Álvaro Moreyra, representante de Érico Veríssimo, manifestou descontentamento com as obras lidas. Das seis que lhe foram atribuídas para o julgamento, explica que “nenhuma é história. Nenhuma é para crianças”. Faltava-lhes algo de essencial:

Tudo o que importava ser contado, – justamente as consequências, materiais e espirituais, – não foi contado. As coisas que aconteceram, pelo menos deixaram de ser coisas que ainda podem acontecer. É a vantagem delas. A vantagem que se deve descobrir e propagar”. Para a compreensão e para o amor. (**Diretrizes**, ed. 26, jun. 1940: 4)

Apenas o “Marquês de Maricá” chegara próximo de atingir a meta estipulada pelo membro da comissão julgadora. R. de Magalhães também concedeu voto ao Marquês e foi subscrito por Roberto Macedo. Assim, a obra vencedora do concurso foi a de João V. Pinto de Moura<sup>86</sup>.

Embora teoricamente feita para o concurso de Diretrizes, a *Pequena História da República* de Graciliano Ramos não é inscrita na competição. Um posfácio de Osmar Lins na

---

<sup>86</sup> Infelizmente, não tive acesso à obra de João V. Pinto de Moura. Únicos indícios que encontrei foram um telegrama enviado pelo presidente da república a Adolfo Aizen em 1941 parabenizando a ação do dono do *Suplemento infantil* (*Pequena história da República para crianças*. O Imparcial. 11/07/41, p. 7.) e constando em lista de livros didáticos aprovadas pela Comissão de Livros da Secretaria Geral de Educação e Cultura do IPE (Instituto de Pesquisas Educacionais) nos anos de 1942 (DOU, 15/01/1942, seção 2, p. 7) e 1950 (DOU, 27/06/1950, seção 2, p. 35)

16ª edição (Record, 1978) de *Alexandre e outros Heróis* (que, publicado em 1962, agrupa os três livros de Graciliano Ramos destinados à Infância: *Aventuras de Alexandre*, *A terra dos Meninos Pelados* e *Pequena História da República*), dá algumas pistas sobre a produção da obra. Comenta que em uma crônica de Graciliano chamada “Prêmios”, posteriormente adicionada à coletânea *Linhas Tortas*, o escritor Alagoano fala sobre o concurso de diretrizes:

[...] escreve Graciliano Ramos: ‘Diretrizes vai chamar concorrentes para uma história da República, livro destinado às crianças’. [...] É, pois, esse concurso que sugere ao escritor a idéia um tanto sacrílega de ordenar à sua maneira os fatos de nossa República. Mesmo uma leitura apressada ou fragmentária evidencia que o propósito de concorrer ao concurso instituído pela revista *Diretrizes* estava fora de cogitação. A História da República, de Graciliano Ramos, é exatamente uma espécie de resposta, desabusada e ferina, às muitas outras histórias – todas, decerto, convencionais – que seriam enviadas à Comissão Julgadora. (LIMA; REIS: 1992: 45)

De forma diversa do que encontramos em *Tibicuera* (e do que se encontrava, provavelmente, na maioria dos livros infantis cuja temática é a história do Brasil), em *Pequena História da República*, a escolha de Graciliano Ramos quebra com uma possível ideia de cronologia relativa à contagem da história. Para tanto, usa o modo comparativo entre tempos distintos e, no lugar de fatos específicos e sucessivos, temas tomam lugar na narrativa. Assim, com *As Coisas*, o “material” dá início à obra:

EM 1889, O Brasil se diferenciava muito do que é hoje: não possuíamos Cinelândia nem arranha-céus; os bondes eram puxados por burros e ninguém rodava em automóvel; o rádio não anunciava o encontro do Flamengo com o Vasco, porque nos faltavam rádio, Vasco e Flamengo; na estrada de ferro Central do Brasil morria pouca gente, pois os homens, escassos, viajavam com moderação; existia o morro do Castelo, e Rio Branco não era uma avenida – era um barão, filho de visconde. O visconde tinha sido ministro e o barão foi ministro depois. Se ele não se chamasse Rio Branco, a avenida teria outro nome.

As pessoas não voavam, pelo menos no sentido exato deste verbo. Figuradamente, sujeitos sabidos, como em tôdas as épocas e em todos os lugares, voavam em cima dos bens dos outros, é claro; mas positivamente, a mil metros de altura, o vôo era impossível [...] O Amazonas, a cachoeira de Paulo Afonso e as florestas de Mato Grosso comportavam-se como hoje. Mas as estradas de ferro eram curtas, e quase se desconhecia estradas de rodagem, porque havia carência de rodas. Nos sítios percorridos atualmente pelo caminhão deslocava-se o carro de bois, pesado e vagaroso.

[...]

Os jornais tinham quatro páginas (duas de anúncios) e as notícias circulavam com lentidão (RAMOS, 1962: 129-130).

A escolha do autor se concentra nas discrepâncias entre tempos diferentes. O passado e o atual são postos lado a lado dentro do momento que o escritor se propõe a analisar. É um período de cerca de 50 anos em que o Brasil tem suas primeiras experimentações como um país republicano. Assim, o contraste entre a lentidão das notícias, das viagens, a ausência de coisas já banais para aqueles que vivem nos anos de 1930, como assistir às partidas de futebol ou ir ao cinema, ouvir rádio, o contraste entre tempos diferentes, a mudança cria a sensação de movimento temporal. É uma história, em parte, baseada na mudança.

Mesmo “as coisas” dando o acento inicial, o humano não deixa de ser citado. Em larga

medida, o material é mostrado em sua relação de uso pelo homem. Além disso, a história não é composta apenas de mudanças, mas também de permanências: seja nos elementos naturais que permaneceram relativamente inalterados pelo homem, seja na própria índole humana, há coisas que não mudam ou, pelo menos, não mudaram, não foram mudadas ainda.

Os homens são o segundo tema abordado:

Os homens maduros de hoje eram meninos. O sr. Getúlio Vargas, no Sul, montava em cabos de vassoura; o sr. ministro da guerra comandava soldados de chumbo; o sr. ministro da Educação vivia longe da escola, porque ainda não existia. [...]

Todos os homens notáveis e idosos eram barbudos, conforme se vê em qualquer história do Brasil de perguntas e respostas. José de Alencar, romancista enorme, tinha tido barbas enormes, perfeitamente iguais às do imperador – e chegara a ministro.

Em geral essas personagens se filiavam num dos dois grandes partidos que aqui brigavam: o liberal e o conservador. Um deles dirigia os negócios públicos. O outro, na oposição, dizia cobras e lagartos dos governantes, até que êstes se comprometiam e S. M. os derrubava e substituía pelos descontentes, que eram depois substituídos. Os programas dessas facções divergiam, é claro, mas na prática elas se assemelhavam bastante.

[...]

Na verdade, só os cidadãos importantes, pais e avós dos cidadãos importantes de hoje e de outros que não são importantes, se alistavam convictos nesses partidos. As criaturas vulgares permaneciam indiferentes ou iam para onde as empurravam. (RAMOS, 1962: 130-131)

Graciliano Ramos, ainda que escrevendo para um público mais jovem e tomando as devidas precauções quanto a adequar o texto para esse mesmo público, não abandona sua forma relativamente “seca” de escrita e, com certa dose de “humor”, sarcasmo, comenta sobre grandes nomes de fins do Brasil imperial e da República. Mesmo falando de “grandes vultos” da história política nacional, próximos ou não temporalmente, e em comparação às “criaturas vulgares” que “permaneciam indiferentes ou iam para onde as empurravam”, estes são mostrados em sua natureza humana comum – também já foram crianças, brincaram etc. – enquanto se revezam no poder, seja em gerações diferentes – os pais, avós dos que hoje governam são os que também governavam antes –, seja em um tempo simultâneo onde a linha que separa grupos rivais é ínfima e uma das únicas marcas de distinção entre esses “grandes homens” e os “homens comuns” é, aparentemente, visual (“todos os homens notáveis e idosos eram barbudos”).

A Abolição da Escravatura, assim como a Proclamação da República, são vistas de um ângulo inverso ao da proposta do concurso para o qual *Pequena História da República* havia sido feito. Assim como os partidos de situação e oposição revezavam o poder em tempos de império, os capítulos *Antigos Senhores* e *Antigos Escravos*, mais do que significar o fim da relação de posse entre os primeiros, os senhores, e os segundos, os escravos, parece significar, apenas uma troca, uma troca por novos “senhores” e novos “escravos”. Ao mesmo tempo, as coisas parecem acontecer de forma relativamente abrupta e avulsa:

Em 1888, depois duma intensa campanha abolicionista, a libertação veio. Os proprietários se acharam pobres de repente – e a produção se desorganizou.

[...]

Não houve tempo. A liberdade chegou de supetão. E várias pessoas despertaram ricas em 13 de maio de 1888 e adormeceram arruinadas. O mais provável é não terem adormecido. Muita aflição, muito chôro e cabelos arrancados. O chicote do feitor ia descansar. Os engenhos do Nordeste ficariam de fogo morto.

A família imperial perdeu nesse dia amizades seguras. E se não as houvesse perdido, pouca utilidade elas teriam daí em diante: seriam amizades de pobre, amizades incômodas. (RAMOS, 1962: 132-133)

E, em seguida:

A abolição trouxe, é claro, um grande assanhamento nas senzalas. Os negros dançaram, cantaram, praticaram excessos, depois saíram sem destino, meio doidos. Não precisavam esconder-se [...] Muitos, porém, se deixaram fiar nas cozinhas das casas grandes. A negra velha [...] não pôde afastar-se. Até então recebera ordens e obedecera, às vezes resmungando e estirando o beijo, mas obedecera, porque se tinha habituado a ouvir gritos, e Deus Nosso Senhor, com seus poderes, dividira as criaturas em senhores e escravos.

Êsse hábito se quebrara de chofre: evidentemente Nosso Senhor não fôra consultado nisso.

[...]

A alegria tumultuosa dos negros foi substituída por uma vaga inquietação. Escravos, tinham a certeza de que não lhes faltaria um pedaço de bacalhau, uma esteira na senzala e a roupa de baeta com que se vestiam; livres necessitavam prover-se dessas coisas – e não se achavam aptos para obtê-las. (RAMOS, 1962: 133-134)

A relação entre instâncias diferentes de poder é também alvo de críticas de Graciliano Ramos. Há um descompasso entre ações da família real e leis divinas. Em um momento, a escravidão justificada “religiosamente”, no outro, a lei dos homens suplanta a suposta lei divina: “Nosso Senhor não fôra consultado nisso”.

Para Sandes (2011) há certa subversão de uma historiografia tradicional na forma como Graciliano compôs essa obra, na medida em que a escolha de temas deixa clara a intenção do escritor de mostrar o absurdo, o ilógico, mostrar que não existe coordenação nos acontecimentos, nem relações diretas de causa para os mesmos. Segundo Sandes:

Distante dos cânones da literatura infantil, Pequena História da República surpreende pela despreocupação com o enredo. O tempo segue os rastros dos eventos selecionados pela crônica dos acontecimentos, mas são destituídos de qualquer construção de sentido histórico. (SANDES, 2011: 94)

A história, como uma narrativa de grandes acontecimentos e grandes vultos, assim como os próprios acontecimentos e vultos, é criticada na medida em que a importância desses momentos e personagens é criticada. Mesmo a proclamação da República, momento esperado como ponto alto de uma (ainda que) “pequena história da república”, é vista como jogo político que no fim pouco importou ao “cidadão comum” que “recebeu-a friamente” (RAMOS, 1962: 137). Uma “história” identificada mais como um conjunto de perguntas e respostas à qual Graciliano parece contrapor uma visão do mundo onde o “acaso” e a confusão tomam conta.

Para Sandes (2011, p. 95-96):

A literatura de Graciliano Ramos destila um pessimismo refratário a qualquer missão pedagógica tradicional. Sua ironia é faca afiada a desfazer a pomposa narrativa dos historiadores. Pelo avesso, enxerga o sem-sentido dos acontecimentos – trapalhada, doidos, fanáticos são expressões que saltam da sua Pequena História da República. É certo que o texto, vazado pelo tropo da ironia, tem por finalidade aguçá-lo o senso crítico da juventude ao romper com os chavões de uma cultura cívica tradicionalista.

O nacionalismo, como um fenômeno internacional marcante da história contemporânea exerce forte presença no sistema educativo e, no Brasil, “sobretudo com o desenvolvimento de uma literatura escolar que se ampliou no período inicial do regime republicano” (FERNANDE, 2009: 77). É o que Alain Choppin (apud FERNANDES, 2009: 78) identifica como “livro-instituição” – aquele encarregado de veicular entre os jovens “valores morais, cívicos e patrióticos”. Assim, sobre o tema da “nação” nos livros infantis, Lajolo e Zilberman comentam:

É bom ressaltar que esse tipo de literatura escolar de cunho nacionalista perdurou durante muitos anos no mercado editorial brasileiro: “[...] do ufanismo de Afonso Celso, Olavo Bilac e Júlia Lopes de Almeida para o de Viriato Corrêa, Murilo Araújo, Tycho-Brahe, entre outros, não há solução de continuidade, apenas a adaptação às novas circunstâncias” (LAJOLO, ZILBERMAN, 1986: 163 Apud FERNANDES, 2009: 51)

O fato de Tibicuera não perder a ligação com suas memórias, com seu passado cria uma ligação entre passado e presente. Ainda que um passado em certa medida superado em um sentido evolutivo da história, este não é rechaçado como algo que deva ser esquecido. Pelo contrário, o passado é “resgatado” como parte do que deve constituir o presente da nação. Se o atual Tibicuera é um homem “civilizado”, cidadão urbano, culto, este não relega seu passado, não completamente, mesmo que diferencie seu estado atual em relação ao seu passado de “selvagem”. Dessa forma, entretanto, o elemento indígena é unido ao panteão de heróis, grandes homens e grandes acontecimentos da história do Brasil.

Respondendo à indagação do que levou tantos nomes renomados nas letras a tentar a sorte no ramo da literatura infantil, sendo Monteiro Lobato apenas o caso mais exemplar, Ângela de Castro Gomes fala no “compromisso feito entre a intelectualidade de toda a primeira metade do século XX, de início como um projeto republicano que acreditavam e queriam mais democrático e, em seguida, com um projeto de nação, que também desejavam mais moderna, econômica, social e culturalmente (GOMES, 2003: 122). Dessa maneira, a aposta dos intelectuais foi na educação, no que a autora chama de uma “construção de uma cultura cívica republicana” (Idem).

*Aventuras de Tibicuera*, segundo Gomes, se encaixa, dentro de toda a produção do autor para o universo infantil, em um dos “subgrupos” – “criados pelos estudos literários que a ela se dedica” – que é o “voltado para o público escolar” (Idem) – o outro grupo seria o de



literatura infantil propriamente dita). A autora ressalta ainda a necessidade de uma maior “incursão” no empreendimento do escritor gaúcho, visto que o precediam enorme volume de obras cujo tema era a pátria. Enumera, de 1890 a 1938, cerca de, pelo menos, 10 autores e 14 obras, dentre as quais estão as de Viriato Corrêa, João Ribeiro (*História do Brasil*, 1900), Júlia Lopes de Almeida (*Histórias de nossa terra*, 1906), Afonso Celso (*Por que me ufano de meu país*, 1900), Olavo Bilac e Manuel Bonfim (*Através do Brasil*, 1910), dentre outros. Em outras palavras, vale ressaltar a orientação da intelectualidade brasileira nos primeiros anos da república voltada para a educação como fator de mudança social, com os livros infantis de história do Brasil fazendo parte desse processo, no caso de autores como Veríssimo e mesmo Graciliano Ramos, observar, pela produção que os precede, como os ambos constroem suas narrativas dentro de um “ramo” (o que tem a nação como foco ou como um dos temas principais) quase que estabelecido dentro da literatura infantil do período, as escolhas que fazem, como se inserem dentro da discussão e a própria noção de identidade nacional buscada seja pelo Estado, seja por aqueles que fazem a literatura infantil. Nesse sentido, a obra de Veríssimo se encaixa nos padrões esperados para um concurso governamental. A identidade nacional, como que devendo ser formada num movimento de aproximação com o passado, ao mesmo tempo em que se busca uma espécie de “união cultural” (através, por exemplo, das políticas culturais estadonovistas)<sup>87</sup>, entra em concordância com a forma como passado e presente se unem na narrativa de Tibicuera, ao mesmo tempo em que o índio é inserido como fator importante na construção nacional. Construção essa pautada numa ideia de progresso.

Graciliano Ramos, todavia, oferece uma alternativa à uma forma tradicional de contar a história do país, mais direto que Érico Veríssimo – que prefere não falar do tempo presente – trata a República em toda a sua gama de confusões, trapalhadas e conflitos, usando um jeito próprio de “narrar” que, como diz Sandes, citando Antônio Cândido, é a “memória transmutada em literatura e vice-versa”, um “flerte com a história” onde o autor persegue (o que entende por) uma “verdade nua e crua” (SANDES, 2011: 93).

Duas obras de teor mais didático pelo que se propõem, *Pequena História da República* e *Aventuras de Tibicuera* têm, no fim, diferenças marcantes na forma de lidar com o tema nação. Vale ressaltar ainda a pluralidade das obras de ambos os autores. Veríssimo, embora circunscrito à década de 1930, escreve cerca de uma dezena de livros para a infância, em idades e formatos variados (das mais novas às mais velhas, de teor mais lúdico a obras de cunho didático), trabalhando com temas próximos aos da infância como o cinema, os

---

<sup>87</sup> Ver GOMES, 1996: 140-154.

quadrinhos, procurando fazer (de forma um tanto similar a Walt Disney ou mesmo Monteiro Lobato) uma reformulação da literatura infantil à sua maneira. Graciliano ainda conta com outras duas obras, uma cujo mote é o folclore, com contos nordestinos (*Aventuras de Alexandre*) e outra em que mistura seu estilo de busca do real ao universo fantástico do país de *Tatipirun*, conversando sobre temas como diversidade, igualdade, rejeição, dentre outros, em *A Terra dos Meninos Pelados*. Começemos agora outro capítulo nessa história. Um onde a “ciência” atua de forma mais aberta. Que comece a “festa das letras”.

### 2.3 – A pedagogia do corpo em festa das letras

A história da cidade, do espaço, das relações sociais, subjetivas, das tensões e conflitos entre grupos e o espaço se dão também no âmbito do corpo. O discurso médico e higienista estão presentes em vários lugares. Vai desde as formas de comportamento em relação ao lugar, quanto à forma de perceber, “domar” e cuidar do corpo. Ao fazer uma história da cidade e do corpo, um dos itens observados por Sennett (2007) é o da experiência de velocidade. A aceleração do tempo fez com que se modificassem as formas como eram percebidos o espaço e o corpo. Espaço agora passa a ser “lugar de passagem” (SENNETT, 2007: 17). Coincidindo o surgimento do capitalismo moderno e as descobertas científicas a respeito da circulação sanguínea, temos o surgimento do individualismo – aliado à ideia de movimento (SENNETT, 2007: 213), que passa a ser uma constante. O movimento não pode ser parado, não deve ser impedido. Nesse sentido, o contato passa também a ser visto como indesejado. Analisando duas pinturas de Hogarth, Sennett percebe que há uma inversão na ideia de contato físico. Se antes o contato era visto como coesão social, como ordem, agora é a fuga do contato que passa a ser identificado com essa ordem (SENNETT, 2007: 19). É oferecida também menor resistência ao corpo em movimento. Isso fica evidenciado na materialidade construída, a relação com essa materialidade que propicia essa possibilidade: calçadas, ruas, *boulevards*... tudo pensado para facilitar a circulação. Junto a essas modificações tecnológicas é inserida a noção de conforto. Para se fazer os mesmos percursos, não há a necessidade de utilizar os mesmos esforços de outrora, o próprio corpo e a mente passam a ser menos requisitados para promover esse deslocamento, o movimento é transformado numa “experiência passiva” (SENNETT, 2007: 273).

A relação entre educação, controle do corpo e espaço também se dá no âmbito das tensões do espaço público. Educação, discurso médico e higienista, corpo, modernidade, e modernidade ligada à configuração espacial da cidade também se confundem e viram local de conflito. Junto a noções de boa alimentação, medicamentos, tônicos, entre outros produtos, que tomam grande parte dos anúncios dos jornais da época, encontramos a educação corporal – que vai desde noções de higiene que deveriam ser aprendidas não somente na escola, mas antes mesmo da criança começar a frequentá-la<sup>88</sup>, à importância de andar calçado<sup>89</sup> ou ao comportamento no espaço público. Os discursos sobre a saúde e os hábitos de higiene da

---

<sup>88</sup> Ver: **Pela saúde pública**: preparando a criança para a escola (13 de julho de 1937). O Nordeste, p. 2.

<sup>89</sup> Ver: Educação Sanitária (3 de setembro de 1938). O Nordeste, p. 3.

criança ultrapassam o espaço escolar, ele tem que começar no lar – a família tem papel importante na criação do “hábito” – antes mesmo da criança atingir a idade de começar os estudos.

E, mais do que isso, esses hábitos passam por noções de controle corporal em relação ao meio urbano e não estão circunscritos somente ao mundo infantil. Em matéria d’*O Nordeste*, de 5 de dezembro de 1938, intitulada “Instrução e urbanidade”<sup>90</sup> foi relatado o problema da educação da mocidade cearense. O caso aludido era o dos jovens e a forma como agem quando estão em locais públicos, nos bondes, andando pelas ruas da cidade:

Que algazarra louca fazem os estudantes nos logares públicos de suas reuniões!  
Viajar num bonde invadido de alunos é um sacrifício para uma senhora da nossa sociedade.  
Os rapazes berram, sapateiam, gesticulam, gritam em estrepitoso gargalhar, como si aquilo fosse a coisa mais natural deste mundo.  
[...] Entendemos que a policia social precisa tomar a iniciativa de coibir esses abusos de barbaria moderna, tão absolutamente contrários á urbanidade dominante em terra civilizada. [...] A distinção do trato é o mais alto indice da cultura de um povo.<sup>91</sup>

Aqui, espaço público, urbano é identificado com civilização, modernidade e, mais do que isso, existem códigos, formas de agir, todo um conjunto de normas que regem o corpo que é inerente a essa urbanidade, a esse espaço da cidade. O bonde se configura como meio de locomoção, aparelho que propicia o movimento. Mas esse movimento, embora não fosse ferido exatamente no que toca ao deslocamento espacial, é atingido no aspecto que se deseja individual do trajeto, toca mesmo no “conforto” da travessia – não ser incomodado pode ser um conforto desejado. Como lidar com uma experiência urbana que se quer mais individual, com o movimento e a necessidade e experiência urbana em grande parte das cidades da impossibilidade da ausência de contato? É possível trazer novas perspectivas à essa questão?

Quando Arantes nos convida a fazer uma viagem ao centro de São Paulo de metrô, o mesmo observa, dentre vários fatores, todas as sinalizações visuais – placas, setas, faixas, textos em tom imperativo – e auditivas – a voz que fala a todos ao mesmo tempo, indiferentemente – e identifica as mesmas como uma espécie de “manual de como usar o equipamento e como comportar-se” (ARANTES, 1994: ). Isso acaba por tentar estabelecer uma espécie de contrato de convivência entre todos aqueles que porventura venham a utilizar o metrô, além disso, esse espaço está entrecortado por sujeitos de diversas classes (ARANTES, 1994: 193). Mesmo para os meios de transporte atuais, a relação com o espaço é mais cheia de ambiguidades do que se pode supor. O espaço do metro, como o do bonde, é local de encontro

<sup>90</sup> **Instrução e urbanidade** (5 de dezembro de 1938). *O Nordeste*, p. 1.

<sup>91</sup> *Idem*.

de subjetividades diversas. Mesmo no que poderia ser visto apenas como lugar de passagem, essas diferentes relações com o espaço entram ou podem entrar em choque, mundos diferentes que se encontram.

Um aspecto que podemos destacar é o que é chamado por Arantes de “guerra dos lugares”. Para este autor, a experiência contemporânea trouxe a possibilidade do surgimento do que ele chama de “lugares sociais efêmeros” (ARANTES, 1994: 191). A tese dele é a de que a “experiência urbana contemporânea” propicia essas tensões, relações sociais e espaciais contrastantes, formação de ambientes ambíguos. Não são zonas onde a territorialidade é estritamente delimitada a partir de uma significação desse lugar, são zonas de choque, de contato, de multiplicidade de relações.

Arantes tem como objeto a cidade de São Paulo e percebe a mesma como “um agregado de tensões e conflitos que se “especializam” numa amálgama de múltiplos territórios (ou lugares) e não-lugares” (ARANTES, 1994: 200). Uma rua pode ser vista como um “não-lugar”, no sentido de que ela se configura num espaço onde não haveria identificação relacional, subjetiva. A rua vista como lugar de passagem. Um lugar para se passar, para não ficar, para ser transposto. Essa noção de não-lugar foi relativizada pelo autor na medida em que o mesmo percebe, nos espaços urbanos que configurariam esses não-lugares, a emergência de relações diversas. Uma praça pode ser, além do local de passagem de alguém, o local de identificação de um determinado grupo, local de trocas comerciais de vendedores ambulantes, local de conversa, de identificação temporal e histórica a partir da materialidade construída. Dessa forma, o lugar é visto como algo mais complexo e rico em relações.<sup>92</sup>

A relação da infância com esse espaço se dá também num sentido de diferenciação social. A literatura infantil tem espaços mais propícios ou mais comumente utilizados, tem espaços mais delimitados de sua utilização. Grande parte da literatura infantil produzida no período entre fins do século XIX e metade do século XX, no Brasil, foi fortemente marcada pelo teor pedagógico. Fazia parte dos projetos pedagógicos de grande parte dos escritores, educadores, pedagogos e intelectuais que estavam produzindo ou debatendo a produção e a função da literatura infantil pensar a relação entre essa literatura e a escola. Nesse sentido, biblioteca escolar e as aulas se tornaram, em grande parte, dois dos locais privilegiados de contato com essa literatura.

---

<sup>92</sup> Sob esses aspectos, por exemplo, podemos também analisar as políticas públicas e ver como as relações que se dão entre intenção das transformações espaciais e apropriações e configurações espaciais existentes não são exatamente coincidentes. Raquel Rolnik ao tocar nesse assunto, chama atenção a outro fator: o de que esse lado aparentemente “falho” da lei é justamente o seu ponto de sucesso. Sobre essa questão ver: ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei**: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Fapesp; Studio Nobel, 1997.

A literatura infantil estava relacionada com uma variada gama de discursos que colocavam a ideia de criança como um de seus temas centrais. Nas últimas décadas do século XIX e primeiras décadas do século XX, uma questão que estava em pauta era o da modernização do país. Essa modernidade estava relacionada com uma visão de atraso em relação a países considerados desenvolvidos, como os países europeus. Essa busca por modernização estava ligada, também, à transformação física do espaço. Nesse sentido, podemos perceber as transformações nos centros urbanos como parte desse processo de “modernização” (FERREIRA, 2009). Essas questões não estavam distantes da literatura infantil. A educação estava intimamente relacionada com o discurso da medicina. Obras como *A Festa das Letras*, de Cecília Meireles e Josué de Castro, livro que aparece como o primeiro de uma série sobre alimentação da Editora Globo onde foram mesclados imagem, poesia e preceitos de higiene, educação intelectual e corporal e alimentação se inserem nesse contexto.

Para os autores de *A Festa das Letras*, a alimentação estava fortemente ligada ao hábito. Sob este aspecto, os avanços científicos e a veiculação desse discurso relacionado a preceitos de boa alimentação têm pouca relevância quanto às possibilidades reais de mudança na alimentação das pessoas na medida em que o fator inconsciente do hábito alimentar tem mais peso nessa decisão e é nos primeiros anos de vida que esse hábito é formado. Além disso, há uma diferença entre “formas de alimentação”, entre comer por necessidade (fome), comer por gosto e nutrir-se, ou seja, entre comer e comer bem. Daí a proposta do livro, que pretendeu fugir da posição de texto didático, científico, tornando-se “acessível e atraente” às crianças e as levando ao cultivo de hábitos considerados saudáveis.

Em sua estrutura, o livro percorre as letras do alfabeto, utilizando-se das mesmas para, dentro de um ambiente feliz que simboliza a “festa das letras”, citar diversos alimentos que devem compor a dieta balanceada da criança. Na letra “A”, por exemplo, temos:

Ah! – pois o A, com a sua cartolinha bicuda,  
parece o chefe do batalhão.  
Pára na frente de todas as letras e grita: A... A... A... A... Atenção!  
[...]  
eu te dou o Ar pra respiração, eu te dou a Água, eu te dou as Árvores  
e todas as belas  
frutas Amarelas,  
trago-te Apetite e Alimentação!  
Venho dançando na frente do Almoço,  
Carregando Alface tão fina e tão fresca  
Que todos me pedem: quero uma porção!

Ai, Ai, como não?  
(MEIRELES, 1996: s.p.)

O poema continua, com nomes de frutas, verduras, alimentos em geral – aipo, agrião, arroz-doce, abacate, araçá, abacaxi etc. – e a mesma fórmula acontece com todas as

letras do alfabeto. Cada letra se apresenta como num desfile, finalizando com a última letra, o “Z”, quando, todas as letras juntas fazem a “festa” e, antes de irem embora, fazem um pequeno resumo do “alfabeto de bons hábitos”. Dessa forma, os autores procuraram trazer para as crianças noções de uma alimentação variada e saudável.

A utilização da forma maiúscula das letras no início de algumas palavras ocorre não somente nos alimentos devidamente escolhidos para cada letra, mas em diversas palavras, acentuando a letra escolhida em cada poema e, associando o tema dos poemas não somente à criação do hábito da boa alimentação, mas à criação de “hábitos correlatos”.

Ao lado dos alimentos figuram também noções de higiene corporal. Cuidados com a saúde do corpo e a prática de exercícios físicos permeiam a obra indicando, na verdade, relação entre facetas diversas da saúde infantil. Na letra “B”, por exemplo, temos o trecho “*Sou o B da Boca-limpa, sou o B do Banho-frio*” (MEIRELES, 1996: s.p.), que se repete durante todo o texto relativo à letra e inicia os preceitos de higiene corporal que serão futuramente desenvolvidos na obra – e que se espera que sejam desenvolvidos na vida do leitor:

Devagar com o Dente!  
 Não corra tanto, não!  
 Se mastigar mal  
 Faz má Digestão!...

Direito, Devagar,  
 Devagar, Direito!  
 Para ter saúde,  
 É preciso ter jeito!

Dente sempre limpo,  
 Dente sempre são,  
 Dente forte, Dente Duro,  
 Pra boa mastigação!  
 [...]

É o G Garboso, de Gestos bonitos,  
 sua perna é Grossa e também é elástica,  
 porque dança e pula  
 porque faz Ginástica!  
 (MEIRELES, 1996: s.p.)

Como podemos observar no exemplo anterior da letra “D”, a alimentação saudável vai além da comida em si: está relacionada também à forma de comer, levando em consideração todo o processo digestivo e lembrando que a limpeza bucal faz parte desse processo, como manutenção de parte do corpo que participa desse processo – os dentes – e como parte de um todo que é o hábito saudável proposto no livro.

De fato, *A Festa das Letras* procura aliar a prática de bons hábitos alimentares e bons hábitos corporais. Por hábitos corporais entende-se uma união entre exercícios físicos e higiene corporal. É o que podemos encontrar de forma um pouco semelhante no *Diário da Manhã*, de 11 de julho de 1937<sup>93</sup>. Na página de “Educação e Cultura” o periódico capixaba, ao lado de matéria sobre o concurso de literatura infantil estabelecido pela CLNI naquele mesmo ano, publicou pequeno texto falando sobre os cuidados que devem ser tomados em relação ao corpo. Argumentava que, muito embora o ser humano pudesse ser atacado por alguma enfermidade súbita, geralmente são as doenças que entram pelas “portas abertas” de organismos não cuidados que mais acontecem e, para evitar esse mal, a educação física e a higiene eram imprescindíveis. A utilização desses dois “métodos” se justifica pela constituição de um “corpo robusto e sadio”, que “além de belo, resiste mais aos ataques do que um organismo contaminado ou enfraquecido”.

Ainda para o periódico capixaba, a “inércia corporal” era acompanhada pelo enfraquecimento do corpo e do espírito enquanto a “Educação Física é o preparo do corpo para que o espírito encontre meio propício para desenvolver-se”. Fator que não pode deixar de ser observado é a ligação entre corpo, espírito e inteligência. Todos estão interligados, se o corpo definha, a inteligência também, quiçá o aperfeiçoamento moral do indivíduo também esteja ameaçado.

Na letra “E” da obra de Cecília Meireles e Josué de Castro a junção dos aspectos físicos e mentais começa a ficar mais evidente:

É? Não É? Pois É,  
 – É? Não É? Pois É,  
 – eu faço Exercício, deitado e de pé!

[...]

É de Escola  
 e de Estudante,  
 que entende  
 e que aprende!  
 E – que estuda bem!  
 E – que faz Exame!  
 E – que tira 100!

É? Não É? Pois É!  
 E – da Educação  
 E – que não Engole à toa  
 E – que Escolhe, E – Exigente –  
 para não ficar doente  
 com alguma indigestão!

Mas que E Engraçado!  
 E – de Estômago-bom – menino Excelente  
 E – de Estômago-mau – menino Enjoado!

<sup>93</sup> **Higiene e Educação física.** Diário da Manhã – Espírito Santo: 11/07/1937, p. 3.



E – do prato de Espinafre!  
 Eta! – maravilha!

E – de boquinha Encarnada!  
 E – de Ervilha verde!  
 E – da verde Ervilha!  
 (MEIRELES, 1996: s.p.)

Nesse trecho podemos perceber a alusão a três pontos que se interligam: a educação escolar, que aparece na figura do ato de estudar, do “exame” e da nota, da boa alimentação, no incentivo ao consumo de legumes e verduras, e a educação física, na imagem do exercício corporal. O corpo aqui é entendido como um organismo no qual as funções não podem ser vislumbradas de forma separada. De forma semelhante, esse discurso, aparece nos periódicos do momento. A história da cidade, ou melhor, do espaço, das relações sociais, subjetivas, das tensões e conflitos entre grupos e o espaço se dão também no âmbito do corpo. O discurso médico e higienista estava presente em vários lugares. Vai desde as formas de comportamento em relação ao lugar, quanto à forma de perceber, “domar” e cuidar do corpo.

Servindo ao propósito de trazer às crianças preceitos básicos de higiene e bons hábitos alimentares, *A Festa das Letras*, aparenta se destinar a um público ainda na “primeira infância”<sup>94</sup>. As ilustrações, de autoria do ilustrador sul-rio-grandense João Fahrion (1898-1970), são parte importante na constituição da obra<sup>95</sup>. Aliadas à escrita de forma poética sobressaltam o teor artístico da obra como um todo. O livro está estruturado de uma forma em que as imagens, em grande quantidade e bastante coloridas, sempre relacionadas ao texto, com imagens de alimentos, exercícios, crianças estudando, palhaços, brincadeiras, transmitindo um ar de festa e alegria, formam como que uma moldura para texto, que fica no centro das páginas. Assim, aliadas à linguagem fácil, texto curto e ritmado, as ilustrações ganham status similar ao das palavras e ambas parecem ter como intuito a diversão, recreação – visual e sonora – e, procurando agradar o gosto infantil, educar divertindo.

Esse clima de “alegria e festa” é passado também pelo texto. Como que em um cortejo onde cada letra dá sua contribuição para a festa, são muitas as alusões textuais à felicidade que, dessa maneira, é diretamente relacionada à saúde infantil:

Atenção! – que digo: Acorda, menino,  
 Vamos ser Alegre, vamos ser Ativo,  
 [...]  
 Sou o B da Boca-limpa, sou o B do Banho-frio,

<sup>94</sup> Levo aqui em consideração como “primeira infância” a classificação utilizada pela CNLI para as obras infantis, dividindo por idades a forma dos livros e conteúdos propostos. Parecia ser de consenso que, ainda que não se tivesse noção exata da utilização da imagem em detrimento do texto em crianças mais velhas, as “estampas” serviam como facilitador do texto para crianças mais novas, ainda iniciando o processo de aprendizado da leitura e escrita, além do desenvolvimento do pensamento abstrato.

<sup>95</sup> Ver Anexo 1 – Imagens 9-10

Sou o B Brincalhão  
 [...]
 Como não? Como não?  
 Cá estou eu, minha gente!  
 Sou o C das Cambalhotas,  
 Sou o C Contente,  
 venha comigo quem quiser Crescer!  
 [...]
 – É? Não É? Pois É:  
 todo mundo fica pasmo  
 com este É do Entusiasmo  
 (MEIRELES, 1996: s.p.)

Entretanto, na letra “I”:

Ih! Ih! Ih! – diz o I – como eu sou Infeliz!  
 Escrevi Indigestão – pronto! – ninguém me quis!  
 Escrevi Ignorante –me disseram: “Vá-se embora!”  
 Já daqui pra fora! Já daqui pra fora!  
 (MEIRELES, 1996: s.p.)

Porém, mais adiante:

– Como vai seu intestino?  
 Diga lá, de repente!  
 Se me disserem: “Vai bem, obrigado”,  
 então eu respondo:  
 “Que pessoa Inteligente!”  
 (MEIRELES, 1996: s.p.)

Única letra “destoante” de todas, o “I” é inicialmente rejeitado pelo grupo até que muda de postura e, no lugar de falar especificamente sobre problemas de saúde, passa a perguntar sobre a condição dos leitores. O mais interessante nessa passagem é outra aproximação entre inteligência e saúde. Dessa vez, no entanto, a inteligência está não no ato de estudar, não é algo que está sendo desenvolvido, mas praticado.

No fim das contas, a formação do hábito alimentar na obra é apenas parte que compõe uma ideia de vida saudável de forma ampla e o “S” é a letra da saúde por excelência:

Salve!  
 Que o S da Saúde  
 faz a Sua Saudação!  
 Tem o Sol amarelo no peito,  
 no lugar do coração!  
 [...]
 Porque é o S do Sangue luminoso  
 o S de alma Sadia,  
 o S de corpo são,  
  
 Salve! Salve! Salve!  
 Que o S da Saúde dá outro Salto,  
 e faz outra Saudação!  
 (MEIRELES, 1996: s.p.).

Relacionado à brincadeira, ao sol, à alegria, às frutas sortidas, o “S” liga a palavra saúde a todos esses elementos. Como vimos até agora, a ideia de saúde deve perpassar o corpo e a mente através de um “método”. Mais do que corpo e mente, a saúde deve ser algo inerente também à “alma”. O que seria então o que se espera de saudável para a alma infantil? Como podemos observar um pouco antes, na letra “H”, *A Festa das Letras* carrega ainda certo teor “moralizante”:

Este H, esta letra importante,  
de Hércules, de Homem,  
de Honesto e de Herói,  
[...]  
– Hércules – força que luta e que vence,  
– Homem Honesto – que pensa e trabalha,  
Esse é o Herói que sai sempre com Honra  
tra-la-ri-lará!  
de qualquer batalha!  
(MEIRELES, 1996: s.p.)

A letra “H”, letra “importante”, mas que também diz coisas “Humildes, mas que a vida não dispensa”, como Herva<sup>96</sup>, Horta, Hora, Higiene, serve como ponte entre todos os ensinamentos para uma vida saudável mostrados no livro e a imagem de uma pessoa ao mesmo tempo forte, honesta, trabalhadora, inteligente, um herói.

Assim, cuidar do corpo – pelos exercícios físicos e higiene corporal –, cuidar da mente – pelo estudo, além de mostrar-se inteligente por saber cuidar de si, da própria saúde – e cuidar do espírito – ao se tornar uma pessoa honrada, honesta, trabalhadora etc. – se interligam, fazem parte de algo maior, é o cuidado com o ser (e com seu futuro pela formação do hábito do cuidado), uma ideia de “vida saudável” que perpassa diversas esferas da vida infantil e, espera-se com *A Festa das Letras*, acompanhe a criança na vida adulta.

Outras incursões literárias no âmbito da saúde infantil podem ser encontradas entre fins dos anos 1930 e durante os anos 1940. Embora não apareça indicação clara de que essa obra fizesse parte da mesma série, *Aventuras no mundo da higiene*, de Érico Veríssimo, lançado no mesmo ano de 1939 pela Livraria do Globo e também contando com ilustrações de João Fahrion, surge como outra obra sobre o assunto.

Conta o autor em uma apresentação-bilhete na primeira edição parte das motivações que o levaram à escrita da obra e dá a entender parte de suas preocupações nessa empreitada:

Neste livro procurei fazer que as noções de higiene viajassem para o entendimento das crianças confortavelmente instaladas no trem colorido da ficção. Fiz o possível para que a viagem fôsse divertida, rápida, sem enjôos nem solavancos. Não basta que se diga tiranicamente aos alunos: “Matem as moscas e bebam mais leite”. É preciso explicar por que as moscas são nocivas e por que o leite é benéfico à

---

<sup>96</sup> Erva, na grafia atual.

saúde. Por outro lado, como falar na higiene da respiração sem explicar o fenômeno respiratório?

Num momento em que toda a gente procura aprender a comer, não seria lógico também que eu passasse em vôo de avião por cima do importante capítulo da alimentação (VERÍSSIMO, 1939: 7)

Embora seja um livro infantil, a apresentação aparenta ser direcionada também aos adultos, prováveis pais de crianças, educadores, editores, etc. Nitidamente preocupado com a estrutura do livro no que tange o interesse da criança, Érico Veríssimo afirma a inutilidade do formato direto dos livros que tentam trazer preceitos às crianças como uma ordem, uma imposição. O objetivo não era o de apenas instruir, assim como não era o de apenas recrear. Se a instrução não surge como imposição, mas como explicação que justifique a necessidade de determinados atos, hábitos, o “trem colorido da ficção” pretende completar a intenção criando um equilíbrio entre possibilidades lúdicas e pedagógicas.

Nesse sentido, o “método pedagógico” utilizado na construção da obra aproxima *Aventuras no Mundo da Higiene* e *A Festa das Letras* para além do tema abordado por ambos autores. Como aponta o próprio Veríssimo, sua incursão se dá em um momento em que o tema está em voga e se torna preocupação de todos. De fato, as preocupações em torno da infância são sentidas em variados âmbitos sociais, seja na saúde, na educação, em seus momentos de lazer, na criação de valores morais, cívicos, estéticos, na formação do futuro adulto ou mesmo em relação àquelas crianças e jovens que se encaixam no termo anteriormente citado da “infância abandonada”, jovens delinquentes, dentre outros.

*Aventuras no Mundo da Higiene* narra às aventuras de *Zé Pedro*, menino fraco, doentio, conhecido como “*Patinho Feio*” e *Mário*, aparentemente da mesma idade do outro, no entanto forte e saudável na *Vila da Alegria e da Saúde*, onde aprendem com o *Dr. Salus*, noções de higiene.

Dessa vez voltada para um público infantil mais velho, as ilustrações não tomam tanto destaque quanto o texto, aparecendo apenas cerca de uma ilustração por capítulo, cuja extensão é de duas a quatro páginas, com parágrafos já não tão curtos, muitos ultrapassando dez linhas de texto<sup>97</sup>. Seguem, no entanto, em conjunto com o texto, reforçando em cada passagem sua ideia principal.

O início da obra é focado no contraste dos personagens. Primeiro somos apresentados ao *Patinho Feio*:

Vocês conhecem o Patinho Feio? Pois é aquele que alí vai com ar tristonho. Tem dez anos de idade. É magro como um saguí. A pele de seu rosto tem a côr do melão. Se ele tirasse o casaco e a camisa, nós veríamos como aquele pobre corpinho está sem carnes. É a pele em cima dos ossos, a gente chega até a enxergar o desenho das

<sup>97</sup> Ver Anexo 1 – Imagens 6-8.

costelas em relêvo. Pobre menino! Examinem bem os olhos dêle. São tristes como os de cachorro sem dono, parados como os de peixe morto. Pior ainda: são olhos que estão sempre vermelhos, riscados de sangue. Ninguém me sabe dizer como é que aquelas pernas finas como palitos ainda têm fôrça para aguentar o corpo? (VERÍSSIMO, 1939: 9).

Em seguida, após o cansaço de muito andar, Patinho Feio deita e descansa sob a sombra de uma árvore. Dorme. Nesse instante, montado em um cavalo, Mário é introduzido na narrativa:

Pela estrada passa um menino a-cavalo – toc-toc-toc-toc... Vêo Patinho Feio estendido no chão e faz o cavalo parar. Apeia e se aproxima da árvore. Ah! Mas êste rapazinho que acaba de chegar é uma maravilha. Deve ter a mesma idade do Patinho Feio. Mas é cheio de carnes, tem o rosto corado e alegre, olhos limpos, dentes fortes, claros e brilhantes, pele lisa, pernas musculosas (VERÍSSIMO, 1939: 11).

Como que “personagens modelares” Mário e Zé Pedro são mostrados ao leitor como diametralmente opostos. Um é a imagem da beleza, da saúde, da alegria, enquanto o outro representa a doença, a tristeza, a falta de beleza e saúde. O encontro dos dois, entretanto, marca mais do que o contraste entre os personagens que, no fim, não parece ser o principal mote do enredo. Ao encontrar o belo garoto, Zé Pedro vai de encontro também à revelação de que o que pensava ser algo inerente ao seu ser era, na verdade um estado. Explico-me. Dada a diferença dos dois, Mário explica ao recém conhecido que ele não era, não deveria, ou não precisava ser necessariamente daquele jeito. Ele não era “feio”. Sua “feiura” era, de fato, um estado de ausência de saúde, de higiene.

Uma pergunta dá movimento inicial à narrativa. Érico Veríssimo imagina que seus leitores se indaguem “por que é que existem no mundo crianças gordas, coradas, bonitas, sadias” e crianças “chupadas, amarelas e tristonhas como o Patinho Feio” (VERÍSSIMO, 1939: 9). Porém o autor não dá logo a resposta. Convida o leitor a acompanhar a trajetória do “Patinho Feio” e as possíveis surpresas que podem lhe acontecer. Cita “Alice na Terra das Maravilhas” como exemplo de mudança na história de um personagem e início de uma grande aventura. Para o nosso “Patinho Feio” esse princípio de mudança se dá no encontro com Mário. Este convida o macambúzio garoto que não conhecia os significados de “saúde” e “higiene” a viver em sua casa e a aprender e experimentar o mesmo “estilo de vida” que o seu.

É na casa de Mário que Zé Pedro conhece o Dr. Salus, aquele que irá lhes ensinar noções de higiene. Fator interessante da obra é seu foco no processo. Assim como o explicado na apresentação do livro, no lugar de simplesmente dizer o que o leitor deve fazer, Veríssimo se concentra em explicar o significado de palavras como saúde, higiene – que, nesse sentido, são relacionadas à alegria, beleza, vida longa, enquanto o que “desobedece as regras de higiene e ama ou suporta a sujeira fica doente, vive sofrendo e morre cedo” –, o porquê da importância de determinados hábitos, ao mesmo tempo em que, Zé Pedro experimenta “na

pele” esse processo de transformação, de mudança para um garoto saudável.

Saúde, como termo ligado à medicina, ganhou importância extrema, pelo menos, a partir da segunda metade do século XIX, no Brasil. A palavra *higiene* ganhou destaque e pode ser encontrada em vários âmbitos e sentidos, estando fortemente atrelada à educação. Não são poucos os anúncios relacionados à alimentação infantil nos periódicos cearenses da década de 1930<sup>98</sup>. São tônicos, suplementos vitamínicos, alimentos “substitutos” que se valem de um discurso que tenta fixar a importância desses produtos e mesmo explicar sua existência, seja como alimento – alimento industrializado –, seja como complemento alimentar, seja como “medicamento” que desperta o apetite.

É nesse sentido que vemos no *Correio do Ceará*, periódico que faz parte dos Diários Associados e cuja estrutura em fins dos anos 1930 denuncia quantidade imensa de imagens e propagandas por todas as suas páginas, anúncios como o do produto *Scott*<sup>99</sup>, o *Tônico Bayer*<sup>100</sup>, *Tônico Infantil*<sup>101</sup>, o tônico depurativo *Lactargyl*<sup>102</sup>, todos voltados para a melhoria da saúde e o aumento do apetite infantil, inundarem o periódico cearense.

A *Nestlé*, empresa suíça criada em meados do século XIX e que mantém presença no Brasil desde, pelo menos, fins do século XIX, não fez diferente. Produtos como o *Leite Moça*, são divulgados ao lado de textos onde a saúde infantil, a possibilidade de seu crescimento comprometido e a importância dos produtos Nestlé são relacionados. Em um dos anúncios de agosto de 1937<sup>103</sup> foram enumeradas as características que deveria ter o leite dado aos filhos. A construção do anúncio sugere que o mesmo era destinado às mães. Dividido em quatro partes, o anúncio conta com uma imagem de uma mãe segurando um bebê nas mãos e o erguendo, ambos sorridentes, abaixo, um texto informativo – Que características deve ter o leite destinado ao seu filhinho? – contendo, ao lado uma pequena imagem de uma jovem, o “slogan” do leite condensado e, abaixo, o nome do produto

Como características apontadas para o leite que deve ser destinado às crianças estão: “não conter germens nocivos, ser de fácil digestão, ser de boa qualidade, de composição constante, e conter alto teor de vitaminas”. O anúncio termina determinando a fórmula para as mães encontrarem todos esses predicados necessários na alimentação de seus filhos: dando a eles o “Leite Condensado Moça”. A participação da empresa, contudo, vai além da publicidade em jornais, alcança, em certa medida, a literatura infantil, ou melhor, literatura

<sup>98</sup> Sobre a publicidade voltada às crianças ver: KUHLMANN JR., Moysés and MAGALHAES, Maria das Graças Sandi. *A infância nos almanaques: nacionalismo, saúde e educação (Brasil 1920-1940)*. *Educ. rev.* [online]. 2010, vol.26, n.1, pp. 327-349. ISSN 0102-4698.

<sup>99</sup> **Anúncio: Emulsão de Scott.** *Correio do Ceará*, 21/04/1938, p. 4

<sup>100</sup> **Anúncio: Tônico Bayer.** *Correio do Ceará*, 03/07/1937, p. 3

<sup>101</sup> **Anúncio: Tônico Infantil.** *Correio do Ceará*, 19/09/1937, p. 1.

<sup>102</sup> **Anúncio: Lactargyl.** *Correio do Ceará*, 29/08/1937, p. 6.

<sup>103</sup> **Leite Condensado marca Moça.** *Correio do Ceará*, 14/08/1937, p. 7.

“escolar”, como pode ser observado no ano de 1940.

Ainda outros exemplos podem ser dados. No *Jornal do Brasil*, de 19 de dezembro de 1937, uma matéria de Almir de Andrade, intitulada *O “A-B-C” das crianças*, debateu um pouco sobre o sentido em importância da pedagogia moderna e seus novos meios de atingir os objetivos almejados:

A pedagogia moderna procura dar ao ensino, em todos os graus, um caráter intensamente dinâmico. Todas as faculdades da criança devem associar-se no ato de aprender. Cada objeto de estudo deve insinuar-se no espírito infantil, não isoladamente, mas ligado a um conjunto de elementos sugestivos capazes de impressionar simultaneamente a inteligência e a sensibilidade. Quanto mais variada e completa fôr a impressão recebida, quanto maior fôr a sua capacidade de integrar a criança num ambiente vivo, onde ela encontre fatos e motivos da sua própria experiência individual – mais depressa será assimilado o ensinamento e melhor será êle fixado e compreendido pela criança. (**Jornal do Brasil**, 19/12/1937: 5)

Como podemos observar, por “pedagogia moderna” entendia-se um ensino “dinâmico” que utilize no ato de aprender “todas as faculdades da criança”. Afastar-se de uma literatura que, contendo um caráter fortemente didático, relacionando nessa intenção tanto o aspecto textual quanto o visual passa a ser iniciativa de muitos livros infanto-juvenis do período.

O pequeno artigo fora escrito em decorrência da publicação do *ABC de João e Maria*, obra produzida em colaboração de Marques Rebello com o ilustrador Santa Rosa. Como visto, uma carta enviada ao Ministério da Educação<sup>104</sup> pedia que a obra, escrita nos moldes da pedagogia moderna, fosse apreciada pela Comissão de Literatura Infantil.

O *ABC de João e Maria* não é uma obra sobre higiene ou alimentação. Relacionando Letras do alfabeto a imagens e palavras. Pretendia-se, através dessa aproximação de coisas conhecidas do universo infantil, “a identificação das crianças desde cedo com os mistérios do alfabeto”. É, no entanto, no mínimo interessante à presença de uma empresa de produtos alimentícios envolvida com a questão educacional. Foi feita, inclusive, relação entre educação, alimentação e higiene, se observarmos em conjunto, as três publicações que se seguiram no mesmo ano. O “ABC” foi publicado em 1940, pela Nestlé, junto a outras duas obras: a *Brochura Para Mães* e *Livro de Receitas*. A primeira com conselhos sobre higiene e cuidados com a alimentação das crianças desde os primeiros momentos da vida; a segunda contendo receitas<sup>105</sup>. Esses não foram os únicos produtos da empresa voltados às crianças. *O Malho*<sup>106</sup> e *Carioca*<sup>107</sup> citam ainda “*Tabuada, Conselhos*

<sup>104</sup> REBELLO, Marques. 19 de maio de 1937 – Arquivo Lourenço Filho: rolo I, fot. 198.

<sup>105</sup> Segundo as informações contidas no “Portal Nestlé” sobre as ações da empresa suíça nos anos 1940, em 1941 o “Leite Moça” compôs a “Merenda Nestlé, doada pela empresa às escolas públicas, creches e outras entidades sociais”. O kit continha uma versão pequena do Leite Moça, um pãozinho e um exemplar do “Almanaque Nestlé”. Ver: [https://www.nestle.com.br/site/anestle/historia2/historia\\_linha/historia\\_dec40.aspx](https://www.nestle.com.br/site/anestle/historia2/historia_linha/historia_dec40.aspx)

<sup>106</sup> Campanha Nestlé pela criança. *O Malho*, ed. 22, XI, 1941, p. 67.

*Psicológicos aos Pais, Pequenos Dicionário de Nomes, Helioterapia, Ginástica Infantil*” como outros produtos que atestam a grande “contribuição espontaneamente prestada à campanha educativa da infância brasileira.

A *Noite*, de 12 janeiro de 1943, faz pequena referência a outro concurso literário do Ministério da Educação e Saúde, desta vez voltado para “trabalhos de pedagogia aplicados à educação física”. A vencedora do Concurso foi *Guiomar Meireles Becker*, com o livro *Educação Física Infantil*, que conta com “histórias, jogos e brinquedos”.

Em fins dos anos 1940 e início dos 1950, um concurso de literatura infantil bastante divulgado nos periódicos cariocas tem também como tema a alimentação. Foi o concurso do S.A.P.S. (Serviço de Alimentação da Previdência Social). Mais de noventa referências a esse concurso, que teve mais de uma edição, foram encontradas em fins dos anos 1940, em nove periódicos diferentes<sup>108</sup>. Em 1949, *Julgamento na Horta*, de Terezinha Eboli, ganha o primeiro concurso da entidade. O concurso contava com um prêmio de CR\$ 10.000.00 (dez mil cruzeiros) e publicação da obra pelo S.A.P.S.

Gondra, ao analisar o discurso científico no Brasil a partir de meados do século XIX, fala sobre o discurso científico como um campo que encobre e, encobrindo, delimita campos fazeres e saberes ligados à ele (GONDRA, 2002: 289). O que não se dá de forma diferente com o discurso “médico-biológico-científico”, no qual o corpo humano é elencado como problema dessa área. Dentro desse contexto, o autor fala ainda da ciência da higiene adquirindo o status de ciência da infância, já em fins do século XIX. Onde a relação entre os termos (higiene e infância) sugere a importância que a infância passa a ter para a medicina, a ponto de se tornar um ramo específico seu – ciência da infância – enquanto delimitadora, enquanto paradigma, enquanto racionalidade. Racionalidade essa mesmo espacial: escola, rua, hospital etc. Dessa forma, entra mesmo em conflitos com áreas as quais continham o poder em determinados assuntos. É o caso da religião na questão da família, ou do aborto, por exemplo (GONDRA, 2002: 289)

No entanto, Para Gondra:

O projeto civilizatório tem na higienização do mundo social uma de suas faces mais expressivas. Civilizar e higienizar conformam uma gramática fortemente articulada. No entanto, o reordenamento político, econômico e cultural, por exemplo, impôs outros signos que deveriam contribuir para marcar e identificar o Brasil no início do século XX. Um deles foi a própria ideia de progresso e outra a de ordem, desdobráveis em vários níveis e esferas (GONDRA, 2002:315)

<sup>107</sup> Quando as atividades de uma empresa particular se revestem de cunho patriótico. *Carioca*, 4/10/1941, p 11.

<sup>108</sup> *Diário de Notícias*, entre agosto de 1948 e dezembro de 1949; *A noite*, entre janeiro de 1948 e dezembro de 1949; *Correio da Manhã*, entre junho de 1948 e outubro de 1949; *Jornal do Brasil*, entre junho de 1948 e dezembro de 1949; *Gazeta de Notícias*, entre junho de 1948 e maio de 1949; *A Manhã*, entre julho de 1948 e junho de 1953; *Diário Carioca*, entre fevereiro e outubro de 1949; *Revista da Semana*, em 19 de fevereiro de 1949; *Diário da Noite*, entre fevereiro de 1948 e outubro de 1949.



Essas “novas” marcas não significam necessariamente a inexistência de permanências, o que pode ser verificado na continuidade do “projeto higienizador” em casos como o das obras do Dr. Oscar Clark<sup>109</sup>, “nas quais aborda a questão da higiene na escola, incidindo sobre aspectos específicos e bem determinados” (GONDRA, 2002:315). Assim, ações do discurso médico-higienista atrelado às questões como o controle da família – casamentos, parentesco – e da própria criança – nascimento, mortalidade infantil, dentre outros – são, na verdade elementos diversificados de um processo que não se configura como homogêneo, sendo entrecortado por poderes diversos, “racionalidades distintas, como a ordem médica e a ordem eclesiástica”, o que configura a própria construção, consolidação do sistema de educação e instrução como heterogêneo, sendo uma de suas faces o discurso médico e higienista no Brasil (GONDRA, 2002: 316). Assim, como uma das faces constituintes do aspecto educacional da criança, a presença do discurso médico se fez presente também na literatura infantil, evidenciando, na verdade, sob um ponto de vista mais amplo, a ciência, o discurso científico, o surgimento desse discurso como um dos formadores da ideia de infância. Seu caráter passaria, ainda, pelo crivo “psicológico. O estudo dos aspectos materiais das obras infantis pode se mostrar bastante profícuo nesse aspecto. Nosso próximo passo será nesse sentido. Avancemos.

---

<sup>109</sup> O autor se refere ao *Abecedário da higiene escolar* (1930), *Jardins de infância e escolas-hospitais* (1943) e *O século da criança* (1937).

**CAPÍTULO 3:**  
**OS LIVROS, OS “GIBIS” E A “SUBLITERATURA INFANTIL”**

### 3.1 – O livro como objeto material

*O texto vai cheio de ilustrações, pois não deixa de ter muita razão quem afirmou que o único livro do mundo que dispensa as gravuras é o “Guia Telefônico” ... (Érico Veríssimo em “Aventuras no mundo da higiene”)*

Nos anos iniciais do século XX podemos apreender um movimento, no Brasil e em escala maior, internacional, de crescimento das discussões em torno da infância tendo como um dos seus pontos centrais a ideia da criança como futuro da humanidade. Isso fica configurado em debates e conferências como as realizadas na América Latina chamadas “Congresos Panamericano del Niño” iniciadas nos primeiros anos do século XX. Em sua tese de doutorado, Eduardo Silveira Nunes (2011) analisa como se dão os direcionamentos desses congressos e identifica-os como parte de um conjunto de discussões sobre a infância que passam a ter novas bases teóricas para as imagens construídas da mesma e a definição de novas perspectivas para o seu futuro.

Como alguns dos pontos de ancoragem desse processo, o autor identifica a infância nesse momento sendo perpassada por uma série de abordagens que tem o discurso científico como centro. Nesse sentido, podemos entender discursos como os da biologia e psicologia do desenvolvimento passando a serem alguns dos principais locais de onde são construídas representações da infância. Não somente nos campos da biologia e psicologia, a infância é tema em áreas como a jurídica, sendo a questão do menor abandonada e a delinquência infanto-juvenil um ponto que vai ganhar destaque nesse momento.

A literatura infantil no período estudado se insere de forma variada em aproximação com as áreas de discussão sobre a infância. Em pesquisa realizada entre os anos de 1890 e 1920, no Brasil, Patrícia Hansen (2007) observa como a literatura infantil produzida nesse período vai estar direcionada para o que seria a construção do cidadão brasileiro futuro, tendo as ideias de civilidade e modernidade como suporte. Esse tipo de abordagem seria o que se configurou como uma literatura de cunho didático acentuado, atrelada à educação moral e cívica. Entretanto, para a autora, essa produção, ainda que se direcione no sentido de formação do futuro cidadão brasileiro, não é “homogênea” em seus aspectos, não se configurando, dessa maneira, num projeto específico, mas sim em estratégias – e utilizações de gêneros textuais – variadas cuja aproximação se dá principalmente pelo direcionamento da formação do adulto, de um adulto específico para aquele momento brasileiro. Assim, a autora traça um percurso entre essas décadas da representação de uma infância ideal relacionadas às demandas do período, tendo a literatura infanto-juvenil como um dos agentes de promoção desses ideais.

A análise desses textos também nos leva ao questionamento de como se inserem esses escritores no período analisado. Para a autora, é possível pensar essas produções enquanto projetos, podendo, dessa forma, trazer reflexões sobre o papel dos intelectuais, as visões que os mesmos tinham dos problemas a serem enfrentados na sociedade em que viviam e as soluções colocadas como possibilidade. Sob essa perspectiva, as crianças passam a ser como “objeto e sujeito” desses projetos, sendo apresentadas como “reflexo” desse novo modelo de civilidade.

Outro fator a se considerar é o de que esse processo não se dá de forma homogênea também nos diversos espaços do país. Na obra *A literatura Infantil Gaúcha – uma história possível* Diana Maria Marchi (2000) faz uma divisão do gênero literário infantil no Rio Grande do Sul, a partir de um espaço temporal da pesquisa que se estende entre fins do século XIX e fins do século XX em três períodos distintos: o primeiro compreendido entre 1890 e 1935, o segundo entre 1935 e 1956 e um terceiro de 1956 até a década de 1990. Em sua pesquisa optou também por não abranger toda a produção literária para crianças, restringindo-se às obras infantis cujo suporte material é o livro, excluindo, então, produções como as das revistas, jornais, suplementos infantis e peças teatrais.

Para Diana Maria Marchi, o segundo período assinalado da literatura infantil do Rio Grande do Sul – que tem seu início em 1935 – se dá de forma atrasada em comparação ao centro do país e atravessa dois períodos da divisão “clássica” da literatura infantil proposta por Regina Zilberman e Marisa Lajolo (1991). Para Zilberman, uma segunda fase da literatura infantil nacional teria se iniciado na década de 1920, e acabado por volta de 1945, quando começou um novo período “refletindo a modernização social do país”.

Deve-se salientar que a preocupação dessa pesquisa não é a de estabelecimento de periodizações e de marcos iniciais para o gênero – relacionados a uma abordagem que segue a linha “autor e obra”. Esse é um caminho que pode se apresentar problemático e acabar por nos afastar do encaminhamento da pesquisa do objetivo proposto. Essa é, inclusive, uma das críticas que Jauss (1994) comenta sobre os trabalhos com abordagens “histórico-literárias”: as críticas a esses trabalhos seguem no sentido de perceber os problemas levantados pelos mesmos como “pseudoproblemas”, pretendendo ter uma escrita histórica, mas se movendo fora da esfera histórica, dessa maneira, não cumprindo nenhum dos dois objetivos – o da análise histórica e o da análise estética (JAUSS, 1994: 6).

Além disso, para Marchi – e essa é a parte que nos interessa analisar – a pretensão é fazer uma história literária cujo caminho percorrido seja, também, na medida do possível, trabalhando com a reformulação sugerida por Jauss, indo em direção ao leitor. Isso seria possível, segundo a autora, na medida em que a literatura infantil caracteriza-se justamente por

sua capacidade de expressar o universo da infância, ou seja, a imagem do leitor deve estar presente sempre na obra, para que se processe a identificação (MARCHI, 2000, p. 9).

A partir da pesquisa<sup>110</sup> em periódicos, em andamento, em grande parte do país sobre como se dá a discussão acerca da literatura infantil nas primeiras décadas do século XX, pode-se distinguir, ao menos, três aspectos: a proporção em que esse debate surge e aumenta, as formas em que o mesmo se dá e em que locais ele se concentra mais. O que se pôde perceber até o momento é um significativo crescimento nas discussões sobre livros para crianças que tem seu momento mais acentuado a partir da década de 1930, contendo algumas especificidades: ele é mais restrito às regiões sul e sudeste – tendo os estados do Rio Grande do Sul, Espírito Santo, São Paulo e, principalmente, Rio de Janeiro como focos –, uma modificação nas questões que perpassam a literatura infantil, ou, ao menos, como as mesmas se configuram, e um fator importante acerca da ação dos intelectuais em relação às políticas estatais que é o da ação institucional ligado à literatura infantil, não apenas por meio da dependência entre mercado editorial e escolas como grandes “compradoras” de obras para o público infanto-juvenil, como também pela Comissão de Literatura Infantil e suas atividades na orientação de uma definição do gênero e do campo de atuação do mesmo.

Dessa maneira, o que se propõe aqui não é uma classificação ou periodização da literatura infantil. O centro da questão é compreender como essa literatura se configura como um campo de conflitos e construção de ideias de infância, contendo representações desse “público leitor” que estão relacionados a fatores que se apresentam tanto no âmbito “textual” quanto nas configurações de seu suporte material.

A obra *Gente e Bichos* é uma antologia lançada em 1956 contendo seis histórias infantis escritas por Érico Veríssimo na década de 1930: *As Aventuras do avião vermelho* (1936), *Os três porquinhos pobres* (1936), *Rosa Maria no Castelo Encantado* (1936), *O Urso-Com-Música-na-Barriga* (1938), *A vida do Elefante Basílio* (1939) e *Outra Vez os três*

---

<sup>110</sup> Vale ressaltar que esse estudo sobre os periódicos pelo país ainda está em fase inicial. Primeiramente tenho tentado fazer uma triagem quantitativa pelos periódicos no país, divididos por década, Estado e periódico. Em seguida, tenho tentado definir as tipologias das matérias em que a literatura infantil tem aparecido. Depois disso, tenho tentado perceber as temáticas que estão ligadas à literatura infantil, o que é, inclusive, uma forma de tentar compreender como se dá essa produção e como está sendo representado o possível público para essa literatura. Ainda na pesquisa nos jornais, tive contato com duas questões bastante recorrentes que ainda precisam de um estudo mais aprofundado: o combate à presença de obras de literatura infantil em idioma diferente do português e o combate ao que seriam obras para as crianças contendo elementos “perniciosos”. Geralmente quando se fala em elementos perniciosos estamos falando de comunismo na literatura infantil e esse discurso parte, principalmente, de setores religiosos da sociedade. Acredito que, observando como há um constante apelo à necessidade de não se perder de vista a importância da igreja como constituinte da sociedade, numa visão “corporal” da sociedade, não podendo ser deixada de lado a parte espiritual, concernindo ao Estado brasileiro a porção material da civilização, e atrelando um entendimento do comunismo a uma degeneração de valores, essa questão passa pela forma como o discurso da igreja se insere como importante na sociedade brasileira, dentre outras formas, na imagem da família e como podemos também ver como esse discurso como construindo uma imagem de infância que é, até mesmo, discrepante do discurso científico em alguns pontos, muito embora ele seja base para outras observações feitas sobre a infância, em outros momentos.

*porquinhos* (1939). Uma das possibilidades de se trabalhar com essas obras é a de analisá-las em conjunto, a partir de aspectos comuns que as mesmas têm. Esse caminho facilitaria percebê-las com certa continuidade nas intenções do autor e mesmo abrindo espaço para a problematização da escolha de Érico Veríssimo por mantê-las juntas, em detrimento das outras obras infantis do autor.

Dessa forma, talvez um dos principais fatores adotados seja o teor pedagógico mais acentuado nas outras obras infantis do autor. Em todos os seus livros para crianças há, em certa medida, a associação entre a fantasia e as possibilidades pedagógicas, entretanto, obras como *As Aventuras de Tibicuera*, por exemplo, têm uma orientação mais “clara” para a utilização pelo público infantil na escola<sup>111</sup>. Na apresentação da edição de 1965 o autor comenta:

Escrevi esses contos no tempo em que os desenhos animados coloridos de Walt Disney atingiam seu apogeu, e creio que não errarei em afirmar que minhas histórias seguem o espírito “surrealista” dos “cartoons” daquele admirável criador de fantasias. Destinei minhas narrativas a crianças entre quatro e dez anos. Quero dizer, escrevi-as de tal modo que, se uma pessoa adulta ler esses contos para crianças ainda não alfabetizadas, estas poderão compreendê-los. Testei quase todas essas historinhas com meninos e meninas das mais variadas idades, e parece-me interessante mencionar que entre minhas cobaias de vinte e cinco anos atrás, estava um menino que viria a ser um dia o meu editor. (VERÍSSIMO, 1965 apud MARCHI, 2005: 148.)

Ao menos dois aspectos podem ser destacados nessa passagem: a ligação que o autor faz com as produções de Walt Disney e os testes feitos com crianças de várias idades. No segundo caso estamos falando de uma preocupação do autor na construção de suas obras em relação ao seu público leitor conscientemente atrelada a uma noção de infância que pressupõe, em certa medida, níveis cognitivos de desenvolvimento e aprendizado aliados ao trato entre o social e a presença do lúdico<sup>112</sup>.

Para Vera Teixeira Aguiar (2005) – além de apontar na literatura infantil do autor para uma divergência com grande parte dos que experimentaram a produção desse gênero literário no período, o que reside no fato de que, ao contrário de outros autores que já possuíam uma carreira relativamente sedimentada, Érico Veríssimo teria começado a escrever para crianças ainda no início de sua carreira, na década de 1930, e, muito embora suas obras infantis estejam

<sup>111</sup> Sobre essa divisão do teor didático das obras de Érico Veríssimo ver: MARCHI, Diana Maria. Érico Veríssimo: profissão, escritor. In: **Ciências e Letras**. Porto Alegre, n. 38, jul/dez 2005, pp. 147-162. Disponível em: <<http://www.fapa.com.br/cienciaseletras/publicacao.htm>> Acesso em: jan/2013.

<sup>112</sup> Se nos aprofundarmos um pouco no discurso da psicologia do desenvolvimento que está servindo de base para os educadores da Escola Nova, está sendo lido por grande parte dos intelectuais do período e está ajudando a construir uma imagem de infância, o caráter lúdico e fantástico aparece como fator primordial para o desenvolvimento cognitivo da criança. Ao mesmo tempo em que se está interagindo socialmente, esse aprendizado se dá numa espécie de “zona de desenvolvimento proximal”, na qual dentro do que vai ser chamado de desenvolvimento cognitivo real e desenvolvimento cognitivo potencial, o elemento lúdico aparece como um “conector” ou entre as experiências fazendo com que o desenvolvimento aconteça. Sobre essas questões ver, por exemplo: PALANGANA, Isilda Campaner. **Desenvolvimento e aprendizagem em Piaget e Vygotsky: a relevância do social**. 5. ed. São Paulo, SP: Summus, 2001.

circunscritas a esse período, o autor continuaria acompanhando de perto as reedições das obras – Érico Veríssimo possui um projeto claro, consciente em sua produção literária para crianças. As temáticas e a forma como o mesmo estrutura a narrativa trazem “indícios” de um direcionamento pedagógico relacionado à linguagem, aproximação com o cinema, que demonstram uma preocupação do autor com o público para o qual escreve e, mais do que isso, uma ligação com os encaminhamentos pedagógicos da Escola Nova onde, no processo de aprendizado, há a ênfase na associação com o social.

O outro aspecto da citação está ligado ao último na medida em que podemos interpretar a aproximação do autor com os elementos cinematográficos como uma forma de inserir elementos contemporâneos – e do gosto infantil – à sua escrita<sup>113</sup>.

Das obras em *Gente e Bichos* a que guarda afinidade mais clara com os desenhos animados de Walt Disney é a estória *Os três porquinhos pobres*. Nela são contadas as aventuras de três irmãos – Sabugo, Salsicha e Linguicinha – após a fuga do chiqueiro em que viviam em busca de liberdade e de não se tornarem a ceia de Natal. Em meio às andanças pelo mundo e fuga de diversos perigos encontrados no caminho, em um momento da narrativa, os três acabam parando em frente a um cinema onde está passando o filme “O Lobo Mau”:

*Quando deram pela coisa, estavam no centro da cidade, perdidos no meio do movimento.*  
*Os homens, as mulheres e as crianças que passavam ou estavam parados à beira das calçadas apontavam para os três porquinhos, gritavam e riam.*  
*Um guarda levantou o pauzinho e correu para eles.*  
*De mãos dadas, roxos de medo, Sabugo, Salsicha e Linguicinha começaram a correr de novo.*  
*Foram parar na frente dum cinema.*  
*Linguicinha bateu palmas.*  
*– Um cinema! Viva! Vamos ver a fita!*  
*Sabugo, que era o mais ajuizado dos irmãos, resmungou:*  
*– Cala a boca, maninho. Isso não é cinema de bicho. É cinema de gente.*  
*Linguicinha sacudiu os ombros e foi olhar os cartazes. Num deles estava escrito: “HOJE! HOJE! O LOBO MAU – As aventuras dos 3 LEITÕEZINHOS de Walt Disney*  
*Sabugo leu o letreiro e ficou assanhado.*  
*Salsicha convidou:*  
*– Vamos entrar?*  
*– Com que dinheiro? – perguntou Sabugo...*  
*– Sem dinheiro nenhum – disse Linguicinha. – O porteiro não nos enxerga.*  
*Então os três combinaram um plano...*  
 (VERÍSSIMO, 1997: 41-43)

Um primeiro aspecto que podemos observar nesse trecho é a construção da narrativa a partir da linguagem utilizada<sup>114</sup>. De forma diferente de grande parte da literatura “didática”

<sup>113</sup> Eduardo Ritter (2009) fala também dos aspectos da escrita de Érico Veríssimo em relação à sua profissão de jornalista. Este autor, dialogando com Cristiane Costa, tenta perceber como se constrói esse trato entre jornalismo e literato. Sobre a autora ver: COSTA, Cristiane. **Pena de Aluguel**. São Paulo: Schwarcz, 2005.

<sup>114</sup> Embora, infelizmente, ainda não tenha ocorrido o contato com as primeiras edições dessas obras, exceto por atualizações gramaticais em alguns casos, o texto tem permanecido sem muitas alterações entre as edições das

que prevaleceu entre fins do XIX e primeiras décadas do século XX no Brasil, há aqui uma preocupação inicial que passa tanto pelo escritor quanto pelas exigências editoriais na constituição do texto ao se pensar na faixa etária à qual a obra seria destinada. Tamanho de capítulos, parágrafos, frases, a complexidade das mesmas, o tipo de linguagem utilizada dizem respeito a esse “leitor ideal”.

Segundo Diana Marchi (2005), na composição das obras, em larga medida, e como é explicado no autor nos prefácios e apresentações das obras, Érico Veríssimo chega a fugir um pouco das expectativas editoriais na composição dos livros. Contudo, isso não significa que não há por parte do autor uma preocupação com a forma da obra<sup>115</sup>. Uma questão que passa a ser de extrema importância nesse debate sobre a literatura infantil é a de sua posição entre algo que pode ao mesmo tempo educar e recrear. Para Zilberman (1991) é justamente esse fator pedagógico que em larga medida vai fazer com que a literatura infantil seja vista como um gênero menor, relativamente excluída. O próprio adjunto “infantil” que acompanha a designação do gênero explicitaria essa divisão de “importância” de como é compreendida essa literatura.

Nas décadas de 1930 e 1940, esse aspecto passa a ser visto a partir de uma ênfase da literatura infantil, em primeira instância, como literatura, em outras palavras, como arte. Essa orientação conceitual das obras literárias para crianças fica evidente no posicionamento esboçado nos pareceres emitidos pela Comissão de Literatura Infantil criada pelo Ministério da Educação e Saúde e que teve seu funcionamento entre os anos de 1936 e 1938. O distanciamento do teor didático, entretanto, não é necessariamente total, sem qualquer ponto de encontro com a esfera didática. O que há é a intenção principal como sendo a de recrear.

Um dos integrantes da comissão, Cecília Meireles (1979), em obra publicada em 1951, relativa às palestras em congressos feitos na década anterior, *Problemas da Literatura Infantil*, também compreende a literatura infantil como afastada da esfera do didático. A autora vai além e ensaia uma distinção entre duas produções literárias para crianças. Existiriam literatura infantil – propriamente dita – e livros para crianças. A inserção de uma obra dentro do universo literário infantil aconteceria, dentre outros aspectos, mais pela capacidade artística do escritor e a forma como o mesmo consegue “encantar” o leitor. Dessa maneira, a definição de literatura infantil deveria ser um dado *a posteriori* e não *a priori*. Literatura infantil é aquela obra ou conjunto de obras que a própria criança escolhe para fazer parte do seu repertório literário.

---

obras que tenho analisado.

<sup>115</sup> Ainda nesse mesmo artigo, Marchi comenta sobre como Veríssimo explica o processo de produção da obra *A Vida de Joana D’arc*, onde o autor teria escapado à orientação da editora da escrita de uma obra visando um público mais novo em prol do andamento da obra que estava assumindo um tom mais sério.



A criança aqui surge como sujeito ativo e dotado de capacidade de escolha. Segundo Peixoto (1997) em sua tese de doutorado na qual trabalha com o que ela define como literatura infantil de resistência entre os anos 1970 e 1990, a literatura infantil passa constantemente por essa discussão entre as suas possibilidades lúdicas e pedagógicas. Essas possibilidades dizem respeito, também, a formas específicas de se encarar o universo infantil, seja como inferior, seja como separado do universo adulto, seja simplesmente como diferente, sendo, neste caso, a literatura infantil um local de diálogo entre esferas diferenciadas do social, ainda que para a mesma, literatura infantil seja, junto a Estado, religião, escola, mídia, comércio, família, ciência, um local de produção de imagens para a infância.

Outro ponto que vale a pena não perder de vista sobre *Os três porquinhos pobres* é o da analogia com as produções cinematográficas. Em três de outubro de 1937 é publicado no jornal *Correio do Ceará*, na página *Arte e Literatura*, um pequeno texto em que Érico Veríssimo fala sobre o “surgimento” dos desenhos animados nas telas dos cinemas a partir dos personagens de Walt Disney. Nesse texto o autor nos dá algumas pistas importantes para a compreensão desse vínculo entre animação e literatura infantil: Veríssimo fala sobre a “grande façanha de Disney”, que seria ter conseguido fazer com que os personagens, que muitas vezes aparecem em livros infantis, ganhem vida e não precisem mais do texto escrito para tal. Para o autor, não se pode mais discutir a realidade de personagens como o Mickey, pois o mesmo é mais conhecido até mesmo do que Hitler e Mussolini, e não é como esses dois últimos. Outra característica colocada pelo autor é a do surgimento de personagens como o Pato Donald, um dos seres mais “briguentos” que existem, segundo o autor, que está ganhando cada vez mais público, e que pode muito bem estar relacionado com uma tendência do período das pessoas tentarem resolver tudo na briga, fazendo guerra. Como pode ser percebido a partir do surgimento de outros personagens, como o Popeye, criado por Segar em 1929, e adaptado para animação a partir de 1933.

Para Veríssimo, as animações estão relacionadas a uma espécie de renovação das histórias que habitam o universo literário infantil. Essa renovação se dá em, pelo menos, duas características: primeiramente, há a “recontagem” e a “reformulação” dessas histórias. Dessa forma, podemos perceber como se processa parte da construção de algumas das obras para crianças do próprio autor. Nas histórias de *Gente e Bichos* temos um movimento de “atualização” dessas histórias. De certa forma em um andamento similar ao de Monteiro Lobato ao colocar seus personagens em contato com personagens “clássicos” da literatura infantil, o movimento é, também, de inserção desses personagens dentro de uma nacionalidade brasileira. Em outras palavras, é também o esforço de criação de uma literatura infantil com traços nacionais. Em *Os três porquinhos pobres* temos logo de início a utilização de uma

versão “atualizada” a partir da imagem dos três personagens principais da trama. Além disso, o espaço também é “remodelado”, são colocadas para o leitor espacialidades diversas: campo e cidade, vida urbana, modernização, o “conto de fadas” acontece também na cidade grande e essa “atualização” se dá também no encontro dos personagens de Érico Veríssimo com a outra “atualização”, a dos personagens da tela do cinema. É, na verdade, a partir desse encontro que a história dos três irmãos tem seu início<sup>116</sup>. Inspirados pelos personagens da “fita”, os três iniciam de fato suas aventuras até que elas são interrompidas no encontro com “Chapeuzinho Verde” e retornam em outra obra – *Outra vez os três porquinhos* – promovendo o encontro com outra história “clássica”: *Os Três Mosqueteiros*.

A segunda característica da “renovação” se dá pela nova vida que os personagens ganham. Essa “vida” diz respeito ao movimento, à animação cinematográfica. Esse último aspecto está relacionado ao que pode ser entendido como um “regime de visualidade<sup>117</sup>”. Pensar em regime de visualidade na aproximação entre linguagem cinematográfica e literatura infantil pode nos ajudar a perceber como se dá essa associação na escrita: o vínculo entre texto e imagem e como a dimensão visual se insere na constituição dos livros para crianças e pode estar aliada a determinadas representações de infância. Talvez possamos refletir junto com Havelock (1996) quando, ao analisar o surgimento da escrita na Grécia, fala-nos sobre como o surgimento de uma nova mídia traz modificações nas percepções, nas visões de mundo, em uma determinada sociedade, as implicações existentes nesse elo: cinema e literatura.

Vale ressaltar aqui, ainda que de forma breve, uma matéria importante que é a da percepção da produção literária a partir de sua materialidade, em todo o processo de produção do livro, e não somente o texto escrito, o que fica evidente nos debates promovidos acerca da qualidade da literatura infantil do período, sendo um dos aspectos discutidos o do elo entre texto e imagem dentro dessa literatura. Essa ligação diz respeito a um tema mais profundo. Para Chartier (2011) é imprescindível, em uma análise do texto, levar em consideração os suportes nos quais o mesmo se encontra. Faz-se necessário observar uma produção em sua

---

<sup>116</sup> Outro ponto digno de nota é a alusão feita a “heróis do cinema” conhecidos pelas crianças como Mickey Mouse, Popeye e Pato Donald na obra *Aventuras no Mundo da Higiene* (1939), também de Veríssimo (ver tópico 2.3). Nesse trecho, Zé Pedro e Mário assistem a desenho onde o Pato Donald os avisa para que tomem cuidado com os vilões “Mosquito, Mosca, Álcool, Fumo, Micróbio, Maus Hábitos”, dentre outros (VERÍSSIMO, 1939: 24-27).

<sup>117</sup> Sobre a visualidade, o procedimento consistiria, como adverte Ulpiano Bezerra de Menezes, em não esgotar as possibilidades de compreensão da imagem tratando-a apenas como fonte e identificando suas especificidades em comparação a outras formas de percepção, porém não tratando a imagem por si mesma, a imagem não descolada de seu suporte material. Assim, faz-se necessário considerar, para além de uma postura metodológica que busca uma compreensão “interna” da imagem, tanto os aspectos “tecnológicos, sociais e culturais de produção, consumo, circulação e ação dos recursos e produtos visuais”. Ver: MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, História visual – balanços provisórios, propostas cautelares. In: **Revista brasileira de história**. São Paulo, v. 23. N. 45, 2003, pp. 11-36; e GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Vendo o passado: representação e escrita da história. In: **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. N. Sér. V.15.n.2.p. 11-30. Jul-dez. 2007

materialidade. Dessa maneira, além das possibilidades inerentes às estruturas textuais ligadas às escolhas do autor, seus projetos, intenções e representações, o texto inicial se constitui como obra a partir de um processo de criação no qual os elementos que são não de um “campo textual”, mas do “campo do impresso” têm relevante importância na construção de possibilidades de interpretação desses textos. Mais do que isso:

Uma atenção dada aos dispositivos tipográficos permite, talvez, reduzir essa ambiguidade, já que inscrevem no objeto tipográfico leituras socialmente diferenciadas (ou, ao menos, as representações feitas pelos fabricantes de impressos). É necessário, portanto, tentar sinalizar o social no objeto impresso, controlando sempre as hipóteses construídas a partir da análise das formas através do que, algumas vezes, leitores populares contaram de sua maneira de ler. (CHARTIER, 2011: 100)

Em outras palavras, se levarmos em conta a constante tensão existente entre intenções autorais e as múltiplas possibilidades de apropriação por parte dos leitores, a observação dos componentes materiais do texto, desde sua estrutura física – folha, tamanho, qualidade, tipo de fonte, divisão de parágrafos e capítulos – à suas possibilidades espaciais – ligadas à quantidade de exemplares, preços, associação entre produção, mercado editorial e mercado consumidor – podem nos ajudar em uma aproximação, se não das práticas de leitura e as apropriações do texto, de representações dessas mesmas práticas.

Para Cecília Meireles (1979), a ligação entre texto e imagem na literatura infantil é um fator problemático e sério. Essa matéria fica mais evidenciada quando fala das histórias em quadrinhos e do cinema. Para a autora, o problema residiria na importância dada em demasia ao aspecto visual em detrimento do textual:

O cinema talvez tenha acentuado demasiadamente a lição visual. Nós, que já tínhamos aprendido o exercício da imaginação e o raciocínio com ideias, voltaremos a pensar só com os objetos presentes, sem os podermos transformar em palavras? Este é um dos perigos a assinalar nas discutidas histórias em quadrinhos. (MEIRELES, 1979: 112)

Dessa forma, para a autora, as ilustrações deveriam aparecer para as idades menores de forma mais acentuada como fator mais decorativo ao lado de textos pequenos. Para leitores maiores, a prevalência do texto deve ser crucial, com as imagens aparecendo tão somente em passagens contendo maior dificuldade de interpretação.

Em artigo escrito para a Revista “Cultura Política”, publicação do governo do Estado Novo que foi produzida entre os anos de 1941 e 1945, Wilson Lousada (1943) trata do assunto das “estampas” no universo literário infantil de maneira divergente de Cecília Meireles. O discurso psicológico é preponderante na análise do autor, onde observa, a partir da idade da criança e da relação da mesma com o mundo e a interpretação que faz dele, o valor da estampa como sendo “mais ou menos relativo”, embora não afirme que a mesma seja dispensável.

Segundo o autor, a criança, mesmo diante da leitura de um livro sem imagens, ainda assim não deixará de:

[...] fazer uma representação do que leu, em termos reais, por intermédio do consciente, ou melhor, nem por isso deixará de formar alguma imagem provocada pela interpretação do texto. Isto é, na consciência infantil arma-se o desenho que faltou ao livro, em determinada passagem, e a cena descrita adquire, nesse caso, as proporções e a disposição que a fantasia da criança condicionar (LOUSADA, *Ibidem*: 134).

Então, embora não seja nem indispensável, nem completamente dispensável, variando sua utilização ou não de acordo com a idade e desenvolvimento intelectual, capacidade de leitura – e, quem sabe, alguma patologia que comprometa a capacidade de interpretação da criança –, para uma boa utilização, a ilustração deveria abrigar, ao menos, três elementos que devem aparecer com igual importância na imagem: o humorismo – no sentido de “engraçado” e “divertido” –, o colorido e o lirismo.

Não obstante, Lousada aponta para um novo panorama na leitura infantil no período ligado ao abandono por parte das crianças de leituras que privilegiam os textos “longos e explicativos”. Verificando esse fenômeno nas leituras de revistas e suplementos infantis, ou seja, nas histórias em quadrinhos, onde a narrativa escrita cede lugar à imagem com pouco texto explicativo da ação. Porém, o autor não chega a ver essa matéria como algo grave, mas como uma nova face do problema que envolve imagem e texto na literatura infantil<sup>118</sup>.

Ao lado da busca por definições de literatura infantil que satisfizessem as demandas do período, a Comissão de Literatura Infantil empreendeu esforços concorrendo para uma promoção dessa produção no país e para uma “formatação” dessa produção. Dessa forma, é que podemos ver, em dois momentos distintos, as ações da Comissão na produção de uma ficha de avaliação dos livros infantis, onde se levou em conta tanto os aspectos textuais quanto os materiais – união texto e imagem e apresentação física das obras, onde os aspectos gráficos, dentro de uma pontuação que variava de 0 a 100, eram responsáveis por algo próximo da metade dos pontos, numa divisão em três aspectos: forma, fundo e aspectos gráficos. Essa ação da CLI, em certa medida, entrava em conflito, principalmente, com as editoras de revistas, jornais e suplementos infantis. Entre 1939 e 1943 há por parte do INEP o preparo de um relatório contendo uma pesquisa formada pelo estudo de diversas revistas e suplementos, em especial, da capital federal, e um questionário respondido por dezenas de alunos, mães e

---

<sup>118</sup> Em entrevista na “quinzena do livro” cuja publicação ocorreu no jornal *Correio de São Paulo*, em 14 de janeiro de 1933, Belmonte, ilustrador brasileiro, fala sobre as imagens nos livros infantis de uma perspectiva próxima à de Cecília Meireles sobre a literatura infantil, em geral. Para ele, a escolha é da criança. Fator interessante é que para ele a imagem tem importância igual ou maior do que o texto escrito. É um erro supor que a ilustração deva ser um ornamento, ou seja utilizada para tal fim, embora seja em alguns momentos. No caso de Lousada, o interesse infantil não é deixado de lado, contudo, é visto como uma necessidade quase que instintiva de fantasia que varia de acordo com o desenvolvimento cognitivo da criança, diferenciando-se também biologicamente a partir do sexo.

professores. A intenção desse relatório entregue ao Ministro Capanema era a de verificar o andamento da literatura para crianças em periódicos, bem como apontar problemas, possíveis aspectos nocivos e influências indesejadas, junto a outras mídias como o rádio e o cinema.

Como podemos ver, há um ato constante de reflexão acerca dos aspectos materiais das obras infantis durante o período estudado, de uma forma que não se desprende do conteúdo textual. Ilustrações, texto e aspectos físicos das obras são contemplados e todos estão apontando para características específicas do que se entende pelo possível público leitor dessas obras. Esse, o livro para crianças, é um assunto que vai ganhando espaço e crescimento de importância durante as décadas de 1930 e 1940 aliado a todo um conjunto de reflexões sobre aquele que, no fim, é o que lhe dá quase que um sentido de existência: seu leitor. Debate esse que se processa a partir de matrizes como a científica, tendo ideais como o de nacionalidade e modernidade em jogo. Portanto, atentar para como esse debate está se configurando na obra literária para a criança é ver como o mesmo é plural, composto por ruídos, como são variados os locais que entram em conflito em busca da possibilidade de poder dizer. No âmbito educacional durante os anos da Era Vargas, Igreja, Estado, forças armadas, intelectuais são alguns dos locais que tentam, se não se tornarem o discurso dominante, ao menos, não perder sua parcela de participação – quando não é possível aumentar a mesma.

Acredito que uma chave de leitura importante para trabalharmos com essas instâncias são os estudos empreendidos por Foucault sobre o discurso. Compreender como existe nas sociedades organização, controle, seleção e distribuição da produção do discurso, como eles estão sujeitos a âmbitos internos e externos de controle, como determinadas esferas discursivas estão sujeitas a pressões como a de uma “vontade ou regime de verdade”, o poder da imagem da autoria em determinados momentos e locais, são reflexões importantes tanto para discutirmos os conflitos e vínculos entre Estado e intelectuais – o que não deixa de dizer respeito à produção dos livros infantis – quanto como, na literatura infantil ou em outras instâncias, se configuram as representações da infância.

### 3.2 – Cruzada contra a subliteratura infantil

Como podemos ver até aqui, o caminho que temos percorrido nos leva a identificar a consolidação da literatura infantil em nosso país e como essa, ligada a ideias de nação, à pedagogia, é constituída de formas de se entender seu público alvo e, ao mesmo tempo, se configura em um espaço de criação de noções sobre esse mesmo público. Agora continuaremos com os debates, especialmente no tocante ao aspecto material, visual, das obras destinadas ao público infantil, mas desviaremos um pouco do caminho. Há várias outras orientações que poderiam ser tomadas no decorrer do trabalho. Uma delas seria, inclusive, dar mais relevo ao leitor. Entretanto, proponho que passemos, mesmo que rapidamente, por uma questão relacionada à literatura infantil que começa a ganhar relevo ainda no início da década de 1930 e, mesmo sob suspeição dos mais variados grupos, cresce ao ponto de gerar acalorados debates e até mesmo fazer ressurgir o fantasma da censura (que nunca deixou de existir?) já em um período após o Estado Novo. Falamos das histórias em quadrinhos.

Para Murray, aliado ao fim da segunda grande guerra e início do período do pós-guerras, embora seja complicado falarmos em uma relação direta entre literatura infantil e questões políticas e diplomáticas como essas, a Guerra Fria “trouxe à tona uma ideologia na América que se sustentava na defesa das tradições de gênero e na isolada família nuclear” (MURRAY, 1998: 175). Ao lado dessa tentativa de reafirmação de valores tradicionais, as mulheres, que desde o início do século passaram cada vez mais a adentrar no mercado de trabalho – o que se agravou ainda mais no período das duas grandes guerras – sofreram a pressão do retorno ao lar, em parte para dar espaço no mercado de trabalho ao contingente remanescente das guerras.

Ainda para Murray:

Desde que as mães passaram a trabalhar como provedoras da casa durante a Segunda Guerra Mundial, críticos sociais identificaram um aumento na ‘delinquência juvenil’. Eles culpavam as mães trabalhadoras, histórias em quadrinhos, filmes como “The Blackboard Jungle”, estrelas de cinema como James Dean, e rock and roll por uma perceptível diminuição da autoridade e uma intensificada identificação entre os jovens da nação (MURRAY, 1998: 176)

Assim, a resposta dos produtores de literatura infantil se “concentrou no foco na família nuclear e no “‘sentimento de união’<sup>119</sup> como proteção contra os males do mundo externo” (Idem). A família se tornou o “abrigo antibomba”, protegendo a criança das “ameaças nucleares” da delinquência, do socialismo e da irresponsabilidade (Idem).

Para Murray, em detrimento de uma construção da infância que perdura do século XIX

---

<sup>119</sup> “Togetherness”, no original.

até por volta de metade do século XX, onde a criança deve ser protegida de elementos da vida adulta, (de forma mais intensificada) a partir dos anos 1960, em obras como a *Catcher in the Rye* (1951), de *J. D. Salinger*, um realismo – a princípio voltado para um público entre os 13 e os 20 e, posteriormente, entre 8 e 12 anos – passa a ser visto na literatura infanto-juvenil, o qual “abriu caminho para uma discussão mais franca dos sentimentos e problemas adolescentes, como não existia até o momento” (MURRAY, 1998: 185), onde percebe-se uma nova construção de infância que:

[...] reconheceu que as crianças nem sempre poderiam ser protegidas dos perigos e tristezas da vida real; elas poderiam ser melhor preparadas para lidar com a dor se adultos não tentassem protegê-las disso. “Experts” identificaram a força emocional e psicológica interior das crianças como evidência de que poderiam lidar com a realidade (MURRAY, 1998: 185-186).

O caso dos quadrinhos, entretanto, mostra que, ainda nos anos 1950 nos EUA e no Brasil – e mesmo com algumas reverberações ainda nos anos 1970<sup>120</sup> – a luta pela defesa da criança contra esse “agente externo” permanece e, em parte, convive com esse processo de transformação da forma como a infância é encarada. Em fins dos anos 1940 começa uma forte campanha contra as revistas do tipo *gibi* no país. Em junho de 1948 a Associação Brasileira de Educação promove encontro onde debate a nocividade dessas publicações para a infância e adquire um forte aliado em sua luta, o *Diário de Notícias*, que passa, então, a cobrir o evento e a entrevistar vários setores ligados à questão – professores, psicólogos, ilustradores etc. – numa luta onde o principal inimigo parecia ser, sem dúvidas, Roberto Marinho e suas publicações periódicas para a infância.

Muitos foram os adjetivos dados aos quadrinhos<sup>121</sup>, ainda mais por parte daqueles que os confrontavam. Conta Sonia Bibe-Luyten que, de difusão universal, cada local do globo recebera denominação diferente para os quadrinhos:

Nos Estados Unidos, o nome **comic strips** (tiras cômicas) está muito vinculado com o conteúdo, isto é, no início de sua popularização as histórias tinham um caráter predominantemente humorístico e caricaturesco. Apesar das novas modalidades surgidas posteriormente, este nome continua até hoje: **comic strips**, **comics**, **comix** ou **funnies** (engraçados) – como designativo geral em países de língua inglesa. Para revistas adota-se o termo **comic books**.

Na França chama-se **bandes dessinées**, ou seja, bandas (tiras) desenhadas. Mas, na

<sup>120</sup> Ainda é possível encontrarmos matérias sobre a nocividade das histórias em quadrinhos nos periódicos cariocas durante os anos 1970, ainda que já se possa ver uma maior aceitação e sua utilização de forma pedagógica.

<sup>121</sup> Dentre os adjetivos, há também aqueles que aparecem com intuito depreciativo. Alguns dos usados pelo *Diário de Notícias* entre os anos de 1948 e 1950 são: histórias em quadrinhos; falsa literatura infantil; pseudo literatura infantil; literatura do tipo *gibi*; historietas estrangeiras; comics estrangeiras; comic books; revistas infantis; suplementos (infantis); historietas nocivas; má literatura infantil; quadrinhos; histórias desenvolvidas em quadrinhos; sub-literatura dita infanto-juvenil; pseudo revistas infanto-juvenis; nocivas historietas em quadrinhos; literatura infanto-juvenil do tipo “*gibi*”; sublitteratura terrorista; literatura de “*bas fond*”.

Itália, o nome derivou-se daquilo que é mais característico nos quadrinhos: **fumetti** – fumacinhas, os balões que saem da boca dos personagens, indicando sua fala. Na Espanha e no Brasil, ocorreu algo em comum quanto ao nome popular de revistas em quadrinhos. Uma revista infantil espanhola (que iniciou-se em 1917), chamada T.B.O., ficou tão conhecida e famosa que seu nome ampliou-se até abranger todas as publicações de características semelhantes. Hoje em dia, na Espanha, a palavra **tabeó** é equivalente à palavra **gibi**. Poucas pessoas se lembram de que a palavra ‘gibi’ significa ‘moleque’. É que houve uma revista com este nome, nas décadas de 30 a 40, que, de tão difundida, emprestou seu nome a todas as revistas de quadrinhos do país (BIBE-LUYTEN, 1987: 10-11).

Nos casos em que o intuito era o confronto os nomes escolhidos para designar tal artefato refletem o efeito que se imaginava que os mesmos causassem e a visão que se tentava passar deles. De má, pernicioso, nocivo, “pseudo” literatura, a, até mesmo, sublitteratura terrorista, os “títulos” que a acompanharam denunciavam também sua origem. *Comics*, *Comic Books* ou mesmo “revistas estrangeiras” mostravam ao público que se procurava angariar para a campanha que, além de sua possível nocividade, essa, em sua grande maioria, não era uma produção nacional. Em 11 de setembro de 1948, Dinamérico Pombo, aluno da FNF, em tom de apoio a uma campanha do periódico carioca *Diário de Notícias* contra as revistas em quadrinhos, escreve carta<sup>122</sup> onde, junto a uma apreciação sobre a literatura infantil no país, chama as histórias em quadrinhos de “criminoso coca-colismo”.

Os argumentos do estudante se dividem em três partes. Primeiramente, a infância para ele se divide em três grupos: o das crianças que, devido a vários fatores, morrem ainda pequenas; o grupo das crianças que tem de sobreviver trabalhando desde jovens, sem possibilidade de aprender as “primeiras letras”, estudar; as crianças que tem tudo, as mais felizes de todas. Essas últimas:

[...] as filhas das gentes privilegiadas, as que vão para a escola aos 6 e 7 anos e aprendem a ler as letras graúdas e passam a ler **gibis**, **globos juvenis** e **lobinhos**, as que bebem coca-cola, e lançam cachorro-quente com banana e chupam (ilegível) e chica-bom, as que jogam bola e fazem coleções de jogadores de futebol e cantores de rádio, as que tomam Cafiaspirina e Melhoral, e crescem para estudar datilografia e o feminino de hipopótamo e se tornar funcionários públicos.

Essas crianças, no entanto, nas palavras do autor, não são felizes. E se não o são, não é por que “ingeriram garrafas de coca-cola ou tablets de melhoral”. Para o estudante, o grande mal está nas revistas em quadrinhos e em um último mal há pouco existente, um “excitantíssimo, indecentíssimo amendoim espiritual das mocinhas”, diz ele, chamado *Grande Hotel*.

Em seu discurso, a literatura infantil é, então, dividida em dois tempos distintos, um antigo, de contação de histórias, da qual apenas a Dona Benta ainda é representante e um atual, degenerada, uma literatura “mãe de desequilibrados mentais e de impossíveis”, uma literatura

<sup>122</sup> POMBO, Dinamérico. **O criminoso coca-colismo da nossa literatura infantil**. Diário de Notícias. 11/09/1948 segunda seção, p. 2.



de “crimes e mundos fantásticos importados diretamente de Chicago”. A alusão à Dona Benta resguarda parte dessa literatura. São as obras infantis em livros, tendo como Monteiro Lobato seu principal expoente.

No entanto, outras produções ameaçam a infância. Necessária seria uma cruzada, uma união de igreja (Católica), pais, educadores, intelectuais, todos os meios possíveis unidos contra esse mal. A resposta a essa “literatura de terrores” é uma literatura “simples e sadia” que eduque e instrua, que ensine Brasil e Humanidade. Para o autor é necessária uma “medicina preventiva do espírito infantil”.

Mais variados são os locais que demonstram apoio à campanha da ABE e do Diário de Notícias. Através de cartas e notas dirigidas à redação do jornal esses órgãos, entidades, organizações, grupos além de parabenizar a ação do periódico, apontam os termos nos quais se dá esse apoio e nos permitem ver em que medida estão sintonizados esses diversos espaços, quais os “denominadores comuns”, sobre quais temáticas gira a questão. É o caso do Centro Acadêmico Luís Carpenter, presidido por Evandro Solano e em carta enviada ao Diário de Notícias em 1 de agosto de 1948<sup>123</sup>. A missiva gira em torno de seis pontos: a necessidade de se dar devida atenção à literatura infanto-juvenil pela influência que ela pode causar na infância; a literatura infantil não devendo servir somente como fonte de renda de editoras, mas contendo “base cultural ou alguma coisa que aproveite às inteligências que desabroçam”; a gravidade de literaturas como os “gibis” serem uma ameaça à formação dos jovens por serem “uma sugestão para o crime e um convite à licenciosidade”; o dever de uma entidade cultural como o Centro Acadêmico de “alertar a opinião pública e as autoridades contra todo atentado à cultura e dos perigos à formação da mentalidade e à dissolução dos costumes”; os estudos de Taylor indicando que essas publicações estimulam e contribuem para a delinquência juvenil; o dever de todo brasileiro abraçar uma campanha patriótica de defesa de sua cultura e costumes.

Como é possível observar, os argumentos usados contra os, chamados “comic books” giram em torno do perigo iminente à formação da criança e, em certa medida, à nacionalidade e necessidade de fiscalização e controle, além de definir quais instâncias tem o dever de promover essa fiscalização e denúncia. Esse “molde” é o que será tomado por outros. Mais uma vez e até o presente momento a questão tem sempre estado em torno do controle da produção, proteção do desenvolvimento infantil e a nacionalidade.

---

<sup>123</sup> SOLANO, Evandro. **Uma sugestão ao crime e um convite à licenciosidade**. Diário de Notícias, 1/08/1948, segunda seção, pp. 1

Grupos religiosos também manifestam sua aprovação. Dentre esses se encontram os periódicos *Lar Católico*, de circulação nacional, *A Ordem*, de Natal e o órgão católico *O Lutador* que, em matéria assinada pelo padre Busato, não declara apoio direto ao periódico de Orlando Dantas, mas fala do seu repúdio à literatura infantil em quadrinhos e é citado pelo jornal carioca. Além desses as Congregação Mariana Nossa Senhora da Conceição e São José, do Engenho de Dentro (por ofício, de Manuel da Costa Oliveira Sá); Federação das Congregações Marianas, de Natal (por telégrafo), também demonstram seu apoio à campanha.

O apoio da Igreja Católica parecia ser de grande valor no tocante a angariar a simpatia da opinião pública e dos leitores em geral. A busca de auxílio desse forte aliado, de certa forma, se dava dos dois lados do confronto. Nesse sentido, *O Globo*, de Roberto Marinho se aproveitará de uma crônica redigida por Rubem Braga, chamada “Reportagens”, em 17 de outubro de 1948<sup>124</sup>, e publicada no periódico carioca como forma de demonstrar a indisposição do *Diário de Notícias* em relação à Igreja e seus seguidores.

A crônica começava com o comentário sobre uma reportagem que o escritor lera em um vespertino carioca sobre uma casa onde foram vistos “muitos homens e mulheres cantando, um homem de roupa esquisita bebendo e rezando”, falando em “língua estranha, e fazendo gestos especiais”. O repórter então tira uma foto, volta à redação, e faz uma reportagem falando sobre “macumba, pai de santo, Exú, gongá, Ogun e outros nomes que servem para côr local”. Finalizando a reportagem com a pergunta: “Que dirá a isso o senhor chefe de polícia?”.

Em resposta à reportagem, Rubem Braga responde lembrando de uma reportagem que ele mesmo fez, há algum tempo. Andando pela rua, viu uma pessoa que achou interessante e a seguiu. Como essa pessoa entrasse em um estabelecimento, aparentemente, público, resolveu entrar também e, tão estranhas foram as coisas que presenciou que se esqueceu, até mesmo do motivo de haver ali entrado. Comenta:

Havia, no fundo de uma ampla sala, armações de madeira, coloridas e iluminadas por pequenas lâmpadas elétricas e por algumas velas. Pelas paredes, em buraco apropriados, haviam sido espalhadas estatuetas mal feitas. Um homem com uma espécie de camisola preta e com um pano bordado do ouro nas costas dizia palavras estranhas, em uma língua incompreensível. A um gesto seu, mulheres e homens se ajoelharam murmurando coisas imperceptíveis. Depois apareceu um menino com uma camisola vermelha trazendo uma caçamba de onde saía uma fumaça cheirosa. Uma campainha fininha começou a tocar. Todo mundo ajoelhado abaixava a cabeça e batia no peito. O homem de camisolão preto bebeu vinho e começou a meter na boca de cada velha que se ajoelhava em sua frente uma rodela branca. Em certo momento o menino de camisola saiu com uma bandeja. Pensei que êle fôsse distribuir vinho, mas em vez disso recolhia níqueis e pratinhas. Depois umas senhoritas que estavam em uma es-

<sup>124</sup> BRAGA, Rubem. Reportagens. *Diário de Notícias*, 17/10/1948, p. 3.

pécie de camarote começaram a cantar. Vi mulheres com véus na cabeça e fitinhas azuis no pescoço fazendo sinais estranhos, e vi ainda muitas outras coisas mais.

Que dirá a isso o senhor chefe de polícia?

O Globo continua explorando a crônica de Rubem Braga, transformando-a em espada de batalha contra o principal desenvolvedor da campanha contra as revistas infantis de sua publicação. Na tentativa de reforçar o apelo à comunidade católica nacional contra o *Diário de Notícias*, publica supostas declarações de Oto Guerra, diretor do jornal católico *A Ordem*, de Natal, contra o jornal carioca. Este último publica sob a definição de “restauração da verdade”, declaração de Oto Guerra onde este apoia a campanha e diminui drasticamente o tom da matéria do Globo, resumindo-se a repudiar o texto de Rubem Braga e pedir mais atenção da redação do periódico para que não ocorra erro similar futuramente.

O caso da crônica não foi o início nem o fim das indisposições entre os dois jornais. Pelo menos desde meados do ano de 1948, os ataques, praticamente diários, do periódico de Orlando Dantas à empreitada editorial de Roberto Marinho, com as histórias em quadrinhos, havia recrudescido. Tais ataques são vistos por Gonçalo Júnior (2004) como uma espécie de guerra pela hegemonia editorial no país que chega, inclusive, a tomar ares de ataques pessoais, e diretos, de ambas as partes. Na verdade, a disputa entre os dois empresários era mais ainda antiga. Já em 1941 dois casos, posteriormente ressuscitados em 1948 pelos dois empresários<sup>125</sup>, no intuito “mútuo” de ataque e defesa contra seu adversário, são emblemáticos nesse sentido (JÚNIOR, 2004: 135-136). Sob a pretensão de “mostrar as verdadeiras intenções” de Orlando Dantas e seu periódico, Roberto Marinho reproduz imagens que deixam claro que as tais publicações em quadrinhos tão perseguidas por Orlando Dantas, faziam também parte de seu periódico em fins dos anos 1930, além do mesmo fazer propaganda de *O Globo Juvenil* e o *Gibi* por vários anos até ter seus interesses sustados num caso de “proibição dos concursos com prêmio em dinheiro nos jornais” (*Idem*). Este último, em defesa, fala de seu rompimento com Roberto Marinho ligado a um evento anterior, quando, em 19 de novembro de 1941, aparece matéria intitulada “Sabotadores do Regime” na primeira página d’*O Globo*. Nela, o periódico faz apologia ao Estado Novo enquanto acusa o jornal de Dantas de ser um sabotador do regime (*Idem*).

De uma forma ou de outra, a disputa continua enquanto o ano de 1948 avança. Um dos casos mais explorados por ambos os periódicos foi o do caso do garoto que cometeu um crime e foi entrevistado por ambos os jornais pelo fato de ler e estar portando gibis antes de cometer

---

<sup>125</sup> DANTAS, Orlando. *O Diário de Notícias e O Globo*. Diário de Notícias. – Rio de Janeiro: 23/07/1948, p. 4; DANTAS, Orlando. *O Diário de Notícias e O Globo*. Diário de Notícias. – Rio de Janeiro: 24/07/1948, p. 4.

o crime<sup>126</sup>. O jovem Eugênio dos Santos assassinou José Pinheiro na estrada dos Redentores. O debate girou, ainda que de forma “velada”, na influência ou não das leituras do jovem delinquente no crime que cometera.

Seguindo na mesma estratégia de ataques, grande é o alarde de periódicos como o *Diário de Notícias* e o *Última Hora* em início dos 1950 sobre a criminalidade infanto-juvenil. Os casos são variados e, ainda que indiretamente, os gibis fazem aparição como parte criadora desse mal. Nem sempre são noticiados acontecimentos envolvendo menores delinquentes. É o caso de João da Costa Resende, criminoso conhecido como “Carne Sêca”. Em notícia sobre sua fuga e captura no *Diário de Notícias* de 29 de janeiro de 1951<sup>127</sup>, os gibis surgem como parte da história. Eles não têm ligação direta com o caso, Carne Sêca é encontrado em seu esconderijo deitado, calmamente, lendo revistas policiais e historietas em quadrinhos, entretanto, os comics, mais uma dentre muitas vezes, são associados à criminalidade.

Salvo casos excepcionais como o citado anteriormente, unido à convocação da participação do público na cruzada, publicação dos apoios recebidos de diversos setores da sociedade, entrevistas com pessoas ou grupos ligados direta ou indiretamente à questão, exemplos de motivações perniciosas das *comics* são outra constante no jornal. Alguns casos são brasileiros, contudo, em larga medida, são casos do país de origem dessas revistas que estampam as matérias do *Diário de Notícias* como exemplo dos malefícios dos gibis.

Sempre que possível é relatado também o apoio do poder público à campanha. Em muitos momentos é noticiado o apoio da Câmara Fluminense e da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro ao relatar o conteúdo das reuniões e os momentos tomados para a discussão sobre os *gibis*. Dentre esses encontram-se o vereador João Machado, subchefe da bancada trabalhista, o vereador Jaime Ferreira e os deputados Paula Lôbo, médico e estudioso do problema da assistência à infância, e Freire de Moraes. Além desses, o *Diário de Notícias* recebe votos de apoio da Câmara dos Vereadores de Niterói – em telegrama enviado por Newton Guerra, presidente da Câmara – e da Câmara Municipal de Juiz de Fora.

Por volta de outubro de 1948, com o intuito de mostrar o apoio da opinião pública à sua “cruzada”, o *Diário de Notícias* começa a publicação sistemática de cartas e telegramas de apoio<sup>128</sup>, não só de intelectuais e autoridades ligadas à questão da delinquência juvenil, grupos

<sup>126</sup> O globo e a sua criminosa e ousada acusação ao diário de notícias. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 24/10/1948, segunda seção, p. 1, 5.

<sup>127</sup> **Preso carne sêca pela polícia militar.** *Diário de Notícias* - RJ - 1940 a 1949, 29/01/1951, p. 9.

<sup>128</sup> Irrestrita solidariedade ao diário de notícias na campanha contra a sub-literatura infanto-juvenil. **Diário de Notícias**. Rio de Janeiro, 30 out. 1948, segunda seção, pp. 1-2.

estudantis, entidades religiosas e representantes da imprensa e do governo, como de leitores, pais mães e diversos profissionais. A publicação de cartas e telegramas de apoiadores continua no decorrer dos anos de 1948 e 1949<sup>129</sup>. Em sua maioria são pessoas comuns, leitores, pais e mães de família, associações de mães que escrevem ao jornal demonstrando seu apreço pela cruzada contra as revistas infantis. Para alguns desses leitores o momento atual é de desastre em meio a uma geração perdida, ameaçada pelo convívio com tais publicações, pelo menos, desde 1925. Uma geração de possíveis futuros delinquentes, desinteresse pelos estudos, criminalidade infantil crescente, o “culpado” já desmascarado, algumas poucas publicações se salvam, aparentemente, na visão dos leitores. *Vida Doméstica*, *Tico-Tico* e *Sesinho* são citadas em algumas das cartas de apoio.

Em meio à enxurrada de cartas, telegramas e menções de apoio de variados setores da sociedade, guarda ainda o periódico, espaço para entrevista e publicação de opiniões de especialistas ou de áreas afins. É o caso de Raul Pila, representante gaúcho na Câmara, que tece alguns comentários sobre a literatura infantil:

Se a literatura e, de maneira mais geral, as belas-artes se podem, quanto ao adulto, abstrair da consideração de utilidade social, quanto às crianças e aos adolescentes, espíritos em plena formação, tal abstração é indevida e levaria à dissolução a sociedade em que vingasse. A puerícia é, por excelência, a idade da educação, e educar é desenvolver as boas e nobres tendências do sêr humano e refrear as baixas e más. É por isto que há, ou deve haver uma literatura infantil, ou infanto-juvenil, diversa da literatura comum e submetida a preceitos especias (**Diário de Notícias**, 26q10/1948: 4).

Como podemos observar nos comentários do deputado, assim como na maioria dos entrevistados, há diferenças entre o tratamento dado a crianças e jovens e o tratamento dado a adultos. Estes últimos, corpo e mente já formados, têm capacidade de escolha. A seleção *a priori* não se faz necessária – o que não acontece no caso do público juvenil. Mais do que isso, a infância é vista ao mesmo tempo como momento repleto de “tendências boas, más” e como a época do aprendizado, da educação. Educação esta entendida como o refreamento de futuros comportamentos socialmente indesejados e fortalecimento daqueles almejados. As obras para a infância, portanto, na visão do político gaúcho, devem atentar, principalmente, para as características educativas que, para ele devem estar presentes nessas obras.

Uma vez mais o binômio “educação e instrução” é referência. Em contraposição às expectativas educacionais o aspecto, mais do que recreativo, visto como pernicioso de publica-

---

<sup>129</sup> Novas manifestações de repúdio à má literatura infanto-juvenil. **Diário de Notícias**. Rio de Janeiro, 11 nov. 1948, segunda seção, pp. 1-3.

ções que em que o crime, a violência, alusões sexuais seriam parte integrante da narrativa, educar e instruir ficam perdidos. Essas duas palavras surgem no sentido de ensinar o considerado certo a se fazer, rejeitar o errado e dar a conhecer a maior variedade cultural possível – principalmente a nacional – pelo exemplo, pelo “bom” exemplo.

A censura aparece como uma solução possível. Cita parte da constituição relativa ao teatro e ao cinema<sup>130</sup>. Se nesses dois casos a censura é permissível, embora se tratem de “espetáculos e diversões públicas”, poder-se-ia adicionar a literatura infantil, pensa o político gaúcho.

A aparente “perseguição” aos periódicos de Roberto Marinho e as denúncias deste em uma das primeiras reuniões da ABE sobre o assunto fazem com que, no decorrer de suas investigações o *Diário de Notícias* reserve um espaço para, ao menos, tentar extrair um possível tom de ataque pessoal às publicações periódicas infantis da editora Globo. Na edição do *Diário de Notícias* de 27 de julho do 1948<sup>131</sup>, as primeiras considerações sobre a literatura infantil são carregadas desse “tom”. O periódico faz questão de salientar que, o combate às publicações perniciosas não são uma “campanha” no sentido que muitas vezes essa palavra toma de ataque a determinada empresa ou instituição, não sendo essa uma “campanha” contra a editora de tais publicações.

Na primeira matéria de agosto<sup>132</sup> a temática principal foi de analisar o conteúdo das revistas infantis. Três revistas foram elencadas por serem as primeiras do mês de agosto a chegarem às bancas: *Gibi mensal*, de propriedade de Roberto Marinho, *Lobinho*, da empresa *A Noite*, e *Superman*, da Editora Brasil América Ltda. O intuito dessa investigação era o de verificar os possíveis frutos da campanha realizada até o momento. Figuram entre os quadrinhos alguns nomes que ganharam extrema notoriedade com o tempo como, *Superman* e *Batman e Robin*. É constatado que ainda em sua maioria são nocivas as histórias em quadrinho presentes nas três edições. Das nove histórias do *Gibi*, sete foram julgadas como impróprias, das dez do *Lobinho*, também sete receberam a mesma sentença e das sete da revista do *Superman*, quatro tiveram o mesmo destino.

---

<sup>131</sup> É o crime predominante em 90% de certas revistas “infantis”. **Diário de Notícias**, 27 jul. 1948, segunda seção, pp. 1-2.

<sup>132</sup> Continua este mês a obra nociva das revistas infantis. **Diário de Notícias**, 01 ago. 1948, segunda seção, pp. 1 e 5.

Faz-se necessário, no entanto, verificar mesmo que minimamente os critérios com os quais foram julgadas impróprias as revistas. De fato, a presença de cenas de crimes, personagens como *gangsters*, cenas de violência ou imagens que possam estimular de forma precoce a sexualidade das crianças, são os critérios que orientam o periódico na narrativa, aparecendo qualquer um desses elementos na narrativa como os principais ou não. Em outras palavras, a simples alusão à existência de crimes, mesmo quando uma das justificativas das editoras que publicam essas histórias é a de que “o mal perde no final”, tornava a história nociva. Embora de uma forma não sistemática, fazer um resumo do conteúdo das revistas lançadas no mês, como forma de verificar a eficácia da campanha, acabou se tornando parte da empreitada do periódico.

A maior preocupação sobre essas revistas está na má influência que essas podem exercer em mentes vistas como em desenvolvimento. Ainda na mesma edição e em continuidade com as investigações sobre os efeitos dessa literatura o *Diário de Notícias* entrevista a psicóloga, técnica do I.S.O.P.E., Cinira M. de Menezes, Zoia de Laet, Carmen Alonso e a médica Maria P. Manhães. A pergunta que direcionou as entrevistas foi: “Como atua sobre a infância e a juventude a leitura das publicações impropriamente denominadas 'infanto-juvenis' do tipo 'Gibi' e outras?”

Para que fosse mantida a maior fidelidade possível das respostas o jornal pediu que elas fossem enviadas por escrito, critério que não foi atendido somente por Maria P. Manhães que preferiu responder verbalmente. Cinira M. de Menezes, inicia sua resposta citando um inquérito realizado sobre o mesmo tema pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos como uma fonte para esclarecimento da questão, sobretudo pela análise material feita por aquele instituto das revistas, jornais e suplementos infantis. No mais, suas declarações giram em torno do desenvolvimento cognitivo da criança, como a mesma se encontra num estágio onde há “ausência de limite crítico e o limite flutuante entre a realidade e a fantasia”, o que chama de “pensamento mágico”. Essa estrutura mental impeliria a criança às histórias fantásticas. Com seu desenvolvimento, a busca por algo mais próximo do real, ainda que contendo elementos fantásticos, se faz presente e as narrativas de aventuras são as preferidas, tendo em Robson Crusóe seu maior modelo. É, para a psicóloga, sobre esse público que incide a questão das histórias em quadrinhos. Contudo não há como saber de forma generalizadas a influência que a mesma pode causar. Identificando-se com o “herói” ou com a agressividade, medo etc. nessas revistas, seria preciso ver individualmente, caso a caso.

A psicóloga finaliza sua resposta citando o caso de duas “crianças-problema” as quais atendeu. Uma, que exibia “exagero de agressividade” e que declarou preferir as revistas em quadrinhos onde havia manifestação de agressividade e uma, “em que uma estrutura medrosa e angustiada se delinea”, que declarou certa aversão às publicações. Assim, o caso deveria ser de controle de excessos, aproveitando-se quando possível da possibilidade educativa dessa literatura.

Zoia de Laet divide o problema em dois: os quadrinhos em si e o conteúdo dos mesmos. Primeiramente, para a educadora, parte do problema se encontra no quanto os quadrinhos impedem ou atrapalham o processo de aprendizagem da leitura e maturação do jovem para que este possa ler e dar sentido às palavras, para que faça mais do que simplesmente reproduzir fonemas.

Em segundo lugar, o conteúdo possivelmente agressivo, o “clima mental de belicosidade e crime” pode “intensificar, mais ainda, a agressividade natural do adolescente” que deveria ser direcionada para o “esporte e atividades correlatas”.

De forma similar a Laet, a professora e psicoterapeuta Carmen Alonso fala sobre o que chama de “preguiça mental” provocada pela leitura das revistas infantis. A leitura onde a imagem é predominante – e que neste caso acha de péssima qualidade – é excelente para aquele que está iniciando a técnica da leitura, mas prejudicial para aquele que precisa exercitar a abstração, ficando fixado às ilustrações, o que é a causa da fuga de textos mais amplos. Além disso, também como Laet, fala sobre o conteúdo das revistas, focando na ausência de valor educativo nessas publicações.

Por fim, nas declarações de Maria P. Manhães, fator interessante que esta elenca e que, de certa maneira, está próximo do depoimento das outras entrevistadas é que não se pode dizer que determinada história atua sobre a mente infanto-juvenil. Para a médica, pode acontecer não a influência, ao ponto de alterar a personalidade da criança ou do jovem, mas o estímulo e aceleração de um estado emocional pré-existente. De maneira que a ação conjunta de pais e professores se torna necessária para que haja melhor seleção do conteúdo literário das crianças.

Respostas “em termo de pura observação científica” é o teor que o jornal tenta passar em seu inquérito. É bastante emblemática tanto o poder de dizer sobre a infância que ganham esses profissionais e a “aura de verdade” que o caráter científico ganha. É esse caráter, essa “aura” que valida o ponto de vista sustentado pelo Diário de Notícias e que dá visibilidade a uma forma específica do que seria a infância.



Outro fator que não pode ser deixado de lado é o mercadológico e o *Diário de Notícias* não deixa de dar ênfase a esse aspecto e como as entrevistadas apontam para a ele. Não deixa também de lembrar como é uma autoridade – científica – no assunto, Maria P. Manhães neste caso, que indica como as editoras vêem os leitores como meros consumidores de uma “literatura perniciosa”.

Mais uma “autoridade científica” é elencada pelo jornal para dar seu parecer<sup>133</sup>: Arthur Ramos, respeitado intelectual brasileiro, cátedra da cadeira de Antropologia da Faculdade Nacional de Filosofia. O intelectual divide o problema, estudando-o sob dois aspectos: um geral e outro específico de cada região ou povo. O primeiro seria de ordem psicológica, já o segundo, de ordem cultural. A introdução de elementos estranhos em culturas diversas e a força avassaladora com que os quadrinhos inserem a cultura norte-americana em outros locais do mundo são alguns dos principais problemas apontados por Ramos. Para este, o caso das revistas em quadrinhos, entretanto, é um problema mundial. De forma ampla, a problemática psicológica está na forma como os quadrinhos despertam na infância “as emoções fundamentais da personalidade humana, já que, pelo tipo de enredo que apresentam frequentemente, aquelas histórias são uma sistemática solicitação ao medo, à angústia e ao sexo – as molas propulsoras das reações humanas, em suma”. Assim, se torna um problema de ordem global na visão do antropólogo. As mesmas queixas apresentadas pelos educadores brasileiros são apresentadas pelos educadores ao redor do mundo. Dessa forma, para Arthur Ramos, por serem os quadrinhos de temática em sua grande maioria estrangeira poderia ser a causa de desajustamento dos jovens ao meio em que vivem, já que:

O conceito, o ideal de vida de um jovem estrangeiro, não é forçosamente, o mesmo de um jovem brasileiro. É preciso atender aos diferentes fatores antropológicos diferenciadores. Em resultado, o nosso próprio conceito social de vida está resvalando, rapidamente, para aquilo que se chama de 'imitação da vida', em linguagem sociológica. Porque é preciso atender à relatividade do meio social, e concordar corajosamente em que as histórias em quadrinhos são um perigoso fator de desnacionalização, já que desprezam as mais das vezes os nossos padrões históricos ou folclóricos para se deter em temas estranhos à nossa realidade social.

Fala Arthur Ramos sobre o que identifica como “o perigo da imitação”. Como exemplo dos perigos das diferenças sociais, históricas e culturais das revistas em quadrinhos cita os “gangsters”, cuja imagem faz parte da história e sociedade nos Estados Unidos, mas não encontra correspondente direto na sociedade brasileira. O gangster é um personagem desconhecido do jovem brasileiro, não faz parte do seu mundo, não haveria a discutível utilidade social

<sup>133</sup> Nefasta, a influência de certas histórias em quadrinhos sobre a população escolar. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 04 ago. 1948, segunda seção, pp. 1-2.

de aviso sobre esse perigo, no máximo serviria para que a criança brasileira soubesse da existência desse personagem.

Ainda para Arthur Ramos, a criança, acostumada somente a essas leituras desde o início de sua vida como leitor, corre o risco de ser um adulto acostumado ao que chama de “literatura de bolso”, o que, ao seu ver, concorre para o “declínio da cultura, que deve lutar por um maior enriquecimento, e nunca estagnar, apertada nos espartilhos da maior conveniência gráfica ou material na apresentação dos temas oferecidos à leitura”. Como providências a serem tomadas, aponta a seleção, sob bases científicas, pelos editores das histórias a serem publicadas, aliadas a uma legislação específica que dê conta dos problemas essenciais nessa literatura, por exemplo, a falta de temas nacionais, sendo necessária, além da inclusão de temas brasileiros, a adaptação das histórias estrangeiras.

Um último problema citado por Arthur Ramos se encontra nas histórias em quadrinhos é o que chama de “falta de humanidade”, “a pobreza de um ideal de confraternização interracial”, por não existirem de forma profunda, humanas, menos estereotipadas, figuras de outras raças como o negro e o amarelo que, na visão de Ramos, são “representados, respectivamente, como um ser inferior e decorativo”, o que também se configura como um perigo na formação da criança e do jovem.

De fato, o status de produto estrangeiro era parte do problema, uma das maiores partes. O termo “terrorismo” empregado para designar os gibis implica não somente nos atos violentos que podem aparecer em suas páginas, mas na violência provocada contra as crianças e jovens e, conseqüentemente, contra a nação. Abordar temas nacionais, deixar os gibis sob a tutela artística e intelectual nacional era para alguns, se não a solução, ao menos, grande parte dela.

Todavia, nem tudo o que vinha de fora era considerado “mau”. Junto ao apoio encontrado em leituras combatentes das revistas nos próprios Estados Unidos, na França dentre outros, parte das obras presentes no formato de histórias em quadrinhos não sofria os mesmos ataques que seus congêneres. Em matéria de 5 de março de 1950, o Diário de Notícias entrevista o vice-presidente da Walt Disney Productions, empresa conhecida pelos seus personagens icônicos e pelo grande sucesso que suas animações alcançaram nos últimos anos, Oliver B. Johnston. Comenta aquele vice-presidente os esforços na produção de animações e revistas em quadrinhos condizentes com uma noção de moralidade e daquilo que é “bom”, com seus personagens não devendo estar ligados a nada que possa ser prejudicial à infância. Exemplo citado pelo mesmo é o de certa empresa brasileira de charutos e cigarros a

qual procurou obter os direitos para usar a imagem do personagem *Zé Carioca* em suas propagandas, o que foi negado. Finaliza a entrevista colocando-se ao lado daqueles que defendem uma ação contra a atual situação das histórias em quadrinhos e diz estar ciente da campanha do periódico carioca, parabenizando-a.

A campanha, como pode ser vista, não era integralmente contra tais publicações, mas contra a forma como grande parte delas se apresentavam (ao menos é essa a ideia que o *Diário de Notícias* tenta passar, ainda que fiquem visíveis os ataques pessoais trocados entre este e Roberto Marinho). À parte as temáticas violentas e precocemente estimulantes sexuais, permanecia ainda o problema nacional. Esse, porém, era um problema de muitas faces e, em sua face mercadológica, o que imperava era a máxima “poucos gastos aliados a grandes lucros”. Artistas nacionais eram as outras vítimas da literatura infantil em gibis. Como um empreendimento que ganhara força no Brasil entre meados e fins dos anos 1930, praticamente aniquilara a participação do ilustrador brasileiro. Grande parte do sucesso desse empreendimento se encontrava em sua organização dos *syndicates* nos Estados Unidos.

Nos Estados Unidos, o surgimento das *comics* coincide com a explosão da imprensa norte-americana (BIBE-LUYTEN, 1987, p. 21). Das tiras às historietas seriadas, onde a divisão se dava em algo similar a capítulos por edição, sempre tentando produzir um clima suficientemente de tensão e curiosidade para prender a atenção do leitor já no próximo número (Idem, p. 22), o maior fator de crescimento das *comics* estava nos *syndicates*, organizações de distribuição das histórias em quadrinhos, cujo primeiro exemplo surge ainda em 1912 – o *International News Service*, posteriormente tornando-se o *King Features Syndicate* –, e não “sindicatos” como pode ser erroneamente traduzido (Ibidem) que:

[...] funcionam com desenhistas contratados para produzir séries de histórias, previamente aprovadas que devem ser enviadas com grande antecedência para correções e padronizações.

Reproduzidas em papel de boa qualidade são enviadas para jornais e editoras que tem contrato assinado com os *syndicate*, geralmente, por doze meses. Cuidam também dos direitos autorais e do “merchandising, isto é, a comercialização dos personagens em camisetas, brinquedos e todas essas coisas.

O sistema de distribuição possibilita a grandes e pequenos jornais e revistas do mundo inteiro a publicação dos autores e personagens mais famosos por um preço absurdo de barato. O lucro do *syndicate* está na grande quantidade de tiras que são vendidas de uma só vez sem que se tenha que redesenhá-las. (BIBE-LUYTEN, 1987: 23).

Principal obstáculo na guerra entre o material estrangeiro e as ilustrações brasileiras, os *syndicates* são apontados pelos artistas nacionais como os grandes vilões da história. Impossível competir com os mesmos.

O *Diário de Notícias* dá continuidade à questão e à colocação das empresas sobre a especialização dos desenhistas brasileiros, a qual o jornal vê como injustas, coletando

depoimento de alguns ilustradores e artistas plásticos brasileiros<sup>134</sup>. Carlos Thiré, Eduardo de Moura Barbosa, Júlio de Oliveira (professor da Associação Brasileira de Desenho). Fernando Dias da Silva, Darcy (chargista do *Diário de Notícias*) são os nomes dos entrevistados.

Para Thiré, o assunto se divide em dois problemas: um teórico e outro prático/econômico. O primeiro diz respeito ao que chama de “deformação da realidade”. O teor fantasioso, para ele, coloca lado a lado tanto histórias em quadrinhos quanto contos de fadas. Nesse sentido, sob seu ponto de vista, ambas são “maléficas”, podem ser prejudiciais.

O aspecto “prático” está na escolha dos editores pela facilidade e preços mais vantajosos das histórias norte-americanas. Para o cartunista, a vida como desenhista de histórias em quadrinhos no Brasil “não compensa devido à concorrência desvantajosa para os nossos profissionais que lhes fazem os sindicatos estrangeiros: a história em quadrinhos norte-americana chega ao Brasil pronta para ser lançada, o texto já traduzido, por um preço muito barato.

Em seu depoimento, Eduardo Moura conta que teve seus trabalhos sistematicamente recusados pelos editores brasileiros até que um editor de Buenos Aires adquiriu os direitos de publicação de “Buri”, uma história ilustrada de um índio brasileiro que defendia a selva contra a exploração de aventureiros brancos. Para este, poucas histórias em quadrinhos não possuem conteúdo pernicioso, sejam elas estrangeiras ou brasileiras.

Júlio de Oliveira afirma que esse tipo de publicação deve aliar dois aspectos: o educacional e a adequação à mentalidade dos jovens, ligando este último ao “conteúdo diversional”, trabalho que, ajudado pela impossibilidade de sustento proveniente apenas desse ramo, não consegue executar e o fizeram desistir da carreira.

Fernando Dias é outro caso de trabalho que foi aceito para publicação em terras estrangeiras. Enquanto Darcy também aponta a falta de compensação econômica como fator preponderante. O periódico encerra a matéria explicando o “fenômeno da pobreza de temas nacionais nas páginas ilustres oferecidas às crianças” como um problema econômico, contrapondo os “sindicatos yankees”, com histórias prontas para o lançamento, a um preço muito mais baixo, ao trabalho sem garantia de retornos financeiros para a subsistência do cartunista nacional.

Em matéria do dia 22 de julho de 1948<sup>135</sup>, o periódico de Dantas publica um último depoimento, do desenhista Santa Rosa, acreditando, assim, concluir esse ciclo que seria o de dar a palavra aos ilustradores nacionais, aproveitando os encontros promovidos pela A.B.E.

---

<sup>134</sup> Não nos faltam criadores de literatura ilustrada para a infância. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 21/07/1948, segunda seção, p. 1.

<sup>135</sup> Defender o artista é defender a cultura nacional. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 22/07/1948, segunda seção, p. 6.

(Associação Brasileira de Educação). Para Santa Rosa essa é uma questão debatida anteriormente e que agora ressurgiu. Sua posição, assim como em 1942, quando, como o mesmo comenta, o assunto tivera a oportunidade de vir à tona na revista *Vamos Ler*, é a de que se deve optar pela defesa do artista nacional. Essa defesa, contudo, deve ser motivada pela simples defesa do “profissional brasileiro”. Há aqui um sentido mais amplo de defesa da “cultura nacional”. Dessa forma, o desenhista sugere uma saída legislativa para o caso. Assim como havia a conhecida “lei dos dois terços” a qual estipulava um contingente de cerca de 60% de empregados brasileiros, tendo-se aplicação de lei semelhante no caso das histórias em quadrinhos, seria garantido um mínimo, ainda que sob escolha dos editores, de material nacional para as crianças brasileiras.

A formação do espaço de ação e de direito da literatura infantil passou por vários conflitos durante os anos 1930 e 1940. Espaço de ação por definir suas funções e o alcance das mesmas e de direito pela tentativa de, no intuito de conter imprevistos, um qualquer que seja que ultrapasse as definições almejadas, geralmente visto como nocivo à juventude, à nação e ao seu futuro, “delimitar legalmente” esse espaço ou, ao menos, criar dispositivos legais que permitam que ações incidam sobre aqueles que ultrapassem os limites impostos. Da quase ausência de textos nacionais para a infância, à “ameaça vermelha”, o perigo também se manifestou de formas um tanto inusitadas. O problema estava mais próximo do que se imaginava: revistas no formato *gibi* advindas da América do Norte repletas de cenas violentas ou conteúdo sugestão sexual a uma audiência considerada prematura para esse tipo de conteúdo aos poucos tomaram conta das produções de editoras pelo Brasil e pelo mundo.

De um lado, acusados de busca de lucro fácil em detrimento da juventude e do futuro do país, parte da imprensa, editoras e empresas donas ou ligadas a tais publicações, de outro, a outra parte da imprensa, e boa parte da população – educadores, médicos, psicólogos e psicanalistas, grupos ligados à igreja católica. Travou-se então, tendo a literatura infantil como palco da batalha em uma luta para salvar a infância e a nação. Um dos momentos de maior tensão desse embate se dá em meados de 1948 quando, em encontro nacional produzido pela A.B.E., o tema veio à tona. Verdade é que o assunto não é novo, vinha sendo debatido desde a década passada com a CNLI.

O encerramento dos trabalhos da Comissão Nacional de Literatura Infantil não significou o fim das ações governamentais em torno dessa literatura no Estado Novo. Como parte integrante do INEP (Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos) a Comissão de Literatura Infantil, havia dado os primeiros passos na pesquisa sobre as possíveis influências

dos *gibis* no universo infantil. Ficaram encarregados dessa tarefa os escritores José Lins do Rego e Jorge de Lima<sup>136</sup>. Apontando para o caráter violento, essa primeira tentativa terminou, no entanto, de forma inconclusa. À parte os trabalhos realizados em tempos de CNLI, pelo menos mais três estudos foram realizados cujos interesses circulavam, principalmente, entre a parcela de “obras infantis” manifestas em quadrinhos.

Uma parte do inquérito produzido pelo INEP foi dirigida ao Juizado de Menores do Distrito Federal<sup>137</sup>. Essa parte do estudo teve por intuito verificar as relações (ou possíveis relações) entre a literatura infantil periódica e os delitos de menores. Dessa forma, foram analisados 150 processos de 1938 e 153 processos de 1939, tendo-se para isso recorrido ao Dr. Saul Gusmão, juiz de menores.

Foram solicitadas a Jaime Praça, delegado de menores, as seguintes informações: 1) O número de menores enviados a essa instituição em 1939; 2) Dentre esses, quantos praticaram delitos visivelmente sugestionados pela leitura de jornais, revistas e suplementos infanto-juvenis; 3) Quantos empreenderam “aventuras, proezas” também visivelmente sugestionados por essas leituras; 4) Quantas queixas por turbulência ou má conduta de menores foram recebidas; 5) Dentre todos os motivos que concorreram para a prática de atos delituosos por menores, quais seriam os mais frequentes e importantes.

A análise dos dados solicitados foi concretizada em 1940<sup>138</sup>. Dos 303 processos examinados, 57 eram de menores que foram “vítimas de crimes praticados por maiores” (espancamentos, extorsões, violência sexual, dentre outros), 92 sobre menores pegues em “flagrante contravenção das disposições que proíbem os jogos de azar” (jogo do bicho), a outra parte 154 menores, sobre furtos de objetos de pequenos valores, delitos sexuais, agressões, atropelamentos etc. A partir dos dados coletados, entretanto, constatou-se que não se poderia relacionar satisfatoriamente os delitos e a influência que a literatura infantil periódica poderia exercer sobre os mesmos. A influência não foi descartada, poderia existir, mas não poderia ser confirmada a partir dos dados criminais e, se existia, era (praticamente) imperceptível.

---

<sup>136</sup> Sobre a pesquisa feita por José Lins do Rego e Jorge de Lima, ver tópico 1.3 deste trabalho. LIMA, Jorge de. **Considerações a margem do assumpto**: revista infantil. 14 de maio de 1936. Arquivo Gustavo Capanema: rolo 42, fot. 823; LIMA, Jorge de. **Notas á margem do assumpto**: Revistas para creanças. 21 de maio de 1936. Arquivo Gustavo Capanema – rolo 42 – fot. 826/2-827; e REGO, José Lins do. **Suplementos Infantis**. s/d. Arquivo Gustavo Capanema – rolo 42, fot. 821

<sup>137</sup> **Dados colhidos no Juízo de Menores do Distrito Federal**. Arquivo Gustavo Capanema – rolo 42, fot. 991, 1939.

<sup>138</sup> **Análise dos dados colhidos no Juízo de Menores**. Arquivo Gustavo Capanema – rolo 42, fot. 1013-1014, 1940.

A parte principal da pesquisa se concentrou em outro inquérito, dividido em duas partes. Publicado originalmente na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos em três volumes, o estudo do INEP sobre os jornais, revistas e suplementos infantis se deu entre os anos de 1939 e 1944<sup>139</sup>. Não veio à época ao conhecimento público por motivos que, segundo o *Diário de Notícias*, não precisam ser lembrados e, dado o tempo decorrido desde sua produção, mereça talvez alguma atualização quanto aos resultados a que chegou. Ainda assim, configura-se em elemento primordial na campanha encetada pelo periódico.

O inquérito girava em torno de seis objetivos principais e se subdividia em duas etapas diferentes:

- a) conhecer as publicações periódicas, para crianças e adolescentes, editadas no Rio de Janeiro, seu alcance ou influência geral;
- b) analisar a apresentação material dessas publicações, examinando especialmente os aspectos referentes à higiene da visão;
- c) analisar o conteúdo das publicações quanto aos assuntos, para concluir da influência educativa que pudessem estar exercendo;
- d) estudar a linguagem de que habitualmente se servem;
- e) analisar a forma de apresentação e o conteúdo das ilustrações;
- f) verificar, junto às próprias crianças e adolescentes, seus professores e pessoas de sua família, quais as influências mais sensíveis, boas ou más, da prática habitual da leitura de tais periódicos.<sup>140</sup>

Como explica o inquérito, a disposição da investigação requer duas frentes de ação distintas, não obstante conexas. A primeira parte fica ligada primordialmente ao estudo das revistas enquanto seu aspecto material, imagético, textual. A segunda parte consistindo em “pesquisa de campo” onde, através de questionários enviados a alunos, professores e pais ou familiares de alunos, tentar-se-ia descobrir o nível de impacto desse tipo de publicação na educação das crianças e jovens.

Os critérios adotados para a primeira parte da investigação foram a escolha de “96 exemplares completos, de 9 diferentes publicações periódicas, destinadas, por indicação expressa de seus títulos ou subtítulos, à leitura de crianças e adolescentes” (*Idem*). Foram selecionados cerca de 7 e 12 exemplares de cada publicação, variando entre exemplares contínuos e alguns tomados ao acaso. Os nomes de cada revista foram substituídos por letras – A, B, C, D, E, F, G, H, I – sendo em toda matéria do relatório cada letra correspondente sempre à mesma publicação. A cada empresa responsável seria enviada uma cópia do inquérito com a letra correspondente à sua publicação.

<sup>139</sup> A data não é precisa na documentação, porém, em uma entrevista dada ao jornal **O Globo** em 1939, Lourenço Filho fala sobre o andamento e as intenções desse inquérito.

<sup>140</sup> Um inquérito oficial provando a malignidade de certas publicações infanto-juvenis. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 14 nov. 1949, segunda seção, p. 1

Não obstante a escolha do anonimato das empresas e publicações estudadas, no intuito de dar maior rigor, credibilidade à pesquisa e para que esta servisse mais como colaboração ao aperfeiçoamento das revistas, jornais e suplementos infantis, parte da documentação do INEP relativa às pesquisas sobre literatura infantil apontam, respectivamente, para os seguintes nomes: 1) O Tico-Tico; 2) Ra-ta-plam; 3) Suplemento Juvenil; 4) Lobinho; 5) Mirim; 6) Suplemento Infantil de *O Jornal*; 7) O Globinho, seção infantil de *O Globo*; 8) Gibi; 9) O Globo Juvenil<sup>141</sup>.

Para a segunda parte da investigação, 2.070 questionários foram distribuídos entre 17 escolas públicas e particulares. Responderam à pesquisa alunos, familiares responsáveis pelo menor – geralmente o relatório era destinado às mães – e professores. Desses, 1401 foram devolvidos devidamente preenchidos e constaram na avaliação feita pelo instituto segundo o mesmo.

Os resultados foram, no mínimo, preocupantes. Em sua maioria, as críticas recaíram sobre a ausência de temáticas nacionais, o exagero de temas policiais e a, em geral, baixa qualidade da apresentação material das edições. Pareciam, ainda assim inconclusivas sobre a influência das histórias em quadrinhos na vida infantil.

Não obstante os resultados a que se chegou deixarem à mostra um problema em potencial, esse trabalho não veio ao conhecimento público, sendo amplamente divulgado, até 1948. Como parte do esforço do periódico carioca *Diário de Notícias* contra essas publicações, o efeito do relatório era somente o de dar a conhecer aos leitores os resultados da pesquisa empreendida pelo Instituto. Respaldados pela liberdade de imprensa na continuação da publicação, os editores das famigeradas revistas enfrentavam fortes ataques de parte da imprensa e setores sociais. O poder de ação desses setores, no entanto, era insuficiente. Essa tensão trouxe à tona possibilidades que, para muitos, talvez, deversem ficar presas ao passado recente nacional: o fantasma da censura voltara a assombrar os meios de comunicação, só que, desta vez, dentro de um Estado não autoritário ou ditatorial, uma censura legalizada das obras de literatura infantil.

O principal empecilho a uma ação efetiva contra editores e as *comics* importadas dos Estados Unidos se encontrava no artigo 141 da constituição federal de 1946 o qual versava em seu quinto parágrafo:

---

<sup>141</sup> M.E.S – Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – Investigação I, sobre literatura infantil. Arquivo Gustavo Capanema – rolo 42, fot. 912-987.



É livre a manifestação do pensamento, sem que dependa de censura, salvo quanto a espetáculos e diversões públicas, respondendo cada um, nos casos e na forma que a lei preceituar pelos abusos que cometer. Não é permitido o anonimato. É assegurado o direito de resposta. A publicação de livros e periódicos não dependerá de licença do Poder Público. Não será, porém, tolerada propaganda de guerra, de processos violentos para subverter a ordem política e social, ou de preconceitos de raça ou de classe.

Conta o periódico carioca que, voltando ao ano de 1946, em ocasião de um congresso educacional no estado de Minas Gerais, o problema da literatura infantil nociva, especialmente no formato de histórias em quadrinhos e a questão constitucional já estavam sendo debatidos e se alastraram até o fim da década. Aconteceu, então, grande Manifestação de intelectuais como Gilberto Freyre, então membro da Câmara Federal dos Deputados desde 1946 Não foi, e José Lins do Rego, dentre outros, contra as mudanças na constituição<sup>142</sup>. Entretanto as modificações parecem terem sido sustadas por entender-se que, da forma como se apresentava já havia relativa forma de combate às más publicações periódicas infanto-juvenis.

Em meados de agosto de 1948, após a última sessão do Conselho Diretor da Associação Brasileira de Educação, foram enviados ao *Diário de Notícias* os pareceres aos quais chegaram após amplos debates promovidos desde o início de julho daquele mesmo ano<sup>143</sup>. A literatura infantil, explica a ABE, como um dos agentes que visam a infância e a adolescência, como a escola, é matéria de constante preocupação por parte da instituição. Na forma de livros, revistas e jornais especializados, a instituição identifica três aspectos fundamentais nesse gênero literário: “os conhecimentos que veicula, os hábitos e costumes que influi e a recreação” (p. 1) – aqui vista como aspecto instrutivo educativo e social – e adota os pontos abaixo como o que é aconselhável ou não na literatura infantil, especialmente na forma de revistas, jornais e suplementos infantis:

#### **PARECER DA A.B.E.**

##### **O QUE É CENSURÁVEL NAS PUBLICAÇÕES INFANTIS:**

- a. a linguagem não pode conter erros ou vícios, que prejudiquem a correção, a clareza, e o sentimento estético, preconizados pela escola;
- b. as ilustrações não podem descer a um nível que comprometa os objetivos da educação artística;
- c. as histórias não versarão nunca temas imorais, impatrióticos, sectários, dissolventes, desanimadores, capazes de criar ou estimular a descrença, a indolência, a luxúria, a devassidão, o preconceito de raças, o crime, a irresponsabilidade, a passividade;
- d. essas histórias devem ter sempre um fundo moral, nunca podendo ser apontadas como fonte de sugestão a qualquer prática nociva;

<sup>142</sup> FREYRE, Gilberto. A censura prévia às publicações infanto-juvenis. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 17 out. 1948, p. 2.

<sup>143</sup> Confirma a a.b.e. Sua condenação à má literatura infantil. **Diário de Notícias**. – Rio de Janeiro, 18 ago. 1948, segunda seção, p. 1-2.

- e. as histórias não devem ser exclusivamente constituídas de “quadrinhos” desenhados, mas também de textos com ilustrações, a fim de que o público infantil e juvenil se beneficie desses dois primorosos recursos – a palavra e o desenho;
- f. as publicações não se devem reduzir a historietas, mas incluir seções de informação cultural em todos os domínios, desde a ciência até a história, geografia, vida literária e política, economia, viagens, etc.
- g. Nunca é demais que jornais e revistas procurem associar seus leitores à vida da publicação, por meio de concursos culturais, na base de perguntas e respostas, maratonas e outras competições.

#### O QUE É ACONSELHÁVEL NAS PUBLICAÇÕES INFANTIS:

- a. O conhecimento da terra e da gente do Brasil, aproveitando suas lendas, suas riquezas e sua história;
- b. o conhecimento do exterior, especialmente dos povos amigos, a fim de consolidar o espírito de fraternidade que une o nosso país à comunidade americana e, de um modo geral, ao mundo;
- c. o espírito de iniciativa e a prática da cooperação, quem constituem dois postulados fundamentais da filosofia educacional democrática, pela valorização do indivíduo e pelo desenvolvimento do hábito do livre concurso e associação de esforços;
- d. a observância dos preceitos morais, que representam a base indestrutível de nossa civilização, de essência cristã, transmigrada do ocidente europeu e aclimatada na América;
- e. o desenvolvimento da imaginação das crianças e adolescentes, tão propício por força da idade, de tão fecundos efeitos, quer sob o ponto de vista individual, quer sob o ponto de vista social, pelas descobertas e invenções que pode gerar.

Esses pareceres, contudo, tomam a forma de apelo por parte da instituição, que faz questão de salientar o afastamento de qualquer ideia de censura. Pede para que órgãos ligados à produção literária para a criança e à sua educação – tais como o Ministério da Educação, o Instituto Nacional do Livro, o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, a Associação Brasileira de Escritores, Universidades, Academia Brasileira de Letras etc. –, profissionais dessa área – professores, escritores, artistas plásticos – e, principalmente, as editoras atentem para o problema e para as soluções apontadas pela Associação que, segundo a mesma, promoveu acirrado debate com intuito de esclarecimento social acerca da questão. Tal apelo tem ainda o intuito de, sem esquecer o estágio de desenvolvimento da literatura destinada à infância naquele momento – bem diferente de pouco anos atrás, como salienta a própria ABE –, promover, na medida do possível, o crescimento dessa produção, atentando sempre aos preceitos adotados nos pareceres.

A ABE sugere às editoras a criação de órgão consultivo formado por profissionais da educação “alheio à economia das empresas”, o qual estaria encarregado de fiscalizar as revistas em quadrinhos, efetuar melhor adequação das histórias segundo a idade dos leitores e concorrer para o crescimento de obras destinadas à infância. Por fim, agradece a todos os envolvidos nos debates e promete criar concurso de literatura infantil seguindo as recomendações expostas em seu parecer.

Ainda que pressionado por todos os lados, ainda mais com o parecer da ABE, Roberto Marinho consegue uma mudança no rumo dos acontecimentos e a ABE passa a dar certo apoio à editora gaúcha:

A brusca mudança de posição da ABE aconteceu por causa de uma articulação de bastidores do diretor de O Globo que resultou na conquista de um importante aliado, o vice-presidente da associação, professor Celso Kelly. Para espanto de alguns críticos presentes à reunião, depois de ler a carta do empresário, Kelly rasgou elogios às revistinhas de Roberto Marinho. [...]O principal avalista dos gibis de Marinho, no entanto, seria o professor e escritor Mello e Souza, membro da diretoria da ABE. Ao comentar a carta do editor durante a reunião, citou exemplos de que, ao contrário do que dizia o Diário de Notícias, muitas das revistas acusadas de serem prejudiciais às crianças traziam histórias educativas e promoviam constantemente “iniciativas de caráter cultural”. O escritor disse também que considerava absurda a forma preconceituosa como uma instituição respeitada como a ABE vinha questionando as histórias em quadrinhos. E foi mais longe, com uma ameaça: caso a associação continuasse a campanha contra os gibis, sairia de sua direção. (JÚNIOR, 2004: 147)

Um último ponto que merece destaque nesse episódio das revistas em quadrinhos é, talvez, o posicionamento de Roberto Marinho. Como forma de defesa contra os ataques recebidos escreve carta à ABE onde se concentra em negar as acusações relativas à influência nociva dessas produções, acusar supostas intenções políticas por trás dessa campanha e justificar a ausência de temas “da história e do folclore nacional” por dois motivos: a impossibilidade de mudança extrema no conteúdo, tendo em vista que os clichês já vêm prontos dos Estados Unidos, sendo possível a alteração, apenas, de parte do diálogo, a não especialização dos desenhistas brasileiros nesse tipo de histórias, embora espera que possa se fazer um bom trabalho futuramente e, principalmente, a divisão que faz entre revistas em quadrinhos e literatura infantil:

A carta de Marinho mais parecia uma nova tese sobre os gibis. Para o editor, discutir os quadrinhos exigia, em primeiro lugar, separar os conceitos de livro infantil e revistas em quadrinhos. Nas revistinhas, por se tratar de publicações destinadas à juventude, não se aplicavam os mesmos padrões editoriais e morais dos livros para crianças. (JÚNIOR, 2004: 139)

A “guerra dos gibis”<sup>144</sup> não teria seu fim com a disputa entre Dantas e Marinho e era, na verdade, muito maior do que uma disputa entre empresários. Confrontos posteriores com Carlos Lacerda e Samuel Weiner ainda seriam presenciados durante os anos 1950 e 1960. A criação do código de ética norte-americano em 1954 e os diversos códigos e leis propostos no Brasil entre as décadas de 1940 e 1960 e o selo adotado por editoras como a Ebal, RGE, O Cruzeiro, Abril em princípios dos anos 1960 – que combinava os “Mandamentos das histórias em quadrinhos”, da Ebal e o ‘Comic Code Authority’, criado pelas editoras americanas de *comics*, ambos de 1954” (JÚNIOR, 2004: 347), por mais que pudessem servir mais como maquiagem do que como um código verdadeiramente utilizado, aos poucos diminuíram a

<sup>144</sup> Termo usado em alusão ao livro de mesmo nome, do jornalista Gonçalo Júnior (2004).

pressão sobre os quadrinhos, na medida em que os mesmos alcançavam seu status próprio em meio à sociedade brasileira.

O que aqui nos interessa principalmente são os quadrinhos na medida em que eles se confundem com a literatura infantil. Dessa forma podemos perceber de forma mais clara toda a tensão e suspeição que se configura em sua publicação desde meados dos anos 1930, ou mesmo antes, com a ABE, pelo menos desde 1928 (JÚNIOR, 2004: 132). Como leitura destinada ao público infanto-juvenil brasileiro, os *gibis* são também absorvidos dentro das discussões sobre produção nacional, relação entre possibilidades lúdicas e pedagógicas, relação entre texto e imagem e impacto da literatura infantil na formação da criança e do jovem. Tornam-se ainda mais evidentes nas questões da utilização da imagem em detrimento do texto e na existência de *comics* com conteúdo considerado impróprio a forma como é visto o desenvolvimento da criança: a proteção da mesma contra agentes externos que possam interferir no bom desenvolvimento de suas faculdades intelectuais e morais, a criação de hábitos sadios (como os de leitura – que poderiam ser prejudicados pelo uso excessivo das imagens, mais impedindo o hábito da leitura do que o alimentando).

Os aludidos relatórios do INEP, produzidos em sequência, ao lado da produção da Comissão Nacional de Literatura Infantil – que também considerou as histórias em quadrinhos como parte constituinte de suas preocupações – mostram um estudo minucioso de nove publicações principalmente em seus aspectos, na escolha de seus conteúdos e seu impacto nos leitores. Em produções onde a imagem ganha tanta importância (dos livros infantis aos gibis) fica evidente a preocupação com aspectos que vão além do textual. Essa preocupação me é cara na medida em que entendo que a disposição material dos livros e das revistas infantis revela, a partir das escolhas editoriais, a forma de se entender o seu público alvo. Essa forma não era diferente nas duas manifestações – quadrinhos e livros propriamente ditos. A ciência, a partir da visão da psicologia, mais uma vez surge como divisora entre criança e adulto e da infância em estágios de desenvolvimento. Dependendo do estágio, a preponderância ou mesmo existência de imagens – além de elementos “fantásticos” na composição textual – era questionada.

A questão da censura foi também merecedora de atenção. Se não pelo mal-estar causado por essa discussão pouco tempo depois do fim do Estado Novo (onde pessoas de renome como Gilberto Freyre – que sofreram, diretamente e indiretamente, com os obstáculos da censura, a partir de aparelhos estatais como o Departamento de Imprensa e Propaganda – participaram diretamente do debate), pela lembrança de que a censura está, em certa medida, presente mesmo em governos democráticos. Esse ponto ajuda a problematização do controle, por exemplo, do que é produzido para a infância e nos permite ver como esse processo de

consolidação das funções e alcance da literatura infantil de uma forma geral iniciam antes mesmo do Estado Novo e continuam após o seu fim, embora acredite que a criação da CNLI seja um dos pontos cruciais desse processo por conter dentro de si – e de forma institucional – todas essas questões.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensei em reservar estas últimas páginas para um momento mais livre onde possa retomar brevemente as questões apontadas durante o trabalho e indicar outros possíveis direcionamentos que esta pesquisa poderia tomar. Cerca de duas décadas atrás, acompanhava sem muito interesse notícias que relacionavam episódios de violência e crimes com o cinema e com a popularização dos chamados jogos de videogame. A discussão sobre a influência desses dois fatores era imensa, mas este que vos fala, então uma criança, não atentava para a dimensão do problema e tinha como única perspectiva, na verdade, jogar e assistir a boa parte desses jogos e filmes.

Há pouco tempo também, neste ano de 2014, comecei a acompanhar a notícia de que fora aprovada uma medida através da qual se considerava, ou se poderia considerar, abusiva toda e qualquer propaganda destinada à infância pela suscetibilidade inerente a este público. A medida, levando-se em consideração a utilização exagerada e questionável que se faz da imagem da criança pela publicidade, parece ter surgido em momento oportuno. Seus resultados, a longo prazo, são, entretanto, desconhecidos. Logo as opiniões contrárias e a favor começaram a surgir na grande rede. Uns comemorando a implementação dessa lei, outros, mais pessimistas, pensando nos resultados práticos que o caso poderia ter em indústrias que, de certa forma, se alimentam da publicidade infantil, como o das histórias em quadrinhos. Pela visão destes últimos, Turma da Mônica e similares estariam destinados ao ostracismo e à morte. Mais do que apenas a publicidade, outros meios como o das revistas em quadrinhos e as animações seriam indiretamente afetadas.

Debates similares não deixaram de existir. O que nos interessa, talvez, sob o ponto de vista desta pesquisa é como é tratado o material destinado à infância. Obviamente, há mudanças. Embora mídias como o cinema já fossem vistas com suspeição, há diferenças na discussão pautada na preservação do desenvolvimento da criança, na formação da identidade nacional e no futuro do país, onde a literatura infantil ganhava grande destaque, e no debate que se coloca nos dias atuais. Lembro-me ser um dos principais incentivos aos primeiros estudos de leitura que tive poder finalmente decifrar o texto que acompanhava aquelas revistas em quadrinhos, nacionais e internacionais (traduzidas) que tanto me encantavam. A discussão em torno dos gibis, entretanto, não se dava nos mesmos termos de “subliteratura”, de atenção aos seus malefícios, ou de perseguição da mesma. Se existia algum debate nesse sentido, como consumidor, ao menos, não o conhecia.

Esses eventos porém dizem respeito a algo mais profundo do que a simples defesa da

infância e da juventude. É a visão da necessidade da defesa, da proteção contra determinados agentes. É a identificação da criança em relação ao mundo adulto, naquilo que lhe “falta”, como um ser em desenvolvimento, muito embora, parece-me, visto como muito mais autônomo e com capacidade de lidar com problemas e traumas do que aparentava no discurso de inícios do século XX.

A literatura infantil naquele período começou a se configurar como um importante local de contato de determinados projetos e intenções destinados à infância e à juventude. Mais do que isso, esse aumento de importância acompanha seu processo de desenvolvimento e aquisição de um espaço próprio dentro do campo literário nacional. Esse processo é demorado. Do surgimento de uma figura como a de Monteiro Lobato, à sua nomeação indireta como uma espécie de fundador da literatura infantil nacional, ao crescimento, estabilidade desse mercado e definição de suas bases semelhantes às que se mostram hoje um longo caminho foi percorrido. Nosso recorte, entretanto, pretende dar conta apenas de parte desse processo, que se encontra na maior estabilidade do mercado do livro infantil, na definição dos objetivos, conceito, e funções dessa literatura enquanto algo que vai além do livro destinado tão somente à educação e à instrução, e que tem como um de seus momentos cruciais o período que vai de meados dos anos 1930 ao final dos anos 1940.

Assim, vimos como há um processo de separação entre literatura didática e literatura infantil, com esta última ganhando estatuto de arte, de literatura propriamente dita. Vimos também como, primeiramente, entende-la como arte não exclui a possibilidade de que ela possa concorrer para a educação da criança e, em segundo lugar, como esse processo de definição pelo qual a literatura infantil passou estava em muito ligado a questões como “nação” e “modernidade”, tendo como base a ciência – em várias perspectivas: medicina, psicologia etc. – e, a partir dela, uma criança leitora imaginada, esperada como um ser em processo de desenvolvimento cognitivo e necessitando de cuidados e proteção contra agentes externos – violência, excitação sexual prematura, cenas tristes, direcionamentos políticos indesejados, fantasia (para alguns), ausência de fantasia (para outros), direcionamentos políticos indesejados, elementos estranhos à nacionalidade, dentre outros – que pudessem “corromper” esse processo de formação do futuro do país.

Dizer isso não implica na inexistência de outras experiências que ultrapassem esse âmbito educacional nas obras para a infância. Como já comentado, o fator recreativo passa a ser um elemento indispensável nessa literatura. Além disso, a criança é também considerada como dotada de, ao menos, relativa capacidade de escolha. Os elementos “recreativos” são, em parte, estratégias, uma tentativa de dar, ao lado do que se quer transmitir ou dialogar (e existe um abismo entre esses dois sentidos: transmitir e dialogar) com a infância, algo que seja

do “real interesse desse público.

Obras como *Cazuza*, *Aventuras de Tibicuera*, *A Festa das Letras* e *Aventuras no Mundo da Higiene* embora contendo elementos que as diferenciavam de uma literatura infantil mais “tradicional”, ligada à educação e instrução, pela forma com que trabalhavam com elementos fantásticos, como o índio Tibicuera que vive mais de quatrocentos anos e acompanha a história do Brasil; elementos estéticos e artísticos, como a junção de imagem e poesia na obra de Cecília Meireles; elementos familiares do cotidiano infantil, como fazer alusões ao cinema ou trazer os personagens de Walt Disney para o livro infantil, ou a forma como Viriato Corrêa em *Cazuza* utiliza a primeira pessoa, o relato e a vida escolar para gerar empatia com o público infantil, não se furtavam a trazer elementos como a discussão da formação da identidade nacional, preceitos de higiene (física, mental e “espiritual”), ou lições morais e cívicas.

A forma crítica com a qual autores como Graciliano Ramos desenvolveram obras para o público infantil é também merecedora de destaque. *Pequena História da República* é um ótimo exemplo de texto que se afasta dos moldes pedagógicos tradicionais e mesmo do direcionamento tradicional do discurso nacionalista, criticando a forma como História a República é ensinada, conhecida e criticando mesmo a própria História, sob uma perspectiva mais tradicional. Além disso, a escolha da criança aparece para escritores como Cecília Meireles, mesmo como um dado definidor do que é literatura infantil de fato e não apenas livros feitos para crianças<sup>145</sup>.

Viu-se também que, mais do que apenas o texto, é importante pensar o objeto livro infantil como um todo, levando em consideração seus aspectos físicos, sua estrutura, a relação entre texto e imagem. A forma como esses elementos foram, são reunidos em determinado momento não foi, não é inocente e traz indícios do que se pretende transmitir ao leitor e de como este é imaginado. Outra vez, a visão da criança sob a perspectiva do desenvolvimento cognitivo se apresenta e mostra a construção e complexidade do texto, bem como sua quantidade, sua relação com as imagens, tendo ligação direta com faixas etárias, idades aproximadas das crianças às quais se recomendam variações dessa literatura. Aspecto importante nesse contexto é o das histórias em quadrinhos crescendo e ganhando sua própria delimitação ao lado da literatura infantil, com a qual se confundia, num momento em que ambas estavam sob suspeição pelos agentes perniciosos que poderiam conter.

Mas... Então... onde está a criança?

Tal pergunta, devo admitir, “assombrou” toda a pesquisa aqui empreendida. Não foram poucas as vezes em que, em meio a milhares de matérias de jornal, documentos

---

<sup>145</sup> Ver MEIRELES, 1979.



governamentais e, é claro, literatura, descobri-me com ímpetos de mudar tudo e procurar primordialmente a voz do leitor, ainda que na fala do escritor, do editor, do pedagogo, do psicólogo, do médico, do jornalista. Talvez a maior suspeição estivesse na validade, não “escolher” um lado ou outro da história – até mesmo por acreditar serem as coisas, a vida, o social, mais imbrincados e cheios de trocas, “circularidades” e contradições do que pode suportar uma visão dicotômica qualquer. A ciência e o social já haviam decretado a separação dos dois mundos, adulto e infantil, seria eu outro a fazer o mesmo? Sinceramente, espero que não... Pois não se tratava, então, de escolher entre falar especificamente de um grupo, do grupo de escritores, aqui, um tanto quanto genericamente tratados como “intelectuais”, que escreviam literatura para a infância, ao passo que as ensinavam e discutiam o futuro das mesmas – crianças e literatura (infantil), em jornais, revistas – e falar daqueles inseridos no outro lado dessa construção social. Procurou-se então, concentrar os esforços no livro, na literatura.

Existem, pelo menos, dois tipos de crianças na literatura infantil. Se levadas em consideração as possibilidades pedagógicas que a mesma contém, a criança, não a leitora, mas que aparecerá como parte integrante do texto literário, poderá surgir “caricata”, evidenciando mais o que se espera dos leitores do que o que realmente são. Há, todavia, aproximações diferentes do mundo infantil. Muito embora visto como alguém não apreciado pelas crianças por sua linguagem áspera – que tanto lhe gerou sucesso com o público maior, mas que é considerada indesejada para leitores mais jovens – Graciliano Ramos pode ser visto como um dos autores que, mais do que ditar às crianças, dialoga com as mesmas. Oferecendo um contraponto crítico e nada animador – não obstante com grandes doses de humor e sarcasmo – a episódios tão próximos historicamente como a proclamação da República e Libertação dos Escravos, Graciliano abre espaço à contestação, a diferentes interpretações, enriquecendo o diálogo. Em *A Terra dos Meninos Pelados*, Graciliano mescla elementos fantásticos, ao trabalhar com um mundo diferente, Tatipirun, e elementos do seu estilo ao trazer questionamentos densos como diferença, igualdade, perseguição pelo ser diferente (ainda mais em um período tão conturbado), dentre outros.

Algo que mereceria ainda mais atenção é a relação entre livros infantis e histórias em quadrinhos sob o aspecto mercadológico e editorial. Oriá Fernandes, dialogando com Marisa Lajolo, ao analisar os usos diversos dos livros destinados à infância, comenta que, “pela dedicatória de livros infantis encontrados em sebos, os pais e familiares costumavam presentear as crianças com livros em datas especiais (aniversário, primeira eucaristia, Natal etc.)” (LAJOLO, 1982 apud FERNANDES 2009: 50).

Na *Revista da Semana*, em matéria de 14 de setembro de 1946 com vários editores de

livros infantis, o entrevistado Maurício Rosenblatt explica que há diferenças de mercado entre livros infantis e “gibis”. Enquanto os primeiros, bastante ligado à ideia do presente em datas especiais, e geralmente precisando ter aparência estética, estrutura material de qualidade, são da alçada financeira paterna e materna, os segundos podem ser adquiridos, facilmente, pelo seu consumidor direto<sup>146</sup>.

Se bibliotecas, em sua maioria escolares, “sistema” de empréstimo de livros e poder aquisitivo dos pais – são os pais que compram os livros que seus filhos leem – são fatores de extrema importância que, de certa forma, delimitam o espaço de ação da literatura infantil ou dão forma a como a criança transita nesse espaço, sob um preço acessível e, especialmente para jovens, as histórias em quadrinhos talvez nos auxiliem a presenciar tais eventos sob uma ótica diferente: em larga medida, as próprias crianças e jovens compram as revistas que leem. Que dizer então da relação entre criminalidade infantil, literatura infantil, cinema etc.? Assim, essa pesquisa aponta para outras questões como a da ação das crianças, caminho não seguido principalmente por falta de tempo para abarcar tantas possibilidades possíveis.

Um próximo passo seria o de examinar a literatura infantil como algo que estava sendo discutido em nível global nos anos 1930 e 1940. A face dos gibis é apenas um dos aspectos dessa questão. Há contato entre a Comissão de Literatura Infantil e a Liga das Nações no ano de 1939. Esta recebe da CLI um relatório com a análise de cerca de mais de trezentas obras de literatura infantil publicadas no Brasil. Os relatórios dos anos seguintes do Escritório Internacional de Educação da Liga das Nações indicam que esta arquiva dados sobre essa produção ao redor do globo. Em que medida poder-se-ia pensar na relação entre essas discussões sobre a literatura infantil em locais variados do planeta? É mais uma questão que fica em aberto nesta pesquisa, intocada, pelo menos, por enquanto...

---

<sup>146</sup> NÓBREGA, Adhemar. Leitores de calças curtas. In: **Revista da semana**. ed. 37, p. 12, set. 1946.

**FONTES:****Literárias**

VERÍSSIMO, Érico. **As aventuras de Tibicuera que são também as do Brasil**. 17. ed. Porto Alegre: Globo, 1978.

CORRÊA, Viriato. **Cazuza**. São Paulo: 36ª Ed. Companhia Editora Nacional, 1990.

CORRÊA, Viriato. **Cazuza**. São Paulo: 35ª Ed. Companhia Editora Nacional, 1988.

RAMOS, Graciliano. **Alexandre e outros heróis**. São Paulo: Martins, 1962. 176 p.

MEIRELES, Cecília; CASTRO, Josué de. Desenhos João Fahrion. **A Festa das Letras**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

VERÍSSIMO, Érico. **Gente e Bichos**. Rio Grande do Sul: Editora Globo, ed. 5, 1997.

**Periódicas**

310 educadores condenam a má literatura infantil. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 19 dez. 1948, sétima seção, pp. 1, 6.

A história de uma campanha. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 01 jan. 1950, quinta seção, pp. 1-2.

A literatura infantil – uma iniciativa do Ministério da Educação para comemorar a morte do autor de Coração. **Diário da Noite**, Rio de Janeiro, p. 15, 09 mar. 1936.

A literatura infantil e a educação cristã. **O Nordeste**, Ceará, p. 1 e 4, 24 jan. 1938.

A literatura infantil e os jornaes. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 5, 4 jun. 1936.

A literatura infantil. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 14 jan. 1951, primeira seção, p. 4.

A luta de disney contra a má literatura infantil. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 05 mar. 1950, quarta seção, Suplemento de Puericultura, p. 1.

A opinião pública não se deixa iludir pelos mistificadores. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 09 nov. 1948, segunda seção, pp. 1-2.

A palavra dos mestres, através do inep sobre a má influência exercida pelas publicações infanto-juvenis. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 26 nov. 1948, segunda seção, pp. 1-2.

A profilaxia das bibliotecas bolchevizadas. **O Nordeste**, Ceará, p. 1, 21 out. 1937.

A reforma da constituição é inexecutável na questão das revistas infantis perniciosas. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 11 ago. 1948, segunda seção, pp. 1-2.

A tragédia das más histórias em quadrinhos. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 11 jun. 1950, sexta seção, Suplemento de Puericultura, p. 8.

Alunos da faculdade nacional de filosofia apoiam a campanha contra a má literatura infantil. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 04 nov. 1948, segunda seção, p. 1.

Ameaçada a juventude americana pela má literatura infantil. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 08 set. 1948, segunda seção, pp. 1-2.

Amplo debate sobre literatura imprópria para crianças. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 10 jul. 1948. Segunda seção, p. 1.

Anna Osorio – *Ambições* – Romance. **Correio da manhã**. Rio de Janeiro, 25 jun. 1903, Bibliographia, p. 3

Ansiedade do Guaporé pela sorte de quatro menores perdidos na selva. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 27 jan. 1950, segunda seção, p. 1.

Anúncio: Emulsão de Scott. **Correio do Ceará**, Ceará, p. 4, 21 abr. 1938.

Anúncio: Lactargyl. **Correio do Ceará**, Ceará, p. 6, 29 ago. 1937.

Anúncio: Tônico Bayer. **Correio do Ceará**, Ceará, p. 3, 03 jul. 1937.

Anúncio: Tônico Infantil. **Correio do Ceará**, Ceará, p. 1, 19 set. 1937.

Aplausos à campanha contra a falsa literatura infantil. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 03 ago. 1948, segunda seção, p. 1.

Aplausos da assembléia fluminense à campanha do diário de notícias. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 27 out. 1948, segunda seção, p. 1.

Apoio e colaboração pública à campanha contra a má literatura infantil. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 20 nov. 1948, segunda seção, p. 1.

Apologos. **Correio Paulistano**. São Paulo, 25 abr. 1904, Publicações, pp. 1-2.

Aponta a assembléia fluminense & desmascaradas as explorações de o globo. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 28 out. 1948, segunda seção, p. 1.

Apreendeu a matar nas histórias em quadrinhos. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 15 jan. 1950, quinta seção, pp. 1-2.

As forças armadas sofrem a influência das historietas. **Última Hora**, Rio de Janeiro, p. 4, 14 nov. 1953.

As historietas em quadrinhos exercem influência nociva. **Última Hora**, Rio de Janeiro, p. 1, 12 nov. 1953.

BACKHEUSER, Everardo. Comentário: A creança na literatura para creanças. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 6, 06 abr. 1939.

Belmonte falou ontem durante o quarto de hora do livro – o livro ilustrado para a infância, tema sobre que a pessoa mais autorizada para falar seria uma criança. **Correio de São Paulo**, São Paulo, p. 2, 14 jan. 1933.

BORBA, Osorio de. Mathias e o Ministério. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 13 nov. 1938. Suplemento, pp. 1, 2 e 4.

Carlos Eduardo. Livros Escolares. **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, p. 2, 6 jan. 1917.

- Cazuza - de Viriato Corrêa. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 28 abr. 1938, Livros e Autores, p. 6.
- Cazuza – Viriato Correia. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 05 abr. 1938, Educação e Ensino: Bibliografia, p. 10.
- CELSO, Maria Eugênia. Influências perniciosas. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 4, 2 set. 1938.
- CELSO, Maria Eugênia. Leituras Infantis. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 5, 9 mai. 1948.
- CELSO, Maria Eugênia. Literatura Infantil. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 5, 2 jul. 1940.
- CELSO, Maria Eugênia. Palavras de quem tem uma creança. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 2, 17 abr. 1936.
- Certas publicações infantis, pior do que imorais, são criminosas. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 20 jul. 1948, pp. 7-8.
- Cheias de histórias nocivas as revistas infantis dêste mês. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 07 nov. 1948, segunda seção, pp. 1, 7.
- Coisas da cidade: Um novo livro de Viriato Correia – está nas vitrinas das livrarias o “Cazuza”. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 6, 12 abr. 1938.
- Comandos literários para o saneamento da literatura viciada. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 15 mai. 1949, quinta seção, p. 3.
- Combatida, no I congresso para estudos dos problemas do distrito federal, a falsa literatura infanto-juvenil. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 16 nov. 1948, primeira seção, p. 3.
- Como educador as crítica; como sacerdote as censura; como deputado as combate! **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 21 nov. 1948, segunda seção, pp. 1, 7.
- Concurso de literatura infantil - oitenta trabalhos enviados ao Ministério da Educação. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 13, 5 mar. 1937.
- Concurso nacional republicano - encerramento e entrega do prêmio. **Diretrizes**, Rio de Janeiro, ed. 26, p. 3-5, jun. 1940.
- Concurso Nacional Republicano – encerramento. **Diretrizes**, Rio de Janeiro, ed. 22, p. 4, fev. 1940.
- Concurso Nacional Republicano - reunião da comissão julgadora. **Diretrizes**, Rio de Janeiro, ed. 24, p. 3, abr. 1940.
- Concurso Nacional Republicano – vencedor. **Diretrizes**, Rio de Janeiro, ed. 25, p. 5, mai. 1940.
- Concurso Nacional Republicano. **Diretrizes**, Rio de Janeiro, ed. 20, p. 2, nov. 1939.
- Concurso Nacional Republicano. **Diretrizes**, Rio de Janeiro, ed. 21, p. 51, jan. 1940.
- Condenação formal pelo instituto nacional de estudos pedagógicos, à base de números estatístico, das revistas em quadrinho. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, segunda seção, 28 nov. 1948, pp. 1, 7.

Confirma a A.B.E sua condenação à má literatura infantil. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 18 ago. 1948, segunda seção, pp. 1-2.

Contato - alguns balões sobre os quadrinhos. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 02 set. 1970, segunda seção, p. 1.

Continua, êste mês, a obra nociva das revistas infantis. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 01 ago. 1948, segunda seção, pp. 1, 5.

Contra a má literatura infantil as revistas literárias da nova geração de escritores brasileiros. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 16 jan. 1949, terceira seção, pp. 1-2.

Contra as histórias em quadrinhos o congresso de jornalistas. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 15 nov. 1949, segunda seção, pp. 1-2.

Contrários à literatura perniciosa para a juventude. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 19 jan. 1950, primeira seção, p. 1.

Cresce a solidariedade à campanha contra a má literatura infanto-juvenil. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 25 nov. 1948, segunda seção, p. 1.

Cresce o apoio público à campanha contra & O Globo deve capitular. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 05 nov. 1948, segunda seção, pp. 1-2.

Cresce o movimento de apoio à nossa campanha contra a má literatura infanto-juvenil. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 28 set. 1948, primeira seção, p. 2.

Criminosos, gangsters e vagabundos, heróis de uma infância perdida. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 10 set. 1950, terceira seção, p. 1.

DANTAS, Orlando. Coisas destes 18 anos. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 13 jun. 1948, pp. 4-5.

DANTAS, Orlando. O Diário de Notícias e O Globo. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 23 jul. 1948, p. 4.

Defender o artista é defender a cultura nacional. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 22 jul. 1948, segunda seção, pp. 1, 6.

Dever indeclinável do poder público policiar a má literatura infantil. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 09 dez. 1948, segunda seção, p. 1.

Dignificadora campanha. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 01 fev. 1949, segunda seção, p. 1.

Digno de encômios. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 3, 3 mai. 1936.

É o crime assunto predominante em 90% de certas revistas infantis. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 27 jul. 1948, segunda seção, pp. 1-2.

É possível fazer literatura infantil sem transformar crianças em deprimidos e candidatos à loucura. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 16 set. 1948, segunda seção, p. 1

É preciso não confundir liberdade com licenciosidade na questão da má literatura infantil. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 23 set. 1948, segunda seção, p. 1.

Educação Sanitária. **O Nordeste**, Ceará, p. 3, 3 set. 1938.

- Efeitos da leitura nociva. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 07 jan. 1949, segunda seção, p. 1.
- Em Curitiba ou Los Angeles os gibis matam da mesma maneira. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 24 set. 1950, quarta seção, p. 1.
- Emenda à constituição, visando ao saneamento da literatura infanto-juvenil. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 18 nov. 1948, segunda seção, pp. 1-2.
- Está satisfeito com a sua profissão de escritor. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 9, 9 jan. 1938.
- Estranhável! **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, p. 6, 31 jul. 1938.
- Estudantes e educadores à testa da campanha contra as revistas perniciosas. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 28 dez. 1948, segunda seção, pp. 1-2.
- Estudantes entre 10 e 17 anos vão debater os problemas culturais que interessam à classe. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 25 dez. 1948, terceira seção, p. 3.
- Exerce poderosa influência, e das mais perniciosas, sobre o próprio Brasil de amanhã. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 31 ago. 1948, segunda seção, pp. 1, 6.
- Expressiva homenagem do colégio Piedade ao Diário de Notícias. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 17 ago. 1948, segunda seção, p. 6.
- Expurgo Literário. **O Nordeste**, Ceará, p. 1, 21 out. 1937.
- Falsas revistas juvenis arrastam a criança brasileira ao crime e à perversão sexual. **Última Hora**, Rio de Janeiro, p. 4, 04 nov. 1953.
- Feliz e oportuna campanha de moralização da literatura infantil. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 11 jan. 1949, segunda seção, p. 1.
- FILHO, Francisco Cunha Pereira. Combate à sub-literatura infantil. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 09 set. 1948, segunda seção, *Diário Escolar*, p. 6.
- FILHO, Odilon de Andrade. Os mais famosos pediatras – literatura infantil. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 18 jul. 1948, terceira seção, p. 8.
- FONTAINHA, Affonso. Cruzada literária. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 12 dez. 1948, terceira seção, pp. 1-2.
- Ganhar dinheiro sem envenenar o coração dos pequeninos. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 10 ago. 1948, segunda seção, pp. 1, 3.
- GIL. Reconstruindo o que os gibis destruíram. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 04 fev. 1949, segunda seção, p. 1.
- GOMES, Lausimar Laus. Uma dívida do Estado para com a criança. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 12 mai 1946, segunda seção, p. 3.
- GUERRA, Álvaro. Literatura Infantil. **Correio Paulistano**. São Paulo, p. 1, 5 jul. 1907.
- Higiene e Educação física. **Diário da Manhã**, Espírito Santo, p. 3, 11 jul. 1937.
- Impressionante o depoimento sobre o perigo das más histórias em quadrinhos. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 12 ago. 1948, segunda seção, pp. 1-2.

Indispensável um paradeiro à má literatura infantil. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 12 jan. 1951, segunda seção, pp. 1-2.

Instituto de Assistência e Protecção á Infância – 25º aniversário. **O Nordeste**, Ceará, p. 5, 19 mai. 1938.

Instrução e urbanidade. **O Nordeste**, Ceará, p. 1, 5 dez. 1938.

Irrespondíveis depoimentos sôbre a perniciosidade das más histórias em quadrinhos. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 12 dez. 1948, segunda seção, pp. 1, 7.

Irrestrita solidariedade ao diário de notícias na campanha contra a sub-literatura infanto-juvenil. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 30 out. 1948, segunda seção, pp. 1-2.

Juca e Chico – Publicações. **Correio Paulistano**. São Paulo, p. 3, 5 out. 1903, p. 3

JÚNIOR, R. Magalhães. A crise dos editores. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 16 abr. 1950, primeira seção, p. 3.

Leite Condensado marca Moça. **Correio do Ceará**, Ceará, p. 7, 14 ago. 1937.

Letras e Artes. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 18, 16 nov. 1941.

Literatura Infantil – O resultado do julgamento da comissão do Ministério da Educação. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 2, 25 jun. 1937.

Literatura infantil. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 3, 30 jun. 1937.

Literatura infantil. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 3, 8 jul. 1938.

Literatura Marxista. **O Nordeste**, Ceará, p. 1, 15 dez. 1937.

Literatura perversora e Bolchevizante. **O Nordeste**, Ceará, p. 1, 16 out. 1937.

LOUSADA, Wilson. Notas sôbre literatura infantil. In: **Cultura Política** (Revista Mensal de Estudos Brasileiros). Vol. 3, nº 27, pp. 131-137, mai. 1943. Arquivo: José Roberto de Macedo Soares (MS), CPDOC- FGV, Rio de Janeiro.

MAUL, Carlos. O Rei está nú... **Correio da manhã**. Rio de Janeiro, p. 4, 14 mai. 1936.

MAUL, Carlos. Veneno ás creanças. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 4, 19 de março de 1936.

Monstros, fantasmas, crimes e cenas picantes para divertir as crianças. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 25 jul. 1948, segunda seção, pp. 1, 7.

Na questão da má literatura infanto-juvenil, a reponsabilidade maior cabe às autoridades educacionais. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 20 out. 1948, segunda seção, p. 1.

Não nos faltam criadores de literatura ilustrada para a infância. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 21 jul. 1948, segunda seção, p. 1.

Necessidade de reprimir, imediatamente, os maus efeitos da literatura perniciosa à juventude. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 29 ago. 1948, segunda seção, pp. 1, 3.

Nefasta, a influência de certas histórias em quadrinhos sôbre a população escolar. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 04 ago. 1948, segunda seção, pp. 1-2.

NÓBREGA, Adhemar. Leitores de calças curtas. In: **Revista da semana**. ed. 37, pp. 9-14 e 55,



14 set. 1946.

Novamente focalizada na câmara a má literatura infantil. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 08 fev. 1949, segunda seção, pp. 1, 6.

Novas e inequívocas manifestações de apoi a êste jornal a propósito da campanha contra as más revistas infantis. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 05 dez. 1948, segunda seção, pp. 1, 7.

Novas e veementes condenações da má literatura infantil na assembléia legislativa fluminense. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 06 nov. 1948, segunda seção, pp. 1-2.

Novas manifestações de apoio da imprensa do país à campanha contra as revistinhas perniciosas. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 12 dez. 1948, sexta seção, pp. 1-2.

Novas manifestações de repúdio à má literatura infanto-juvenil. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 11 nov. 1948, segunda seção, pp. 1, 3.

Novo e sensacional empreendimento de diretrizes - Concurso Nacional Republicano. **Diretrizes**, Rio de Janeiro, ed. 18, p. 81-83, set. 1939.

Novos órgãos de imprensa solidários com a campanha contra a má leitura oferecida aos moços. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 24 nov. 1948, segunda seção, pp. 1-2.

O combate aos vícios das revistas infanto-juvenis iniciado por êste jornal transforma-se numa campanha nacional. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 23 nov. 1948, segunda seção, pp. 1-2.

O diário de notícias e a literatura infanto-juvenil. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 27 ago. 1948, segunda seção, p. 1.

O globo e a sua criminosa e ousada acusação ao diário de notícias & favorável às teses. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 24 out. 1948, segunda seção, pp. 1, 5.

O livro nacional. **A Federação**. Porto Alegre, p. 3, 19 de janeiro de 1937.

O pior veneno do brasil moço. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 31 jul. 1949, segunda seção, pp. 1-2.

Ofensiva contra a má literatura infantil. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 01 jan. 1949, terceira seção, p. 3.

Onde estão as teses sôbre literatura infantil. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 17 out. 1948, segunda seção, pp. 1-2.

Opinião de dois educadores sôbre a má literatura infantil. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 05 ago. 1948, segunda seção, p. 1.

Padre Lobato. Purificação da literatura infantil – a comissão escolhida. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 3, 20 ago. 1936.

Padre Lobato. Purificação da literatura infantil - do Suor a Moleque Ricardo **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 3, 22 ago. 1936.

Pela saúde pública: preparando a creança para a escola. **O Nordeste**, Ceará, p. 2, 13 jul. 1937.

Perversão da mocidade pela propaganda do banditismo. **Última Hora**, Rio de Janeiro, p. 4, 20 nov. 1953.

PILA, Raul. Microscópio – ninguém de boa-fé pode negar os malefícios da chamada literatura infantil. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 26 out. 1948, primeira seção, p. 4.

PINTO, Souza. A Infância abandonada: Profilaxia e tratamento do mal. **O Nordeste**, Ceará, p. 6, 6 jul. 1938.

POMBO, Dinamerico. O criminoso coca-colismo da nossa literatura infantil. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 11 set. 1948, segunda seção, p. 2.

Porta aberta para a criminalidade. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 07 jan. 1951, terceira seção, pp. 1-2.

Prejudicial sob todos os aspectos a pseudo-literatura infanto-juvenil. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 18 dez. 1948, segunda seção, p. 1.

Preso carne seca pela polícia militar. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 29 jan. 1951, segunda seção, p. 1.

Prestígio dos heróis das histórias em quadrinhos se sobrepõe ao culto de nossos grandes homens. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 27 nov. 1948, segunda seção, pp. 1-2.

Problemas do medico no Brasil. **Diretrizes**, Rio de Janeiro, ed. 21, p. 2, jan. 1940.

Prossegue o público, em mensagens de apoio a este jornal, na condenação da sub-literatura infanto-juvenil. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 12 nov. 1948, segunda seção, pp. 1, 6.

Publicações altamente prejudiciais à infância. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 14 set. 1948, segunda seção, pp. 1-2.

Quando crianças falam a sério. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 28 nov. 1948, sexta seção, pp. 1-2.

Quatro Novelas. **O Paiz**. Rio de Janeiro, 29 de maio de 1908, Livros Novos, p. 3.

Que os pais se mobilizem contra a má literatura infantil. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, segunda seção, 26 set. 1948, p. 1, 8.

Repercute na câmara dos vereadores a campanha contra as publicações do tipo gibi. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 24 jul. 1948, segunda seção, p. 1.

Representantes de 16 estabelecimentos de ensino contra as más revistas infanto-juvenis. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 08 out. 1948, primeira seção, p. 2.

Revistas perniciosas que pululam à cata de cruzeiros. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 30 jan. 1949, segunda seção, p. 1.

Revogação imediata da portaria ou greve geral. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 7, 6 de junho de 1945.

Salutar e patriótica a campanha em defesa da sã literatura infantil. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 15 set. 1948, segunda seção, p. 1.

São Paulo dá o exemplo. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 30 set. 1948, segunda seção, p. 1.

SEGISMUNDO, Fernando. Natal sem contos de fadas. **Diario da Noite**, Rio de Janeiro, 24 dez. 1945, segunda seção, pp. 1 e 10.

Serão processados criminalmente os traficantes da má literatura infanto-juvenil. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 24 abr. 1949, terceira seção, p. 3.

Solidária com o diário de notícias, na questão da literatura infantil, a câmara de vereadores de Niterói. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 16 out. 1948, segunda seção, p. 1.

Solidárias com o diário de notícias as câmaras municipais de maceió, em alagoas, e valencia, no estado do rio. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 11 dez. 1948, segunda seção, pp. 1-2.

Solidariedade da câmara municipal e da imprensa de rio bonito, no estado do rio, à campanha contra as más publicações infanto-juvenis. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 15 dez. 1948, segunda seção, p. 1.

Solidariedade da imprensa e de inúmeros leitores à campanha do diário e notícias contra as publicações perniciosas. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 02 dez. 1948, segunda seção, pp. 1, 5.

Solidariedade de novos jornais à campanha contra as revistas perniciosas. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 22 dez. 1948, segunda seção, p. 1.

Solidário com a emenda aureliano leite o I congresso brasileiro de editôres e livreiros. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 30 nov. 1948, segunda seção, pp. 1-2.

Solidários os acadêmicos de direito com o diário de notícias, na campanha contra as más publicações juvenis. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 20 jan. 1949, segunda seção, pp. 1, 6.

Solidários os estudantes católicos com a campanha do diário de notícias. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 31 out. 1948, segunda seção, pp. 1-2.

Também nos Estados Unidos se combate a má literatura infantil. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 08 ago. 1948, segunda seção, pp. 1, 7.

Também os estudantes de juiz de fora condenam a má literatura infantil. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 04 set. 1948, segunda seção, p. 1.

Também os jovens sabem resolver os seus problemas. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 13 jul. 1949, segunda seção, p. 1.

TEIXEIRA, Napoleão. Clínica de homicídios. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 16 out. 1949, sexta seção, pp. 1-2.

TEIXEIRA, Napoleão. Veneno mental infantil. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 03 jul. 1949, quinta seção, p. 1.

Um inquérito oficial provando a malignidade de certas publicações infanto-juvenis. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 14 nov. 1948, segunda seção, pp. 1, 8.

Uma cidade em peso levanta-se em defesa da criança e da juventude. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 17 nov. 1948, segunda seção, pp. 1-2.

Uma estudante assume a defesa de aninha, a personagem caluniada pelas revistas perniciosas. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 08 dez. 1948, segunda seção, pp. 1-2.

Uma pequena historia para crianças. **Diretrizes**, Rio de Janeiro, ed. 19, out. 1939, Suplemento Juvenil, pp. 4-5.

Unida a imprensa do país na luta contra a má literatura infantil. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 28 nov. 1948, quinta seção, p. 1-2.

Urge defender a visão, o intelecto e a concepção nacionalista da criança brasileira. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 07 ago. 1948, segunda seção, p. 1.

Urge uma cruzada em prol do saneamento da literatura infanto-juvenil. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 13 ago. 1948, segunda seção, pp. 1-2.

Vai a câmara dos deputados regular a questão da sub-literatura infanto-juvenil. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 19 nov. 1948, segunda seção, p. 1.

Veemente condenação dos jovens à literatura perniciosa em quadrinhos. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 15 jul. 1949, segunda seção, p. 1.

VERÍSSIMO, Érico. Os bonecos de Walt Disney. **Correio do Ceará**, Ceará, p. 8, 3 de outubro de 1937.

Vítima das histórias em quadrinhos. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 10 fev. 1950, primeira seção, p. 1.

Vítimas, também das histórias em quadrinhos. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 19 nov. 1950, quarta seção, p. 1.

### **Lista geral de periódicos analisados**

- A Escola – Paraná – 1921
- A Esquerda – Rio de Janeiro – 1928 a 1931
- A Federação – Rio Grande do Sul – 1926 a 1937
- A Manhã – Rio de Janeiro – 1926 a 1944
- A Noite – Rio de Janeiro – 1922 a 1939
- A Província – Pernambuco – 1913 a 1929
- Correio da Manhã – Rio de Janeiro – 1900 a 1945
- Correio Paulistano – São Paulo – 1900 a 1939
- Diário Carioca – Rio de Janeiro – 1928-1939
- Diário da Manhã – Espírito Santo – 1926 a 1937
- Diário Nacional – São Paulo – 1928-1932
- Gazeta de Notícias 1910 a 1939
- O Imparcial – 1912 a 1939
- O Paiz – Rio de Janeiro – 1900 a 1934
- Pacotilha – Maranhão – 1910 a 1938
- Pharol – Minas Gerais – 1900 a 1933
- Verde – Minas Gerais – 1927-1928
- A Batalha – Rio de Janeiro – 1930 a 1939

- A Época – Rio Grande do Sul – 1938
- Correio de São Paulo – São Paulo – 1932 a 1937
- Diário da Noite – Rio de Janeiro – 1930 a 1939
- Diário de Notícias – Rio de Janeiro – 1930 a 1938 – 1946 a 1951
- Dom Casmurro – Rio de Janeiro – 1937 a 1946
- Jornal do Brasil – Rio de Janeiro – 1920 a 1939
- O Imparcial – Bahia – 1935

### **De arquivo**

**Local:** CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

Documentação produzida pela Comissão de Literatura Infantil (CNLI) e Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP).

#### **Arquivo Gustavo Capanema:**

Classificação: GC g 1936.04.29

Série: g – Ministério da Educação e Saúde – Educação e Cultura

Data de produção: 29/04/1936 a 08/11/1941

Quantidade de documentos: 59 (507 páginas)

Microfilmagem: rolo 42 fot. 814 a 1061

#### **Arquivo Lourenço Filho:**

Classificação: LF t Lit. Inf.

Série: t - Temática

Data de produção: 07/05/1936 a 15/12/1964

Quantidade de documentos: 28 (121 folhas)

Microfilmagem: rolo 7 fot. 80 a 138

Classificação: LF c 1936.06.01

Série: c - Correspondência

Data de produção: 01/06/1936 a 23/06/1938

Quantidade de documentos: 12 (24 folhas)

Microfilmagem: rolo 1 fot. 188 a 200

### **Trechos usados de forma direta na dissertação:**

A extensão das possíveis influências educacionais dessas publicações. Arquivo Gustavo Capanema – rolo 42 – fot. 1014-1018.

Análise dos dados recolhidos no Juízo de Menores. 1940 (data aproximada). Arquivo Gustavo Capanema – rolo 42 – fot. 1013-1014

BANDEIRA, Manuel. Gêneros de literatura infantil. 14 mai. 1936. Arquivo Gustavo Capanema – rolo 42 – fot. 822.

BANDEIRA, Manuel. Sugestões e medidas para incentivar a literatura infantil. 14 de maio de 1936. Arquivo Gustavo Capanema: Rolo 42, fot. 822.

BANDEIRA, Manuel. Sugestões para Incentivar a Literatura Infantil. 14 mai. 1936. Arquivo Gustavo Capanema – rolo 42 – fot. 822.

Dados colhidos no Juízo de Menores do Distrito Federal. Arquivo Gustavo Capanema – rolo 42 – fot. 991.

Ficha de avaliação – Murilo Mendes. Rio de Janeiro, 4 de junho de 1936 – Arquivo Gustavo Capanema, rolo 42, fot. 814 a 1006.

Ficha de avaliação proposta – Manuel Bandeira: Arquivo Gustavo Capanema. Rolo 42. Fot. 814 a 1006.

FILHO, Lourenço. Como Aperfeiçoar a Literatura Infantil. s.d. Arquivo Lourenço Filho – rolo 7 – fot. 96 a 106.

LIMA, Jorge de. Considerações á margem do assumpto: revista infantil. 14 mai. 1936. Arquivo Gustavo Capanema – rolo 42 – fot. 823.

LIMA, Jorge de. Literatura infantil. Arquivo Gustavo Capanema – rolo 42 – fot.815, maio de 1936.

LIMA, Jorge de. Notas á margem do assumpto: Revistas para creanças. 21 mai. 1936. Arquivo Gustavo Capanema – rolo 42 – fot. 826.

MENDES, Murilo. Sobre a literatura infantil. Arquivo Lourenço filho, rolo 07, fot. 90, 29 jul. 1936.

MENDES, Murilo (secretário). Ofício enviado à Confederação Brasileira de Radiodifusão – Arquivo Lourenço Filho – rolo I; foto 194 – 15 jul. 1936.

MENDES, Murilo. Ofício – 23 de fevereiro de 1938. Arquivo Gustavo Capanema: rolo 42, fot. 893.

Parecer – Literatura Infantil e sua delimitação – Elvira Nizinska da Silva – Rio de Janeiro, 07 de maio de 1936 – Arquivo Gustavo Capanema, rolo 42, fot. 817.

Parecer sobre os finalistas do Concurso de Literatura Infantil – categoria 8 a 10 anos – Elvira Nizinska da Silva – Arquivo Lourenço filho. Rolo 07. Fot. 80 a 138.

Parecer sobre os finalistas do Concurso de Literatura Infantil – categoria acima de 10 anos – Elvira Nizinska da Silva – Arquivo Lourenço filho. Rolo 07. Fot. 80 a 138.

Primeira Investigação: Publicações em jornais revistas e suplementos. Arquivo Gustavo Capanema – rolo 42 – fot. 912-987.

Publicações infantis e juvenis. s/d. Arquivo Gustavo Capanema – rolo 42 – fot. 911-912.

Qual a Influência educativa dos jornais e revistas juvenis? Uma Importante investigação do INEP. **O Globo**. Rio de Janeiro, 20 dez. 1939. s/p. Arquivo Gustavo Capanema – rolo 42 – fot. 1031.

REBELLO, Marques; ROSA, Santa. Carta enviada à CLI a propósito da publicação da cartilha do “ABC”, distribuída pela Nestlé. 19 de maio de 1937 – Arquivo Lourenço Filho: rolo I, fot. 198.

REGO, José Lins do. Literatura Infantil. mai. 1936. Arquivo Gustavo Capanema – rolo 42 – fot. 822.

REGO, José Lins do. Sobre suplementos infantis. Arquivo Gustavo Capanema – rolo 42 – fot. 821, maio 1936.

Relatório – Como aperfeiçoar a Literatura Infantil – Lourenço Filho – arquivo Lourenço filho, rolo 07, fot. 96 a 106.

Relatórios e questionários – Revistas, jornais e suplementos infantis – Lourenço Filho – Arquivo Gustavo Capanema, rolo 42, fot. 911 a 1061.

Segunda Investigação: Análise das opiniões, das informações e dos fatos colhidos – Análise dos questionários. Arquivo Gustavo Capanema – rolo 42 – fot. 992-1030.

SILVA, Elvira Nizinska da. Nacionalismo e Literatura Infantil. 5 de agosto de 1936. Arquivo Lourenço Filho – rolo 7 – fot. 91-92.

SILVA, Elvira Nizinska da. Organização de bibliotecas infantis. 14 out. 1937. Arquivo Lourenço Filho – rolo 7 – fot. 92-95.

SILVA, Elvira Nizinska da. Tipos de Literatura Infantil. 7 mai. 1936. Arquivo Gustavo Capanema – rolo 42 – fot. 817.

Sobre a criação da CNLI e suas funções, PORTARIA – gabinete do Ministério (publicado no D.O.U. de 4 de maio de 1936, pg. 9277). Arquivo Gustavo Capanema – rolo 42 – fot. 814.

Sobre o encerramento da comissão. MENDES, Murilo. Carta. 28 nov. 1938. Arquivo Gustavo Capanema – rolo 42 – fot. 894.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA:

- ABREU, Ana Paula Bernardes. Revelações que a escrita não faz: a ilustração do livro infantil. In: **Baleia na Rede** – Revista eletrônica do Grupo de Pesquisa em Cinema e Literatura. Marília, São Paulo: UNESP, vol. 1, n. 7, 2010. Disponível em: <[http://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/BaleianaRede/edicao7/Revelacoes\\_que\\_a\\_escrita.pdf](http://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/BaleianaRede/edicao7/Revelacoes_que_a_escrita.pdf)> Acesso em: 05/03/2014.
- AGUIAR, Vera Teixeira de. O contador de histórias para crianças e jovens. In: **O Eixo e a Roda**. V. 11, 2005, pp. 45-52. Disponível em: <[http://www.letras.ufmg.br/poslit/08\\_publicacoes\\_txt/er\\_11/er11\\_vta.pdf](http://www.letras.ufmg.br/poslit/08_publicacoes_txt/er_11/er11_vta.pdf)> Acesso em: jan/2013
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Josué de Castro: o homem, o cientista e seu tempo**. *Estud. av.* [online]. 1997, vol.11, n.29, pp. 169-194. ISSN 0103-4014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v11n29/v11n29a09.pdf>> Acesso em: 02/04/2014
- ARANTES, Antonio A. **A guerra dos lugares**. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 23. Rio de Janeiro: IPAHN, 1994.
- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.
- BOMENY, Helena (Org.). **CONSTELAÇÃO Capanema**: intelectuais e políticas. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas; Bragança Paulista(SP): Ed Universidade de São Francisco, 2001.
- BYBE-LUYTEN, Sonia M. **O que é História em Quadrinhos**. 2ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- CÂNDIDO, Antônio. **Literatura e Sociedade**: estudos de teoria e história literária. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.
- CARNEIRO, Liliane Bernardes. **Leitura de Imagens na literatura infantil**: desafios e perspectivas na era da informação. Brasília: Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Departamento de Ciência da Informação e Documentação da Universidade de Brasília, 2008. Disponível em: <[http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=4&ved=0CDUQFjAD&url=http%3A%2F%2Frepositorio.unb.br%2Fbitstream%2F10482%2F3838%2F1%2FDissert\\_Liliane%2520Carneiro.pdf&ei=G2bEU9xbzZzIBIqsgrAG&usq=AFQjCNHhEnj7d2NAIae1dGjcUQtoY08Srg&sig2=0XHvW9w6mBfoZhlUggHBXQ&bvm=bv.70810081,d.aWw&ad=rja](http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=4&ved=0CDUQFjAD&url=http%3A%2F%2Frepositorio.unb.br%2Fbitstream%2F10482%2F3838%2F1%2FDissert_Liliane%2520Carneiro.pdf&ei=G2bEU9xbzZzIBIqsgrAG&usq=AFQjCNHhEnj7d2NAIae1dGjcUQtoY08Srg&sig2=0XHvW9w6mBfoZhlUggHBXQ&bvm=bv.70810081,d.aWw&ad=rja)> Acesso em: 20/01/2014.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CHARTIER, Roger. As práticas da escrita. In: **História da Vida Privada**. Da Renascença ao Século das Luzes. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, v. 3. 1991.
- \_\_\_\_\_. Cultura Popular: revisitando um conceito historiográfico. In: **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 8, Dº 16, 1995, p. 179-192.
- \_\_\_\_\_. Do Livro à Leitura. In: CHARTIER, Roger (org.). **As Práticas da Leitura**. 5ª ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2011.



\_\_\_\_\_. Textos, impressão, leituras. In: HUNT, Lynn. **A Nova história cultural**. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1992, pp. 211-238.

CHAUÍ, Marilena de Sousa. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. 6. reimpr. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

COSTA, Aline Santos. **A busca por um estatuto da literatura infanto-juvenil no Brasil do período Vargas, um estudo sobre a Comissão de Literatura Infantil (1936 – 1939)**. In: Revista Ars Histórica, IV Jornada. Dezembro de 2010. Disponível em: [http://www.ifcs.ufrj.br/~arshistorica/jornadas/IV\\_jornada/IV\\_06.pdf](http://www.ifcs.ufrj.br/~arshistorica/jornadas/IV_jornada/IV_06.pdf). Acesso em: 10/03/2011

\_\_\_\_\_. **A Comissão Nacional de Literatura Infantil e a formação do público leitor Infanto-Juvenil no Governo Vargas (1936 – 1938)**. Dissertação de Mestrado em História Social. UFRJ, Rio de Janeiro, 2011.

COSTA, Cristiane. **Pena de Aluguel**. São Paulo: Schwarcz, 2005.

DALCIN, Andréa Rodrigues. **A leitura do livro ilustrado e livro-imagem: da criação ao leitor e suas relações entre texto, imagem e suporte**. Conferência apresentada na IX ANPED – IX Seminário de Pesquisa em educação da Região Sul, Universidade de Caxias do Sul, 29 jul. a 1 ago. 2012. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/2783/233>> Acesso em: 20/03/2014.

DARNTON, Robert. **O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa**. 5.ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

DE LUCA, T. R. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo; Contexto, 2005. p. 111-153.

DOS SANTOS, Marco Antonio Cabral. Criança e criminalidade no início do século XX. In: DEL PRIORE, Mary. **História das crianças no Brasil**. 7ª ed. – São Paulo: Contexto, 2010, pp. 211-230.

DRUMMOND, Elvira. **O espaço Ficcional Idealizado na Obra Infantil de Graciliano Ramos**. In: Revista de Letras – Nº 25 – Vol. 1/2 – jan/dez 2003. pp. 40-47.

FERREIRA, A.C. "Literatura: a fonte fecunda". In: PINSKY, C. B.; LUCA, T.R. de (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo; Contexto, 2005. pp. 61-91.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. V.2.

FIGUEIREDO, Gildete Moura (Org.). Ilustrações Clássicas. In: **Catálogo da Coleção Carnaúba: do Núcleo Temático da Seca e Semi-Árido da UFRN**. Natal, Rio Grande do Norte, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Ordem do discurso** (A) Leituras filosóficas. Ed. 19. São Paulo: Editora Loyola, 1996.

FREITAS, Marcos Cezar de (Org.) **História Social da Infância no Brasil**. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

FREITAS, Marcos Cezar de; KUHLMANN JR., Moisés (Org.) **Os intelectuais na história da infância**. – São Paulo: Cortez, 2002, pp. 289-317.

GÉLIS, Jacques. “A individualização da criança”. In: ARIÉS, P. e DUBY, G. (org.) **História da Vida Privada. Da Renascença ao Século das Luzes**. SP: Companhia das Letras. Vol. 3, 1991.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2007.

\_\_\_\_\_. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição**. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

GOMES, Ângela de Castro. **As Aventuras de Tibicuera: literatura infantil, História do Brasil e política cultural na Era Vargas**. In: REVISTA USP, São Paulo, n.59, p. 116-133, setembro/novembro 2003.

\_\_\_\_\_. Cultura política e cultura histórica no Estado Novo. In: Martha Abreu, Rachel Soihet e Rebeca Gontijo (orgs.). **Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história** – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. pp. 43-63.

\_\_\_\_\_. **História e Historiadores** – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

GONÇALVES, Leandro Pereira. A intelectualidade integralista de Plínio Salgado: uma análise do discurso literário. In: OURIQUE, J. L. P.; UMBACH, R. U. K. (Orgs.). **Revista Eletrônica Literatura e Autoritarismo: “Translações Culturais – Repressão e Resistência”**, Grupo de Pesquisa Literatura e Autoritarismo – CNPq, Universidade Federal de Santa Maria, Vol. 01, n. 13, 2002. Disponível em: < [http://w3.ufsm.br/literaturaeautoritarismo/revista/num13/art\\_03.php](http://w3.ufsm.br/literaturaeautoritarismo/revista/num13/art_03.php)> Acesso em: 10/07/2014.

GONDRA, José G. “Modificar com bradura e prevenir com cautela”. Racionalidade médica e higienização da infância. In: FREITAS, Marcos Cezar de; KUHLMANN JR., Moisés (orgs.) **Os intelectuais na história da infância**. – São Paulo: Cortez, 2002, pp. 289-317.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Vendo o passado: representação e escrita da história. In: **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. N. Sér. V.15.n.2.p. 11-30. Jul-dez. 2007.

HANSEN, Patrícia Santos. **Brasil, um país novo: literatura cívico-pedagógica e a construção de um ideal de infância brasileira na Primeira República**. São Paulo: Tese de Doutorado em História Social, FFLCH/USP, 2007.

HARTOG, François. **Regimes de Historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

HAVELOCK, Eric A. **A revolução da escrita na Grécia e suas conseqüências culturais**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

HORTA, José Silvério Baia. **O Hino, o sermão e a ordem do dia: A educação no**

Brasil(1930-1945). Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

JAUSS, Hans Robert. **A história da literatura como provocação à teoria literária**. São Paulo: Ática, 1994.

JUNIOR, Gonçalo. **A Guerra dos Gibis: a formação do mercado editorial brasileiro e a censura aos quadrinhos, 1933-64**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

KLINGER, Diana Irene. Os intelectuais e o Estado: a experiência do Peronismo e do Estado Novo. In: *Itinerários – Revista de Literatura*. FCLAr - UNESP, n. 22, 103-113, 2004.

KRAMER, Lloyd S. Literatura, crítica e imaginação histórica: o desafio literário de Hayden White e Dominick LaCapra. In: HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **Literatura infantil brasileira: história & histórias**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1991.

\_\_\_\_\_. **O que é literatura**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

LEÃO, Andréa Borges. **Brasil em imaginação – livros, impressos e leituras infantis (1890-1915)** – Fortaleza: INESP, UFC, 2012.

LIMA, Herman. **História da Caricatura no Brasil**. 4º vol. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963.

LIMA(b), Yêda Dias; REIS, Zenir Campos (coord.). *Catálogo de Manuscritos do Arquivo Graciliano Ramos*. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo, 1992.

MARCHI, Diana Maria. **A Literatura Infantil Gaúcha: uma história possível**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2000.

\_\_\_\_\_. Érico Veríssimo: profissão, escritor. In: **Ciências e Letras**. Porto Alegre, n. 38, jul/dez 2005, pp. 147-162. Disponível em: <<http://www.fapa.com.br/cienciaseletras/publicacao.htm>> Acesso em: jan/2013.

MEIRELES, Cecília. **Problemas da Literatura Infantil**. São Paulo: Summus, 1979.

MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, História visual – balanços provisórios, propostas cautelares. In: **Revista brasileira de história**. São Paulo, v. 23. N. 45, 2003, pp. 11-36.

MOURA, Sérgio Arruda de. A crônica: entre o campo literário e o jornalístico. In: **Contemporânea** – Revista eletrônica da UERJ. 6º vol. 11ª ed. jul./dez. 2008. Disponível em: <[http://www.contemporanea.uerj.br/pdf/ed\\_11/contemporanea\\_n11\\_02\\_sergio\\_arruda.pdf](http://www.contemporanea.uerj.br/pdf/ed_11/contemporanea_n11_02_sergio_arruda.pdf)> Acesso em: 04/04/2013.

NUNES, Eduardo Silveira Netto Nunes. **A infância como portadora do futuro: América Latina, 1916- 1948**. São Paulo: Tese de Doutorado em História Social, FFLCH/USP, 2011.

OLIVEIRA, Irenísia Torres de. Sujeito histórico e escolhas estéticas em São Bernardo, de Graciliano Ramos. In: MEDEIROS, Aline da Silva; RIOS, Kênia Souza; LUCAS, Meize

Regina Lucena (orgs.). **Imaginário e Cultura** – Fortaleza: Núcleo de Documentação Cultural – UFC / Instituto Frei Tito de Alencar, 2011. pp. 189-200.

PALANGANA, Isilda Campaner. **Desenvolvimento e aprendizagem em Piaget e Vygotsky: a relevância do social**. 5. ed. São Paulo, SP: Summus, 2001.

PASSETI, Edson. Crianças carentes e políticas públicas. In: DEL PRIORE, Mary. **História das crianças no Brasil**. 7 ed. – São Paulo: Contexto, 2010, pp. 347-375.

PAUTASSO, Andrea Milán Vasques. **A Comissão de literatura infantil do Ministério de Educação e Saúde Pública do Brasil nos anos de 1936 a 1938**. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação, UFRGS, Porto Alegre, 2010.

PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. **E as palavras têm segredos – imagens de criança na literatura infantil brasileira de resistência (1970 - 1990)**. São Paulo: Tese de doutorado em História Social, FFLCH/USP, 1997.

PRADO, Adonia Antunes. Intelectuais e educação no Estado Novo (1937-1945): o debate sobre a formação do professor primário rural. In: **Revista Teias** – Programa de Pós-Graduação em Educação - Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. v. 1, n. 1, 2000, 16 p. Disponível em: <<http://www.periodicos.proped.pro.br/index.php/revistateias/article/viewFile/17/19>> Acesso em: 10/03/2014.

RITTER, Eduardo. **Érico Veríssimo: um escritor entre o romance e o jornalismo**. IX Semana de Letras, PUCRS, 2009. Disponível em: < [http://www.pucrs.br/edipucrs/online/IXsemanadeletras/com/Eduardo\\_Ritter.pdf](http://www.pucrs.br/edipucrs/online/IXsemanadeletras/com/Eduardo_Ritter.pdf) > Acesso em: jan/2013.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**. São Paulo: Fapesp; Studio Nobel, 1997.

SABINO, Fernando. **O Grande Mentecapto**. 20ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1983.

SCHWARTZMAN, Simon. **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1984.

SENNETT, Richard. **Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental**. Rio de Janeiro: Record, 2007.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SOARES, Gabriela Pellegrino. **A Semear Horizontes: leituras literárias na formação da infância, Argentina e Brasil (1915-1954)**. Tese apresentada ao programa de Pós-graduação em História Social da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.

\_\_\_\_\_. Bastidores da edição literária para crianças no Brasil entre os anos 1920 e 1960: a atuação de Lourenço Filho junto à Companhia Melhoramentos. In: DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves (orgs.). **Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política no Brasil, Europa e Américas nos Séculos XVIII-XX** – São Paulo: Annablume, 2006. pp. 513-531.

SUSTERMEISTER, Paul. **A meta-história de Hayden White: uma crítica construtiva à**

**“ciência” histórica.** Revista Espaço Acadêmico, nº 97, junho de 2009, pp. 43-48. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/viewFile/7102/4141>> Acesso em: 10/10/2011.

THOMPSON, E. P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos.** ed. 2. Campinas, São Paulo: Editora Unicamp, 2012.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. Fome, eugenia e constituição do campo da nutrição em Pernambuco: uma análise de Gilberto Freyre, Josué de Castro e Nelson Chaves. In: **História. Ciência. Saúde** – Manguinhos [online]. 2001, vol.8, n.2, pp. 315-339. ISSN 0104-5970.

VELLOSO, Mônica Pimenta. **Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo.** Rio de Janeiro: CPDOC, 1987.

WHITE, Hayden V. **Meta-história:** a imaginação histórica do século XIX. São Paulo, SP: EDUSP, 1995.

\_\_\_\_\_. Teoria literária e escrita da história. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 13, 1991, pp. 21-48.

ZILBERMAN, Regina. **Como e por que ler a literatura infantil brasileira.** – Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

## ANEXOS

## 1 – Imagens

- 1) A Terra dos Meninos Pelados – Capa da primeira edição, de 1938, pela Editora Livraria do Globo, Porto Alegre. Um dos participantes e ganhadores do concurso de literatura infantil da CNLI do Ministério da Educação e Saúde. Detalhe para o selo indicador de vencedor do concurso.



Fonte: AHLE – Acervo Histórico do Livro Esolar.

2) A Terra dos Meninos Pelados, Ilustração do 16º capítulo.



As crianças dansavam e cantavam, enfeitadas de flores, agitando palmas.

Fonte: AHLE – Acervo Histórico do Livro Esolar.

3) A Terra dos Meninos Pelados, Raimundo em ilustração do 1º capítulo.



Fonte: AHLE – Acervo Histórico do Livro Esolar.



4) A Terra dos Meninos Pelados, Caralâmpia, em ilustração do 20º capítulo.



Fonte: AHLE – Acervo Histórico do Livro Esolar.

## 5) A Terra dos Meninos Pelados, Raimundo se despede de Tatipirun, ilustração do 23º capítulo.

sarei nêle. Pode ser que esteja zumbindo o menino que a guariba deixou voando. Pobre da guariba. Está balançando a cabeça, falando só, e não acorda. Eu volto um dia, venho conversar com ela, ouvir o resto da história do menino que virou mosquito. E hei de encontrar a Caralampia com as mesmas rosas na cabeça, o vagalume aceso no peito, as cobras de coral nos braços. Vou prestar atenção ao caminho para não me perder quando voltar. E trarei uns meninos comigo. Os meni-



nos melhores que eu conhecer virão comigo. Se eles não quiserem vir, trago o meu gato, que é manso e há de gostar de vocês. Adeus, seu Fringo. Adeus, seu Pirengo. Sira, Caralampia, todos, adeus. Não é preciso que me acompanhem. Muito obrigado, não se incomodem. Eu acerto o caminho. Adeus. Lembre-se do Pirundo, Talima.

Raimundo começou a descer a serra de Taquaritú. A ladeira se aplanava. E quando ele passava, tornava a inclinar-se. Caminhou muito, olhou para trás e não enxergou os meninos que tinham ficado lá em cima. Ia tão distraído, com tanta

6) Capa de Aventuras no Mundo da Higiene, de Érico Veríssimo. Primeira edição da Livraria do Globo, 1939.



Fonte: AHLE – Acervo Histórico do Livro Esolar.

## 7) Aventuras no Mundo da Higiene, de Érico Veríssimo.



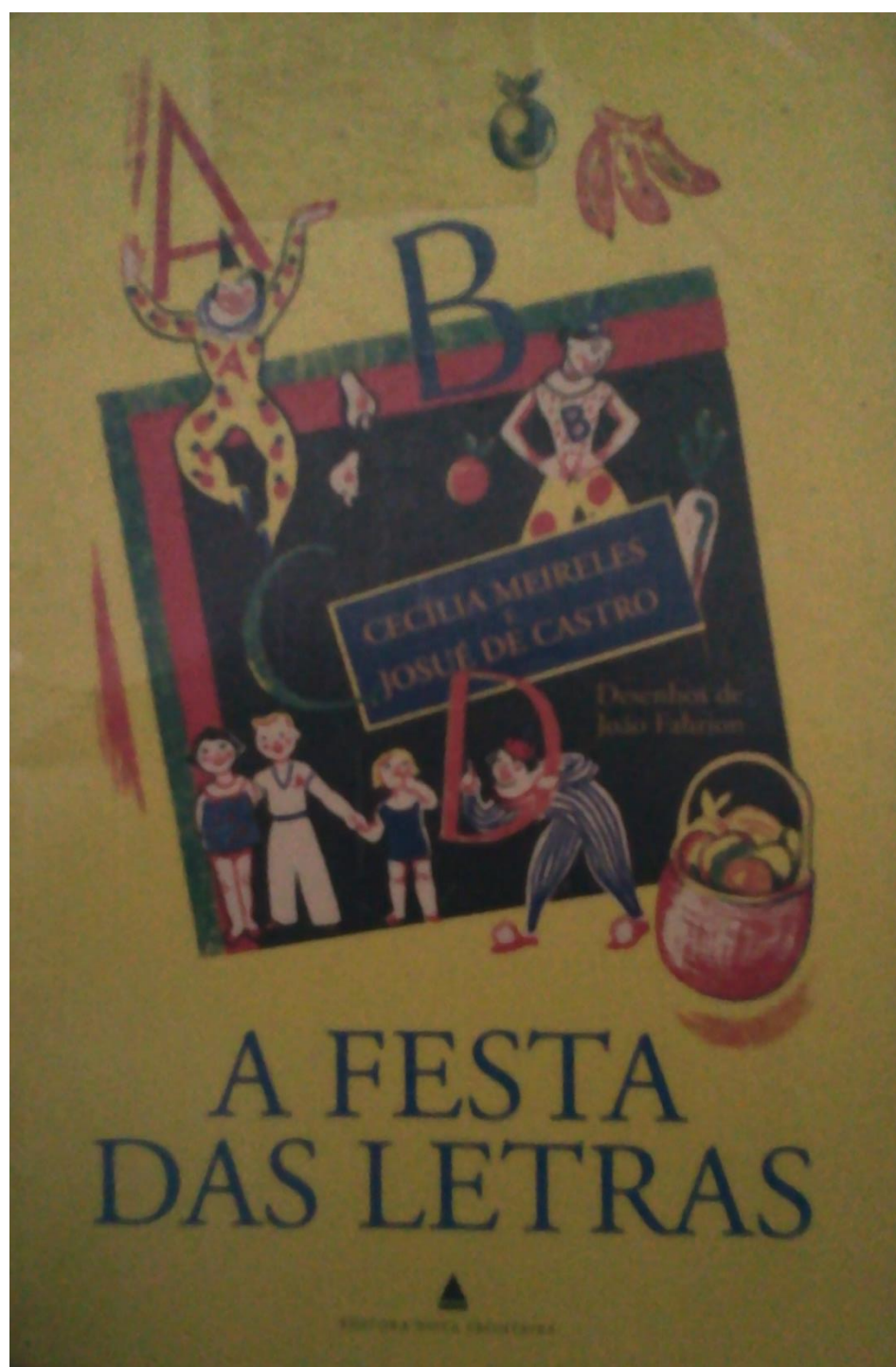
Fonte: AHLE – Acervo Histórico do Livro Esolar.

## 8) Aventuras no Mundo da Higiene, de Érico Veríssimo.



Fonte: AHLE – Acervo Histórico do Livro Esolar.

9) A Festa das Letras – Capa da edição fac-símile publicada pela Editora Nova Fronteira em 1996.



Fonte: Arquivo Pessoal.

10) A Festa das Letras, imagem da letra "A". Texto de Cecília Meireles e Imagens de João Fahrion.



Fonte: AHLE – Acervo Histórico do Livro Esolar.

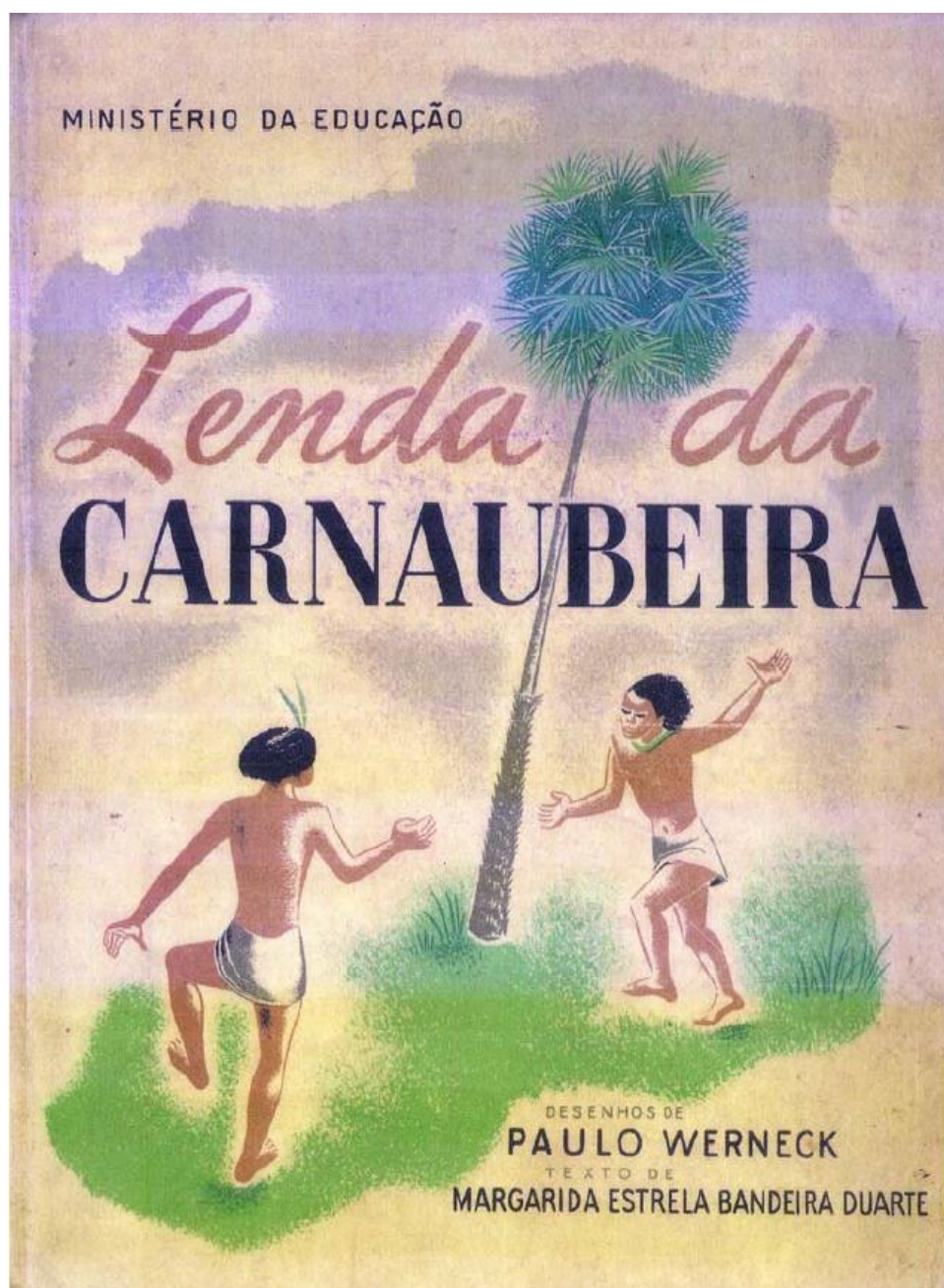
11) A Fada Menina – capa. Um dos ganhadores do concurso da CLI.



Fonte: [http://www.skoob.com.br/livro/210522-a\\_fada\\_menina](http://www.skoob.com.br/livro/210522-a_fada_menina)

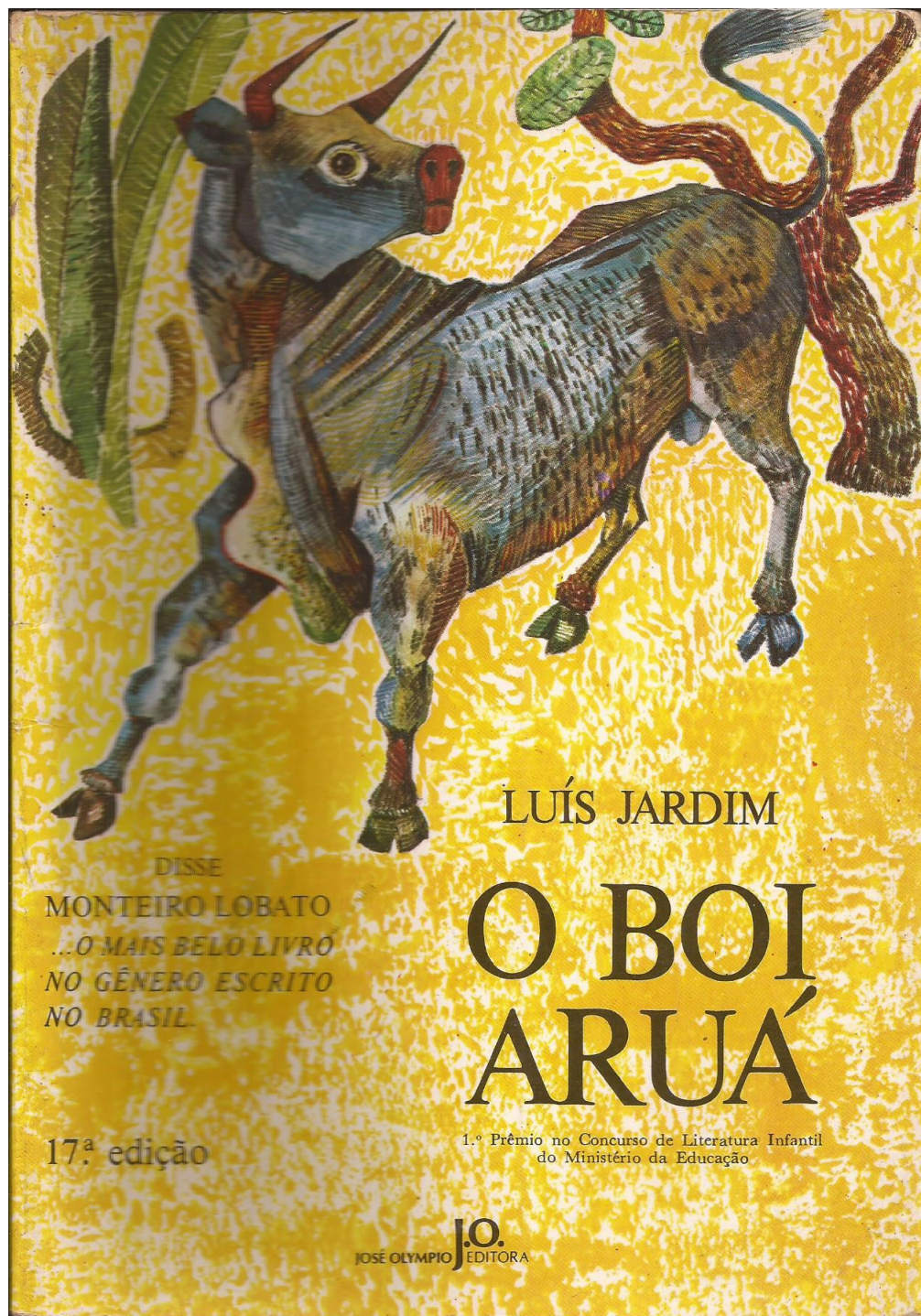


12) Capa – A Lenda da Carnaubeira, de Margarida Estrela e Paulo Werneck, um dos ganhadores do concurso de literatura infantil do Ministério da Educação e Saúde em 1936-1937.



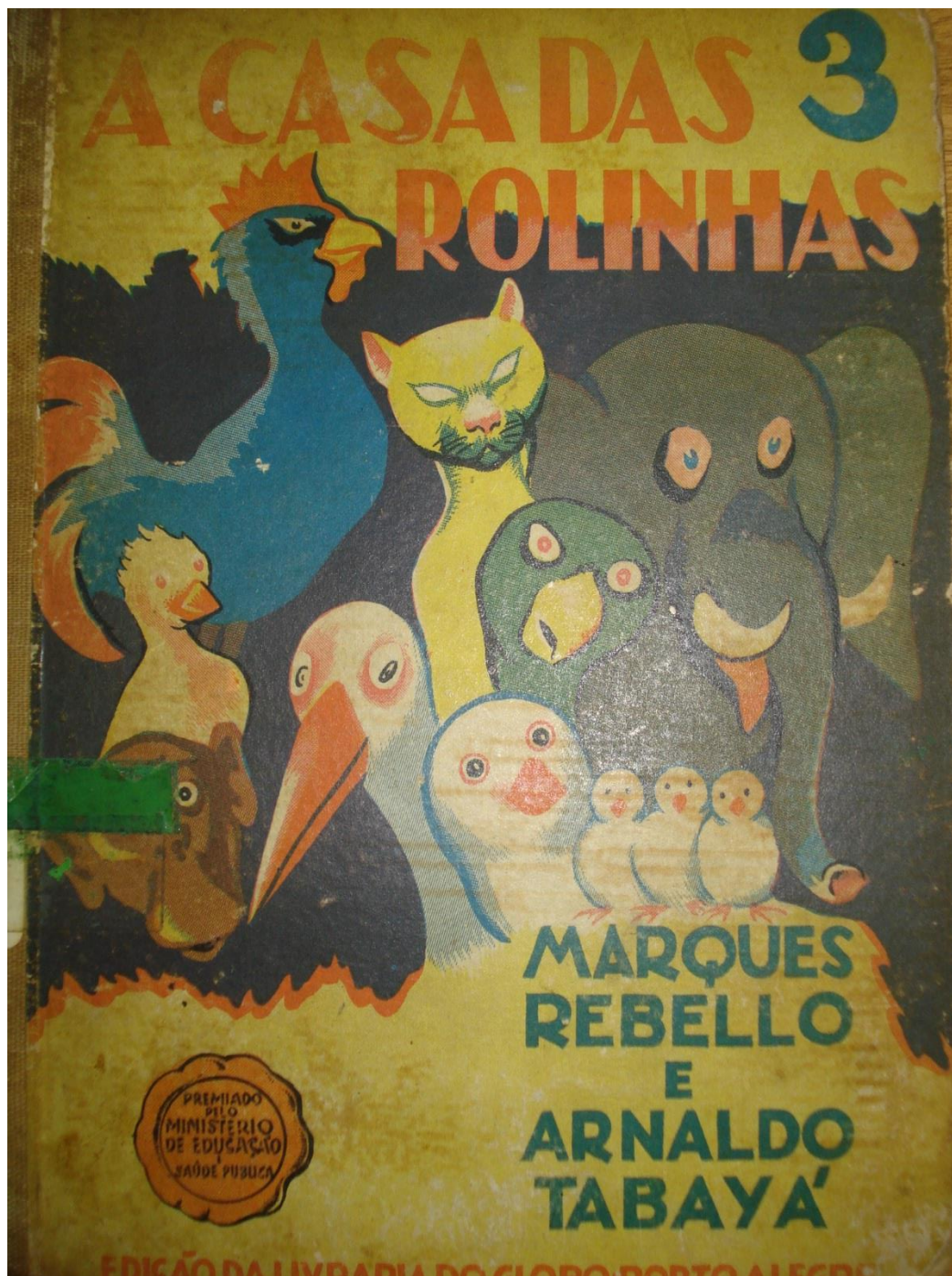
**Fonte:** FIGUEIREDO, Gildete Moura (Org.). Ilustrações Clássicas. In: **Catálogo da Coleção Carnaúba:** do Núcleo Temático da Seca e Semi-Árido da UFRN. Natal, Rio Grande do Norte, 2008, Anexo A, figuras 5 a 5.6pp. 10-16.

13) O boi Aruá – capa da 17ª edição, de 1986, pela Editora José Olympio



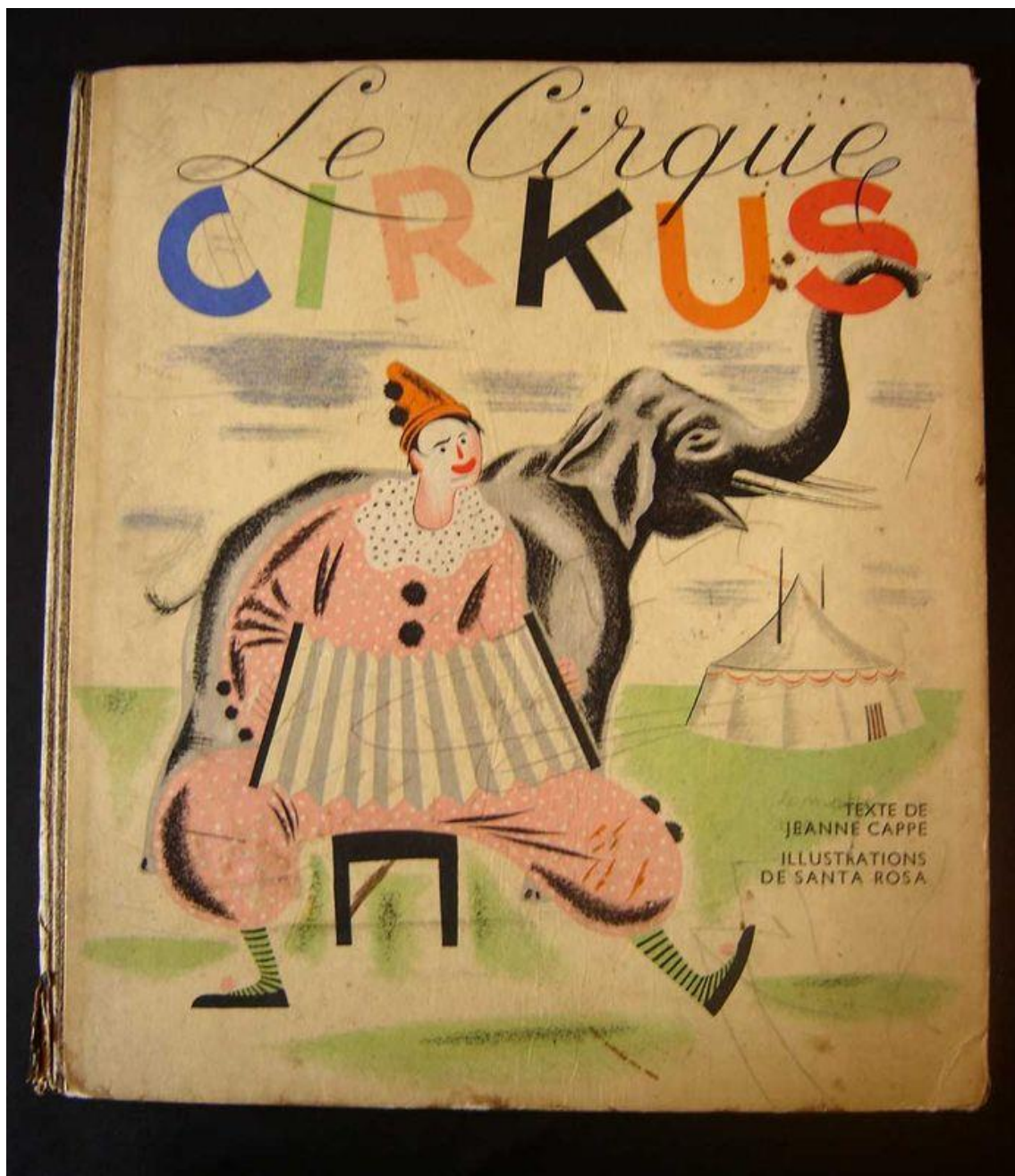
Fonte: Arquivo Pessoal

14) A casa das três rolinhas – Capa. De Marques Rebello, primeira edição, pela Livraria do Globo.



Fonte: AHLE – Acervo Histórico do Livro Esolar.

15) O circo – Capa. De Santa Rosa, Edição Francesa de Desclée de Brouwer, 1938.



Fonte: <http://livres-en-liberte.blogspot.com.br/2009/10/le-cirque-cirkus.html>

## 16) O circo, de Santa Rosa.



Fonte: <http://livres-en-liberte.blogspot.com.br/2009/10/le-cirque-cirkus.html>

17) Reunião em homenagem à morte de Edimundo de Amicis em 1936. Sentados, da esquerda para a direita: Lourenço Filho, Edgar Roquette-Pinto, Gustavo Capanema, Maria Junqueira Schmidt e Elvira Nizinska da Silva. Atrás, da esquerda para direita, Manuel Bandeira (terceiro), Alceu Amoroso Lima (quinto), Cornélio Penna (sexto), Hélder Câmara (sétimo).



**Fonte:** Wikipédia. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Manuel\\_Bandeira,\\_Alceu\\_Amoroso\\_Lima,\\_H%C3%A9lder\\_C%C3%A2mara,\\_Louren%C3%A7o\\_Filho,\\_Roquette\\_Pinto\\_e\\_Gustavo\\_Capanema.jpg](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Manuel_Bandeira,_Alceu_Amoroso_Lima,_H%C3%A9lder_C%C3%A2mara,_Louren%C3%A7o_Filho,_Roquette_Pinto_e_Gustavo_Capanema.jpg)> Acesso em: 20/10/2013.

18) A Literatura Infantil e a Educação Christã, Jornal *O Nordeste* de 24 de janeiro de 1938

# A literatura infantil e a educação christã



*Meu filho, a tua mamãe é a tua melhor escola. De que serve ir para esse collegio, onde te arriscas a perder o que aprendes commigo? — —*

**Fonte:** A literatura infantil e a educação christã. *O Nordeste*, 24 jan. 1938, p. 1 e 4.

## 2 – Lista de livros que participaram do concurso da Comissão de Literatura infantil:

Concurso de Literatura Infantil – Oitenta trabalhos enviados ao Ministério da Educação. *Jornal do Brasil*, 5/03/1937, p. 13.

O Ministério da Educação, recebeu para os concursos de Literatura Infantil que instituiu, 80 trabalhos. Deles tomou conhecimento, em reunião de ontem, a Comissão de Literatura Infantil.

São os seguintes os trabalhos inscritos, segundo os pseudônimos usados:

- 1 – A princesa dos cabelos luminosos, de Cavaleiro Sorriso
- 2 – No país das Napichauas, de Ataulfo de Maués
- 3 – Contos da terra paulista, de Raposo
- 4 – Honrarás pai e mãe, de Vera Cruz
- 5 – A casa das três rôlinhas, de Carlos Henrique
- 6 – Os expedicionários, de Zoilo
- 7 – A fada menina, de Vera Mendonça
- 8 – O mistério da Serra Doirada, de Aires da Serra
- 9 – O viveiro, de Estrela do Sul
- 10 – As aulas de vovô, de Vovô João
- 11 – A estrela que caiu do céu, de Marinho do Mato
- 12 – O gigante que não tinha com quem conversar, de Barbara
- 13 – O Batalhão das Letras, de Merodak
- 14 – Aventuras de Neco e Tereco, de Maria Calorina
- 15 – Zé Ratinho quis voar, de Maruza
- 16 – Um pinguim na ilha dos Sapos, de Teodoro Monet
- 17 – O Boi Arauá, de J. R. Alves
- 18 – Olavo no reino da fantasia, de Flôr de Lis
- 19 – O circo, de Sarrasani
- 20 – Memórias da casa de vovô, de Ana Brites
- 21 – A Grande Aventura de Eduardo e Luis, de Macaca Poranga
- 22 – Macaco, Polichinelo e Companhia, de Ditá e Tito; Leonor Posada
- 23 – O bonequinho doce, de Clara Maria
- 24 – A bonequinha preta, de Marília
- 25 – Escoteiros em férias, de Tuchana
- 26 – O saci da abobreira, de Pumpkin
- 27 – Uma baiana e um cavaleiro, de Bicho Carpinteiro
- 28 – O patinho desobediente, de Torgo
- 29 – O piquenique da bicharada, de Gargarejo
- 30 – O casamento de Maçarico, de Maçarico
- 31 – Mani, a Sussuarana, de Tipobarê
- 32 – O tatú e o macaco, de J. M. de Almeida
- 33 – Aventuras de coelho e outros bichos, de K. Brito
- 34 – Há festa em casa de Maria, de Jessé
- 35 – Fabulações, de P. ceu d'Onuimo
- 36 – O porquinho desobediente, de Mãe Martinha
- 37 – O milho de ouro, de Nina Salvi
- 38 – Minhas memórias, de Tio Macario.
- 39 – As Aventuras de Tibicuera, de Tio Luis
- 40 – Francisquinho, de Marilau de Sauvi
- 41 – A grande aventura, de Zé da Quinta
- 42 – O carnaval de Ha-chachá, de Há-chachá
- 43 – Um passeio na floresta, de Hugo e A. Cassiano
- 44 – A festa de S. João na roça, de Sagramor



- 45 – O bandeirante Fernão, de Teanto e Guime
- 46 – A filha do aviador, de neólogo
- 47 – Coração de criança, de Tirimbo
- 48 – Gupila, de Iracema
- 49 – A escola, de Otacílio Mineiro
- 50 – Faz de conta, de Carrilhão
- 51 – Uma aventura musical, de Batira
- 52 – O presente da escola, de Favorelano
- 53 – Maria de Pau, de Marigú
- 54 – Juventude, de Domingos Dias dos Santos
- 55 – O valor sempre vence, de Vestro Casla
- 56 – Histórias da Lagôa Grande, de João da Silva
- 57 – Quando os brinquedos falam, de Raiza
- 58 – Brasileirinha, de Clara de Assis
- 59 – A boa avozinha, de Almira
- 60 – Pituchinha, de tia Benedita
- 61 – Os naufragos de Antártida, de L. Jaguaribe Gomes de Matos
- 62 – A terra dos meninos pelados, de L. Silva
- 63 – A grande travessura, de Tupan
- 64 – Marco Polo, de Aleixo Garcia
- 65 – Dois dedos de prosa, de Magnolia
- 66 – A carnaubeira, de Estrela e Astro
- 67 – O novo rei dos animais, de Buffon
- 68 – Natal de Pedrinho, de Nei Dauriel
- 69 – Sítio das Paineiras, de Flora Brasil
- 70 – Histórias, de Maué do Peran
- 71 – Contos do tempo dos Pharaós, de Tiy e Ahmes
- 72 – Os olhos brilhando no escuro, de Gisa Godiva
- 73 – A morte do rei Leão, de João e Maria
- 74 – O sonho de Mickey, de Babá Preta
- 75 – O palhacinho, de Daguimés
- 76 – Jaques, o corcundinha, de Sergei Annenski
- 77 – Histórias do compadre macaco e da comadre onça, de Assis Machado
- 78 – Macaco sem rabo, de Joice e Jeff
- 79 – O susto de Juca Valentão, de Tia Anastácia
- 80 – Escoteiro (sem assinatura)

**3 – Lista de livros aprovados e recomendados:** SILVA, Elvira Nizinska da. Organização de bibliotecas infantis. 14 out. 1937. Arquivo Lourenço Filho – rolo 7 – fot. 92-95.

1. Histórias do Mato Virgem	Paulo Ribeiro de Magalhães
2. Memórias de Emilia	Monteiro Lobato
3. Don Quixote das Crianças	Monteiro Lobato
4. As Reinações de Narizinho	Monteiro Lobato
5. Fábulas	Monteiro Lobato
6. Contos de Andersen	Monteiro Lobato
7. Contos de Grimm	Monteiro Lobato
8. Novos Contos de Grimm	Monteiro Lobato
9. Alice no País das Maravilhas	Monteiro Lobato
10. Novas Reinações de Narizinho	Monteiro Lobato
11. Novos Contos de Andersen	Monteiro Lobato
12. Contos de Fadas de Perrault	Monteiro Lobato
13. Peter Pan	Monteiro Lobato
14. Robinson Crusóé	Monteiro Lobato
15. Aventuras de Hans Staden	Monteiro Lobato
16. As Caçadas de Pedrinho	Monteiro Lobato
17. O Sací	Monteiro Lobato
18. História do Brasil para Crianças	Viriato Corrêa
19. Meu Torrão	Viriato Corrêa
20. Quando Jesus Nasceu	Viriato Corrêa
21. A Macacada	Viriato Corrêa
22. Era Uma Vez	Viriato Corrêa
23. No Reino da Bicharada	Viriato Corrêa
24. Contos da História do Brasil	Viriato Corrêa
25. Contos do País das Fadas	Gondim da Fonseca
26. Histórias de Pai João	Osvaldo Orico
27. Novelas Infantis	L. Contreras
28. Contos da Carochinha	Figueiredo Pimentel
29. Lendas dos Nossos Índios	C.Brandenburguer
30. Os três Porquinhos	Erico Veríssimo
31. Uma História Verdadeira	Olga Ferraz Kehl
32. Céu de Alá	Malba Tahan
33. Lendas e Contos da Rússia	Rosa Maria
34. O Soldadinho de Chumbo	Arnaldo Barreto
35. O Gato de Botas	Arnaldo Barreto
36. O Filho do Pescador	Arnaldo Barreto
37. A Serpente Negra	Arnaldo Barreto
38. A Gata Borralheira e Outras Histórias	Arnaldo Barreto
39. Através do Brasil	Olavo Bilac e Manuel Bonfim
40. Juca e Chico	Olavo Bilac
41. Poesias Infantis	Olavo Bilac
42. Coração	(De Amicis) João Ribeiro
43. A Ilha do Tesouro	(R. L. Stevenson) Pepita Leão
44. Heidi	(Johana Spyri) Pepita Leão
45. D. Içá Rainha	Tales de Andrade
46. A Filha da Floresta	Tales de Andrade
47. Bem-te-vi Feiticeira	Tales de Andrade
48. A Princesa Ariolinda	Tales de Andrade

49. El-rei Dom Sapo	Tales de Andrade
50. Histórias da Velha Totôinha	José Lins do Rego
51. A Esfinge do Deserto	(Júli Verne) Emílio Pompeia
52. A Jaula	Benjamin Rabier
53. Os Animais em Liberdade	Benjamin Rabier
54. Os Animais Divertem-se	Benjamin Rabier
55. Descoberta do Mundo	Madilde Garcia Rosa e Jorge Amado
56. Faísca e Maneco	(Laboulaye) Haidée Lima
57. Contos Orientais	Guilherme Hauff
58. Conto do Natal	(Charles Dickens)
59. Pinocchio	(Cherubini)
60. Pinocchio na África	(Cherubini)
61. Catimatita	Editorial Paulista
62. A Cabana Misteriosa	Editorial Paulista
63. O Dragão Domesticado	Editorial Paulista
64. O Sargento Verde	Editorial Paulista
65. A Fonte Maravilhosa	Editorial Paulista
66. Os Apuros da Bicharada	(N. Sibiriak)
67. As Aventuras do Camondongo Mickey	Big
68. O Tesouro do Capitão Rato de Igreja	Big

**4 – Tipos de Literatura Infantil** - SILVA, Elvira Nizinska. Tipos de Literatura Infantil. 7 mai. 1936. Arquivo Gustavo Capanema – rolo 42 – fot. 817.

A discriminação da literatura infantil em gêneros ou tipos não apresenta real utilidade para a classificação dos livros. Determinar se um livro é de aventuras, viagens (?) ou lendas não é o bastante para a sua inclusão na lista desta ou daquela idade, é necessário um estudo cuidadoso de fundo e forma de cada obra, para sua classificação mais de acordo com a maturidade e os interesses correspondentes a cada idade.

As classificações comuns e gênero de literatura não se adaptam à literat. Infantil.

A presente classificação foi feita de acôrdo com os livros de literatura infantil que possuímos ou de que há notícia, com a sua adaptação a idades. É apenas um ensaio que deverá ser sujeito a observação e crítica. Convem notar, porem, que as idades indicadas não podem ser levadas em grande rigor porque, ainda dentro desta classificação, já tão minuciosa, há grandes variações de fundo e forma.

	anos
I – Livros de gravuras com quadros ou sentenças	6 – 7
II – Canções de berço; ilustradas	6 – 7
III – Rondas, <u>cantigas de roda</u> ; ilustradas	6 – 7
IV – Historias maravilhosas: animais, fadas, gênios	7 – 8
V – Historias de casa e da escola	7 – 9
VI – Fabulas	7 – 9
VII – Histórias do folclore	7 – 12
VIII – Lendas	7 – 12
IX – Historias orientais	8 – 12
X – Historias da mitologia	9 em diante
XI – Historias bíblicas	9 em diante
XII – Narrativas de episodios de vida de crianças	10 em diante
XIII – Narrativas patrióticas e cívicas	10 em diante
XIV – Narrativas de viagens e aventuras	10 em diante
XV – Historias de nossos antepassados	12 em diante
XVI – Historias de invenções e descobertas	12 em diante
XVII – Historias de episódios da vida de homens celebres	12 em diante
XVIII – Romances de viagens e aventuras	12 em diante
XIX – Romances históricos	12 em diante